

Faculdade de Ciências e Letras Campus de Araraquara - SP

LUANA DARBY NAYRRA DA SILVA BARBOSA

COMUNICAÇÃO E POLÍTICA NA AMAZÔNIA:O PAPEL DA MÍDIA NO CENÁRIO ELEITORAL DO AMAPÁ



ARARAQUARA – SP 2022

LUANA DARBY NAYRRA DA SILVA BARBOSA

COMUNICAÇÃO E POLÍTICA NA AMAZÔNIA:

O PAPEL DA MÍDIA NO CENÁRIO ELEITORAL DO AMAPÁ

Texto de defesa de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais. Exemplar apresentado para defesa de dissertação.

Linha de pesquisa: Estado, Sociedade e Políticas Públicas

Orientadora: Prof.^a Dr^a Maria Teresa Miceli Kerbauy

Bolsa: Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e Científica. Processo nº 133471/2019-5.

B238c

Barbosa, Luana Darby Nayrra da Silva Comunicação e Política na Amazônia: : O Papel da Mídia no Cenário Eleitoral do Amapá / Luana Darby Nayrra da Silva Barbosa. -- Araraquara, 2022 183 f. : il., tabs., fotos, mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara Orientadora: Maria Teresa Miceli Kerbauy

1. Eleições 2018. 2. Mídias Digitais. 3. Governo do Amapá. 4. Facebook. 5. Política. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

LUANA DARBY NAYRRA DA SILVA BARBOSA

COMUNICAÇÃO E POLÍTICA NA AMAZÔNIA: O PAPEL DA MÍDIA NO CENÁRIO ELEITORAL DO AMAPÁ

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Conselho do Programa de Pós em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais. Exemplar apresentado para defesa de dissertação.

Linha de pesquisa: Estado, Sociedade e Políticas Públicas

Orientador(a): Prof.^a Dr^a. Maria Teresa Miceli Kerbauy

Bolsa: Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e Científica. Processo nº 133471/2019-5.

Data da defesa: 17 de agosto de 2022

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador(a): Prof.^a Dr^a Maria Teresa Miceli Kerbauy

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

Membro Titular: Prof. Dr. Milton Lahuerta

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

Membro Titular: Profa Dra Alessandra Santos Nascimento

Universidade de Araraquara

Local: Universidade Estadual Paulista

Faculdade de Ciências e Letras

AGRADECIMENTOS

À minha família, por ter me apoiado na minha ida à Araraquara.

À minha orientadora, Prof.^a Dra. Teresa Kerbauy, pela paciência, conhecimento, atenção e retorno.

Às amigas e amigos da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, que me ajudaram a ir para Araraquara-SP cumprir este sonho, e aquelas pessoas que acreditaram em mim.

Ao Prof. Dr. Milton Lahuerta e a Prof.^a Dra. Geovânia Toscano (UFPB) e os demais colegas do Laboratório de Política e Governo da UNESP (LabPol), por terem me acolhido em Araraquara como amigos e parceiros de trabalho.

Agradeço imensamente aos meus colegas da turma 2019 de mestrado pelo acolhimento e carinho, obedecendo a ordem alfabética: Ariel Alves Torres, Claudemir Pereira, Fernanda Stella Cavicchia, Lucas Marcelino, Lucas Sousa, Marília Rita, Matheus Garcia, Mateus Tobias, Mateus Serrano, Murilo Petito, Tiago Barros; e aos colegas do doutorado Prof. Msc. Simone Loiola, Prof. Dr. Ricardo Lima e Prof. Dr. João Mauro Carvalho. Também agradeço ao Prof. Dr. Bruno Souza, Prof. Dr. Dagoberto José Fonseca, Profª Drª. Alessandra Nascimento e Prof. Dr. Rafael Tauil pelos diálogos sempre frutíferos. Agradeço também à coordenação do curso de Ciências Sociais da UNESP-FCLAr pelo acolhimento e auxílio às atividades acadêmicas. Um carinho especial para Sylvinha Rodrigues, Ronielson Lima e Ana Magnani, do Departamento de Educação da UNESP. Sempre amáveis e atenciosos comigo e nossos colegas. À Profª. Drª Maria do Socorro de Sousa Braga, pelo acolhimento na UFSCar e aprendizado no período que frequentei como aluna especial.

Às pessoas que me acolherem em Araraquara: Prof. Dr. Carlos Eduardo Tauil, companheiro de convivência e de muitas conversas no Campus Ville; à "República AcasaLar", nas companhias felizes de Nathália Pina, Tailon Rodrigues, Fernando Alves e Alex Rodrigues.

Aos meus amigos da Escola Estadual Tiradentes: Alessandro Brandão, Cleiton Wilson, Bruno Rosário, Vinícius Pereira, Venâncio Guedes, Hildekles Rocha e Danilo Thaígo, por chegarem até aqui.

Ao coletivo Utopia Negra Amapaense, uma unidade que emana força e afeto, meu carinho especial a Cleiton Rocha, Higor Pereira, Adrian Barbosa, Welliton Brasil, Benedita Sardinha, Isabelly Guabiraba, Alícia Miranda, José Simão Correia, Paulo Cardoso, Rayane Penha, Victor Marley e Rayana Freitas. À Prof.ª Dr. Alexsara Maciel, Prof. Msc. Elaine Albuquerque, Jessyca Barcellos e Prof. Me. Luciano Magnus, pelo apoio, carinho e conhecimento ancestral. Ao grupo Direitos Sociais, Cultura e Cidadania (DSCC) da Unifap pelo campo de conhecimento e afeto – em especial ao Prof. Dr. Ivan Mattos e Silva e ao advogado Nilson Gomes de Oliveira.

Meu carinho especial ao Prof. Dr. Richard Leão e a cientista social e psicóloga Arjunuyra Furtado, pelo incentivo, compreensão, afeto, reflexões, conselhos e atenção dada a mim nestes anos.

O presente projeto foi desenvolvido com o apoio Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e. Tecnológico (CNPq), através da concessão de bolsa de estudo de mestrado, nº de processo 133471/2019-5.

Às vítimas da Covid-19 no Brasil e colegas que partiram para outro plano nestes tempos de cólera.

Ao povo amapaense. Aos povos da Amazônia.

RESUMO

O uso de mídias digitais nas últimas eleições brasileiras tem se apresentado como um desafio analítico para especialistas, por conta da sua complexidade de informações e pelas diferenças no processo comunicacional, territorial e cultural nas regiões, com destaque especial para a dificuldade na penetração do acesso à internet, principalmente na Região Norte, o que dificulta o acesso à informação com qualidade e transparência, o que favorece a ação da classe política de estados da região, como o Amapá – área de concentração do estudo –, controlada por ciclos elitistas, oligárquicos e personalistas que mantém o controle do poder através dos usos dos recursos midiáticos, econômicos e sociais como uma forma de sua perpetuação, fazendo a participação popular efetiva estar sempre à sombra das decisões públicas. Neste sentido, o objetivo desta pesquisa foi analisar de que maneira a classe política do Estado do Amapá se adaptou ao uso de novas tecnologias da informação com elites antagônicas disputando os espaços de poder, com especial destaque para o uso da rede social Facebook nas eleições de 2018, situando o olhar para os candidatos à eleição para o governo do Estado do Amapá, que apresenta como principais atores deste cenário representantes de duas elites tradicionais, que estão se alternando no poder há 28 anos, neste caso as elites representadas por Waldez Góes e João Alberto Capiberibe e a nova geração das elites amapaenses, cristalizada na figura do atual Senador da República Davi Alcolumbre. O reconhecimento dessas elites se baseia na teoria das elites, discutida amplamente por Gaetano Mosca, Wilfredo Pareto e Robert Michels. Os dados foram constituídos a partir das seguintes etapas de análise: 1) base na revisão bibliográfica, 2) acesso a bases de dados para consulta de fontes primárias, 3) coletados dados do Facebook e, 4) análise qualitativa e comparativa, feita com base da análise de conteúdo (AC). Os resultados mostram que as mídias sociais serviram de elemento potencializador das imagens de figuras políticas tradicionais e de "novas", com o uso sistemático de instrumentos típicos do populismo, como conceituado por Francisco Weffort – a presença de um líder carismático, a disseminação ideológica nas massas urbanas e o vínculo emocional com a população – que introduziram uma nova forma de controle da massa, por meio do coronelismo eletrônico e do populismo digital. Os conceitos das teorias das elites, do populismo digital e coronelismo eletrônico propiciam um entendimento sobre o processo social, comunicacional e seu alinhamento com a política amapaense do processo de modernização das intuições sociais até a atualidade. Constatou-se que, ainda assim, o poder tradicional prevalece sobre as novas práticas políticas no Amapá.

Palavras-chave: Eleições 2018. Mídias Digitais. Governo do Amapá. Facebook. Política.

ABSTRACT

The use of digital media in the last Brazilian elections has presented itself as an analytical challenge for specialists, due to its complexity of information and the differences in the communicational, territorial and cultural process in the regions, with special emphasis on the difficulty in penetrating access to internet, mainly in the North Region, which makes it difficult to access information with quality and transparency, which favors the action of the political class of states in the region, such as Amapá – the study's concentration area –, controlled by elitist, oligarchic and personalist cycles that maintains control of power through the use of media, economic and social resources as a way of perpetuating it, making effective popular participation always in the shadow of public decisions. In this sense, the objective of this research was to analyze how the political class of the State of Amapá adapted to the use of new information technologies with antagonistic oligarchies disputing spaces of power, with special emphasis on the use of the social network Facebook in the elections of 2018, placing the look at the candidates for election to the government of the State of Amapá, which presents as the main actors in this scenario representatives of two traditional elites that have been alternating in power for 28 years, in this case the elites represented by Waldez Góes and João Alberto Capiberibe and the new generation of Amapá elites, crystallized in the figure of the current Senator of the Republic Davi Alcolumbre. The recognition of these elites is based on theory of elites, widely discussed by Gaetano Mosca, Wilfredo Pareto and Robert Michels. The data were constituted from the following stages of analysis: 1) based on the bibliographic review, 2) access to databases to consult primary sources, 3) collected data from Facebook and, 4) qualitative and comparative analysis, based on of content analysis (CA). The results show that social media served as a potentiating element for the images of traditional and "new" political figures, with the systematic use of instruments typical of populism, as conceptualized by Francisco Weffort – the presence of a charismatic leader, the ideological dissemination in urban masses and the emotional bond with the population – which introduced a new form of mass control, through electronic coronelismo and digital populism. The concepts of theory of elites, digital populism and electronic coronelismo provide an understanding of the social and communicational process and its alignment with the Amapá policy of the process of modernization of social intuitions until today. It was found that, even so, traditional power prevails over new political practices in Amapá.

Keywords: Elections 2018. Digital Media. Amapá's Government. Facebook. Politics.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Dados gerados pela ferramenta Netvizz [©] , extraído do Facebook [©] 23
Figura 02 – Divisão Político-Administrativa no Brasil em 1940 e após redivisão territorial de 1943
Figura 03 – Moradores de Macapá dançando Marabaixo na frente da Igreja Matriz de São José, no centro da cidade (1948) 30
Figura 04 – Janary Nunes (à direita) e Presidente Getúlio Vargas, reunidos no Palácio da Guanabara – RJ (1951) 31
Figura 05 – Janary Nunes (ao centro, sentado) com sua primeira equipe de governo (1944) 34
Figura 06 — Ao microfone, Luis Mendes Silva, Governador do Amapá, discursa na inauguração de posto médico (anos 60) 38
Figura 07 – Governador Ivanhoé Martins em um evento solene na Piscina Territorial de Macapá (1969)
Figura 08 – Governador Arthur de Azevedo Henning (1976)
Figura 09 – Comício do candidato a Deputado Federal da Arena Paulo Guerra, no bairro do Trem, em Macapá (1978)
Figura 10 – Ministro da Marinha Maximiliano da Fonseca em visita à Macapá, ao lado do Governador Anníbal Barcellos
Figura 11 – Governador Jorge Nova da Costa (de preto, à esquerda) com Ulysses Guimarães e Raimundo Azevedo Costa (de amarelo, à direita) na campanha de Azevedo Costa à Prefeitura de Macapá em 1985 50
Figura 12 – Caminhada da campanha de Azevedo Costa nas ruas do Centro de Macapá (1985) - 51
Figura 13 – José Sarney dialogando com representantes políticos do Amapá de diversos espectros partidários 58
Figura 14 – Campanha de João Capiberibe, candidato ao governo do estado, nas ruas do centro de Macapá. Ao seu lado, à direita, sua esposa (Janete Capiberibe), Sebastião Bala Rocha (Senador eleito naquele ano) e Waldez Góes (Deputado Estadual eleito no mesmo ano). Registro de 1994 59
Figura 15 — Manifestantes cobram condenações da Operação Mãos Limpas em Macapá (2011)73
Figura 16 – Camilo recebe o apoio do Senador Randolfe Rodrigues no segundo turno das eleições de 201478
Figura 17 – Apoio de Camilo Capiberibe, então Governador do Estado, à candidatura de Davi Alcolumbre ao senado, ao lado de Randolfe Rodrigues, Clécio Luis (à direita) e João Capiberibe (à esquerda). 201479
Figura 18 – Primeiras instalações da Rádio Difusora de Macapá, na Rua Cândido Mendes (1950)
Figura 19 – Inauguração da TV Amapá, agora controlada pela Rede Amazônica de Manaus do empresário Phelippe Daou. Janeiro de 197595
Figura 20 – Página do Facebook© de Jair Bolsonaro chega a 2.895.137 curtidas após protagonizar discussão com o então Deputado Federal Jean Wyllis na votação do impeachment de Dilma Rousseff no Congresso Nacional. Registro do dia 16 de abril de 2016

Figura 21 – Membros do MBL com deputados da oposição junto ao então Deputado Federal Jair Bolsonaro (PSC-RJ) e o então Presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha (MDB-RJ) discutindo o pedido de impeachment de Dilma protocolado pela organização em 27 de maio de 2015
Figura 22 – Número de eleitores no Amapá em 2018 116
Figura 23 – Faixa etária do eleitorado do Amapá em 2018 116
Figura 24 – Grau de instrução do eleitorado do Amapá em 2018 117
Figura 25 – Lançamento dos candidatos do PSL para as eleições 2018 – Deputado Federal, Deputado Estadual, Senador e Governador (Cirilo)
Figura 26 — Encontro de Cirilo com representantes da Maçonaria no Amapá 121
Figura 27 – Apoiadoras mulheres de Cirilo Fernandes 122
Figura 28 – Davi lança a sua candidatura através do Facebook $^{\odot}$
Figura 29 – Davi destaca sua experiência como Vereador como uma das qualidades para administrar o estado no Programa Luís Melo Entrevista
Figura 30 – Na imagem, é destacada a diferença das cores azul (Waldez), amarelo (Capiberibe) e verde (cor adotada por Davi para se diferenciar dos outros candidatos)
Figura 31 – Davi aparece ao lado de sua vice, Silvana Vedovelli e do então Prefeito de Macapá Clécio Luis. Indica a renovação política, pois Clécio foi eleito pelo PSOL e reeleito pela Rede, fora do ciclo PDT-PSB
Figura 32 – Tentativa de intimidação contra Davi e seus apoiadores por um delegado de polícia do estado. Senador Randolfe Rodrigues e o Prefeito de Macapá Clécio Luis expõem o caso ao vivo, gravado na frente da residência de Davi
Figura 33 – Campanha dos candidatos do PSTU Amapá em 2018 132
Figura 34 – Campanha dos candidatos do PSTU Amapá em 2018 133
Figura 35 – Caminhada de João Capiberibe percorre pelo bairro das Pedrinhas, Zona Sul de Macapá
Figura 36 – Capi fala dos investimentos à saúde pública do estado quando foi Governador do estado e Senador da República
Figura 37 – Capi aparece ao lado do então Prefeito Clécio Luis, que anuncia aplicação de emenda do mandato do senador para Macapá
Figura 38 – Na pesquisa Mentor CTB, publicada no dia 01 de outubro de 2018, com um aumento de 14 pontos contra seu principal adversário, Waldez Góes (PDT) 143
Figura 39 – Capiberibe comemora o resultado para o segundo turno em frente à sede do PSB 144
Figura 40 – Ciro Gomes, candidato à presidência da República pelo PDT, pede apoio à candidatura de Waldez Góes ao governo do Amapá
Figura 41 — Waldez fala sobre o novo desafio para o próximo pleito, disputando seu quarto mandato ao governo do Amapá
Figura 42 – Apoio do presidente do PT Amapá, Antonio Nogueira, ex-prefeito de Santana (AP) à candidatura de Waldez
Figura 43 – Waldez afirma em campanha que irá subsidiar a conta de energia de 45 mil famílias de baixa renda

Figura 44 – Waldez e seu vice, o empresário Jaime Nunes, agradecem os votos para eles no Primeiro Turno e mostram suas perspectivas para o segundo turno das eleições
Figura 45 – Debate televisivo entre os candidatos ao governo do Estado do Amapá, 02 de outubro de 2018 157
Figura 46 – TSE havia anulado os votos da coligação PSB-PT por conta de irregularidades na prestação de conta do PT em 2017. O TSE liberou, por 6 votos a 1, a troca de vice e a continuidade da candidatura de Capi
Figura 47 – Debate entre os candidatos do segundo turno. Seus apoiadores acompanharam no lado de fora da emissora Diário FM
Figura 48 – Capi aparece na frente de Waldez na pesquisa encomendada pelo Instituto Mentor Inteligência para o segundo turno do Amapá. A diferença entre um e outro é de 8% 163
Figura 49 – Mudança visual para anunciar a corrida ao segundo turno 165
Figura 50 – Adesão de lideranças no segundo turno das eleições. Entre estes, se encontram representantes do PCdoB, Republicanos e PSD

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Pesquisa Ibope (13 de setembro de 2010) para o Governo do Estado do Amapá, após a Operação Mãos Limpas
Gráfico 02 – Resultado do Primeiro Turno das Eleições 2010 – Governo do Amapá 73
Gráfico 03 – Número de candidatos habilitados para concorrer às eleições em 2014 e 2018 114
Gráfico 04 – Perfil étnico-racial das candidaturas do Amapá em 2018 115
Gráfico 05 – Percentual de gênero no eleitorado amapaense de 2018 117
Gráfico 06 – Engajamento de Cirilo Fernandes no Facebook® 122
Gráfico 07 – Engajamento da campanha de Davi Alcolumbre no Primeiro Turno (2018) 126
Gráfico 08 – Engajamento da campanha de João Alberto Capiberibe no Primeiro Turno (2018) 137
Gráfico 09 – Engajamento da campanha de Waldez Góes no Primeiro Turno (2018) 150
Gráfico 10 – Quantidade de postagens dos candidatos ao Governo do Estado do Amapá na rede social Facebook [©] no 1° turno do pleito eleitoral
Gráfico 11 – Gastos de Campanha no Primeiro Turno das eleições 2018 para o Governo do Amapá
Gráfico 12 – Investimentos em impulsionamento de conteúdo nas redes sociais – João Capiberibe e Waldez Góes
Gráfico 13 — Série sazonal pesquisa IBOPE: evolução das candidaturas ao governo do Amapá nas eleições de 2018 — Intenção de voto — Evolução (%) 158
Gráfico 14 – Votação no primeiro turno das eleições 2018 no Amapá 159
Gráfico 15 – Engajamento de João Capiberibe no Segundo Turno das eleições para o Governo do Amapá (Outubro/2018) 164
Gráfico 16 – Engajamento de Waldez Góes no Segundo Turno das eleições para o Governo do Amapá (Outubro/2018)
Gráfico 17 – Votação nas eleições para Governador do Amapá 2018 – 2º Turno 167
Gráfico 18 – Eleições para Presidente da República 2018 - 2º turno no Amapá 168

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Mandatos dos Governadores do Território Federal do Amapá (1944-1964)	- 28
Quadro 02 – Crescimento Populacional do Território do Amapá entre 1940 e 1950	- 32
Quadro 03 – Deputados Federais Eleitos pelo Amapá (1947-1978)	- 35
Quadro 04 – Lista de governadores do Amapá durante a Ditadura Militar	- 38
Quadro 05 – Governadores do Amapá na Nova República (1985-1994)	- 54
Quadro 06 - Sistemas de Comunicação no Amapá (1975-2019)	- 92
Quadro 07 – Rádios Educativas (Comunitárias, Culturais, Católicas e Evangélicas)	- 98
Quadro 08 – Publicações de Cirilo Fernandes na rede social Facebook®	- 119
Quadro 09 – Publicações de Davi Alcolumbre no Facebook®	- 127
Quadro 10 – Desempenho do PSB Amapá nas Eleições Gerais	- 135
Quadro 11 – Desempenho do PSB Amapá nas Eleições Municipais do Estado do Amapá	- 134
Quadro 12 – Publicações de João Capiberibe no Facebook®	- 138
Quadro 13 – Desempenho do PDT Amapá nas Eleições Gerais	- 145
Quadro 14 - Desempenho do PDT Amapá nas Eleições Municipais	- 145
Quadro 15 – Publicações de Waldez Góes no Facebook®	- 151
Quadro 16 – Publicações de João Capiberibe no Segundo Turno	- 161

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Primeiro Turno: Presidência da República (1989)	3
Tabela 02 – Votos no 1° turno das Eleições de 1990 para o Governo do Estado do Amapá 5	5
Tabela 03 – Primeiro Turno: Eleições de 1994 para o Governo do Amapá 6	4
Tabela 04 - Segundo Turno: Eleições de 1994 para o Governo do Amapá 6	5
Tabela 05 – Eleições para o Governo do Amapá: Primeiro turno (2002) 6	6
Tabela 06 – Eleições para o Governo do Amapá: Primeiro turno (2002) 6	6
Tabela 07 – Resultado da votação para o Senado Federal pelo Amapá em 2014 7	6
Tabela 08 – Segundo turno das eleições de 2014 no Estado do Amapá 7	9
Tabela 09 – Evolução das candidaturas partidárias de mulheres e homens no Amapá 1	14

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC Acre

ALN Ação Libertadora Nacional

AMZ-L Amazônia Legal

ANATEL Agência Nacional de Telecomunicações
ANEEL Agência Nacional de Energia Elétrica

AP Amapá

ARENA Aliança Renovadora Nacional

ASTER Assistência Técnica e Extensão Rural do Amapá

CF Constituição Federal

CONTEL Conselho Nacional de Telecomunicações

CPT Comissão da Pastoral da Terra

DEM Democratas

DOPS Departamento de Ordem Política e Social

ECAD Escritório Central de Arrecadação e Distribuição

FHC Fernando Henrique Cardoso

HGPE Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral

FEFC Fundo Especial de Financiamento de Campanha

FUNDEB Fundo de Educação Básica

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBOPE Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

ICOMI Indústria e Comércio de Minérios S.A IEMA Instituto de Energia e Meio Ambiente

IETA Instituto de Educação do Território do Amapá

JK Juscelino Kubitschek

MBL Movimento Brasil Livre

MDB Movimento Democrático Brasileiro

MPL Movimento Passe Livre

PA Pará

PCB Partido Comunista Brasileiro
PCdoB Partido Comunista do Brasil
PDC Partido Democrata Cristão

PDSA Plano de Desenvolvimento Sustentável do Amapá

PDT Partido Democrático Trabalhista

PFL Partido da Frente Liberal

PJ Partido da Juventude

PMDB Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMN Partido da Mobilização Nacional

PP Partido Progressista

PPS Partido Popular Socialista

PRN Partido da Reconstrução Nacional PRP Partido Republicano Progressista

PRTB Partido Renovador Trabalhista Brasileiro

PSA Plano de Saneamento da Amazônia

PSB Partido Socialista Brasileiro PSD Partido Social Democrático

PSL Partido Social Liberal

PSOL Partido Socialismo e Liberdade

PSTU Partido Social dos Trabalhadores Unificado

PT Partido dos Trabalhadores

PTB Partido Trabalhista Brasileiro

PV Partido Verde RJ Rio de Janeiro

RS Rio Grande do Sul

REDE Rede Sustentabilidade

RURAP Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá SATRA Sociedade Anônima Técnica de Rádio do Amapá

SNI Serviço Nacional de Informações

SUDENE Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SPI Serviço de Imprensa e Propaganda

SPVEA Segurança Nacional e do Plano de Valorização da Amazônia

STJ Superior Tribunal de Justiça

TCE Tribunal de Contas do Estado do Amapá

TFA Território Federal do Amapá
TRE Tribunal Regional Eleitoral
TSE Tribunal Superior Eleitoral
TICs Tecnologias da Informação
UDN União Democrática Nacional

UECSA União dos Estudantes dos Cursos Secundários do Amapá

VPR Vem Pra Rua

SUMÁRIO

1 1	INTRODUÇÃO	17
	METODOLOGIA DESENVOLVIDA NA PESQUISA	
2 4	(MÍCHICA FORTARA) FORMACÃO POLÍMICO ADMINISTRATIVA ROAMAR	í 04
	'MÍSTICA FORJADA': FORMAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO AMAPA	
2.1		24
2.2	O AMAPÁ NA REDEMOCRATIZAÇÃO: A MUDANÇA DE TERRITÓRIO PARA ES	STADU
2.3		4 / 50
2.3		39 A
2.4	OPERAÇÃO MÃOS LIMPAS ATÉ CAMILO CAPIBERIBE	70
	OPERAÇÃO MÃOS LIMPAS ATE CAMILO CAPIDERIDE	/0
3 (COMUNICAÇÃO E POLÍTICA NO BRASIL E NO AMAPÁ: COMO AVANÇAMOS	DADA
3	O ESTÁGIO ATUAL?	γ I AINA
3.1	~ .	
3.2		83 87
3.3		07 01
5.5	AS CONCESSOES DE RADIO E I V AS LAMIEIAS MOTAVEIS MO AMALA)1
4 1	FLEICÕES E MÍDIAS SOCIAIS NO AMAPÁ: O USO DA REDE SOCIAL FACEE	ROOK®
נ יד ו	ELEIÇÕES E MÍDIAS SOCIAIS NO AMAPÁ: O USO DA REDE SOCIAL FACEE NAS ELEIÇÕES DE 2018	99
4.1		8 F A
7.1	CONJUNTURA DA VITÓRIA DE JAIR BOLSONARO	
4.2	~	
7.2	DO AMAPÁ	113
4	.2.1 Perfil das eleições no Amapá em 2018	113
5 (CAMPANHAS PARA O GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ EM 2018: ATO	RES E
	UTILIZAÇÃO DAS REDES SOCIAIS	
5.	.1 Cirilo Fernandes (PSL - 17)	
	.1.1 Davi Alcolumbre (DEM - 25)	
	.1.2 Gianfranco Gusmão (PSTU - 16)	
	.1.3 João Alberto Capiberibe (PSB – 40)	
	.1.4 Waldez Góes (PDT – 12) e a 'vitória surpresa' no primeiro turno de 2018	
	.1.5 Final do primeiro turno e ida ao Segundo turno: Capiberibe e Waldez	
J.	in i mai do printeno turno e ida do segundo turno. Capiseriste e maidel	137
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	171
υ '		1/1
RE	FERÊNCIAS	174

1 INTRODUÇÃO

As mudanças no uso da comunicação nos chamam a atenção para o fato de atrair um número cada vez mais volumoso de pessoas que passam a interagir no meio digital a partir de um clique. O engajamento gerado nas redes sociais da Web 3.0 tem facilitado o acesso de uma massa de espectadores a experimentarem uma experiência próxima de participação direta e de intervenção no processo eleitoral, para além do poder do voto nas urnas. Considerando tratarse de algo novo e as dificuldades de penetração local em virtude das constantes falhas na conexão da internet, podemos considerar ser um fenômeno que as redes sociais tenham sido capazes de influenciar na aquisição de informação e na participação política de cidadãos amapaenses. Segundo dados da PNAD Continua/IBGE, o Amapá possuía 78,4% do acesso à internet em domicílios em 2018, possuindo a maior cobertura de internet da região Norte, na frente do Pará (69,4%) e Amazonas (75,6%).

Com este fato consolidado, este estudo parte-se com o objetivo analisar as campanhas eleitorais dos candidatos ao governo do Estado do Amapá no Facebook no ano de 2018. A pesquisa se justifica tendo em vista os momentos históricos passados e recentes da história brasileira, que nos direcionará para o destaque ao momento descrito no contexto amapaense. Dentre os fatos mais recentes, destacamos as alterações na legislação eleitoral e mudanças no formato da comunicação eleitorais, com suas implicações diretas nas eleições majoritárias daquele naquele ano.

A estratégia dos partidos e candidatos foi priorizar o uso de redes sociais e aplicativos na disputa eleitoral, utilizando ferramentas das redes sociais para conseguir maior visibilidade e engajamento na divulgação de programas e projetos. É importante consideramos que até o ano de 2018, o acesso à internet abrangia 129.9 milhões de brasileiros, segundo o Comitê Gestor da Internet (CGI). Apesar das dificuldades de abrangência tecnológica, a Amazônia apresentou um crescimento na oferta de internet ao público nos últimos anos, como, por exemplo, o aumento no acesso às redes móveis em 89,7%, percebido no uso frequente de aparelhos e de redes sociais e aplicativos como Facebook©, Twitter©, Instagram© e Whatsapp©¹.

Observado esse cenário, faz-se relevante lançar um olhar sobre o processo eleitoral do governo do Estado do Amapá daquele ano, que contou com os seguintes nomes na disputa: Waldez Góes (PDT), João Capiberibe (PSB), Davi Alcolumbre (DEM), Cirilo Fernandes (PSL)

¹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Acesso à Internet e a televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv99054.pdf. Acesso em: 20 set 2020.

e Gianfranco Gusmão (PSTU). Nossa análise se aprofunda na linearidade dos acontecimentos daquele momento ao fazer o acompanhamento da trajetória dos candidatos no Facebook, adotando o critério de seleção de páginas pessoais dos candidatos e excluindo página de terceiros (partidos, fã-clubes, militâncias), no sentido de identificar movimentos e padrões de comportamento que compuseram o engajamento da política local nesta rede social e outros elementos que auxiliam no entendimento do uso desta nova rede de comunicação de massa.

Chamamos a atenção acerca da competividade eleitoral que se segue há 28 anos entre os representantes políticos Antônio Waldez Góes (PDT) e João Capiberibe (PSB), que se tornaram competidores tradicionais no processo eleitoral amapaense, possuindo projetos distintos para encabeçar o governo do Estado. Ambos os nomes possuem unidades familiares dentro da política, permitindo que tenham maior influência e visibilidade, podendo assim situar este caso como formação de uma elite política local. A abordagem sobre as famílias políticas é conectada à teoria das elites, de Gaetano Mosca, Wilfredo Pareto e Robert Michels para entender os movimentos das elites políticas amapaenses.

As particularidades do processo eleitoral estão fortemente ligadas à tradição da política local e as mudanças no sistema político nos últimos anos, tem sido acompanhada de transformações da comunicação de massa. Para esta análise, utilizaremos o conceito "coronelismo eletrônico", alcunhado por Venício de Lima (2007), que argumenta que grande parte dos donos da mídia tradicional estão dentro circuito político, promovendo uma verdadeira relação de barganha eleitoral – o controle dos meios de comunicação para facilitar o domínio do poder político, como ocorre com nas concessões de rede de televisão e rádio no Brasil.

Deste modo, os meios de comunicação são tidos espaços de disputa política e produção de sentidos, narrativas e projeção de autoridade. Na era digital, as audiências se tornam mais diversificadas, e com isso, há uma preocupação da mídia tradicional em reproduzir uma narrativa midiática consistente para uma defesa da imagem política que mantenha o *status quo* das relações e de questões relacionadas ao sistema político e sistema eleitoral, influenciando diretamente na cultura política e na opinião pública – segundo sua hipótese, "[...] não há política sem mídia²".

Desse modo, no interessa analisar a configuração política amapaense desde a criação do Território Federal até a consolidação como Estado da Federação; visualizar a relação entre mídia e política no cenário local e contemplar o papel da rede social Facebook na campanha

-

² LIMA, Venício de. Revisitando as sete teses sobre mídia e política no Brasil. **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, ano 30, n. 51, 2009.

eleitoral de 2018 para o Governo do Amapá. Nesta seção, utilizaremos a análise do termo populismo, utilizado por Francisco Weffort (2003), para a designação da política de cunho personalista e dependente³, processo que fragiliza os princípios democráticos, com o auxílio da interpretação sobre o mesmo fenômeno de Couto (2010) que aponta uma virada do populismo como prática política. Em seguida, direcionamos para construção de um populismo digital, uma evolução do termo, apresentado por Laura Cesarino (2018), que busca inspiração no casos dos Estados Unidos (eleição de Donald Trump), Nicarágua e Reino Unido (Theresa May e a defesa do Brexit) com o uso de recursos narrativos como imagens, textos, memes⁴, áudios, vídeos em grupos sociais de redes e plataformas como Facebook©, Whatsapp©, Telegram©, Twitter©, entre outros⁵. Dessa forma, trazemos a importância de conhecer o contexto nacional e local a partir dos processos políticos-sociais-eleitorais e a influência das tecnologias de comunicação como rádio, televisão, impressos e redes sociais tendo em vista os contrastes na relação local-nacional e práticas peculiares ao fazer política na Amazônia.

Neste sentido, apresentou-se o ambiente para a elaboração do problema da pesquisa que norteou este estudo e seus resultados: tendo em vista o impulsionamento do uso de mídias sociais nas eleições, de que forma a classe política local amapaense conseguiu se adaptar ao advento das novas tecnologias, através do uso do Facebook, levando em consideração as particularidades do processo comunicacional e a deficiência na penetração de novas tecnologias e do acesso à informação no espaço amazônico?

Acreditamos que as seguintes questões podem elucidar os caminhos desta investigação e se configurar como hipóteses para esta pesquisa: ainda que as mídias tradicionais no Amapá e propaganda tradicional sejam fatores importantes para construção da imagem política de representantes e das campanhas eleitorais, as novas mídias, com a adição de novas estratégias de propaganda política, tem sido fontes de motivação crescente para influenciar o eleitor. As novas estratégias políticas usadas nas eleições amapaenses de 2018 coincidem com a experiência das lideranças políticas tradicionais em atrair votos, já que estes nomes dispõem de recursos comunicativos, econômicos e políticos mais robustos, e que serviram para destacar a

³ WEFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira. 5^a ed., Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2003.

⁴ Memes é um termo derivado da biologia evolucionista, introduzida pelo britânico Richard Dawkins em 1975 em sua obra "The Selfish Gene" (O Gene Egoísta), que são unidades que se espalham conforme no ato de repetição – a mimética, que espalham de maneira autônoma ideias, valores, gostos, estilos. A palavra foi modelada para dar conta à dinâmica de repetição de conteúdos "virais" nas redes sociais.

⁵ CESARINO, Leticia. Populismo digital: roteiro inicial para um conceito, a partir de um estudo de caso da campanha eleitoral de 2018 (Parte I: metodologia e teoria) (manuscrito em desenvolvimento). Dez 2018.

trajetória desses candidatos. Os "novos" ⁶ disputantes encaram as mídias sociais como uma forma de fidelizar um público mais jovem e o público adulto, aquele que não está atraído com a "velha política". Ainda que os recursos comunicativos sejam valorizados por esses núcleos, o controle emocional e imagético das lideranças tradicionais sobre os eleitores e usuários da rede é maior, devido maior mobilização dos recursos econômicos e comunicacionais.

Para a sua realização e como forma de delinear metodologicamente esta pesquisa, ela foi dividida três etapas.

Primeiramente, foi constituída com base na revisão bibliográfica sobre o tema e os tópicos abordados no texto. Foram consultadas bases de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Hemeroteca Digital Brasileira, Biblioteca Digital do Senado Federal, Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação – CETIC, Tribunal Regional Eleitoral – TRE e do Tribunal Superior Eleitoral – TSE para consulta de fontes primárias sobre distribuição de redes de telecomunicação e informação no Amapá e de dados eleitorais das eleições locais.

É necessário fazer considerações sobre esta etapa. Esta fase necessitou de um recorte temporal abrangente – 1943 a 2018 – pois, durante o período de preparação desta pesquisa, foi percebida a carência de bibliografia sobre os movimentos políticos e comunicacionais do Amapá sob um olhar crítico-científico nas bases de dados de consulta científica e acadêmica, sendo comum encontrar trabalhos técnicos a respeito da comunicação institucional, relações institucionais do governo, economia e desenvolvimento regional, que não supriam como um todo a demanda por informações sobre as relações políticas no território amapaense.

Na etapa seguinte, foram coletados dados de uma das principais redes sociais que os candidatos utilizaram naquele momento em específico: a rede social Facebook©. A coleta feita compreende as publicações feitas entre 15 de agosto de 2018 – data de início do calendário eleitoral – a 28 de outubro de 2018 – final da campanha do segundo turno. A etapa de coleta de dados, feita em 2019, consistiu no recolhimento de informações dos candidatos no Facebook©, por meio do aplicativo "Netvizz"©, programa que gera buscas de dados dos perfis desta rede social. Posteriormente, passou por tratamento de análise qualitativa e comparativa. A descrição desta etapa é feita com base na análise de conteúdo (AC), baseada em três fases de

-

⁶ Entendemos como "novos" a formação de novas famílias políticas e o aparecimento de representantes novatos nas eleições majoritárias apoiados por famílias políticas tradicionais. Entendemos que este conceito se encontra em reconstrução pela literatura especializada, devido às novas vertentes que surgiram nos últimos anos.

pesquisa: 1) elementos de pré-análise; 2) exploração de material; 3) tratamento dos resultados obtidos e interpretação (BARDIN, 1977).

Com base nos resultados obtidos, este estudo está dividido em cinco capítulos.

O primeiro capítulo marca a introdução do tema, o desenvolvimento da pesquisa e a metodologia empregada.

O segundo capítulo "A 'Mística Forjada': Formação Político-Administrativa do Amapá" reflete sobre a criação Território Federal do Amapá, os anos em que o Amapá foi pensado como território modelo de "desenvolvimento econômico e social" que trouxe, entre outras demandas, mudanças na estrutura social, cultural e político, aportes necessários para entender as mudanças de contexto e relação profundas de dependência econômica e política.

O terceiro capítulo "Comunicação e Política no Brasil e no Amapá: Como Avançamos Para o Estágio Atual?" analisa como a comunicação brasileira e local interagem diretamente com o meio político, estabelecendo uma relação de reciprocidade que implica na narrativa adotada pela imprensa, as concessões de rádio e televisão, o papel dos jornais impressos.

O quarto capítulo "Eleições e Mídias Sociais no Amapá: o uso da rede social Facebook© nas eleições de 2018" retrata a potencialização das redes de comunicação e movimentos sociais desde a redemocratização do Brasil até a chegada das novas mídias digitais com um fenômeno político que abalou as estruturas da comunicação no país — o caso das Jornadas de Junho de 2013 — e a ascensão do movimento neoconservador de extrema direita brasileiro, cristalizado na eleição para a Presidência da República do então obscuro Deputado Federal do Rio de Janeiro Jair Bolsonaro em 2018. Além disso, neste capítulo, situamos também o contexto social, político e tecnológico do Amapá, que passou por experiências peculiares em seu processo de expansão das novas mídias e mudanças na comunicação política, em especial na disputa pelo governo do estado, no qual o processo de engajamento dos atores políticos nas redes sociais mostrou-se intenso e mais próximo dos eleitores do que o que foi utilizado nas chamadas mídias tradicionais, com bombardeio de informações, jingles, mensagens e memes que dinamizaram as campanhas, constituindo-se em uma nova frente de divulgação política.

O quinto capítulo, "Campanhas para o Governo do Estado do Amapá em 2018: Atores e Utilização das Redes Sociais", mostra os resultados da pesquisa com análises das postagens dos cinco candidatos ao governo do Amapá durante a campanha eleitoral de 2018, lendo em consideração aspectos como a frequência de postagens, investimentos de campanha, narrativas e ferramentas adotadas pelas candidaturas para obter maior participação do público nas redes sociais, além de apresentar um breve histórico de suas trajetórias e atividades políticas, que

auxilia o leitor no entendimento de como as candidaturas manifestaram sua comunicação política no pleito eleitoral daquele ano.

1.1 METODOLOGIA DESENVOLVIDA NA PESQUISA

A pesquisa produzida para este estudo iniciou a partir da observação das eleições de 2018 como uma consequência dos movimentos que tomaram conta das mídias digitais no Brasil desde a ascensão e crescimento das redes sociais no país, em especial do Facebook[©] e, posteriormente do Whatsapp[©], que vinha sendo utilizado de forma tímida em 2010, ganhou poder de influência junto às massas com as manifestações de 2013 e o impeachment de Dilma Rousseff em 2016, no qual as organizações de direita e movimentos sociais conservadores passaram a se organizar e desembocaram na ascensão de Bolsonaro ao poder presidencial e na consolidação dos partidos de direita e centro-direita nos governos estaduais nas eleições de 2018.

No entanto, este fenômeno chamou-nos atenção para uma leitura desse procedimento no cenário político amapaense, no intuito de analisar como foi o processo eleitoral que manteve o representante de uma das principais elites políticas no poder local para exercer o seu quarto mandato e de que forma as redes sociais foram decisivas para a vitória de Waldez Góes.

A partir disso, foi feito um mapeamento das redes sociais dos candidatos ao governo do Estado, Senado Federal, Deputado Federal e Deputado Estadual do pleito de 2018, sobretudo, aqueles que se destacavam nas pesquisas de intenção de voto, como o IBOPE, e aqueles que já utilizavam as redes sociais com certa frequência. Escolhas metodológicas nos levaram a estabelecer como ponto de recorte atender somente aos candidatos ao governo do Estado, e a utilização de apenas uma rede social, o Facebook, o mais usado entre os candidatos até então.

Para o recolhimento dos dados no Facebook, utilizamos o Netvizz[©], aplicativo que funcionava como uma ferramenta (*toll*) na rede social, que recolhia informação de páginas (também conhecidas como *fan pages*) a partir do número de identificador do usuário (ID) da página.

A partir desse identificador, a ferramenta produzia dados como: quantidade de interações, redes de interação (com candidatos, programas, artistas, seguidores etc.) e engajamento, que podiam ser exportadas em documento (doc) e planilhas (xsl). O que nos interessou no momento foi a quantidade de interações nas publicações do Facebook durante o período eleitoral. A ferramenta foi descontinuada em seguida e os dados dispostos em planilhas, conforme a figura 01 abaixo.

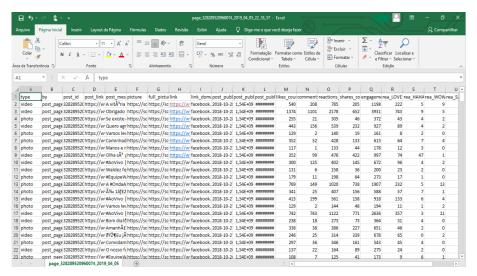


Figura 01: Dados gerados pela ferramenta Netvizz[©], extraído do Facebook[©]. **Fonte:** Netvizz[©]/Elaboração própria.

Após o recolhimento dos dados, foram trabalhados o referencial teórico que relacionava a história social e política nacional, a história social e política da Amazônia, referenciais sobre a construção do populismo na política, o coronelismo, o elitismo político e mandonismo como prática política, até chegar às características da política no mundo tecnológico e digital – do avanço da mídia tradicional até as novas mídias, para chegar ao ponto das eleições de 2018 como um fenômeno peculiar no Estado do Amapá.

2 A 'MÍSTICA FORJADA': FORMAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO AMAPÁ

2.1 PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DO TERRITÓRIO FEDERAL EM ESTADO

A região Amazônica foi ordenada por grandes narrativas históricas para justificar sua ocupação, marcada por várias tentativas de tomada do território por outros países. A administração portuguesa a partir do século XVI passa a concentrar sua dominação espacial em terras tropicais, resultando no desenvolvimento de territórios no Centro-Sul e Nordeste e Norte. No entanto, as estratégias de dominação e poder em cada região se deu de modo diferenciado, sendo vistos contrastes na formação de cada uma.

Portanto, para compreender a história do Amapá, segundo Morais e Rosário (2009), é necessário entender o contexto nacional e internacional da qual está envolvida, a começar pelo sentido da colonização brasileira, para poder entender as circunstâncias e dimensões do desenvolvimento econômico e a aparente desigualdade em relação a outros estados em relação ao seu crescimento.

Estudos apontam que o interesse pela Amazônia brasileira começa antes processo de "descoberta das Américas". Antes do desejo da Coroa Portuguesa, que contou com a expedição de Pedro Alvares Cabral ao Brasil em abril de 1500, houve a ocupação de espanhóis com a viagem de Vicente Yañes Pinzón em janeiro do mesmo ano, três meses antes da expedição de Cabral chegar às terras brasileiras. A expedição nas terras das Américas durante as grandes navegações teve como base o Tratado de Tordesilhas, acordo assinado entre Espanha e Portugal em 1494 que estabelecia a divisão das terras da América do Sul para cada país (GADELHA, 2002; SOUZA, L. 2020). Dessa forma, grande parte dos territórios que hoje conhecemos como Norte, Centro-Oeste e Sul brasileiro, faziam parte do território espanhol, segundo o tratado.

Naquele momento, a Amazônia era alvo de invasão de navegações francesas, inglesas, holandesas e portuguesas. Para frear a exploração do território ao Norte, à mando do governador-geral do Brasil-Colônia, Gaspar de Sousa, no ano de 1615 foi feita uma expedição até aquelas terras, quando se criou a Capitania do Grão-Pará, Maranhão e Amazonas, concedida a capitães-mores do reino que passam a administrar os territórios integrados, importantes para o governo da colônia por ser uma região posicionada estrategicamente no mapa da rota comercial marítima, facilitando a comunicação com o reino de Portugal e a expansão econômica da colônia (GADELHA, 2002; REZENDE, 2006, SOUZA, L. 2020).

Reforçando a estratégia de ocupação dos territórios, foram construídas fortificações que abrigavam soldados e armas contra invasões estrangeiras, os locais também serviriam de prisão para os invasores. A primeira a ser edificada foi o Forte do Presépio em Belém (PA). Além desta, várias outras foram construídas na Amazônia entre os séculos XVII e XVIII. Com a assinatura do Tratado de Madri em 1750, foram redefinidos os limites das colônias pertencentes a Portugal e Espanha, deste modo, desfazendo o Tratado de Tordesilhas, acordado anteriormente (DA COSTA, 2015).

Tendo em vista a importância das terras localizadas nas margens do Rio Amazonas, fazendo divisa ao norte com a Guiana Francesa e ao noroeste com o Oceano Atlântico, a coroa decide posicionar sua administração em Macapá, território que é elevado à Vila pelo governador do Pará Manuel Bernardo de Mello e Castro em 1758. Seis anos depois, foi iniciada a construção da Fortaleza de São José de Macapá, forte estratégico para a região, inaugurada somente em 1782 (DA COSTA, 2015).

A região onde é localizada o Amapá é mais uma vez alvo de disputa internacional entre Brasil e França por conta das riquezas minerais oriundas de jazidas em terras amapaenses. A questão foi resolvida somente diante do laudo do Tribunal Suíço, em 1900, que reconheceu a região como pertencente ao Brasil (LOBATO, 2014).

A ocupação dessa região teve como objetivo, sobretudo, a exploração de diversos recursos naturais e minerais, visto que houve o incentivo ao fluxo migratório com a promessa de oportunidades e o acionamento da defesa nacional contra novas invasões estrangeiras como justificativa para explorar a região (LEÃO, 2020), ainda servindo de palco do Primeiro Ciclo da Borracha (1850-1910). A quebra do monopólio extrativista gerou uma fase de decadência para a economia da Amazônia, tirando os olhares do governo em torno da região, e consequente, o abandono da população com a falta de infraestrutura e suplementos básicos para sua sobrevivência.

O retorno do interesse pela Região Norte se deu novamente em 1942, motivada pela Segunda Guerra Mundial, devido novas ameaças de invasão por países como França, Inglaterra e Holanda, que poderiam penetrar na região através das fronteiras com Guina Francesa. Guiana Inglesa e Suriname levando o governo brasileiro a adotar novas medidas de ocupação da região. Em uma ação direta, implantou-se a lei de Segurança Nacional para consolidar o desenvolvimento social e econômico na Amazônia (LEÃO, 2020).

A ocupação territorial reflete o plano do Governo brasileiro em redividir o país para exercer o controle de áreas consideradas estratégicas para a produção e extração de recursos naturais, interesse despertado pela possibilidade de tornar estes recursos um produto rentável

para o mercado internacional e assim desempenhar um perfil exportador competitivo para o Brasil. A ação contava com a adesão das elites locais, que operaram no modelo coronelista e clientelista no interior da Amazônia, possibilitando assim que projeto de desenvolvimento sob a ótica nacionalista fosse possível, alinhando às bases da modernização e da tradição, fortemente influenciada pelo sistema social e político da Primeira República, pois, na representação política municipal, a figura do chefe local estava concentrada no espaço rural.

Retomando o período de ocupação em 1940, especialistas também atribuem a ação de integração da Amazônia pelo governo com vistas em uma suposta ameaça comunista de países socialistas, e, por esse motivo, houve a aproximação do Brasil ao modelo norte-americano de departamento administrativo, para garantir o desenvolvimento de uma economia de mercado (MORAIS e ROSÁRIO, 2009; DA SILVA, 2017). Na prática, a ocupação significou um projeto conservador e recolonizador da região com roupagem de modernização, que conseguiu implantar a narrativa de levar a civilização nas terras virgens e constituiu o mito do herói modernizador (LOUREIRO 2004 apud LEÃO, 2020).

A Constituição de 1937 dispõe as circunstâncias indicadas para a intervenção nos territórios no seu Art. 9°:

- Art 9° O Governo federal intervirá nos Estados, mediante a nomeação pelo Presidente da República de um interventor, que assumirá no Estado as funções que, pela sua Constituição, competirem ao Poder Executivo, ou as que, de acordo com as conveniências e necessidades de cada caso, lhe forem atribuídas pelo Presidente da República:
- a) para impedir invasão iminente de um país estrangeiro no território nacional, ou de um Estado em outro, bem como para repelir uma ou outra invasão;
- b) para restabelecer a ordem gravemente alterada, nos casos em que o Estado não queira ou não possa fazê-lo;
- c) para administrar o Estado, quando, por qualquer motivo, um dos seus Poderes estiver impedido de funcionar;
- d) para reorganizar as finanças do Estado que suspender, por mais de dois anos consecutivos, o serviço de sua dívida fundada, ou que, passado um ano do vencimento, não houver resgatado empréstimo contraído com a União;
 - e) para assegurar a execução dos seguintes princípios constitucionais;
 - 1) forma republicana e representativa de governo;
 - 2) governo presidencial;
 - 3) direitos e garantias assegurados na Constituição;
 - f) para assegurar a execução das leis e sentenças federais.

Parágrafo único - A competência para decretar a intervenção será do Presidente da República, nos casos, das letras $a, b \in c$; da Câmara dos Deputados, no caso das letras $d \in e$; do Presidente da República, mediante requisição do supremo Tribunal Federal, no caso da letra f (BRASIL, 1937)

A intervenção especial marcou, sobretudo, uma nova divisão das regiões Norte e Nordeste. Foram criados os territórios de Guaporé, Rio Branco, Amapá, Ponta Porã, Iguaçú e Fernando de Noronha. Maranhão e Piauí foram incorporados à Região Nordeste-Oriental. A divisão foi elaborada estrategicamente passando pelas áreas de fronteira, e em áreas com potencial de produção e exploração de riquezas naturais, conforme a figura 01 abaixo.

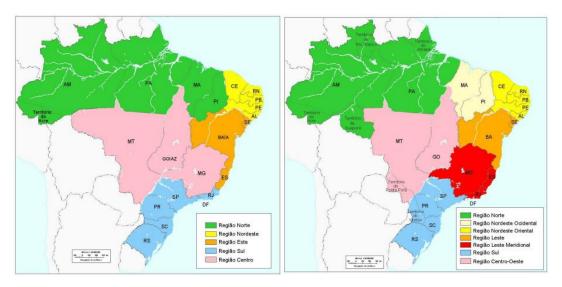


Figura 02 – Divisão Político-Administrativa no Brasil em 1940 e após redivisão territorial de 1943.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

A nova frente de ocupação é mediada pelos militares do exército que compunham o governo de Getúlio Vargas, que organizaram o Plano de Saneamento da Amazônia (PSA) em 1940, anterior ao Plano de Valorização Econômica da Amazônia (PVEA) de 1946, que determinava a construção de uma infraestrutura de saúde para avaliar as condições dos vilas territoriais e população local, medidas sanitárias necessárias para conter o fluxo de doenças tropicais e doenças infecciosas permitindo o povoamento da região, uma forma de garantir a presença do Estado na Amazônia (ANDRADE e HOCHMAN, 2007).

Em 13 de setembro de 1943, através do decreto de Lei nº 5.812/43, promulgado pelo presidente Getúlio Vargas durante o Estado Novo, o Amapá se torna território federal, sendo desmembrado do Pará. O Amapá passa a ter como região administrativa o município de Amapá, criado em 1903, e ainda possuía mais duas vilas, transformadas em municípios, Macapá e Mazagão.

Os governadores dos novos territórios foram indicados pelo Presidente da República. Os cargos eram ocupados por militares do exército, que ali iniciavam uma elite local composta por membros das forças armadas e comerciantes atraídos pela migração interna e imigração

internacional. O comandante Janary Gentil Nunes, nascido em Alenquer, no Pará, é nomeado como interventor do Território Federal do Amapá. Em 1944, com a oficialização do governo territorial decretada pelo Estado brasileiro, a sede administrativa é transferida do Amapá (município) para Macapá. No quadro abaixo, para efeito de ilustração, segue a relação dos mandatos dos governadores do Território Federal do Amapá – TFA, desde a criação até o golpe militar de 1964.

Quadro 01 - Mandatos dos Governadores do Território Federal do Amapá (1944-1964)

Nome	Partido	Mandato	
Janary Nunes	PSD	1944*-1956	
Theodoro Arthou	PP	1956	
Almílcar Pereira	PSD	1956-1958	
Pauxy Nunes	PSP	1958-1961	
José Francisco de Moura	PSD	1961	
Cavalcante			
Mário de Medeiros Cavalcante	PSD	1961	
Raúl Monteiro Valdez	PSP	1961-1962	
Terêncio Furtado de Mendonça	Sem Partido	1962-1964	
Porto			

Fonte: Elaboração Própria

A administração territorial pela intervenção do Governo Federal foi feita por etapas. A primeira etapa cumpre a nomeação de Nunes, que se ocupa de destinar cargos, equipar os órgãos públicos e auxiliar no programa de integração da Amazônia com dados e notícias a respeito da situação das expedições no solo e do atendimento à população local. A segunda etapa inclui a expansão da estrutura dos órgãos públicos, escolas, a modernização e a implantação de redes de acesso terrestre, aéreo, fluvial e de redes de informação.

Até 1944, o Amapá não possuía rede de energia elétrica, sendo muito comum o uso de lamparinas, lampiões, candeeiros, para iluminar residências, órgãos públicos e logradouros. Também era comum o uso de geladeira a querosene para armazenar alimentos e bebidas. Foi somente em 1945 que a primeira Usina de Força e Luz foi inaugurada na capital, Macapá. Contudo, as peças usadas na instalação eram velhas, assim, fazendo com que houvesse constantes quedas de energia⁷

Ainda no mesmo ano, o interventor se deparou com uma população de 1.286 habitantes, a maioria negra, indígena e analfabeta, sendo reportada como "[...] um vilarejo decadente sem

^{*}Inicia o mandato como interventor, sendo nomeado governador em 1945.

⁷ PORTA RETRATO AP. HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DE MACAPÁ. Disponível em: https://porta-retrato-ap.blogspot.com/2020/11/historias-e-memoria-de-macapa.html. Acesso em: 21 ago. 2021.

condições mínimas de atendimentos imprescindíveis em uma cidade". (MACIEL, 2014). A presença da população negra em solo amapaense, constata Maciel (2014), passou por um processo de intenso apagamento social e cultural, devido a criação de um mito de democracia racial — de união e integração dos negros na sociedade, uma forma de justificar a saída de famílias do centro da cidade, praticantes do Marabaixo⁸ e o avanço da presença do exército e estado brasileiro através do interventor Janary Nunes para consolidar a forma autocrática de governo e as posições defendidas pelas forças militares e pelo governo federal para a Amazônia.

Continuando com o avanço da educação "para integrar e povoar", a primeira escola pública de Macapá é implantada, o Grupo Escolar de Macapá, hoje Escola Estadual Barão do Rio Branco, posteriormente, foram criadas 61 novas escolas, entre 1944 e 1949 (DIAS, 2014). Segundo o Jornal Amapá, impresso pelo governo territorial, foram implantadas diversas modalidades de ensino em solo amapaense: escolas rurais de primeiro grau, escolas isoladas e reunidas, escolas de ensino profissional masculino e feminino, ensino noturno para analfabetos, bibliotecas e o ensino do escotismo e bandeirantismo (JORNAL DO AMAPÁ [1948] apud DIAS, 2014).

A retirada de famílias da parte urbana representou a limpeza social para que uma gestão urbanística e administrativa começasse a se desenvolver sob comando de Nunes. Foram prometidas, para essas famílias, novos locais que pudessem atender as necessidades destas, mas, ainda assim, nem toda a população reagiu bem as mudanças⁹ (MACHADO, 2013). O que era público se tornou privado e isso significou a instrumentalização de uma cultura para cumprir o papel de intervenção e no projeto de civilização (Figura 03).

⁸ Cultura de resistência dos povos negros do Amapá que trazem como elemento a dança e a memória dos povos da diáspora africana, que foram escravizados no Brasil, colocados em navios negreiros "mar à baixo". Em sua prática, são acrescentadas cantigas, chamadas de 'ladrões', toques de tambores e outros instrumentos de percussão confeccionados pelos próprios praticantes da tradição. As roupas tradicionalmente usadas nos ciclos (saias, roupas brancas, para as mulheres, roupas brancas e chapeus para os homens), também são elementos essenciais produzidos pelos marabaixeiros.

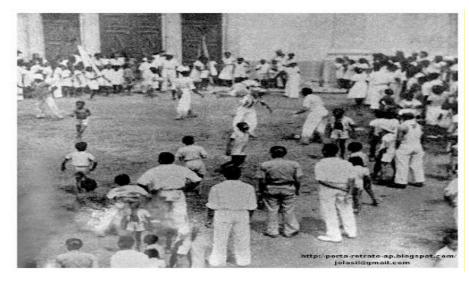


Figura 03 — Moradores de Macapá dançando Marabaixo na frente da Igreja Matriz de São José, no centro da cidade (1948)

Fonte: Reprodução/Porta Retrato AP.

O planejamento de Vargas para a Amazônia se baseou em um tripé: Sanear, Educar e Povoar, seguido a fundo pelo seu interventor no Amapá. A determinação era intervir na vida da população local com novos valores, novos hábitos e novas práticas culturais, privilegiando a cultura cívica e moral, principalmente direcionada a formação da juventude. Foi somente no ano de 1949 que houve a regulamentação do ensino pedagógico no território, embora a educação amapaense já segue as diretrizes nacionais da escola normativa (LOBATO, 2013; DIAS, 2014).

No ano de 1945, o governo anuncia a descoberta das jazidas de minério – destaque para a figura 3, abaixo, de 1951. Entusiasmados com a abertura do espaço amazônico para o mercado internacional, em 1946, o Governo Federal publica o edital de licitação para a exploração de jazidas de manganês na região de Vila de Serra do Navio, área localizada a 210 quilômetros da capital, Macapá. A disputa é vencida pela empresa Indústria e Comércio de Minérios S/A – ICOMI, com sede em Minas Gerais, contando com participação de capital da siderúrgica norteamericana Bethlehem Steel Corporation (DE CAMPOS e PASSOS, 2020).



Figura 04 – Janary Nunes (à direita) e Presidente Getúlio Vargas, reunidos no Palácio da Guanabara – RJ (1951) **Fonte:** Reprodução/Porta Retrato AP.

No ano seguinte, começam os estudos para a exploração de manganês, apresentando um programa-modelo de produção baseado no fordismo, incluindo a formação de vilas operárias em Serra do Navio e Vila Amazonas, área portuária onde hoje é localizada o município de Santana (AP), que foram administradas pela própria empresa. Coube também à administração da empresa a manutenção e a organização do sistema de saúde, educação, segurança e saneamento do local. A ICOMI passa a operar oficialmente em 1950 no território. Em 1948, o Vale do Jari passa a ser explorado pela empresa Jari Indústria e Comércio S/A na extração de castanha, madeira e borracha. Somente em 1956, é criada a Companhia de Eletricidade do Estado do Amapá – CEA (GALINDO, 2017). Deste modo, se inicia o aparelhamento administrativo-político do Amapá, o desenvolvimento industrial e o processo de expansão e modernização da área urbana do território.

Os trabalhadores sempre tiveram uma importância no desenvolvimento social e na cultura amazônica. Eles compunham, junto com outros povos, a classe popular no Amapá desde sua ocupação colonial, sendo apreciada sua relação com a natureza, logo também transformada em narrativa mística com pelo reforço da imagem do "caboclo", homem que possui uma proximidade especial e com a natureza amazônida, vinda de uma das principais atividades da região, o extrativismo.

O desenvolvimento do Amapá também contou com um novo modelo de mão de obra: o operariado, que trabalhava nas empresas de minério e extrativismo, que possuía qualificação básica para trabalhar com serviços de maquinários, serviços gerais e extração direta de recursos natureza. Este modelo de produção que passa em vigorar em toda a Amazônia gera mudanças na economia geopolítica da região. O Amapá é incluído na criação da Amazônia Legal (AMZ-

L), através do decreto n°1.806/53, que cria a divisão territorial da região com a finalidade de promover o desenvolvimento em diversos setores, ocupando uma área de 8.514.877 km² junto com os territórios do Pará, Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima, Mato Grosso, Tocantins e oeste do Maranhão, obtendo 61% do território brasileiro (MARTHA JÚNIOR; CONTINI e NAVARRO, 2011).

Entre o período de organização do território até 1964, o Amapá viveu um intenso de obras classificadas como etapa de modernização do território urbano, acrescentando o número de trabalhadores e da população territorial, que cresceu em 82% entre as décadas de 1940 e 1950, conforme o disposto no quadro 2.

Quadro 02 - Crescimento Populacional do Território do Amapá entre 1940 e 1950

População		Crescimento em %
1940	1950	82%
30.747	37.477	

Fonte: Censo Demográfico 1950 – IBGE.

No entanto, procurou-se anular a perspectiva da organização trabalhadora como classe social e da noção sobre cidadania da população com ações tidas como "paternalistas" e "assistencialistas" herdadas do próprio Governo Vargas, praticadas pelo governo janarista, no entanto, não impediu que organizações sindicais e comunidades de base fossem criadas, denunciando a situação social e lutando para garantir os direitos dos trabalhadores.

O governo de Janary Nunes acabou se projetando como um marco na história política e social do território, tendo em vista o tempo em que esteve no poder, entre 1943 e 1956, conseguindo organizar a economia e a política local, sendo referenciado por diversas personalidades da época, como o então deputado federal Juscelino Kubitschek, o então senador e empresário renomado da comunicação, Assis Chateaubriand, e pelo jornalista Carlos Lacerda (NUNES, 2012). Porém, a oferta desses provimentos tinha objetivos sólidos: o povoamento do Amapá, a utilização dos recursos naturais, a qualificação para o mercado de trabalho e, consequentemente, a consolidação do pacto das elites locais. Para isso, Janary utiliza de diversos recursos para ter acesso ao território, incluindo a narrativa civilizatória heroica, posicionando-o como um 'desbravador das terras virgens' e 'salvador do povo', criando-se a "Mística do Amapá":

A mística do Amapá quer o bem do povo. Não de uma parte do povo, de uma aristocracia, de uma classe, dos que comunguem com o governo ou dos que aqueles discordem. Mas almeja o bem-estar de todos os indivíduos, de todos os lares. Não colima elevar uns para derrubar outros, de ter poderosos e oprimidos, senhores e escravos. O seu objetivo é promover o levantamento do nível de vida, dando melhor oportunidade para brancos e pretos, remediados ou pobres, jovens ou velhos, profissionais e aprendizes. A distinção entre os homens não se deve basear na fortuna nem na posição, mas na soma de serviços que prestem à sociedade (NUNES, 2012, p. 23).

Nunes e seus dirigentes procuravam fazer alianças com fazendeiros e latifundiários do território a fim de garantir apoio político e era costume vê-lo em grandes comitivas pelos municípios amapaenses. A distribuição de produtos para comunidades interioranas era uma prática comum, que tinha uma população com altos índices de analfabetismo e profunda carência econômica e social. Janary Nunes se tornou um símbolo político emblemático no Estado, que tinha a missão de trazer a "civilização", de "criar" o território e torná-lo atraente para o comércio internacional com a exploração de minério (SANTOS, F. 2006; NUNES, 2012).

Ao se colocar como fonte a identidade, a cultura, a educação e das novas tecnologias permitiram modificar a dinâmica da estrutura social e urbanística, Nunes influenciou profundamente na percepção política da população, uma vez carente de recursos e sendo exploradas pela estrutura política-desenvolvimentista daquele momento do Brasil, o que sugere a prática clientelista do governo territorial:

As práticas clientelistas podem desenvolver-se em contextos urbanos marcados por um alto grau de complexidade e diferenciação social, já que as variáveis políticas - tais como: as características do regime político, o modo como se estrutura eleitoral e partidária, a centralização do poder e o fechamento do mercado político -, são fundamentais para explicar o êxito do modelo clientelista (KERBAUY, 2016, p. 35).

No Amapá, as primeiras organizações partidárias surgem em 1945, com a criação do Partido Social Democrático (PSD), com diretórios Macapá, Mazagão e Amapá, que se torna o partido de Janary Nunes, e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), partido que agrupou opositores do governo janarista, que tinha como principal opositor Elfredo Távora Gonsalves, herdeiro e trabalhador de seringal no Vale do Araguari, sindicalista e ex-apoiador de Janary. O governador nomeava os prefeitos dos municípios, o cargo para deputado federal era o único que podia ser escolhido através do voto popular, tendo apenas uma vaga disponível para o território (SANTOS, F. 2006 apud SOUZA, M. 2017; LOBATO, 2013). Para o alistamento de eleitores, havia regras estabelecidas: o cidadão deveria ser alfabetizado, e mulheres que

trabalhassem fora do lar deveriam fazer o alistamento eleitoral. Em 1950, mesmo com a mudança de Getúlio para o PTB, os diretórios territoriais e Nunes decidem de último minuto apoiar o candidato petebista ao invés do presidenciável do PSD, Cristiano Machado, retomando a confiança de Vargas.



Figura 05 – Janary Nunes (ao centro, sentado) com sua primeira equipe de governo (1944).

Fonte: Reprodução/Portal Porta Retrato AP.

No entanto, a conexão partidária com o governador territorial e o apoio dado ao longo da campanha foi importante para que Cristiano Machado saísse na frente de Getúlio no Amapá, com 4.134 votos a 787. O número de eleitores teve um salto de 3.365 em 1945 para 5.059, entre os votos válidos das disputas presidenciais 1011

O primeiro deputado federal eleito pelos amapaenses foi o irmão de Janary, Coaracy Nunes, pelo PSD, com 2.385 votos nas eleições de 1947. Na Câmara dos Deputados, Coaracy fez parte da comissão de Segurança Nacional e do Plano de Valorização da Amazônia¹², onde atuou como presidente. As forças políticas dos Nunes conseguiram que o candidato opositor, o general Álvares de Azevedo Costa (PTB)¹³ tivesse a candidatura negada pelo TSE (SANTOS,

ATLAS DAS ELEIÇÕES PRESIDÊNCIAS NO BRASIL. Eleições de 1950. Disponível em: https://sites.google.com/site/atlaseleicoespresidenciais/eleio-de-1950>. Acesso em: 19 de ago 2021.

¹⁰ NILSON MONTORIL. Fidelidade Partidária Reconhecida. Disponível em: https://montorilaraujo.blogspot.com/2011/08/fidelidade-partidaria-reconhecida.html>. Acesso em: 19 ago 2021.

¹² CÂMARA DOS DEPUTADOS. Coaracy Nunes. Disponível: https://www.camara.leg.br/deputados/130555/biografia>. Acesso em: 22 de ago 2021.

¹³ Álvares de Azevedo Costa foi general do exército e engenheiro militar. Nada tem a ver com o político amapaense Raimundo Azevedo Costa e o conhecido radialista do Amapá Azevedo Picanço.

F. 2006b apud SOUZA, M. 2017d). O quadro 03, abaixo, indica os deputados eleitos pelo TFA até 1978.

Quadro 03 – Deputados Federais Eleitos pelo Amapá (1947-1978)¹⁴

Nome	Partido	Votos	Mandato
Coaracy Nunes	PSD	2.385	1947-1950
Coaracy Nunes	PSD	4.133	1950-1954
Coaracy Nunes	PSD	3.517	1954-1958
Amílcar Pereira	PSD	3.771	1958-1962
Janary Nunes	PSP	6.557	1962-1966
Janary Nunes	ARENA	5.957	1966-1970
Antônio Cordeiro	MDB	8.222	1970-1974
Pontes			
Antônio Cordeiro	MDB	10.749	1974-1978
Pontes			

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TSE-PA) /Elaboração própria

Mesmo com a tabela acima apontando a sua hegemonia, a família Nunes em solo amapaense passou a mostrar fragilidade durante o período da segunda fase da Terceira República. O Brasil ainda vivia a comoção do evento traumático que foi suicídio de Vargas, ocorrido em 24 de agosto de 1954, durante seu segundo mandato. O alinhamento político herdado do período varguista estava em declínio progressivo.

Em 1956, após uma série de presidentes temporários, o ex-governador de Minas Gerais, Juscelino Kubistchek, toma posse como Presidente da República, demonstrando uma extensa retomada da política de modernização institucional, social e industrial do país, um dos desafios após o populismo varguista, com o objetivo de trabalhar ostensivamente para a expansão do desenvolvimento econômico. Também foi reconhecido como um dos governos mais estrategistas, costurando alianças entre o Partido Social Democrático – PSD e o opositor Partido Trabalhista Brasileiro – PTB que unia o eleitorado rural e urbano, que resultou na união da chapa de Juscelino Kubitschek e João Goulart, montando uma oposição forte contra a União Democrática Nacional – UDN, partido opositor ao governo de Getúlio Vargas (BENEVIDES, 1978).

Foi nesse período que o sistema político viu o declínio do prestígio dos partidos conservadores UDN e PSD – no qual a família Nunes estava alinhada – e o aumento da popularidade dos partidos reformistas, como o PTB (SOARES [1973, 1984]; CAMPELLO DE

-

¹⁴ O Amapá passa a contar com 2 vagas para a Câmara dos Deputados a partir de 1978. Nas eleições de 1982, o Amapá passa a contar com 5 vagas.

SOUZA [1970, 1981] apud LAVAREDA, 2012b). Em 1956, Janary é convidado por Kubitschek para presidir a Petrobrás, ficando no cargo até 1958. Nesse meio tempo, o Amapá foi governado temporariamente pelo promotor de justiça cearense Theodoro Arthou, ficando apenas dois meses no cargo, em seguida ocupado por Amílcar Pereira, ex-prefeito de Oiapoque (AP) na década de 1940 e que exercia naquele momento o cargo de deputado federal 15. Em 1958, mais um irmão de Nunes, Pauxy Gentil Nunes, ingressa na carreira política, sendo nomeado governador.

O território amapaense passou por uma breve alternância de poder entre os governadores. Pauxy Gentil (PSP) foi o último da linha dos Nunes a governar o Estado, de 1958 até 1961. A partir de então, governadores temporários assumem o lugar. As diversas trocas de governadores refletem o período de crise política do governo de João Goulart entre 1961 e 1964. O primeiro foi o promotor José Francisco de Moura Cavalcante (PSD), ficando apenas seis meses no cargo, em seguida, assume Mário de Medeiros Cavalcante (PSD), que fica até outubro de 1961. Janary Nunes, ex-governador, assume o cargo de deputado federal em 1962.

Com a onda de pressões conservadoras contra as políticas adotadas por Goulart, que fora vice de JK, eleito presidente em 1961, grupos das elites se mostraram desfavoráveis a sua gestão, principalmente por seu impacto econômico e social com grande aceitação dos trabalhadores pelo acolhimento das propostas de reformas de base, pressionam sua saída do poder, sob a acusação de inclinar-se aos movimentos socialistas e por supostamente tramar uma conversão do Brasil para comunismo. A crise se acentua no reatamento das relações do Brasil com a URSS e pelas relações simpáticas com Cuba, que vivera uma revolução comunista em 1959. A posição de Goulart foi entendida pelas elites, jornalistas e pelos militares como uma ameaça ao Estado brasileiro. A trama para o golpe a Goulart se deu sob organização de grupos anticomunistas e apoio dos Estados Unidos (MOTTA, 2000). Em seguida, houve a ruptura democrática com a instauração da Ditatura Civil Militar em 31 de março de 1964.

A Ditadura Militar inicia a fase mais autoritária e repressora no Brasil. O período começa com a nomeação do político Ranieri Mazzilli ocupando brevemente o cargo de presidente da República. Em seguida, houve promulgação do ato institucional nº 1, em 9 de abril, permitindo a prisão e a cassação de direitos políticos de vários jornalistas, intelectuais, políticos, artistas e estudantes contrários as ações dos militares e grupos conservadores. No dia 10 de abril, o general Humberto de Alencar Castelo Branco foi escolhido pela junta militar

¹⁵ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Amílcar Pereira. Disponível em: https://www.camara.leg.br/deputados/130710/biografia. Acesso em: 22 set 2021.

como o presidente da República. Entre outras mudanças, a ditadura promoveu o sistema bipartidário a partir do ato institucional nº 4 em 1965, antes proibindo o pluripartidarismo pelo ato institucional nº 2. Assim, o Brasil passa a ter em 1966 dois partidos – Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB). (BECHARA e RODRIGUES, 2015).

Na Amazônia brasileira, a ascensão da ditadura militar significou mudanças no modelo de relações sociais, políticas e econômicas. A política intervencionista se tornou mais profunda e combativa nas questões relacionadas a terra, reprimindo organizações de trabalhadores rurais, sindicalistas e povos originários. Os militares apoiaram amplamente as elites rurais, proprietárias de terra, favorecendo a entrada do capital internacional e nacional para explorar os recursos naturais e criar indústrias em solos habitados pelos povos da floresta.

O golpe de 1964 muda o cenário político local com a saída de militares que estiveram alinhados com os governos anteriores de Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart, aparelhando os governos territoriais com militares que já conduziam investigações sobre a região. No Amapá, a rebelião para o golpe foi comandada pelo chefe da Guarda Territorial, Uadi Charone, que invadiu o Palácio do Governo após desobedecer a ordem de prender os editores do jornal A Voz Católica, veículo que tecia críticas ao governador de então, Terêncio de Mendonça Porto, apoiado por Janary.

Em seguida, o capitão Luis Mendes da Silva foi nomeado governador do Amapá pelo presidente-ditador Castelo Branco. Mendes havia recebido documentos com denúncias contra o governador antecessor, Mendonça Porto (1962-1964), e do ex-governador Janary Nunes. Foi nesse período que começaram as primeiras prisões políticas no território. Servidores do governo de oposição à ordem foram conduzidos à Fortaleza de São José de Macapá, monumento histórico construído contra a invasão estrangeira no século XVIII. Em seguida, houve repressão a grupos que apoiavam o ex-governador Janary Nunes¹⁶.

¹⁶ DIÁRIO DO AMAPÁ. A História que Precisa Ser Contada (I). Disponível em: https://www.diariodoamapa.com.br/cadernos/artigos/a%E2%80%88historia-que-precisa-ser-contada-i/. Acesso em: 29 de ago 2021.



Figura 06 – Ao microfone, Luis Mendes Silva, Governador do Amapá, discursa na inauguração de posto médico (anos 60).

Fonte: Portal Porta Retrato AP.

As mudanças da estrutura política amapaense nos anos seguidos são reflexo dos governos que comandaram o Brasil, alinhados com a perspectiva de levar a integração social e econômica para a Amazônia. Janary, enquanto "desbravador" e "fundador" de uma nova realidade social para o Amapá se mostrou como intocável politicamente por muitos anos, enquanto estiveram no poder os presidentes Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), Getúlio Vargas (1951-1954), Café Filho (1954-1955), Carlos Luz (1955), Nereu Ramos (1955-1956) e Juscelino Kubitschek (1956-1961). A partir da gestão de JK na presidência, o cenário muda. A força política de Vargas, com bases enfraquecidas no lado da elite, não consegue mais beneficiar o gestor do Amapá, mesmo transferindo o poder familiar na política ao seu irmão Pauxy Nunes, que continua o poder dos Nunes em meio ao cenário conturbado da República, no começo dos anos 1960. O mesmo movimento continuou durante o governo de João Goulart (1961-1964).

Os governos posteriores, sobretudo os governos militares do Amapá, procuram se distanciar de sua imagem política local, passando dar abertura a novos ciclos políticos, dominada pelas forças armadas e setores territoriais locais. A relação de governadores do TFA durante a ditadura militar encontra-se no quadro 04, abaixo.

Quadro 04 – Lista de governadores do Amapá durante a Ditadura Militar

Nome	Partido	Mandato
Luis Mendes da Silva	ARENA	1964-1967
Ivanhoé Gonçalves Martins	ARENA	1967-1972
José Lisboa Freire	ARENA	1972-1974

Artur de Azevedo Henning	ARENA	1974-1976
Anníbal Barcellos	ARENA/PDS	1976-1985

Fonte: Elaboração Própria.

O significado da Ditadura Militar no Amapá¹⁷ é caracterizado pelo foco na intervenção e expansão dos governos militares na Amazônia, região condicionada pelo governo como polo de produção promissor, com diversos incentivos para penetração da economia estrangeira. Para isso, foram criados órgãos responsáveis pelo acompanhamento e execução de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico e social da região, que foi denominada como Operação Amazônia (1966), culminando na criação da SUDAM (antiga SPVEA), FUNAI, BASA e SUFRAMA, fomentando os negócios da mineração e agropecuária (IANNI, 1979; MORAIS e ROSÁRIO, 2009; DA SILVA, 2017).

Nesse período turbulento da República, Janary Nunes ainda conseguiu ter mais um mandato como deputado federal, de 1963 a 1967, contudo, sem demonstrar força política como nos anos anteriores. O motivo seria o apoio dado a João Goulart, que enfrentava forte oposição naquele momento para poder continuar exercendo seu mandato, que estava sendo ameaçado de golpe por militares e civis conservadores desde o começo. Logo após a conformação da Ditadura, Janary se afastou do mandato para cumprir licença para tratamento de saúde, cedendo seu mandato ao suplente Dário Cordeiro de Lima.

Por outro lado, o governo militar buscou a tutela de povos originários como forma de controlar as terras por onde passavam obras como a Rodovia BR-230 (Transamazônica), continuando com a política de periferização da população amazônida. O uso da força também foi refletido contra movimentos de resistência ao regime autoritário, como contra ações de estudantis ligados a União dos Estudantes dos Cursos Secundários do Amapá (UECSA), partidários da antiga Ação Libertadora Nacional (ALN) e Partido Comunista do Brasil (PCB), que tiveram papel fundamental na resistência contra o regime. Aproveitando-se levianamente

-

¹⁷ Faz-se relevante salientar a dificuldade de encontrar materiais que abordem sobre o período do regime militar no Amapá, o que se deve, considerado por diversos pesquisadores que trabalham sobre a questão amapaense, uma marca do processo de intervenção territorial, mexendo diretamente com o imaginário social, como o discurso perdurado de que ditadura "nunca tivesse existido" ou que "foi uma ditabranda" território em relação as ações executadas nos outros Estados. As pesquisadoras Barbosa e Da Silva (2020, p. 204) reconhecem a abordagem acabou por evitar um conhecimento importante e crucial da história amapaense, que também revela o processo de silenciamento do povo e da produção sobre sua história. "Todavia, é necessário destacar que essa pequena produção historiográfica e os silêncios sobre o período nos espaços de pesquisa e ensino – sejam eles escolas ou universidades – acabam por reforçar no imaginário social amapaense aspectos que condicionam a maneira de se olhar para esse período, por exemplo, a compreensão socialmente partilhada de que a Ditadura teria se processado a nível local de maneira muito mais branda do que no restante do país, uma vez que Macapá não vivenciou a intensidade de prisões, torturas e mortes de cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte".

de uma característica sociocultural herdada da cultura dos povos originários – a narrativa mística que mexe o imaginário popular –, o regime militar local reforça, de modo a causar medo e repúdio das pessoas, histórias sobre comunismo, socialismo e de militantes contra o regime, influenciando na opinião pública que se pôs contrária a respeito da resistência política do período (SANTOS, D. 2001; SANTOS, V. 2006).

Em 1967, o território amapaense é vinculado ao Ministério do Interior, descentralizando parte das decisões do governo federal, deixando espaço para tomada de decisões para o governo territorial. Na prática, a ação foi vista como quase nula, pois muitas das demandas econômicas e políticas públicas dependiam da aprovação do Ministério e deveriam estar de acordo com a posição das Forças Armadas (MORAIS e ROSÁRIO, 2009).

A classe econômica e cultural, organizada por comerciantes, fazendeiros e jornalistas, orbitavam em torno dos interesses próprios em troca de apoio ao governo, caracterizada por sua dependência política, vinda da articulação de setores da economia local com o governo do território, que intermediava os negócios públicos com o governo federal, o que gerou um "pacto de submissão" dessas elites com as administrações militares no Amapá, dando carta branca para que se apossassem do controle social e do sistema política, que raramente vinha com forças de oposição, sendo elas oprimidas, marcando profundamente a cultura política do território (SANTOS, D. 2001).

Ainda em 1967, Ivanhoé Gonçalves Martins, general carioca, que anteriormente exerceu o cargo de Secretário de Segurança Pública do governo de Adhemar de Barros no Estado de São Paulo, foi nomeado governador do Território do Amapá pelo presidente Artur Costa e Silva. Com a posse de Ivanhoé, Janary perdeu ainda mais seu prestígio político, que divergia com os interesses da nova administração local¹⁸¹⁹.

_

¹⁸ NILSON MONTORIL.. Janary Nunes e a Revolução de 1964*. Disponível em: < http://montorilaraujo.blogspot.com/2012/12/normal-0-21-false-false_19.html>. Acesso em 21 jun 2021.

^{*}Palavras do autor do artigo

¹⁹ DIÁRIO DO AMAPÁ. Governador Ivanhoé Gonçalves Martins. Disponível em: < https://www.diariodoamapa.com.br/cadernos/artigos/governador-ivanhoe-goncalves-martins/ . Acesso em 21 jun 2021.

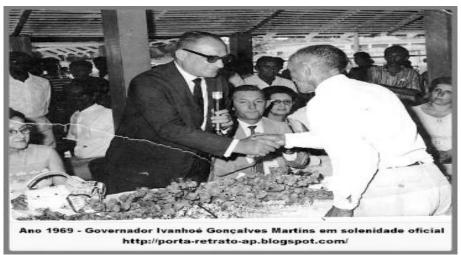


Figura 07 – Governador Ivanhoé Martins em um evento solene na Piscina Territorial de Macapá (1969).

Fonte: Reprodução/Portal Porta Retrato AP.

Ivanhoé inicia sua administração tendo os recursos garantidos pelo governo federal para o desenvolvimento do território, continuando as políticas intervencionistas, como no primeiro momento, dedicou-se a ampliar os programas regionais e aprimorar os incentivos fiscais de grandes projetos no Amapá. Contudo, enfrentou a onda crescente de oposição que vinha sendo formada desde os últimos anos do governo de Janary, acrescida agora pela luta contra o regime militar em todo o país, o que levou muitos jovens estudantes e juventude católica a se rebelarem contra o governo (PORTO, 2001; LOBATO, 2013; DA SILVA, 2017).

O governo militar se propunha a deixar sua marca no território com grandes obras e tentativas de romper com o passado recente do janarismo – missão que nunca foi completada. No entanto, encontrou suas bases no poder de dependência das elites locais, que estariam apoiando governos que estivessem dispostos a ajudá-los em suas gerações econômicas, combinadas com o incentivo a implantação de grandes obras no Amapá, pois novos investimentos surgiam e a população continuava a crescer em ritmo acelerado.

Em camadas e de forma muito rápida, as elites econômicas passam a ter um controle comercial e político em todo o território. Portanto, o passado janarista, do culto ao governador e de suas políticas sociais, já não se sustentavam com a passagem do regime militar. No entanto, se verifica durante sua gestão à frente do território o agravamento de problemas sociais evidenciados pela concentração do poder territorial para atrair novos investimentos, o que exigia cada vez mais uma capacidade alta de profissionalização, planejamento que não refletiu na capacidade de ampliar a formação educação e técnica, criando massas de desempregados.

O que se observará no Amapá nos anos que se seguirão à administração de Ivanhoé Martins será um agravamento desse quadro, com a acentuação da

dependência econômica e financeira, de um expressivo e descontrolado crescimento populacional, de um funcionalismo público cada vez maior e de uma massa de desempregados de baixa qualificação que só crescia a cada ano, mesmo que se tenha a impressão de que a regularização das dotações orçamentárias federais e a injeção de novos recursos públicos levaria o Amapá ao desenvolvimento anunciado. Priorizava-se, como meta principal, a urbanização do centro administrativo da capital, Macapá, dando pouquíssima atenção às zonas rurais e aos demais municípios do Território (DA SILVA, 2017, p. 210).

O ano de 1970 foi um termômetro do janarismo no Amapá. Naquele ano, ocorre as eleições para deputado federal, no qual concorriam Janary Nunes (ARENA) e Antônio Cordeiro Pontes (MDB). O território contava com 21.123 votantes. O comparecimento nas urnas foi de 15.246. Cordeiro Pontes, candidato de oposição a Janary, vence a disputa com 8.222 votos contra 6.817 (TRE-PA, 2008). Janary Nunes, observando a derrota nas urnas, e dadas as poucas possibilidades de obter chances no território, resolve se retirar do cenário político e se muda para o Rio de Janeiro.

A década de 1970 mostra uma nova realidade do Amapá: se aparentemente não havia "oposição" percebida no meio social, abre-se espaço tanto para uma oposição contra o janarismo, marcadamente pelas forças armadas, e uma oposição de esquerda contra o poder dos militares, que se organizam em partidos e em grupos clandestinos lutando contra o estado autoritário no Amapá. Nesses dois espaços surgem novas figuras políticas, que mais tarde seriam influentes tanto para a abertura democrática brasileira quanto a manutenção do poder político de grupos locais.

Em 1972, as Forças Armadas passam a destinar a competência de administrar três territórios para em suas organizações: A aeronáutica em Roraima, o exército em Rondônia e a marinha no Amapá. Em seguida, o capitão da Marinha Brasileira, o paraibano José Lisboa Freire, assume o governo do território amapaense, sendo o seu exercício considerado o auge do período de repressão da ditadura militar no Amapá. A operação denominada se "Engasga Se Engasga" foi a mais dura de então, ensejada pelo exército, sede local do Departamento de Ordem Política e Social - DOPS e Serviço Nacional de Informações - SNI. quando pessoas foram presas na Fortaleza de São José e levadas a Belém, capital do Pará, e lá eram torturadas. Os fatos só foram noticiados em jornais de oposição à ditadura do território amapaense, sendo completamente censurados no Amapá (CANTO e SILVA, 2018).

A tentativa de insurreição dos militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), com alguns remanescentes do PCB — O Partidão, ocorreu através da organização de uma guerrilha no Rio Araguaia, com objetivo de derrubar o regime e instaurar a revolução comunista, tentativa

que abatida pelo regime militar, culminando em prisões, tortura ou morte de uma grande quantidade de seus militantes. Este marco iniciou um período muito importante de reivindicação política, que passou a ganhar visibilidade e adesão na Amazônia, quando foram intensificados os conflitos pela terra, envolvendo a população indígena, ribeirinha e extrativista. A especulação fundiária se tornou mais intensa com o avanço de grandes projetos, entre elas, a construção de hidrelétricas e de indústrias agropecuárias (SOUZA, L. 2020).

Arthur de Azevedo Henning assume o governo do Amapá em 1974, dando continuidade à administração da Marinha no Amapá. Foi nesse momento que o território teve sua capacidade de exportação aumentada com os investimentos feitos na Capitania dos Portos em Santana (AP) a partir de 1973, importante para a entrada e saída de *commodities*, em especial a dinamização do processo de exportação de manganês em parceria com a ICOMI. A área, que foi administrada pela Marinha Brasileira, já era utilizada por militares, pequenos e grandes comerciantes e agricultores, passou por um processo de modernização do seu espaço físico e equipagem²⁰.



Figura 08 – Governador Arthur de Azevedo Henning (1976).

Fonte: Reprodução/Portal Santana do Amapá.

Além disso, houve também investimentos e acontecimentos em outras áreas, como, por exemplo, o início da Usina Hidrelétricas Coaracy Nunes em Ferreira Gomes (AP) inaugurada em 1975 e transferida para o domínio da Eletronorte. No mesmo ano, houve a implantação da primeira rede de televisão no Amapá – a Rede Amazônica, afiliada da Rede Globo de Televisão – e a extinção da Guarda Territorial, que passou a ser a Polícia Militar.

²⁰ SANTANA DO AMAPÁ. "O Porto será importante para o povo do Amapá", previa o governador Arthur Henning, em 1976. Disponível em: http://santanadoamapa.blogspot.com/2016/09/o-porto-sera-importante-para-o-povo-do.html Acesso em: 23 de ago 2021.

Nesse período, uma nova onda de urbanização mudou novamente o ambiente do território, tirando os lagos do meio da cidade com projeto de aterro no centro e em áreas consideradas importantes para o fluxo urbano na parte central. No mesmo ano, começa a ser executada a primeira parte do Plano de Desenvolvimento do Amapá (PDA), programa de desenvolvimento econômico da região, que condiciona reaparelhamento dos serviços e da estrutura urbana no Amapá (PORTO, 2001).

O projeto das Forças Armadas no território do Amapá prosperava como ponto fundamental de estratégia econômica, com o incentivo aos grandes projetos e a entrada de novos, como a entrada do Projeto Jari, investimento do bilionário norte-americano Daniel Ludwig na produção de pinho e celulose, resultando na formação de vilarejos que, em seguida, foram reconhecidos como municípios: Laranjal do Jari e Vitória do Jari (PORTO, 2001). As elites econômicas passaram a ter mais acesso à população da qual podiam contar com a mão de obra e com a transmissão do apoio às organizações militares.



Figura 09 – Comício do candidato a Deputado Federal da Arena Paulo Guerra, no bairro do Trem, em Macapá (1978).

Fonte: Reprodução/Portal José Silva AP.

Em 1979, o Amapá passa por uma nova mudança de dirigente. Desta vez, o cargo é ocupado pelo capitão da Marinha, o carioca Anníbal Barcellos (ARENA/PDS), que inaugura um novo período de identificação local com o gestor no Amapá, caracterizando-se por um governo populista e clientelista, com traços convergiam e divergiam ao mesmo tempo com o janarismo.

Nesse momento, após um breve período de crescimento estatal motivado pelo milagre econômico, a ditadura apresentava desgaste nas bases de sustentação. A pressão da sociedade contra as violações do regime provocou a crise da ditadura como sistema político vigente. Foi nesse período que ocorreu a anistia dos presos políticos, que puderam voltar ao Brasil e

continuar com sua militância política e foi permitido o surgimento de novas legendas partidárias, através da Lei Federal n° 6.767/79, que permitiu o retorno do MDB e a criação de mais quatro novas legendas: Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido da Democracia Trabalhista (PDT), Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido Democrático Social (PDS), este último sendo destino de grande parte dos militares da Ditadura, remanescentes da ARENA (CONDATO et al., 2016). Naquele momento, o presidente João Figueiredo assumia a presidência da República.

Barcellos assume com a perspectiva de acelerar os projetos intensificados pelas Forças Armadas, que passa a prosperar a partir do enfoque dado por seu governo em áreas consideradas estratégicas: educação, segurança, saúde e estrutura urbana. Seu nome marca a educação a perspectiva educacional no Amapá, por ser considerado o terceiro nome, atrás de Janary e Ivanhoé, que mais investiu na educação do território, como o fortalecimento do Instituto de Educação do Amapá – IETA, responsável pela formação de professores do magistério no território. Também buscou alinhar seu nome ao lado de gestores renomados da educação, o que lhe dava garantia de apoio popular (CARVALHO, 2012). Foi também nesse período que muitos trabalhadores vieram buscar oportunidades na capital amapaense, culminando no aumento da população e na transformação do espaço urbano, com a formação de novos bairros (LEÃO, 2020).

Foi também em seu governo que inicia a segunda fase do PDA, que teve como objetivo ampliar o setor primário amapaense, incentivando o setor agropecuário, dos pequenos agricultores, pesqueiros até às grandes indústrias, fomentando a circulação de embarcações e mercadoria na Capitania dos Portos e nos principais polos agropecuários do território. Nesse momento, foram definidas as regiões estratégicas de desenvolvimento da economia regional devido ao crescimento urbano: Macapá, Santana, Laranjal do Jari e Porto Grande. Uma das mais importantes obras iniciadas na ocasião foi a reinicialização das obras na BR-156, principal estrada que liga a capital a outros municípios (PORTO, 2001).

Conhecido entre a população como "comandante Barcellos", o governador começa a fazer excursões por todo o território, denotando a ele uma dinâmica mais próxima e presente em relação aos governadores passados. A figura "presente" trouxe um elemento de "carisma", segundo historiadores, que até então nenhum governador militar havia explorado, o que tornou mais acessível sua entrada em diversos grupos sociais que compunham a sociedade amapaense, bem como facilitou sua aproximação com a classe econômica-política que estava passando por um processo de renovação através da abertura de novos negócios no território.

Assim como Janary Nunes, Barcellos utiliza de seu prestígio da população e veículos de comunicação para transformar seu mandato em um "legado", desta vez, trazendo à memória

coletiva a estrutura montada pelas Forças Armadas no Amapá, procurando se afastar da herança janarista, no entanto, situando para si a estrutura personalista da máquina estatal, privilegiando setores da sociedade que se beneficiavam com a ditatura militar.



Figura 10 – Ministro da Marinha Maximiliano da Fonseca em visita à Macapá, ao lado do Governador Anníbal Barcellos.

Fonte: SelesNafes.com

No ano de 1983, Barcellos se encontra com o presidente militar João Figueiredo para tratar da lei complementar n° 53/83, assinada pelo deputado federal pelo Amapá Antônio Cordeiro Pontes, que transformava o território do Amapá em Estado da federação, baseado nos argumentos que criaram o Estado de Rondônia e Mato Grosso do Sul em 1981²¹. O fato foi visto com bons olhos pela classe política e econômica amapaense, que via na transformação em Estado uma chance de modernizar as bases econômicas e sociais do então território, que passava por processo renovação de alguns setores produtivos, como a mineral, e necessitava de investimentos em novos setores, como o setor terciário. A perspectiva, no entanto, era de tornar o Amapá em Estado antes do fim da vigência do cargo de Figueiredo. No entanto, o Brasil desenhava outro episódio da república: a redemocratização.

Suas perspectivas foram vistas democráticas, por divergir em algumas ocasiões com o posicionamento da classe política e econômica local. No entanto, seu governo foi marcado por traços de autoritarismo e a falta de transparência nos serviços públicos prestados e ausência de

²¹ NILSON MONTORIL. Amapá Estado, o efetivo sinal da transformação. Disponível em https://montorilaraujo.blogspot.com/2011/08/amapa-estado-o-efetivo-sinal-da.html. Acesso em: 25 ago 2021.

representação popular na gestão e acompanhamento de políticas públicas, que eram sobretudo desenhadas pelos membros das elites políticas e econômicas locais (SILVA, 2005).

De acordo com Da Silva (2017),

Barcellos não foi só o último governador amapaense da era da ditadura militar, mas foi também, a maior representação no Amapá de uma política que atingiu seu ápice com a "partilha dos Territórios" entre as Forças Armadas, em 1969. Representa o extremo de um poder militarizado na Amazônia que sempre justificou e sustentou as ações do Estado sobre a região, desde o tempo dos colonizadores europeus. O primeiro governo de Barcellos, que se iniciou em março de 1979 e se encerrou em julho de 1985, com o slogan O *Futuro é Agora*, permite pensar a "invenção do Amapá" em uma representação que buscava forjar uma identidade regional que pudesse romper com a experiência territorial sem deixar de considerar sua importância para a criação do Estado, através da elaboração de uma memória pública de supervalorização de toda essa experiência, mas que ao mesmo tempo se colocasse como o início de um novo tempo, aonde não haveria mais lugar para o passado e nem mais para se esperar pelo futuro (DA SILVA, 2017, p. 253-254).

As práticas ora clientelistas, ora coronelistas do último governador militar do Amapá, tiveram forte oposição naquela ocasião. Com a reorganização do sistema político após a anistia dada a diversos presos pela ditadura, vários militantes retornaram aos seus Estados de origem, impondo uma luta política que seguiria anos. No Amapá, o retorno de ex-membros do PCB e ALN foi determinante para a recomposição das forças de esquerda, principal oposição ao governo militar, que se opuseram fortemente contra Anníbal Barcellos e os militares.

Após a derrota na votação das Diretas Já, aumentou a pressão popular que passou a pedir nas ruas o fim da ditadura, que acabou acontecendo com a posse de José Sarney em 1985. A partir daí ocorre uma corrida para a reorganização política, administrativa e territorial do Brasil e a mudança do regime dos Territórios Federais para Estados da Região Norte foi uma das características mais emblemáticas na entrada da Nova República.

2.2 O AMAPÁ NA REDEMOCRATIZAÇÃO: A MUDANÇA DE TERRITÓRIO PARA ESTADO

O aumento da representação política no começo dos 1980 já chamava a atenção para perspectivas de grupos locais, que passaram a comandar pautas sociais e econômicas, havendo um aumento de engajamento de representações populares de oposição ao governo daquele momento, comandado por Barcellos. Os novos partidos e entidades civis propunham uma nova forma intervenção social pensando a participação cidadã. Os trabalhadores, sobretudo agricultores, extrativistas, professores e donos de pequenos negócios, puderam obter nas

legendas partidária o espaço de fortalecimento da dinâmica social e proposta de políticas públicas de desenvolvimento, demandas que já vinham sendo construídas através do trabalho de base com organizações sociais urbanas e rurais, como feita pela Comissão da Pastoral da Terra (CPT), centrais sindicais e estudantis do Amapá.

Por outro lado, comerciantes locais viram uma oportunidade de abranger suas relações com o governo e terem suas demandas atendidas a partir da representação de deputados federais – muitos deles passaram a ter representação lançando candidatura próprio, sendo dos mais votadas.

No ano da redemocratização brasileira, Jorge Nova da Costa, maranhense, engenheiro agrônomo, foi o primeiro civil a ser empossado como governador do Amapá, e o último governador territorial nomeado pelo presidente da República em 1985, que vinha de seu último cargo da SUDENE. Ele é primo de José Sarney, político maranhense, que assumiu a presidência da República após a morte de Tancredo Neves.

Sua ida para o Amapá teve como fim organizar o território para a entrada do Estado e articular a classe política e econômica local para as mudanças estruturais do Amapá, partindo do reordenamento organizacional, econômico e administrativo que pudesse viabilizar a ampliação do serviço público, a abertura de estradas e escoamento de produção, projeto conceituado poderia ser visto como "[...] transformação abruta, sem os requisitos indispensáveis para tal", como questiona a reportagem especial de Wilson Tadeu para o Jornal de Brasília²² sobre a visita de Nova da Costa a Brasília em maio de 1987 para tratar da transposição do Amapá para Estado, da qual Nova da Costa tratou como uma questão de reconhecer que existem "dois Brasis, um dos abastados e um dos necessitados" e que a condição do território favorecia ter como prioridade investimentos do governo federal, já que, no seu julgamento, o Amapá não se tratava de uma região por onde a miséria e a favelização eram principais problemas sociais, como dita anteriormente na reportagem "Temos pobres, mas não miseráveis. Temos uma população periférica, mas não favelados"²³.

No entanto, sua gestão à frente do território expôs uma crise herdada das ditaduras e que seria um dos desafios da nova república: o problema do abastecimento alimentício que poderia colocar o Amapá no mapa da fome. O desabastecimento provocou uma manifestação de trabalhadores e donas de casas em frente ao Palácio do Setentrião pela falta de carne e farinha,

_

²² SENADO FEDERAL. O Amapá se prepara para ser estado a última fronteira da migração do país. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/130334. Acesso em: 28 de ago 2021.

²³ Ibdem. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/130334>. Acesso em: 28 de ago 2021.

alimentos principais do prato do amapaense, de acordo com o ex-deputado federal Eraldo Trindade (GIRALDI, 2018).

Apesar disso, a nomeação de Nova da Costa serviu de porta de entrada para que o então presidente da República ganhasse o prestígio político local tempos depois, já que Sarney fora impopular durante a transição republicana, pois foi apoiador de primeira hora do golpe militar e ex-partidário da ARENA, tendo sua base política oligárquica no Maranhão e, com o reordenamento das oligarquias no Nordeste, Sarney decidiu buscar outro espaço para se manter no jogo político.

Enquanto isso, no poder municipal da capital, acontecem as eleições para a prefeitura de Macapá, no ano da redemocratização. Chama a atenção que, por mais que o aparelho administrativo do Estado estivesse dominado pela figura das Forças Armadas, por conta do último governador territorial militar, Anníbal Barcellos, e os prefeitos que foram diretamente empossados pelo governador, como foi o último prefeito Jonas Borges (PTB), ainda assim houve espaço para composição de forças que não faziam parte do núcleo direto do último governo territorial, como se firmou a representação de Raimundo Azevedo Costa²⁴, conhecido como Azevedo Costa.

Nascido na localidade do Matipi, em Mazagão (AP), Azevedo Costa, como ficou conhecido na vida política, é filho de agricultores, funcionário público, formado em contabilidade. Trabalhou como garimpeiro e se mudou para Macapá ainda na infância, sendo morador do Formigueiro, bairro negro na parte central da cidade. Foi convidado por Binga Uchôa para fundar o MDB no Amapá, em 1966²⁵. No primeiro ano do PMDB (ainda MDB)²⁶ na disputa eleitoral, em 1970, a legenda elege o professor e administrador Antônio Cordeiro Pontes como deputado federal, quando tinha como principal concorrente o ex-governador Janary Nunes.

Em 1972, Azevedo Costa foi eleito vereador de Macapá. Azevedo Costa formou-se em Letras-Inglês, tornando-se professor. Em 1985, foi candidato à Prefeitura de Macapá,

²⁵ CÂMARA MUNICIPAL DE MACAPÁ. Câmara Municipal de Macapá aprova voto de congratulações ao ex-prefeito Raimundo Azevedo Costa. Disponível em: https://www.macapa.ap.leg.br/institucional/noticias/camara-municipal-de-macapa-aprova-voto-de-congratulacoes-ao-ex-prefeito-raimundo-azevedo-costa . Acesso em 21 set 2021.

-

²⁴ Raimundo Azevedo Costa é um político amapaense, enquanto Raimundo Azevedo Picanço (1961-2021) foi um radialista amapaense reconhecido na cultura popular. Por terem nomes parecidos, as pessoas costumam misturar seus nomes. Se trata de pessoas diferentes.

²⁶ A agremiação partidária adota o 'P' na sigla em 1985, após a obrigatoriedade da lei eleitoral para o uso de 'Partido' no nome nas eleições de 1985. Em 2017, o partido abandona a insígnia e passa a chamar novamente "Movimento Democrático Brasileiro – MDB".

disputando o cargo com Jarbas Gato (PFL), Júlio Pereira (PDT), Geovani Borges (PMN) e Braga (PT). Teve apoio direto de Ulysses Guimarães, presidente nacional do partido, e de nomes locais que se consolidavam, como empresário Júlio Pereira, o sociólogo Gilvam Borges e o servidor da Assistência Técnica e Extensão Rural do Amapá – ASTER, hoje Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá – RURAP, o técnico agrícola Waldez Góes²⁷²⁸.



Figura 11: Governador Jorge Nova da Costa (de preto, à esquerda) com Ulysses Guimarães e Raimundo Azevedo Costa (de amarelo, à direita) na campanha de Azevedo Costa à Prefeitura de Macapá em 1985.

Fonte: CPDOC/FGV

Um dos desafios da gestão de Azevedo Costa foi preparar Macapá para a consolidação do Estado, várias mudanças surgiriam naquela ocasião. Os novos Estados enfrentavam a situação de abandono dos governos militares e entrada do governo democrático, principalmente nos interiores da Amazônia. A eleição de partidários do PMDB em quase todo o Brasil consolidava o 'espírito democrático' de mudanças que movimentos organizados e a população compartilhava após 21 anos de regime militar. Neste caso, novos atores políticos, diretamente vindos dos núcleos sociais populares, estavam consolidando sua posição política na Nova República, ganhando apoio popular e parte do apoio das classes econômicas que emergiam na ocasião.

_

²⁷ PORTAL G1. O Primeiro Prefeito de Macapá diz que sofreu preconceito por ser negro. Disponível em: http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2014/01/primeiro-prefeito-de-macapa-diz-que-sofreu-preconceito-por-ser-negro.html>. Acesso em 11 set 2021

²⁸ TRIBUNA AMAPAENSE. Pioneirismo - Raimundo de Azevedo Costa. Disponível em: https://tribunaamapaense.blogspot.com/2013/01/pioneirismo-raimundo-de-azevedo-costa.html>. Acesso em: 11 set 2021.



Figura 12: Caminhada da campanha de Azevedo Costa nas ruas do Centro de Macapá (1985).

Fonte: CPDOC/FGV

Em 1986, foram eleitos os deputados da Assembleia Nacional Constituinte pelo Amapá, mostrando ainda uma força do poder militar no território, a maioria compunha o PFL, partido que herdou boa parte dos gestores da ditadura. Foram eleitos deputados federais da Constituinte pelo Amapá, assumindo mandato de 1987 a 1991: Anníbal Barcellos (PFL), Eraldo Trindade – (PFL), Geovani Borges (PFL) e Raquel Capiberibe (PSB).

Nova da Costa permanece no cargo de Governador do Estado até maio de 1990, em seguida, Doly Mendes Bolcinha assume, ficando menos de um mês no cargo, dando lugar a Gilton Pinto Garcia, que assume o governo até dezembro do mesmo ano.

A intervenção política no Amapá significou tanto a iniciação de um ciclo de desenvolvimento produtivo e econômico, tendo em vista a projeção nacional e internacional ganhada com a exploração mineral, o olhar que se ilustrou sobre a Amazônia como um polo de progresso e novas oportunidades para a população que sobreviviam à miséria do Nordeste e do interior da Região Norte, também gerando a conformação de uma elite econômica formada em maior parte por comerciantes e jornalistas que beneficiaram politicamente com apoio dado ao governo janarista.

Deste modo, ser alçado como território, o Amapá tornou-se dependente das decisões governamentais, estipuladas para encaminhar o planejamento de integração da região amazônica e da extração de recursos minerais em abundância, o que viria ser um grande negócio para o Estado brasileiro, fragilizando as bases de autonomia, submetendo a população e a administração local à premissa do Estado maior (PORTO, 2005).

O Amapá é transformado em Estado da federação através do artigo nº 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, em 5 de outubro de 1988, dispositivo da nova carta magna brasileira, juntamente com Roraima, Rondônia e Acre. A influência para a transformação dos territórios para Estados nasce da expectativa de representantes do Congresso Nacional de descentralizar o poder decisório e econômico das mãos do Governo Federal, para que cada novo ente federativo possa desenvolver a autonomia em suas decisões políticas. O governo militar vinha sendo alvo de acusações de centralização dos recursos financeiros, que, consequentemente, afetavam no desenvolvimento de municípios, Estados e Territórios fora do eixo do poder central, influenciando, mais tarde, na criação da Subcomissão dos Estados na Assembleia Nacional Constituinte em 1987, onde houve a pressão por parte dos parlamentares na transformação dos territórios federais em Estados (SOUZA, 2001).

O período promoveu a abertura política para os ex-territórios. Os cidadãos amapaenses até então só votavam diretamente para Presidência da República e Câmara de Vereadores, e desde 1985 o cargo de Prefeito, enquanto os demais cargos eram escolhidos pelo Presidente da República. Agora o eleitor poderia escolher representantes para o Governo Estadual. Senado, Câmara Federal e Assembleia Legislativa. O Amapá, ao ser alçado como Estado, adquire autonomia de organização administrativa e econômica, condicionadas a elaboração da sua constituinte.

O final dos 1980 e início dos anos 1990 foi um período importante para a República brasileira, após retomada do sistema democrático. As eleições de 1989 para a Presidência da República marcaram uma intensa disputa entre grupos direita e esquerda que antes se dividiam em grandes partidos na ditadura, e outros que foram incorporados no sistema político através de diversas influências de ocasião, outra característica bastante comum na estrutura política brasileira. 22 partidos políticos registraram chapas no TSE, representando diversos projetos para o país. Os votos no primeiro turno mobilizaram quase 70 milhões de eleitores em todo o Brasil.

. O período também marca a criação do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) e ocorre o primeiro debate presidencial televisionado pela Rede Bandeirantes de Televisão, baseado em debates já realizados nas eleições de 1986 para os governos dos estados, nos quais os principais veículos de comunicação mobilizaram suas programações para a realização deles.

Tabela 01 - Primeiro Turno: Presidência da República (1989)

Candidato	Partido	Total de Votos	Porcentagem
Fernando Collor de	PRN	22.611.011	32,47%
Mello			
Luis Inácio Lula da	PT	11.622.673	16,69%
Silva			
Leonel Brizola	PDT	11.168.228	16,04%
Mário Covas	PSDB	7.790.392	11,19%
Paulo Maluf	PDS	5.986.575	8,60%
Guilherme Afif	PL	3.272.462	4,70%
Ulysses Guimarães	PMDB	3.204.932	4,60%
Roberto Freire	PCB	769.123	1,10%
Aureliano Chaves	PFL	600.838	0,86%
Ronaldo Caiado	PSD	488.846	0,70%
Affonso Neto	PTB	379.286	0,54%
Enéias Carneiro	PRONA	360.561	0,52%
José Marronzinho	PSP	238.425	0,34%
Paulo Gontijo	PP	198.719	0,29%
Zamir Teixeira	PCN	187.155	0,27%
Lívia Abreu	PN	179.922	0,26%
Eudes Mattar	PLP	160.350	0,23%
Fernando Gabeira	PV	125.842	0,18%
Celso Brant	PMN	109.909	0,16%
Antonio Pedreira	PPB	86.114	0,12%
Manoel Horta	PCdoB	83.286	0,12%
Antônio Silva	PMB	4.363	0,1%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Foi nesse ano que ocorreram as eleições para governador em todo o Brasil. O Amapá pela primeira vez elegeu um governador e teve a representação de deputados estaduais através do voto popular. A recomposição dos partidos políticos na década de 1980 trouxeram mudanças acrescentadas na cultura política local.

O primeiro partido a ter diretório no Amapá foi o MDB em 1980, seguido de PT, PDS, PTB, PCdoB, PFL e PDT. Os partidos se agruparam entre militares apoiadores da ditadura (abrigados no PDS e PFL), opositores da ditadura (PT, PCdoB e PDT), opositores e dissidentes dos governos militares (PMDB e PTB). Os trabalhadores, a juventude e militância contra os militares e as políticas liberais se agruparam nas legendas mais à esquerda, como PT e PCdoB, enquanto uma classe mais moderada compunha os quadros do PDT, PMDB e PTB.

Gilton Pinto Garcia, o então governador interino do Amapá, à época filiado ao PT, disputou para a mesmo cargo nas primeiras eleições gerais, mas, perdeu o ex-governador do território, o comandante Anníbal Barcellos, do PFL. Também estiveram na disputa o médico Papaleo Paes (PRONA), Abelardo Vaz (PTB), Guairacá Nunes (PDC), filho do governador territorial Janary Nunes, Antônio Cabral de Castro (PDT) e Bernardo Rodrigues (PMDB).

1990-1994

(Segundo

NomePartidoVotosMandatoJorge Nova da CostaPMDBNomeação (Pres. João Figueiredo)1985-1990

59.289

Turno)

Quadro 05 – Governadores do Amapá na Nova República (1985-1994)

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)/Elaboração própria

PFL

Anníbal Barcellos

No quadro de transição do território para Estado, o quadro político se configurava da seguinte maneira: Jorge Nova da Costa é posto como governador. Não havia vaga para o Senado. Foram deputados federais da Assembleia Nacional Constituinte pelo Amapá, eleitos pelo povo: Anníbal Barcellos - PFL (1987-1991), Eraldo Trindade – PFL (1987-1991), Geovani Borges – PFL (1987-1991), Raquel Capiberibe – PSB (1987-1991).

Os deputados da Constituinte do Amapá (1990-1994) foram: Adonias Trajano (PFL), Waldez Góes (PDT), Antônio Teles (PL), Aluísio Gomes (PRN), Amiraldo Favacho (PTB), Daqueo Ribeiro (PTB), Félix Ramalho (PRN), Fran Júnior (PDT), Francisco Sena (PT), Milton Rodrigues (PRN), Geraldo Souza Rocha (PSB), Hildo Fonseca (PT), Janete Capiberibe (PSB), Jarbas Gato (PFL), Jefri Hipolitte (PFL), João Dias de Carvalho (PFL), José Júlio Miranda (PRN), Lucas Barreto (PDT), Manoel Brasil (PL), Nelson Salomão (PFL), Nilde Ceciliano (PL), Regildo Salomão (PFL), Ricardo Soares Ferreira (PRN), Sebastião Bala Rocha (PSDB).

Foram eleitos para a Prefeitura de Macapá João Alberto Capiberibe (PSB) e Hidelgardo Alencar (PT), que disputaram com Murilo Pinheiro (PFL) e Gilvam Borges (PJ)

Júlio Maria Pinto Pereira (1954-1994), empresário, fundou o Partido Democrático Trabalhista (PDT) no Amapá e do jornal "O Dia". Então filiado do PMDB, foi um dos políticos que se destacaram durante o fim do governo militar. Era crítico ao governo local e ao autoritarismo. Em 1976, aos 22 anos, se candidatou à Câmara de Vereadores de Macapá, sendo eleito naquele ano. Foi reeleito e assumiu a Presidência da Câmara entre 1982 e 1986. Em 1985, ano em que Brasil passava por mudanças políticas devido a transição da ditatura para a redemocratização, fez articulação com o político carioca Leonel Brizola para fundar o PDT no Amapá, da qual saiu como candidato a Prefeito. Fundou em 1990 o jornal O Dia. A organização do partido teve que ser acelerada devido as eleições municipais que ocorreram naquele ano, da qual devia formar um quadro de partidários para a disputa, além de sua candidatura à Prefeitura da capital, tendo como vice da chapa Aroldo Góes, vice-presidente do partido.

Mesmo obtendo percepções negativas por parte de servidores públicos e por empresários da rede privada, o partido ganhou notoriedade a partir de caminhas em ruas, bairros, interiores e comunidades rurais durante três meses por todo o Amapá. O trabalho resultou no

registro do partido no TRE-AP, com 502 filiados. No entanto, acabou apoiando a candidatura de Azevedo Costa, primeiro prefeito eleito e primeiro prefeito negro de Macapá.

A segunda fase do PDT no território do Amapá é marcada pelo apoio dado ao Prefeito eleito em 1988 João Alberto Capiberibe e pela eleição de vereadores na nova composição da Câmara de Vareadores do Amapá. A vitória de Capiberibe sobre o grupo apoiado pelo PFL e PMDB no Amapá foi importante para afirmar a força de partidos progressistas no recém-criado Estado.

A entrada do ano de 1990 se tornou uma margem de acirrar as disputas entre grupos que herdaram o sistema político militar posicionado à direita e legendas de esquerda no Amapá para o pleito do Governo Estadual. Sob influência do contexto das eleições de 1989 para presidente da República, que teve sua disputa principal entre uma dominação oligárquica de direita (Fernando Collor de Mello - PRN) e o representante dos trabalhadores e classe popular (Lula - PT), os partidos no Amapá que se alinharam as perspectivas dos disputantes do cenário nacional, além daqueles que se alinhavam com Leonal Brizola (PDT) tiveram muita evidência durante o período.

A disputa no Amapá teve 6 candidaturas. As chapas que chegaram ao segundo turno foram: Anníbal Barcellos (PFL)/Ronaldo Borges (PFL) e Gilson Rocha (PT)/Ribamar Capiberibe (PSB). No segundo turno, a chapa de Barcellos teve 59.289 votos e de Gilson teve 29.187, segundo o TRE-AP. A votação significou a reafirmação da raiz militarista e populista de Barcellos que, mesmo com resultados opostos na capital, por exemplo, que elegeu forças progressistas em 1985 e 1988, não foi afastada completamente das forças tradicionais e conservadoras, vistas pela composição da própria câmara de vereadores, da representação na câmara dos deputados e da constituinte amapaense, uma vez que a maioria compunha a base de apoio do comandante da Marinha.

Tabela 02 - Votos no 1° turno das Eleições de 1990 para o Governo do Estado do Amapá

Candidato	Vice	Partido	Coligação	Votos Válidos
Anníbal Barcellos	Ronaldo Borges	PFL	Frente Liberal de	36.954
			Reconstrução	
			(PFL, PRN, PL,	
			PSC, PSD, PST)	
Gilton Rocha	Raquel Capiberibe	PT/PSB	Frente Ampla de	27.092
			Libertação do	
			Amapá	
			(PT, PSB, PSDB,	
			PCB, PCdoB)	
Papaleo Paes	Adriano Lago	PRONA	Sem Coligação	16.780
Abelardo Vaz	Marilda Pereira	PTB	Amapá Esperança	3.760

			(PTB, PDS, PMN,	
			PRP, PTdoB)	
Guairacá Nunes	Edmilson Ribeiro	PDC	Sem Coligação	2.094
Antônio Cabral de	Silvio Pinto	PDT	Sem Coligação	1.524
Castro				
Bernardo	Rosilda Aragão	PMDB	Sem Coligação	1.253
Rodrigues				

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)/Elaboração própria

Além disso, a eleição para o Senado Federal representou a ascensão de um novo *player* na política local, oriundo de um sistema oligárquico exterior à realidade local, representado na figura do ex-presidente José Sarney, eleito para a cadeira de Senador pelo estado do Amapá neste pleito. Cabe ressaltar que Sarney deixou o governo com altos índices de impopularidade – atingindo seu maior índice em setembro de 1989, com 68%, segundo pesquisa Datafolha²⁹, associados ao momento de profunda crise econômica, social e institucional pelos quais passava o país com desvalorização da moeda, aumento acelerado de preços e acusações de corrupção que grassavam por todos os pontos do país, ao ponto de a mídia projetar na figura de um jovem governador do Nordeste o epíteto de 'caçador de marajás', o mito do herói salvador que minou as bases de Sarney fora do Maranhão, pois a ascensão de Collor de Mello ao Planalto em 1990 fez com que houvesse um reordenamento das oligarquias tradicionais e, em um ambiente de consolidação hegemônica de grupos opositores ao 'sarneyzismo', restou ao ex-presidente buscar lugares para poder se manter no cenário político nacional.

Apesar de forte fluxo migratório de maranhenses para as novas fronteiras dos Territórios Federais transformados em Estados da Federação (Acre, Rondônia, Roraima e Amapá), foi no território amapaense que o governo federal na figura dos governos intervencionistas, militares e, posteriormente, de Sarney, viabilizou um maior volume de investimentos e apresentava uma classe política elitista em reestruturação, com os atores políticos ainda fortemente ligados aos herdeiros da ditadura militar.

Araújo (2006) aponta sobre como foi construída a forte influência de José Sarney a partir de uma leitura de "O Príncipe" de Nicolau Maquiavel, destacando como uma das virtudes a "capacidade de identificar as oportunidades, saber ler o contexto e escolher as ações adequadas no momento" (p.38). Segundo o autor, Sarney entra na política a partir de 1964, aos 34 anos, quando derrota Vitorino Freire, político de Maranhão que se estabeleceu por mais de 20 anos no poder local.

²⁹ DATAFOLHA. Avaliação Governo José Sarney. Disponível em: https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/1990/03/1222337-avaliacao-governo-jose-sarney---031990.shtml>. Acesso em: 23 jun 2022.

O discurso de Sarney, diz Araújo (2006), mobilizou uma população descontente com os rumos da "velha política", ora representada por Freire, incorporando o espírito de modernização social e político, o que o aproximou de parte da oposição e da esquerda da época. Para se ter uma ideia do dimensionamento discursivo e representativo, Sarney foi apoiado por lideranças camponesas nas eleições de 1965, mobilizando o discurso do "novo" e do "intelecto" contra o regime autoritário que representa o "passado" oligárquico e arcaico Completa o autor afirmando que no contexto de ditadura militar, os militares viram Sarney como parceiro ideal, e talvez Sarney tenha se aproveitado dos militares para fazer a manutenção do seu controle político local e expandir seu poder no contexto nacional .

Na cadeira da presidência da República em 1985, José Sarney concentra suas atenções para o Maranhão, no qual sua elite política detinha grande poder político, e o Amapá, um dos mais novos estados da federação, que passou a funcionar como uma espécie de "abrigo político" após o fracasso de sua política econômica, o Plano Cruzado. Em 1990, decide vir como candidato ao Senado Federal pelo PMDB pelo Amapá, aproveitando o fato de que seu primo, Jorge Nova da Costa, ainda era governador na transição do território para o Estado. Sarney foi eleito com 24,55% dos votos. Anníbal Barcellos, governador indicado durante a ditadura militar, foi eleito governador do Estado com 67,02%, no segundo turno (TSE, 1990).

A eleição de Sarney para o Senado Federal e de Barcellos ao Governo, a representação na Câmara dos Deputados e na recém-criada Assembleia Legislativa representa a construção da classe política amapaense com uma ligação ainda forte com o pensamento desenvolvimentista herdado dos militares, visto que Barcellos foi o último governador militar e Sarney, mesmo sendo o primeiro presidente civil eleito indiretamente, construiu parcela significativa de sua carreira política nos governos militares, solidificou o seu feudo político no Maranhão e possibilitou a ascensão das elites e do pensamento político oligárquico no Amapá, cristalizado na presença de famílias que se tornaram importantes atores do cenário local como os Barcellos, os Alcolumbre e a família Gato que serviram de inspiração para as novas famílias que se consolidariam na vida política do estado como os Amanajás, os Salomão, os Borges e as que ditariam a alternância de poder nos 28 anos vindouros (1994-2022), cristalizadas nas famílias Góes e Capiberibe.



Figura 13: José Sarney dialogando com representantes políticos do Amapá de diversos espectros partidários.

Fonte: Reprodução/Revista Diário (Edição 26).

Com a eleição dos novos deputados estaduais, a Constituição do Amapá foi apresentada dia 20 de dezembro de 1991, organizando oficialmente o regime político-administrativo do Estado. Elaborado pelos deputados constituintes, a partir de então foram adotadas a autonomia legislativa e política municipal, após a criação oficial dos 11 dos 16 municípios, que antes funcionavam como distritos ou vilas, com destaque para o papel de fiscalização da Assembleia Legislativa e Câmaras Municipais sobre o poder público, das funções da justiça com o Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado e sobre a execução de políticas de preservação ao meio ambiente. Vários outros eixos apreciados na Constituição Federal de 1988 foram incorporados nos artigos da carta estadual.

A transição democrática naquele momento pode ser vista dois modos na sociedade amapaense: abertura econômica, o que significa mais oportunidades para aqueles que começavam a investir seus negócios e consequentemente melhor aplicação na capacitação de mão de obra, e abertura política, pois movimentos e militantes de esquerda puderam se estabelecer em partidos para disputar as eleições municipais e estaduais, antes impedidos de se envolveram com as questões do governo local, do qual fizeram oposição durante a ditadura. Entretanto, significou também o crescente sentimento de abandono social, sobretudo nas populações que formavam novos bairros na cidade, de migrantes e famílias retiradas dos centros, e dos interiores, que sempre sofreram com a falta de assistência por parte do poder público. Vários agrupamentos oriundos de setores da economia local se estabeleceram politicamente através das eleições pós-Constituição de 1988 e mobilizações de esquerda se dispensaram durante os anos que se seguiram.

O ano de 1994 inicia com muitas expectativas para o pleito, pois seria primeiro ano das eleições gerais, com a escolha de todos os representantes. Vários nomes e representações de partidos começam a surgir no cenário político local, entre os mais fortes desde 1989, podemos citar o PDT, PFL, PTB, PSB, PT, PPB, PMN, PSD, PL, PV, PCdoB.



Figura 14: Campanha de João Capiberibe, candidato ao governo do estado, nas ruas do centro de Macapá. Ao seu lado, à direita, sua esposa (Janete Capiberibe), Sebastião Bala Rocha (Senador eleito naquele ano) e Waldez Góes (Deputado Estadual eleito no mesmo ano). Registro de 1994.

Foto: Daniel Andrade/Alcinea.com

2.3 A HISTÓRIA DAS ELITES POLÍTICAS: O CASO DO AMAPA

A teoria das elites, conceito corrente na sociologia política para identificar minorias que mobilizam massas, teve várias reinterpretações ao longo do tempo. O sociólogo italiano Wilfredo Pareto em sua obra "Tratado de Sociologia Geral" (1916) retrata que as elites são organizadas naturalmente, não dependendo da vontade dos homens; seu poder se justifica por uma capacidade natural de tratar que sua circulação se dá maneira individual e seletiva. As elites são capazes de ter de mudar, obtendo uma capacidade de regeneração. Busino (apud KIFORDU, 2019), reforça que o estado natural dessas elites são "produtos de interações e operações de socialização" daí, segue o pensamento "[...] as elites podem subsistir e renovarem seus membros, eliminarem os elementos degenerados e aceitarem novos elementos dentro das proporções (KIFORDU, 2019, p.7-8). Desta forma, as elites se reformam dentro dela mesma.

Pareto ainda considera que uma elite só pode ser substituída pela outra. Mesmo considerando a luta de classe enunciada por Karl Marx, afirma que os traços das lutas são encontrados em diversas sociedades, contudo, não seria a substituição de uma sociedade por outra, mas na formação de uma elite socialista em oposição a outra elite (burguesa), não sendo possível a formação de um governo de massas. (BALLAN, 2012).

O também italiano o cientista político Gaetano Mosca em seus ensaios sobre teoria das elites afirma que em todas as sociedades sempre haverá a divisão de classes: de governantes e governados. As elites dispõem característica relação das elites poderá se manifestar por elementos humanos como emoções, força, economia e elementos extraterrenos, como o poder divino. Conclui que toda sociedade precisa de uma hierarquia e que sociedade de massas é ignorante e imatura para se autogestionar. Se as elites passam por fissuras e a classe dominante é derrubada pelas massas, o equilíbrio social se rompe havendo uma revolução das massas (MEZA, 2002; KIFORDU, 2019).

Segundo Grynszpan (1996), um ponto em encontrado por especialistas desta teoria é que, independentemente de haver um regime democrático, qualquer sistema político seria dirigido por uma minoria. Esta minoria seriam as elites – grupo social, econômico e político, que possuem recursos e competências, destacadas através da manifestação de poder político. Essas elites estariam dentro do jogo político. Contudo, como seria a diferencia demarcadora das elites em um sistema democrático de um regime autoritário. O autor alerta:

Ora, mas se é assim, o que diferiria a democracia do autoritarismo? A diferença, e aqui entramos no segundo ponto de apoio da tese elitista democrática, se resumiria a uma questão de procedimento. As elites, na democracia, seriam abertas, isto é, seu recrutamento e seleção não estariam confinados a um grupo apenas. Além disso, como os diversos grupos tinham de disputar—e a concorrência aberta, livre, entre grupos diversos, era outro elemento-chave da democracia, impedindo que apenas um deles pudesse se impor aos demais de forma absoluta— a simpatia popular, expressa através do voto, os interesses do povo acabariam sendo sempre levados em conta nas tomadas de decisão. (GRYNSZPAN, 1996, p. 51)

Pareto e Mosca entram em acordo sobre o poder imutável das massas. Consideram que uma revolução socialista, que substituiria a sociedade burguesa no contexto da sociedade préindustrial, seria substituição de um tipo de elite por outra – a elite socialista, que também seria comandada por uma elite, que seriam asseguradas pela massa, e desta forma, poderiam aplicar racionalmente os desejos e as vontades das massas, impedindo que tendências autoritárias possam se conectar com a sociedade.

Já o alemão o sociólogo Robert Michels na sua obra "Sociologia dos Partidos Políticos" (1969) preocupou-se em estudar a organização das elites nos principais sistemas políticos

europeus. Observa que as elites passaram por um processo de oligarquização ao revezar o poder entre uma minoria para poder governar uma maioria. Enfatiza que mesmo os partidos socialistas estariam sujeitos a uma organização oligárquica e burocrática e como isso atrapalha o funcionamento dos partidos políticos, determinante assim para a impossibilidade de aplicação da democracia, entendida como efeito da organização e luta política das massas. Essas sociedades são reguladas pela existência da Lei de Ferro das Oligarquias. Conclui que a democracia não seria possível com o domínio das oligarquias. (BALLAN, 2012; DE ARRUDA e KERBAUY, 2016).

Em síntese, os três autores elaboram a teoria das elites em sua origem clássica, compreendendo que sempre existirá uma elite minoritária comandando uma massa popular, que não seriam capazes de organizarem pelas dimensões sociais e históricas em que foram sujeitas. A determinação de elite destes intelectuais se aproxima do que foi fundamentado por Nicolau Maquiável em "O Príncipe", ao reconhecer comando de uma sociedade exige que o perfil do governante seja baseado no dom natural ou capacidades exclusivas.

Contudo, este perfil de elite no Brasil se aproxima com o perfil comum às oligarquias, aquelas que dispõe o poder econômico e influenciais sociais a seu favor para poder mobilizar os apoios. Este (oligarca) necessariamente não necessita ter habilidade política (carisma) como característica essencial. Ele está sujeito para que outras bases de apoio passam fazer o trabalho de mobilização em torno da sua centralidade, não vem a ser para um interesse coletivo, mas sim centralizando o poder entre a minoria.

A estrutura das oligarquias e elites políticas varia conforme o avanço nas capitais e nos interiores. Algumas oligarquia e elites políticas se assemelham pelos instrumentos de alcance ao público. O poder de convencimento (carisma), mobilização e obediência vêm a partir dos atributos que o principal líder sustenta – habilidade de falar com públicos, de reivindicar para determinadas classes e de fazer movimentos no cenário político, cultural e social que beneficiem a classe abraçada por esta liderança. Encontramos esse perfil, geralmente, entre nos movimentos sindicais e nos partidos de esquerda.

Em uma época que a preocupação maior do governo era o atraso do Brasil na sua estrutura fundiária e produção econômica, a pressão pela industrialização chega no momento de crise do setor cafeeiro, que acumulava perdas por conta do modelo arcaico de produção. O movimento pela expansão da indústria também envolve outros fatores, como a intenção do governo de movimentar o mercado interno com políticas instrumentais que auxiliariam na estruturação e na consolidação de um novo plano de desenvolvimento, estabelecendo novas metas e rotas para o desenvolvimento econômico e social. Este preceito não foi diferente na

orientação para criação de novos territórios na Região Norte, que passou por ciclos de integração, povoamento e industrialização para eliminar a ideia de que o Amazônia não estaria sob tutela do Estado brasileiro e assim vulnerável para a intervenção estrangeira.

Foi deste modo que populismo se torna presente na vida social e política também dos novos territórios federais. Para Weffort (2003), o populismo foi um fenômeno amplo no desenvolvimento urbano e no desenvolvimento industrial brasileiro, voltando-se para um sentido de "Estado transformador" Ianni (1971) expressa que "[...] as massas assalariadas aparecem como elemento dinâmico e criador", ou seja, suas ações são orientadas pelas relações sociais e econômicas que circundam o Estado. No Brasil, segundo Ianni, a classe trabalhadora é "tutelada" pelo Estado brasileiro para apagar os valores cultivados pelas oligarquias políticas e econômicas essencialmente rurais, agrárias e tradicionais, substituindo-as por valores urbanos, industriais e modernos, compreendendo uma etapa característica do populismo latino-americano da dissociação do trabalhador com os meios de produção, saindo de uma visão coletiva de trabalho, partindo para uma visão contratual – de compra, venda e procura de força de trabalho. Portanto, estes três tipos de perfil – elitista, oligárquica e populista - coexistem no cenário nacional, e é deste modo que vamos caracterizar as famílias tradicionais existentes no Amapá que ingressaram na política amapaense.

A formação de grupos políticos locais tem sido uma constante presente desde a formação do TFA. Desde então, sua formação tem se mostrado cíclica, com intervalos de poder político entre nomes e famílias que passaram a circular no cotidiano da população. Os ciclos podem ser explicados pelas seguintes fases: a fase de formação político-administrativo territorial (nomeação de militares e o sentido da integração numa perspectiva populistarepública), a fase ditatorial (demonstração do poder das Forças Armadas como atores políticos de ação e capacidade econômica para a integração internacional), a fase de transição de território para Estado (afirmação do poder político dos militares, agora organizados na unidade republicana, e de forças de oposição que passam a ter voz e poderem ser representantes genuínos do povo) e a fase Estadual-Cidadã, que passa a vigorar depois da formação de órgãos importantes como Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas e Tribunal de Justiça, que também amplia os poderes sociais da população junto as modificações no sistema político.

O controle político das legendas no Amapá assegurou o apoio estabelecido também em outros municípios, com presença de vereadores e prefeitos ligados às principais lideranças partidárias. Podemos destacar que a primeira fase do familismo político (conformação de famílias na política), ou elitização familiar da política amapaense, com a instalação da família de Janary Nunes em 1945 no Amapá, sendo seus irmãos Pauxy Gentil Nunes e Coaracy Nunes

deputados pelo Amapá, e sua esposa, Iracema Carvão Nunes, cuidando da pasta de assistência social do território. Rudá Nunes, filho mais novo de Janary, é o único que segue na política, filiado a REDE Amapá, mas sem a força política do passado.

O segundo ciclo influente foi da Família Barcellos, que esteve na condução política durante a ditatura militar e na redemocratização. Anníbal Barcellos (PFL) incluiu filho e neto na cena política — Sérgio Barcellos, também falecido, ex-deputado federal, e Alexandre Barcellos, ex-deputado estadual. Em seguida, a família Sarney, representada por Jorge Nova da Costa (PMDB) e José Sarney, nos cargos de governador do Amapá e Senador da República pelo Amapá. Ainda sobrevoam nomes familiares no cenário político amapaense, como a família Mont'alvernne, Alcolumbre, Pena, Borges, Pelaes, Dias, Gato, Amanajás e Nunes de Macapá (AP), Favacho, Rocha e Nogueira de Santana (AP) e família Mineiro, de Tartarugalzinho (AP).

A estrutura política local é permeada de relações com finalidades econômicas e sociais, apontando para o funcionamento de projetos distintos: um voltado para a mobilização social e meio-ambiente e outro voltado para o chamado desenvolvimentismo com justiça social. Tauil (2017) expressa que Weffort encontra especialmente após a revolução de 1930 o 'agente social', que outrora foram representadas pelas classes militares e de profissionais liberais no Brasil, como através da política do café com leite, sendo substituída pelas classes populares, que pressionava as estruturas do Estado, pedia a ampliação da participação popular através do voto, pressionava o mercado para melhorar as condições de empregabilidade e consumo, fruto do processo de industrialização incentivada após a revolução de 1930. Tudo isso possibilitou que as elites rurais tradicionais perdessem prestígio e que classes populares fossem atendidas. No entanto, isso não significou uma independência política de grupos políticos, que utilizaram as massas para mobilizar seus interesses, mesmo em processos democráticos.

A relação entre esses agentes políticos e a formação de novas elites do poder local passa a ser mais presente a partir das eleições de 1994. A complexidade política gira em torno de duas famílias que possuem diferentes frentes de apoio e diferentes propósitos. De um lado, a família Capiberibe, que tem o domínio sobre o PSB desde a sua fundação no Amapá, e os Góes, que passam a controlar o PDT na segunda metade da década de 1990, após a morte do principal líder do partido no estado, Júlio Pereira.

A base de apoio político, porém, se distingue completamente: enquanto partido político, o PDT possuiu desde 2002, tanto nas eleições estaduais quanto as municipais, significativos arcos políticos na construção de suas coligações, agregando agremiações políticas que variam de partidos de centro-direita e, mais recentemente, compondo compartidos de centro-esquerda como o PT, compondo uma extensão representativa e eleitoral maior que outros

partidos. Desde 1996, o PSB vem sofrendo com a falta de coligações consistentes, pois partidos de esquerda e centro-esquerda que outrora se uniam ao projeto do partido acabaram por estabelecer candidaturas próprias, casos do próprio PT, do PSOL e, mais recentemente, da Rede Sustentabilidade.

João Capiberibe possui influência de setores trabalhistas urbanos, produtores agrícolas e classe educacional de nível técnico e superior, classe que conseguiu conquista em sua eleição para Prefeitura Municipal de Macapá, em 1988. Em 1994, se torna candidato ao Governo do Estado, tendo como principal rival político Anníbal Barcellos, que apoiava a chapa de Jonas Pinheiro (PTB), ex-prefeito de Macapá, integrante da família Borges, em coligação com o PFL, lança como vice da chapa o ex-Prefeito de Macapá na última fase territorial Murilo Pinheiro, que havia disputado as eleições para a prefeitura em 1988, perdendo para Capiberibe.

As eleições de 1994 havia demarcado dois grupos políticos em disputa, e ainda havia um terceiro nome que começava a despontar na política amapaense: Salomão Alcolumbre (PMDB), a convite de José Sarney, Senador do Amapá, disputou o cargo de governador. O representante maranhense teve influência sobre seu bom desempenho na corrida eleitoral. Entretanto, a disputa ficou marcada entre Capiberibe e Pinheiro, que foram para o segundo turno. Alianças foram feitas a partir do segundo turno. O PMDB local, sob o aval de Sarney, resolve apoiar o candidato do PSB³⁰.

Tabela 03 - Primeiro Turno: Eleições de 1994 para o Governo do Amapá

Chapa	Coligação	Votos	Votos Válidos (%)
João Capiberibe (PSB)	PSB/ PT/ PDT, PCdoB	60.272	48,20%
/ Hildegardo Alencar	/ PV		
(PSB)			
Jonas Pinheiro (PTB) /	PTB / PFL / PSDB /	35.811	26,64%
Murilo Pinheiro (PFL)	PSD		
Salomão Alcolumbre	PMDB / PP/ PPS / PPR	27.214	21,76%
(PMDB)			
Ailton de Oliveira (PL)	PL / PRB	1.753	1,04%
/ Fernando Santos			
(PRP)			
	Total de Votos /	142.626	72,34%
	Votos Válidos (%)		

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)/Elaboração própria

³⁰ FOLHA DE S. PAULO. Eleições 1994. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/11/17/brasil/26.html. Acesso em 18 mai 2021

As eleições para o segundo turno foram acirradas entre João Capiberibe (PSB) e Jonas Pinheiro (PTB), integrante da família Borges, dona de várias redes de comunicação no Amapá. Jonas havia desempenhado o papel de deputado da constituinte antes de se candidatar ao governo. Apontamos que s seu desempenho se deve à exposição anterior e a mobilização dos meios de rádio e televisão no Amapá, além de ter o apoio do ex-governador territorial e do então governador do estado Anníbal Barcellos. Capiberibe não possuí o prestígio nesses meios, sendo alvo das mídias locais, contudo, ainda consegue mobilizar a população através dos frequentes comícios na cidade e de alianças vindouras com PT, PDT e PCdoB, que mobilizam, sobretudo, o público de funcionários públicos e trabalhadores do Amapá.

Tabela 04 - Segundo Turno - Eleições de 1994 para o Governo do Amapá

Chapa	Coligação	Votos	Votos Válidos (%)
João Capiberibe (PSB) / Hildegardo Alencar (PSB)	PSB/ PT/ PDT, PCdoB / PV	69.907	54,86%
Jonas Pinheiro (PTB) / Murilo Pinheiro (PFL)	PTB / PFL / PSDB / PSD	57.517	45,14%
Total de Votos / Votos Válidos (%)		131.534	66,71%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)/Elaboração própria.

Capiberibe assume o governo do Estado em 1994 e sua gestão é permeada pelo símbolo social e ambiental, tratando os dois como uma unidade, que também serviriam para organizar o modelo econômico pensado no reaproveitamento de recursos naturais trazidos pelo Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá – PDSA, que tinha como pretensão também de servir referência como organização econômica com base na sustentabilidade ambiental. No entanto, o projeto sofreu fortes ataques de setores da economia local ligadas a produção de minério e de setores do comércio, que viam o PDSA como uma ameaça a organização econômica de então.

Seu partido, o PSB, fazia coligação com o PT desde as eleições municipais de 1988. Em virtude de desentendimentos internos, e com a projeção que o candidato petista Lula teve durante as eleições nacionais de 2002, levando o diretório nacional a optar por chapas próprias em diversos Estados, os partidos desfizeram a aliança para este pleito no estado, lançando candidaturas próprias. Cláudio Pinho, representante do partido, apoiado por Capiberibe, não conseguiu quantidades de votos suficientes, ficando em terceiro lugar. Dalva Figueiredo, vicegovernadora que assumia a gestão naquele momento, veio como candidata pelo PT, indo para o segundo turno com Waldez Góes.

Tabela 05 – Eleições para o Governo do Amapá: Primeiro turno (2002)

Chapa	Coligação	Votos	Votos Válidos (%)
Waldez Góes (PDT) /	PDT/PTB/PSD/PPB/	86.169	36,82%
Pedro Paulo Dias PRTB)	PSL/PAN/PTdoB/P		
	RTB		
Dalva Figueiredo (PT) /	PT/PCdoB/PCB/PL/	59.237	25,31%
Ivanci Magno (PT)	PMN/PV/PHS/PST/		
	PRONA		
Cláudio Pinho (PSB) /	PSB/PRP	52.134	22,27%
Maria Lucenira (PSB)			
Fátima Pelaes (PSDB) /	PSDB/PMDB/PFL	35.157	15,02%
Valdeci Rodrigues			
(PMDB)			
Edenilson Alencar (PSTU)	Sem Coligação	1.091	0,46%
/ Rildo Luiz (PSTU)			
Enildo Pena (PGT) / Paulo	Sem Coligação	238	0,10%
Senna (PGT)			
Total de votos/ Voto	os Válidos (%)	234.036	94,43%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)/Elaboração própria.

A disputa no segundo turno entre Waldez (PDT) e Dalva (PT) foi cercada de propagandas sobre o desenvolvimento do Amapá. O tom trazido por Waldez foi de um 'novo' desenvolvimentismo, que tinha como foco o crescimento da indústria extrativista e ampliação da justiça social. Na propaganda de Dalva, a ênfase foi dada à melhoria nos serviços públicos, valorização de categorias da classe trabalhadora e a continuidade da gestão de um Amapá sustentável. Contudo, o que definiu as eleições no segundo turno foram as alianças estabelecidas por Waldez, que teve apoio de famílias tradicionais que transitavam na política amapaense como os Pelaes, os Borges, os Alcolumbres e os Amanajás, além do apoio decisivo do senador José Sarney para o segundo turno.

Tabela 06 - Eleições para o Governo do Estado do Amapá: Segundo turno (2002)

Chapa	Coligação	Votos	Votos Válidos (%)
Waldez Góes (PDT) / Pedro	PDT/PTB/PSD/PPB/	125.828	54,06%
Paulo Dias (PRTB)	PSL/PAN/PTdoB/P		
	RTB		
Dalva Figueiredo (PT) / Ivanci	PT/PCdoB/PCB/PL/	104.764	45,04%
Magno	PMN/PV/PHS/PST/		
	PRONA		
Total de Votos / Votos Válidos (%)		230.593	96,96%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)/Elaboração própria.

A partir de 2002 houve uma renovação conservadora, com a entrada de parentes de exdeputados da década de 1990 e pessoas apoiadas por elas e pelos partidos. O controle político de Waldez Góes nasce da costura de influências públicas entre empresários e trabalhadores, que ao longo dos anos vai crescendo entre classes, como professores, militares e setores da iniciativa privada. Sua eleição representou a vitória de setores descontentes com a gestão de Capiberibe, tanto da população local quanto de empresários e significou também a mudança de perspectiva política para o Estado, que passou a ser projetado para o desenvolvimento industrial com a exploração de setores agrícolas e construção civil, dando cada vez mais espaço a produção em grande escala e dando abertura à iniciativa privada.

No entanto, alguns nomes que uma vez faziam parte do projeto ou continuam sendo favorecidas pelas representações políticas familiares tiveram destaque na política amapaense. Podemos citar, por exemplo, a família Alcolumbre. Este clã se estabelece no Amapá, ainda província do Pará, na década de 1920, desenvolvendo atividades comerciais e como agentes de saúde pública. Faz parte de uma grande migração judaica no Amapá ocorrida no início do século XX e incorporam a classe de 'notáveis' antes mesmo da transformação do território.

Macapá, situada no meio do mundo, no marco zero da carta geográfica brasileira, à época município pertencente à jurisdição do Estado do Pará, passou a ser parte do Território Federal do Amapá, em 1943, que se transformou no Estado do Amapá, em 1988. A cidade recebeu, entre seus primeiros judeus, as famílias Peres, Zagury, Alcolumbre, Bemergui, Ellarat, Gabay, Barcessat, Cohen, Sananiz, entre outros.

De acordo com informações da Confederação Israelita do Brasil, estas famílias são constituídas de

Trabalhadores judeus, efetivos cidadãos incorporados à comunidade, constituíram-se grandes comerciantes. Como exemplo, há Moysés Zagury & Cia., Salomão Alcolumbre, Derivados de Petróleo S/A; empreendedores da área de telecomunicação, as famílias Tobelem e Alcolumbre, das redes de televisão Bandeirantes e Record; relevantes serviços na área política, famílias Tobelem e Alcolumbre, na Assembleia Legislativa do Amapá, na Câmara dos Deputados e Senado Federal; além do ilustre major Eliezer Moisés Levy, prefeito de Macapá, nos anos de 1932 a 1935 e de 1942 a 1944.³¹

A partir da década de 1940, a família Alcolumbre se expande com a chegada de Isaac Alcolumbre, que tem na sua relação 11 filhos com Alegria Peres, também de família judia que já estava estabelecida em Macapá. De seus filhos, se destacam em atividades comerciais: Sarah

-

³¹ CONFERAÇÃO ISRAELITA DO BRASIL. Comitê Israelita do Amapá. Disponível em: https://www.conib.org.br/comunidades/comite-israelita-do-amapa/. Acesso em: 08 jun 2021.

Alcolumbre Tobelem, Pierre Alcolumbre, Alberto Alcolumbre, Nissin Alcolumbre, e José Alcolumbre, que mais tarde passa a investir no ramo da comunicação³².

A entrada na política da família Alcolumbre só aconteceu em 1994, quando Salomão Alcolumbre foi convidado pelo ex-presidente da República José Sarney para ser candidato ao governo do Estado pelo PMDB. O empresário ficou em terceiro lugar, com 27.214 votos, na eleição vencida por João Capiberibe. Em seguida, seu sobrinho, Davi Alcolumbre, entra na política, sendo eleito vereador em 2000. Em seguida, Isaac Alcolumbre, primo de Davi, é eleito deputado estadual.

Nesse interim, as bases do PDT Amapá, na figura de seu principal representante, Waldez Góes, foram se fortalecendo através do pacto com diversas classes que estavam desgostosas com o governo de Capiberibe, como trabalhadores do setor público como profissionais da saúde e professores, empresários do comércio local e servidores da justiça. Capiberibe atendia às classes populares como agricultores, extrativistas, professores do ensino fundamental e pessoas ligadas a igreja católica. As primeiras citadas, passaram a abraçar a candidatura de Waldez para o governo do Estado em 2002. Outro fator que contribuiu para Waldez foi a quebra da relação do PT, em nome de Dalva Figueiredo — então vice-governadora de Capiberibe — com o governador, um ano antes de seu mandato acabar. Dalva veio com chapa própria, apoiada pelo PT Nacional, com a ideia de que poderia aproveitar a força da candidatura de Lula no cenário nacional. Apesar de Lula sair vitorioso nas eleições presidenciais, foi o PDT de Waldez que venceu as eleições para o governo estadual, apoiando também o candidato petista no segundo turno.

Após vencer as eleições, Waldez conduz a política de Estado para o seguimento nacional-desenvolvimentista como bem apresentado no slogan do governo de 2002: "Desenvolvimento com Justiça Social" — pensar o bem estar da sociedade com o desenvolvimento sustentável e industrialização extrativista e mineral, um segmento que diverge com o plano de governo de seu antecessor, que carregava o slogan "Justiça com Desenvolvimento Sustentável", mais ligado à questão assistência social e desenvolvimento aliando práticas tradicionais e economia verde.

Waldez contou com o apoio do senador Papaleo Paes (PTB), dos deputados federais Benedito Dias (PPB), Davi Alcolumbre (PDT), Coronel Alves (PSDB), Gervásio Oliveira (PDT) e Eduardo Seabra (PTB) em seu primeiro mandato. Contou também uma base forte na

-

³² PORTA RETRATO AP. A Pioneira Alegria Peres Alcolumbre. Disponível em: https://porta-retrato-ap.blogspot.com/2011/03/pioneira-alegria-peres-alcomumbre.html. Acesso em: 08 jun 2021.

Assembleia Legislativa, apoiado por Jorge Amanajás (PSD), Edinho Duarte (PMDB), Roberto Góes (PSD), Lucas Barreto (PDT), Eider Pena (PDT), Ocivaldo Gatinho (PDT), Benedito Dias (PPB), Paulo José (PJ), Ubiranildo Macedo (PTdoB) e Ricardo Soares (PTdoB) (TSE-AP, 2002).

A nível regional, o Amapá procurou expandir as relações econômicas para investimentos no setor produtivo (exportação da carne de búfalo, cadeia produtiva do açaí, pesca industrial), industrias (mineração, extrativismo vegetal) tecnológico (incubadores e produção de cerâmica), na exploração de minerais (jazida de ferro, manganês, ouro, urânio) incentivados pelo regime de Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS), pelo decreto nº 517/92 e Fundo Constitucional do Norte (FNO) (GOVERNO DO AMAPÁ, 2006).

A novidade está na aproximação do Governo com iniciativas de empreendedorismo, como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, que tinha o empresário Jaime Nunes³³ como presidente naquele momento, um dos principais investidores do setor privado no Amapá. Também houve naquele momento a reativação da SUDAM e SUDENE por parte do Governo Federal, plano de proteção do território e manutenção da soberania nacional na Amazônia Legal, que Waldez relata a época ser os programas se destacam pela política de infraestrutura e inclusão social da Amazônia ³⁴. Na prática, foi uma forma de fomentar os estudos da Escola Superior de Guerra do Exército Brasileiro na Região, além de produzir o turismo na Amazônia para investidores de fora.

O final de sua gestão foi marcado por fortes acusações de corrupção, reforçado pela ação promovida pela Polícia Federal através da Operação Mãos Limpas, realizada a pouco menos de um mês do pleito eleitoral de 2010 e que transformou, mesmo que momentaneamente, o cenário político do Amapá.

_

³³ Atualmente, o empresário é vice-governador do estado na chapa com Waldez Góes (2018-2022). Rompeu politicamente com Waldez em 2020 e lançou candidatura ao governo do estado para o pleito 2022. Waldez fez a indicação do vice no nome do seu secretário de Planejamento Teles Júnior na chapa de Clécio Luís (SDD), ex-prefeito de Macapá e outrora opositor do governador.

³⁴ MEMÓRIA EBC. Sudam e Sudene serão reativadas no mesmo dia. Disponível em: http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2003-07-23/sudan-e-sudene-serao-reativadas-no-mesmo-dia. Acesso em: 01 ago. 2022.

2.4 MUDANÇA DE ATORES POLÍTICOS ENTRE A POLÍTICA TRADICIONAL: DA OPERAÇÃO MÃOS LIMPAS ATÉ CAMILO CAPIBERIBE

A Operação Mãos Limpas foi deflagrada em 10 de setembro de 2010, atingindo os três poderes do Amapá. A Operação mobilizou mais de 600 policiais federais e fiscais da Receita Federal, cumprindo o mandado de busca e apreensão de 18 pessoas. O governador daquele período, Pedro Paulo Dias (PP), que disputava a eleição para o governo do estado, era o então vice de Waldez Góes (PDT), que havia se ausentado do cargo de governador para disputar o Senado Federal. Waldez Góes e sua esposa, a deputada estadual Marília Góes (PDT), também foram conduzidos pela Polícia Federal. Todos eles foram detidos no quartel do exército no Amapá. Pedro Paulo e Júlio Miranda, presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amapá (TCE-AP) foram detidos em cela especial na Polícia Federal, Waldez, Marília Góes e outros doze envolvidos — incluindo o prefeito da capital e primo de Waldez, Roberto Góes — foram conduzidos para a Complexo Penitenciário da Papuda em Brasília-DF.

Os envolvidos foram acusados de participar de um esquema de desvio de dinheiro público do Fundo de Educação Básica (FUNDEB), na Assistência Social, na Segurança Pública e Desporto e Lazer, que contou com envolvimento do executivo, legislativo e do Tribunal de Contas do Estado. O esquema provocou o rombo de 1 bilhão de reais dos cofres públicos. As investigações iniciaram em agosto de 2009, contando com a participação do Banco Central, Controladoria Geral da União e da Receita Federal.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decretou as prisões sob a acusação de corrupção ativa, passiva e formação de quadrilha, com provas de fraudes em licitações na compra de carros e equipamentos, desvio de recursos federais que deveriam ser usados para convênios, pagamento de serviços não utilizados, superfaturamento de obras e serviços de Delegacias de Polícia e do 2º Batalhão da Polícia Militar, fraude em contratação de serviços de segurança e limpeza. A Polícia Federal encontrou 1 milhão de reais de dinheiro, veículos de luxo e armas, além de outros materiais que foram apreendidos na Assembleia Legislativa do Estado do Amapá (ALAP), na Prefeitura Municipal de Macapá (PMM), no Tribunal de Contas do Estado do Amapá e na casa de outros acusados. O Desembargador Douglas Evangelista, presidente do Tribunal de Justiça do Estado, assumiu temporariamente o Governo do Estado, devido ao fato de o presidente da Assembleia Legislativa, Jorge Amanajás (PSDB), estar como candidato ao governo do Estado naquele momento.

A partir de então, o cenário eleitoral das eleições de 2010 muda drasticamente no Amapá. A terceira pesquisa IBOPE para o governo do Estado do Amapá mostra uma vantagem do

candidato Lucas Barreto (PTB), que, em relação à segunda pesquisa, saltou de 28% para 34%, seguido de Jorge Amanajás (PSDB), que saiu de 20% para 23% dos votos, Camilo Capiberibe (PSB), que aumentou de 10% para 17% dos votos. O candidato do governo, Pedro Paulo, caiu drasticamente de 19% para 10% das intenções.

LUCAS BARRETO (PTB)

JORGE AMANAJÁS...

CAMILO CAPIBERIBE...

PEDRO PAULO DIAS (PP)

GENIVAL CRUZ (PSTU)

VOTOS NULOS/VOTOS...

INDECISOS

REGISTRO NO TSE: BR-29591-2010

Gráfico 01 - Pesquisa Ibope (13 de setembro de 2010) para o Governo do Estado do Amapá, após a Operação Mãos Limpas

Fonte: IBOPE/Elaboração própria.

Para o Senado, o cenário mudou drasticamente. Waldez Góes, o favorito na primeira pesquisa, caiu de 51% para 35%. Em relação a segunda pesquisa, o candidato Gilvam Borges (PMDB) saltou de 28% para 36%. Outros aumentos foram vistos, como no candidato João Capiberibe (PSB), que saiu de 30% para 39%, e no candidato Randolfe Rodrigues (PSOL), que aumento de 21% para 36%. O candidato Papaleo Paes (PSDB) teve apenas o crescimento de 1%, indo para 12% da intencionalidade. O candidato Professor Marcos (PT) diminuiu de 4% para 3% dos votos.

Camilo Capiberibe, filho do ex-governador João Capiberibe, se apresentava como o candidato anti-máquina do governo pedetebista. Lucas Barreto, deputado estadual, usou a identidade de via alternativa para Góes e seus aliados. O governo Waldez Góes foi apelidado por populares e jornalistas como 'governo da Harmonia', por conta de o PDT ter cadeira tanto no governo como na prefeitura, representada por Roberto Góes, e de não haver uma forte oposição na Assembleia Legislativa e Câmara Municipal.

Nas eleições do primeiro turno, foram eleitos Randolfe Rodrigues, com 203.259 votos, representando 38,94% dos votos válidos. Rodrigues foi o senador mais jovem a assumir o cargo no Brasil e Gilvam Borges (MDB), com 121.015 (23,19%). O candidato Waldez Góes obtivera 106.751 votos, representando 20,45%. João Capiberibe teve seus votos anulados por decisão do TSE, por ter sido enquadrado na Lei da Ficha Limpa, no entanto, Capiberibe recorreu na justiça e o TRE-AP decidiu que a vaga de Gilvam Borges seria dada à João Capiberibe.

Em 2010, nota-se a entrada de três grupos na ALAP: do empresariado que estava do lado de Lucas/Jaime (Fabrício Furlan, Antônio Furlan), que logo formariam parte do bloco do governo Waldez em 2014; o bloco de oposição liderada por Marília Góes (PDT) e Maria Góes (PDT); a entrada de Paulo Lemos (PSOL) e mais um mandato de Cristina Almeida, no cargo desde 2011, formando o bloco governista, obtendo poucos apoios naquele momento.

Lucas Barreto acaba indo para o segundo turno, sendo apoiado por Randolfe Rodrigues, que havia sido eleito senador. Camilo Capiberibe disputa a vaga sem apoio dos senadores. Camilo vence no primeiro turno com 28,93%. Lucas Barreto teve 28,68%. Jorge Amanajás teve 27,19%, Pedro Paulo 13,5% e Gianfranco Gusmão 0,69%, no pleito eleitoral mais disputado do país naquela eleição. Foi uma vitória inesperada para Camilo, que aparecia nas pesquisas na terceira posição. Algo parecido aconteceu em 2008, mas com desvantagem para Camilo, então deputado estadual, quando concorreu à Prefeitura de Macapá e foi para o segundo turno sendo o favorito, mas foi derrotado por Roberto Góes (PDT), primo do então governador Waldez Góes e deputado estadual. A campanha de Lucas Barreto recebeu mais investimentos 1,6 milhão declarados no TSE. Camilo Capiberibe contou com 395 mil (XAVIER, 2010).

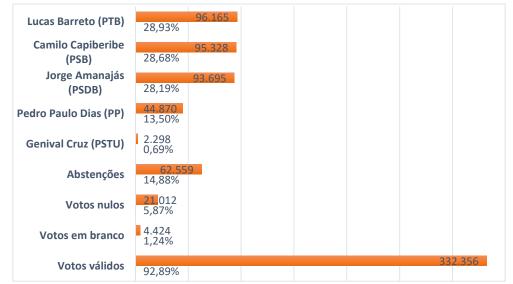


Gráfico 02 - Resultado do Primeiro Turno das Eleições 2010 - Governo do Amapá

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)/Elaboração própria.

A revolta contra a corrupção, até então uma marca do cenário político de Brasília, se voltou para o contexto local com a Operação Mãos Limpas. O descontentamento da população foi gerado pela 'traição' – consideram que o governador eleito não honrou seu compromisso, principalmente pelo motivo da acusação estar ligado ao dinheiro do FUNDEB, fundamental para a educação amapaense. Outro detalhe, utilizada pela comunicação de campanha de Camilo Capiberibe, que foi fundamental para sua virada nas eleições no segundo turno, foi aproximar o candidato de oposição, Lucas Barreto, de Waldez, que então era sinônimo de 'traição' e 'corrupção' para a população, ao lembrar que Lucas foi aliado de Waldez até antes das eleições.



Figura 15: Manifestantes cobram condenações da Operação Mãos Limpas em Macapá (2011).

Foto: Portal Ivan Carlo

A operação marcou uma reviravolta no contexto político e foi utilizado pelo governo de Camilo como uma forma de atacar a oposição, que ainda apoiava a Waldez Góes e o PDT. Mas, isso também significou uma vida política difícil nos bastidores. Camilo Capiberibe não conseguiu dialogar com diversas categorias e entrou em enfrentamento com outras, como a classe de professores da rede pública. Sua governabilidade foi quase nula – não tinha a maioria na Assembleia Legislativa, tinha poucos apoios na bancada federal. Conseguiu dialogar, em maior medida, com o Senado Federal, onde tinha dois representantes (João Capiberibe e Randolfe Rodrigues), e tinha José Sarney como opositor.

A disputa local em 2014 ganha novos contornos por uma série de eventos ocorridos entre os anos de 2011 e 2013. A greve dos professores do Estado em 2012, reflexos da Operação Mãos Limpas e as manifestações de junho de 2013 foram os principais eventos que marcaram o seu governo junto à opinião pública amapaense. Isso se refletiu na mudança de cenário em 2014, com o retorno de Waldez Góes ao cenário, a trajetória política de Randolfe Rodrigues ascendendo e Davi Alcolumbre (DEM) alçando a vaga de Senador da República com o apoio de Rodrigues e o então prefeito da cidade de Macapá, Clécio Luis Vilhena (PSOL).

Randolfe Rodrigues se constitui em uma figura política no Amapá ainda na década de 1990. Nasce em Garanhuns em Pernambuco, se mudando na infância para Macapá. Foi secretário da juventude durante o primeiro governo de João Capiberibe (1995-1998), o que o catapultou para os mandatos de deputado estadual em 1998 e 2002 pelo PT. Desde 2011, exerce o cargo de Senador da República — primeiro pelo PSOL e posteriormente pela Rede Sustentabilidade —, sendo o mais jovem a ser eleito no país. Desde então, vem desempenhando papel importante para a política local, mudando sua dinâmica tanto prática como publicitária, com o acréscimo do uso de redes sociais.

Na campanha de 2010, quando veio ao Senado pelo PSOL, apoiou a candidatura de seu correligionário Clécio Luis Vilhena. No segundo turno, optou por apoiar Lucas Barreto. A decisão parte do princípio de não apoiar elites locais dominantes na ocasião (Góes, Capiberibe e Borges). Contou em grande medida com a situação atípica do cenário político amapaense, que desgastou politicamente a imagem dos Góes, que naquele momento foram atingidos pela Operação Mãos Limpas, que averiguou vários casos de corrupção no Estado envolvendo o governo estadual. Existe um Amapá antes e um depois da Operação, que favoreceu a cena política, posteriormente, para os candidatos de esquerda que até então apareciam nas primeiras posições de intenção de voto, como no caso de Randolfe Rodrigues ao Senado, que disputava com Waldez Góes (PDT), João Capiberibe (PSB), Gilvam Borges (PMDB), Papaleo Paes

(PSDB) e Professor Marcos (PT). Capiberibe teve sua candidatura invalidada na semana das eleições pelo TRE-AP. Randolfe Rodrigues e Gilvam Borges foram eleitos.

Contudo, não conseguiu se alinhar a nomes do empresariado local, como os Alcolumbre e Jaime Nunes, que flutuavam entre a classe política. Em 2012, na disputa pela Prefeitura da capital, o PSOL chega ao segundo turno com Clécio Luis e Allan Salles (PPS, atualmente CIDADANIA), disputando com então Prefeito Roberto Góes (PDT). No segundo turno, Clécio conta com o apoio de Davi Alcolumbre, que foi candidato à Prefeitura no primeiro turno, no que veio se transformar posteriormente em uma aliança política entre Randolfe, Clécio e Alcolumbre³⁵ que irá desembocar nas eleições de 2014 para o Senado Federal.

No Amapá, as manifestações de junho de 2013 chegam na capital no dia 26 de junho, quando o movimento levou mais de 25 mil para as ruas. Vários movimentos partidários, movimentos sociais, sindicatos, juventude não organizada e servidores públicos foram as ruas protestar sob diversas pautas já incluídas nos movimentos em grandes centros como São Paulo, Rio de Janeiro e Belém. O movimento influencia na imagem do governo do Estado, ocupado por Camilo Capiberibe, desprestigiado por diversas classes, como a dos professores, que enfrentava dificuldades no diálogo de reajuste salarial. Também foi nesse momento que nomes começaram a ascender na política amapaense, composta por servidores públicos e funcionários de empresas privadas, que faziam oposição ao governo Dilma e ao governo estadual e que também defendiam uma pauta mais conservadora.

Nota-se que estes candidatos atendem uma demanda de renovação de atores políticos que começaria a se tornar um sintoma do que viria a ser os movimentos de renovação política e anti-política nos anos seguintes, promovendo o uso de recursos tradicionais e de novos instrumentos que dariam luz às novas práticas políticas.

Naquele momento, se percebe o começo da frequência de amapaenses, sobretudo da juventude, nas redes sociais. Algumas das organizações foram feitas através de articulações nacionais através do Facebook© e Twitter©. É importante salientar que o crescimento do uso de novas redes nem sempre acompanhou a qualidade do acesso. Somente em março de 2014, o Amapá aderiu à internet de fibra óptica, ofertada inicialmente em 7 dos 16 municípios (Macapá, Santana, Mazagão, Oiapoque, Calçoene) vinda da Guiana Francesa e o Linhão de Tucuruí

³⁵ Randolfe e Clécio até então não eram bem-vistos entre a classe política e econômica local. Após a eleição de Davi ao senado, o cenário passou por mudanças visíveis entre 2015 e 2016. A diferença de votos entre Clécio e Gilvam nos dois turnos foi grande.

ofertaria para mais dois municípios ao Sul do Amapá (Laranjal do Jari e Vitória do Jari)³⁶. Entre 2016 e 2018, houve o aumento do uso de TV para ter acesso à internet, devido a planos de operadoras de telefonia, de 10,8% para 19,03%. No entanto, o uso de celular se tornou mais frequente para ter acesso à web, chegando a 99,06% em 2018³⁷. A rápida popularização dos smartphones e o barateamento nos custos de planos fizeram com a abrangência do uso de internet fosse permitida, contudo, a população ainda relata dificuldades para ter acesso sem interrupções na cobertura.

Foi nesse momento que alguns dos representantes políticos amapaenses passaram a fazer um uso contínuo de redes sociais, com destaque para os senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues, além de Clécio Luis, então prefeito de Macapá. Em paralelo, grupos identificados com a direita e com pautas conservadoras começavam a demonstrar amplitude através do WhatsApp©.

Enquanto isso, no Amapá, a hegemonia política de José Sarney (PMDB) estava caminhando para a sua descontinuidade, com a ascensão das novas lideranças na política local. Nas eleições para o Senado do Amapá de 2006, Cristina Almeida (PSB), mulher preta e membra de movimentos sociais ligados à cultura e a negritude, se destaca no processo eleitoral e encosta em seu principal adversário, o então senador José Sarney, político tradicional, que tentava sua reeleição. A votação foi apertada, dando 53,87% dos votos a Sarney, contra 43,59% de Cristina. Desse modo, José Sarney permanece no cargo até 2014.

Surpreendentemente, Sarney anuncia que não iria mais concorrer ao cargo nas eleições de 2014 e sua aposentadoria, deixando aberto o espaço para a disputa entre as novas lideranças políticas com representantes das elites tradicionais que queriam se manter no jogo político. Davi Alcolumbre deixa o cargo de Deputado Federal após quatro mandatos e disputa a vaga com mais oito candidatos: Gilvam Borges – apoiado por Sarney –, que havia perdido a vaga de senador para João Capiberibe, que recorreu da decisão da Justiça Eleitoral, Promotor Moisés (PEN), Dora Nascimento (PT), Pastor Jovan (PRP), Coronel Palmira (PTC), Raquel Capiberibe (PMN), Professor Paulo Ricardo (PSTU) e Marquinho Abreu (PRTB). Davi teve o apoio direto de Randolfe Rodrigues e o então prefeito Clécio Luis para sua candidatura. Davi foi eleito com 131.695 votos, com uma diferença de 2% de votos contra Gilvam.

-

³⁶ PORTAL G1. SETE MUNICÍPIOS DO AMAPÁ VÃO TER BANDA LARGA POR FIBRA ÓPTICA. Disponível em: http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2014/03/sete-municipios-do-amapa-vao-ter-internet-banda-larga-por-fibra-optica.html. Acesso em: 12 set. 2020.

³⁷ Idem. USO DA TV PARA ACESSO À INTERNET SOBE CERCA DE 9% NO AMAPÁ, DIZ IBGE. Disponível em:<<u>https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2020/05/02/uso-da-tv-para-acesso-a-internet-sobe-cerca-de-9percent-em-2-anos-no-amapa-diz-ibge.ghtml</u>>. Acesso em: 13 set 2020.

Tabela 07 – Resultado da votação para o Senado Federal pelo Amapá em 2014³⁸

Candidato	Partido	Coligação	Votos Válidos	Porcentagem
Davi Alcolumbre	DEM	Juntos pelo	131.695	36,26%
		desenvolvimento,	(Eleito)	
		pela paz e pela vida		
		(DEM,SD, PSD e		
		PSDB)		
Gilvam Borges	PMDB	A força do povo	124.438 (Não	34,26%
		(PDT, PMDB e PP)	eleito)	
Moisés Rivaldo	PEN	PT do B, PROS,	48.136 (Não	13,25%
		PEN, PHS, PV,	eleito)	
		PSDC, PTN, PRB		
Dora Nascimento	PT	PSB, PT, PCdoB,	38. 919 (Não	10,71%
		PSOL	eleita)	
Jorvan	PRP	Sem coligação	7.443 (Não	2,05%
Nascimento			eleito)	
Coronel Palmira	PTC	Sem coligação	5.016	1,38%
Raquel	PMN	Sem coligação	3.545	0,98%
Capiberibe				
Paulo Ricardo	PSTU	Sem coligação	2.558	0,70%
Marquinho Abreu	PRTB	Sem coligação	1.486	0,41%
Ricardo Vilhena	PCB	Sem coligação	0	0%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)/Elaboração própria.

Um dos principais suportes que Davi teve em sua companha foi o apoio manifestado por Randolfe e Clécio, dois representantes políticos que já apresentavam domínio no uso do Facebook©. O contexto das eleições nacionais afeta a escolha do eleitor amapaense, acompanhadas pelo sentimento despertado pelas jornadas de junho de 2013, encontrando maior influência nas eleições para o governo do Estado, em que concorriam Waldez Góes e Camilo Capiberibe. Na Assembleia Legislativa, se vê um novo alinhamento das classes políticas em torno da família Góes e um retorno para o modelo político anterior ao governo de Capiberibe. No senado, houve uma moderada conciliação entre classes, com o apoio dado a Davi Alcolumbre por membros da direita e esquerda, ao ponto de a candidata do PT e vicegovernadora, Dora Nascimento, ficar em quarto lugar nas eleições para o senado, ficando atrás do candidato ao senado Moisés Rivaldo (PEN), promotor de justiça que se identificava com a pauta conservadora.

Ainda que Camilo Capiberibe saia enfraquecido nesse processo, a esquerda teve conquistas importantes. O partido consegue emplacar Marcivânia Flexa como deputada federal, eleita com 16.162 votos. Paulo Lemos, do PSOL, é eleito deputado estadual com 4.105 votos,

³⁸ TRE-AP. Eleições 2014. Disponível em: https://www.tre-ap.jus.br/eleicoes/eleicoes-2014/eleicoes-2014. Acesso em 02 ago. 2022.

e Fabrício Furlan, também do PSOL, é eleito com 4.292 votos para deputado estadual. O PSB consegue emplacar dois candidatos na Assembleia Legislativa. Foram eleitos somente Cristina Almeida, com 5.883 votos, e Max da AABB, com 6.667 votos. Para a Câmara dos Deputados, Janete Capiberibe foi eleita deputada federal com 21.108 votos ³⁹.

O PDT Amapá, posicionado para uma linha política de centro-direita, se reposiciona de forma significativa no estado, pois além da vitória de Waldez Góes para o seu terceiro mandato no governo estadual, sua esposa Marília Góes foi reeleita para deputada estadual, com 11.747, e Maria Góes – mãe de Roberto Góes e tia de Waldez –, eleita com 5.028 votos, além de obter a maioria ampla na nova conjuntura da Assembleia Legislativa⁴⁰.

Por outro lado, o uso das redes sociais pelos candidatos foi mais intenso em relação a 2010. Camilo Capiberibe, candidato à reeleição pelo PSB, publicou em seu Instagram, com compartilhamento automático para o Facebook, que o senador da República Randolfe Rodrigues havia apoiado sua candidatura no 2º turno das eleições de 2014 41. Randolfe Rodrigues, no entanto, manifestou seu apoio através do microblog Twitter©, afirmando anteriormente que aceitaria apoiar qualquer candidato que se opusesse ao então ex-governador Waldez Góes, que havia sido preso durante a Operação Mãos Limpas em 2010. No tweet, Randolfe enfatiza: "Sou o primeiro a me alinhar contra a corrupção no Amapá. O governador Camilo nem precisa me convocar".



Figura 16: Camilo recebe o apoio do Senador Randolfe Rodrigues no segundo turno das eleições de 2014.

Fonte: Reprodução/g1Amapá

_

³⁹ TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL - TRE-AP. Eleições 2014. Disponível em: https://www.tre-ap.jus.br/eleicoes/eleicoes-2014/eleicoes-2014. Acesso em 02 ago. 2022.

⁴⁰ Ibdem. Eleições 2014. Disponível em: https://www.tre-ap.jus.br/eleicoes/eleicoes-2014/eleicoes-2014. Acesso em 02 ago. 2022.

⁴¹ PORTAL G1. CAMILO PUBLICA FOTO COM RANDOLFE E CONFIRMA APOIO DE SENADOR

2° TURNO. Disponível: https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/noticia/2014/10/camilo-publica-foto-com-randolfe-e-confirma-apoio-de-senador-no-2-turno.html. Acesso em: 27 set. 2021.

Também foi na mesma época que Camilo Capiberibe consegue uma liminar na justiça contra o Sistema Beija-Flor de Comunicação, controlado pelo ex-senador da República Gilvam Borges (MDB), adversário político dos Capiberibe. Camilo alegou que foram feitos diversos ataques a sua família e sua candidatura durante o período eleitoral nas emissoras do sistema em seus programas de rádio e televisão aberta. A justiça acatou o pedido e determinou que a emissora ficasse fora do ar em suas diversas redes por quatro dias⁴². Naquele momento, percebe-se o começo do uso frequente das redes sociais pelos amapaenses, sobretudo pelos jovens. Algumas das organizações foram feitas através de articulações nacionais através do Facebook© e Twitter©. No contexto eleitoral, Waldez retoma o favoritismo devido ao fracasso do Camilo em dialogar com as classes do Estado, que estiveram ao redor do PDT e Waldez durante os dois primeiros mandatos. Na pesquisa próxima das eleições, Waldez aparecia com 42%, Camilo com 22%, e Lucas Barreto (PSD) com 17%.



Figura 17: Apoio de Camilo Capiberibe, então Governador do Estado, à candidatura de Davi Alcolumbre ao senado, ao lado de Randolfe Rodrigues, Clécio Luis (à direita) e João Capiberibe (à esquerda). 2014.

Fonte: Alyne Kaiser/Alcinea.com

Ao final de tudo, o resultado do segundo turno correspondeu ao favoritismo de Waldez Góes, que se consagra novamente vencedor no segundo turno das eleições. A vitória de sua esposa, Marília Góes, como a deputada estadual mais votada das eleições de 2014, impulsionou o retorno dos Góes ao

⁴²CTRLX. ELEIÇÕES FORA DO AR PROTEÇÃO DA DEMOCRACIA OU CENSURA PRÉVIA. Disponível em: https://www.ctrlx.org.br/noticia/eleicoes-fora-do-ar-protecao-da-democracia-ou-censura-previa. Acesso em: 27 set 2021.

_

cenário político. A frente de alianças se recompôs em torno do projeto político da família Góes e do PDT local. Enquanto isso, a família Capiberibe sai do processo com perda significativa de poder.

Tabela 08 – Segundo turno das eleições de 2014 no Estado do Amapá

Candidato	Vice	Partido	Coligação	Votos Válidos	Porcentagem
Waldez Góes	Papaleo Paes (PP)	PDT	Frente Liberal de Reconstrução (PFL, PRN, PL, PSC, PSD, PST)	220.256	60,50%
Camilo Capiberibe	Carlos Rinaldo (PSOL)	PSB	Frente Ampla de Libertação do Amapá (PT, PSB, PSDB, PCB, PCdoB)	143.311	39,42%
			Total de Votos/Votos Válidos	363.567	93,44%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)/Elaboração própria

O grupo composto por Davi Alcolumbre, eleito Senador da República, Clécio Luis, prefeito de Macapá, e Randolfe Rodrigues, Senador da República pelo Amapá, se fortalece neste interim, preenchendo o espaço ora ocupado pela família Capiberibe. Em 2016, a parceria se repete no pleito eleitoral para a Prefeitura de Macapá, com agora Alcolumbre emplacando a vice-prefeita da chapa de seu partido, o DEM, a Deputada Estadual Telma Nery. Clécio e Randolfe saem do PSOL e migraram para a Rede Sustentabilidade no mesmo ano. A aliança entre esquerda e direita, à época, foi justificada para desestabilizar o poder das elites locais, manifestadas naquele momento pelos Góes e os Borges. Deste último clã, havia como competidor direto Gilvam Borges, que contou com o apoio do então vice-prefeito Allan Salles, que havia rompido politicamente com Clécio e seu antigo partido em 2015. Clécio acabou sendo reeleito com 21% de vantagem.

No ano de 2018, Randolfe protagonizou uma briga com o então pré-candidato à presidência da República Jair Bolsonaro durante visita ao antigo DOI-CODI no Rio de Janeiro, onde eram cometidos crimes da ditadura militar. Randolfe afirmou que o deputado federal havia o atingido com um soco durante a ocasião⁴³. No ano de 2018, mudanças no cenário eleitoral reorganizaram as forças políticas no Amapá. Gilvam Borges, adversário histórico da família

-

PORTAL R7. Deputado Randolfe Rodrigues diz ter levado soco de Jair Bolsonaro. Disponível em: https://recordtv.r7.com/jornal-da-record/videos/deputado-randolfe-rodrigues-diz-ter-levado-soco-de-jair-bolsonaro-06102018. Acesso em: 28 fev 2022.

Capiberibe, sai da composição do PDT, de Waldez Góes, e passa a fazer oposição ao governo, se aliando a Capiberibe na disputa do 2º turno⁴⁴. Gilvam, que tentava novamente o cargo de Senador da República pelo Amapá, obteve apenas 5,13% dos votos, ficando atrás de Fátima Pelaes (MDB), com 7,06%, e do novato Pastor Guaracy Jr, também com 7,06. No entanto, o uso das redes sociais do candidato foi turbinado com o slogan de campanha "Eu te amo"⁴⁵, que viralizou entre os amapaenses.

3 COMUNICAÇÃO E POLÍTICA NO BRASIL E NO AMAPÁ: COMO AVANÇAMOS PARA O ESTÁGIO ATUAL?

As pesquisas que unem comunicação e política no Brasil ainda são relativamente recentes. O caminhar para uma abertura democrática no final da década de 1970 e início de 1980 permitiu que perspectivas teóricas e analíticas sobre as áreas fossem ampliadas, se destacando inicialmente como áreas subtemáticas nos estudos de comunicação social e ciência política, naquele momento,

[...] articuladas pela preocupação dominante de pensar as mídias como aparelhos de luta política e principalmente ideológica. Deste modo, a atenção voltava-se para a articulação entre comunicação e regimes autoritários; classes dominantes e setores subalternos" (RUBIM e AZEVEDO, 1998, p. 03).

Neste primeiro momento, é necessário entender como se deu a formação da comunicação e da política. O desenvolvimento da comunicação trouxe em particular um elemento importante na relação política entre representantes e representados, de maneira que capacitou a escolha das lideranças para representar as vontades do povo.

No século XVIII, a preocupação da comunicação girava em torno da compreensão sobre a opinião pública, que influenciava no debate e no pensamento da grande massa. A formação de novos leitores nasce da camada burguesa, que discutia de maneira crítica os assuntos da república, nascendo da esfera privada o argumento que atravessasse a opinião pública, a partir da emancipação da produção literária e impressa, como livros, jornais e revistas, possibilitando informar e tomar decisões sobre fatos do cotidiano.

Nesse sentido, a comunicação é usada como meio de compartilhar uma história, provocando debates, intervenções e ações de formas variadas, com o intuito de mobilizar os

⁴⁵ ALCILENE CAVALCANTE. "Eu te amo", assinado: Gilvam. Disponível em https://www.alcilenecavalcante.com.br/alcilene/euteamo-assinado-gilvan. Acesso em: 29 abr 2022.

JDIA. Disponível em: http://www.jdia.com.br/ver_noticia.php?noticia_id=1132. Acesso em: 28 de fev. 2022.

cidadãos ou uma grande massa integrante de uma classe, orientando para a produção de um sentido comum.

Com a evolução dos meios de comunicação, possível pela expansão tecnológica, foram enredados novos caminhos na utilização da imagem, do texto e do som, passando dos canais tradicionais como TV, rádio e jornal impresso a compartilhar uma plataforma multimídia, a começar pela mídia eletrônica, que, com o desenvolvimento da internet, passa a integrar os principais veículos de informação no cotidiano e, deste modo, tem modernizado o acesso à informação.

A consolidação das redes de comunicação de massa modernas no país assumem um papel importante na divulgação de assuntos de interesse nacional, como destaca Miguel (2000) sobre o papel dos jornais impressos na Revolução de 1930, e após isso, a abertura dada a grupos de comunicação de grande penetração na vida cotidiana brasileira, como os Diários Associados – de Assis Chateaubriand – e as Organizações Globo – de Roberto Marinho –, como principais difusores da imagem de prosperidade nacional que influenciaram diretamente nas decisões políticas e na construção da opinião pública. Chama atenção também a instrumentalização da mídia por parte do presidente Getúlio Vargas, com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) durante o Estado Novo.

O prestígio gerado através da popularização do rádio e da propaganda se tornam elementos indissociáveis da vida política. Vários acontecimentos que abalaram a república passam a ter lugar importante no trabalho da imprensa e na veiculação das redes de comunicação, podemos citar alguns como o suicídio do Presidente da República Getúlio Vargas em 1954, a ascensão do político mineiro Juscelino Kubitschek (1956-1960) à presidência, a crise do governo de Jânio Quadros (1961), a posse e a queda do presidente João Goulart (1961-1964), o Golpe Militar de 1964 e a censura à imprensa no período do regime militar.

Com a evolução dos meios de comunicação, possível pela expansão tecnológica, foram enredados novos caminhos na utilização da imagem, do texto e do som, passando dos canais tradicionais como TV, rádio e jornal impresso a compartilhar uma plataforma multimídia, a começar pela mídia eletrônica, que, com o desenvolvimento da internet, passa a integrar os principais veículos de informação no cotidiano e, deste modo, tem modernizado o acesso à informação.

As particularidades desse processo tecnológico-informacional passam a estar fortemente ligadas às mudanças no sistema político brasileiro nos últimos anos, acompanhando as transformações da comunicação de massa. No país, o sistema democrático teve sua retomada em 1985, após 20 anos de Ditadura Militar (1964-1985), concretizando na sua sétima

constituição, a Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988 (CF-88), também conhecida como 'Constituição Cidadã', o exercício dos direitos sociais, civis e políticos, promovendo a igualdade e justiça social com a participação da população. Este foi um marco para promover as principais transformações de ordem nacional e local, sobretudo nos arranjos políticos e sociais regionais.

Esses acontecimentos possuem relação com o período de redemocratização com as Diretas Já (1984), destacando a atuação dos jornais O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e Revista Veja, as eleições gerais de 1989, disputa que se destacou pela plataforma dada ao fenômeno midiático da candidatura do alagoano Fernando Collor de Mello, jornalista e empresário que mobilizou a grande mídia para impulsionar sua candidatura, feita sob acusações e calúnias. A mídia, por sua vez, operou uma cobertura tendenciosa para atingir a imagem de seu principal concorrente, o ex-operário Luiz Inácio Lula da Silva, do PT (CHAIA, 2009). Como aconteceu no debate da Rede Bandeirantes no segundo turno 13 de dezembro de 1989 entre Fernando Collor de Mello e Luis Inácio Lula da Silva, que teve transmissão simultânea na Globo, Bandeirantes, SBT e TV Manchete. A edição que foi apresentada pela Rede Globo no Jornal Nacional no dia 14 de dezembro destacou falas e acusações de Collor à Lula, tendo mais tempo de tela em relação a seu opositor (AVELAR, 1992). Anos depois, o chefe de programação da Globo, José Bonifácio, conhecido como Boni, admitiu que houve intervenção da Rede Globo neste debate para favorecer Collor:

"[...]Então nós conseguimos tirar a gravata do Collor, botar um pouco de suor com uma 'glicerinazinha' e colocamos as pastas todas que estavam ali com supostas denúncias contra o Lula — mas as pastas estavam inteiramente vazias ou com papéis em branco. Foi uma maneira de melhorar a imagem de Collor junto ao espectador para ficar em pé de igualdade com a popularidade de Lula" [...] "Todo aquele debate foi [produzido] — não o conteúdo, o conteúdo era do Collor mesmo -, mas a parte formal nós é que fizemos". (FONTENELE, 2011).

Podemos afirmar que as eleições de 1989 inaugurou um espaço importante para a dinâmica das eleições: o debate público que abrange várias camadas sociais, nunca antes vistas no país, e o uso da mídia como instrumento disseminador de opiniões políticas.

Os jornais, a televisão e o rádio, desde o início do ano, centraram a sua atenção nos possíveis candidatos, sobre as lideranças partidárias, entrevistando personalidades do mundo político, empresarial, sindical, acadêmico. As mesas-redondas, transmitidas pela TV, frequentemente com a participação da

⁴⁶ FONTENELE, Alexandre. Boni confessa manipulação do debate Lula x Collor. Youtube, 2011. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=VrpurEkmJkU. Acesso em: 23 set 2022.

audiência através das câmaras, veicularam as questões políticas amplas, a crise econômica, as expectativas em torno da eleição de um presidente conduzido pelo voto direto. Sem dúvida, o ano de 1989 foi um ano de participação popular pela TV, mais do que em qualquer outra época do passado. (AVELAR, 1992, p. 50).

Para Habermas (2003), a opinião pública se forma na luta dos argumentos em torno de algo, não sem crítica, na aprovação ou rejeição, pode ser ingênua ou publicitariamente manipulada, em relação às pessoas, através do common sense. Por isso, ela precisa ter por objetivo principal a apresentação precisa dos fatos.

Na atualidade, a informação é espalhada através das múltiplas plataformas, que estão à disposição do usuário de rede. O aprimoramento de sistemas de TICs (Tecnologias da Informação e da Comunicação), o uso de algoritmos e Inteligência Artificial (IA) permitiram que o fluxo de comunicação passasse por uma grande expansão, que dão conta de captar e transmitir informações mais rapidamente. Com isso, as mídias tiveram que se adaptar as mudanças tecnológicas adotando "[...] estratégias narrativas que indicam a velocidade e a aceleração da atualidade" (BARBOSA, 2007, p. 220).

O uso de plataformas de mídia expõe uma tendência de crescimento e popularização de novas mídia que exercem de fato um poder de comunicação. A economia, marketing e criação de conteúdo se tornaram grandes aliados de políticos e empresários ao longo dos anos. A projeção de candidaturas se torna maior com o uso dessas novas mídias, tendo em vista a eficácia de seu uso junto com o planejamento de campanha tradicional, como uso do tempo de tv, rádio, impressos e comícios, que, mesmo hoje tendo limitações no seu uso e projeção, ainda são meios que possuem penetração em comunidades tradicionais, por exemplo, que mobilizam classes de trabalhadores e grupos sociais.

Castells (2002) argumenta que a política, seja de espectro de direita, esquerda ou de centro, precisa se aproximar da sociedade a partir dos meios tecnológicos de mediação, de forma que possa obter apoio dos cidadãos para obter acesso ao Estado. Naquele momento, a visão que se tinha do uso da internet e seus instrumentos de comunicação eram otimistas com o poder de transformação social a partir da introdução de novos públicos a partir da rede. Contudo, atenta-se para um fator preponderante da mídia eletrônica – a de perpetuar a imagem política e permitir o exercício do poder, embora a mídia eletrônica e a mídia digital sejam diferentes, elas acabam entrando no mesmo jogo – a política.

Ainda para Castells (2002), a relação com os cidadãos com a vida política é indefinida, pois os contextos dessas relações são complexos, dependendo do contexto, de estratégias dos atores políticos, das interações e aspectos sociais, culturais e políticos.

Com isso, a transformação do conteúdo político em ação política parece ir além da capacidade de poder usar as ferramentas tradicionais e tecnológicas. O uso de redes pode ser um elemento chave para entendermos a capacidade de penetração e mobilização de grupos no mundo virtual e no mundo real. No entanto, as apreciações de vozes emergentes se somam também a de pessoas mal-intencionadas, devido a um processo de desigualdade na informação e processos sociais e políticos não superados nesta fase do capitalismo, que fazem desse processo possuir fissuras em sua estrutura, e que e ser visto com cautela.

3.1 A CONSTRUÇÃO DAS ELITES MIDIÁTICAS NA AMAZÔNIA E NO AMAPÁ

A finalidade de conseguir uma concessão de rede de comunicação começou a se mostrar mais clara quando o modelo passou a circular no país e se tornou estratégica para a consolidação dos grupos políticos, em especial no Nordeste e na Amazônia.

O rádio passou a ser uma fonte de informação, integração e interação com a população. Diferentemente dos jornais impressos, que eram circulados apenas entre os letrados, que geralmente tinham maiores graus de instrução, a rádio tinha apenas como desafio os desafios ambientais com a instalação de antenas, muitas das vezes em locais isolados. Mas isso não foi um problema para um governo empenhado no desenvolvimento dos interiores e da modernização de seus sistemas sociais. A população interiorana, grande parte analfabeta, e isolada fisicamente, como na Amazônia, apreciaram o novo advento visto a necessidade de se conectarem cada vez mais com a parte urbana, assim como havia o interesse do governo em penetrar cada vez mais esses locais isolados para o desenvolvimento de suas políticas.

Quando as elites passam a se conectar cada vez mais com os governos locais e governo federal, os interesses começam a aumentar. Não foi diferente no Amapá. Porém, a experiência do rádio transmitiu em um primeiro momento uma completa hegemonia do governo territorial na comunicação local, e posteriormente abrindo para Igreja Católica, que sempre foi presente na vida da população local e exercia um papel de autoridade importante, o que deveria manter as boas relações entre os administradores locais e a prelazia.

A primeira experiência de rádio no Norte do país foi no Amazonas, em 1927, quando foi criada pelo Governo do Estado "A Voz do Amazonas". A segunda experiência foi no Pará, com a fundação da Rádio Clube do Pará, por Edgar Proença, Roberto Camelier e Eriberto Pio, em 1928. A terceira rádio na Amazônia só viria em 1944 no Acre, com a criação da rádio estatal Rádio Difusora Acriana, seguida de Rondônia, com a Rádio Difusora do Guaporé, em 1945, Amapá, com a Rádio Difusora de Macapá, do Governo Territorial, criada no mesmo ano, da

Rádio Difusora Roraima, em 1957, e a Rádio Tocantins, em 1969, já desmembrada do Estado de Goiás (DOS SANTOS e ROCHA, 2020).

A Rádio Nacional, do Governo Federal, ganhou notoriedade nessa região, acompanhada da emancipação de novos territórios, como Roraima, Amapá, Rondônia, Acre e Tocantins. O rádio acabou se tornando o principal veículo de informação, formação educacional e atividade cultural da população da Amazônia. A maioria da sociedade era analfabeta, pobre, e trabalha nos campos e interiores. O único meio de transmissão de notícias que podiam acompanhar era o rádio. Isso acabou se transformando em um atrativo para que empresários e políticos locais investissem em concessões de novas emissoras.

Os Territórios Federais foram projetados como fomentadores de gestão para oferecer subsídios capazes de fomentar o desenvolvimento econômico e combater focos de desnacionalização, em regiões consideradas críticas para o país, tendo como etapa final suas transformações em Estados-membros. No caso do Amapá, seus objetivos também visaram garantir a proteção da fronteira norte do país, e atender, através da conciliação, os interesses de uma elite regional e local que reivindicavam uma atuação política mais efetiva para essas regiões, com a manutenção e aquisição de novos privilégios, buscando ao mesmo tempo garantir as pretensões intervencionistas do governo federal sobre essas áreas (SILVA, 2017).

Com a conversão das províncias à Território Federal, o Amapá passa a firmar as inovações tecnológicas. Ainda em 1945, o governo territorial adquire alto-falantes, que são usadas pela imprensa do governo, com criação da Rádio Difusora de Macapá (CAVALCANTE; CARVALHO e ARANTES, s/d).

Em 1962, nasce a segunda estação de rádio no Amapá – a Rádio Equatorial, desta vez de proprietários privados, nas mãos de Alcy Araújo Cavalcante e José Maria de Barros. A rádio operou de forma clandestina, sem nenhuma concessão por parte do Governo Federal. No entanto, a Rádio permanece no ar até hoje, já tendo seu registro pela ANATEL. Em 1968, entra no ar a segunda estação pública de rádio AM, a Rádio Educadora São José, pertencente a Diocese de Macapá.

Alguns dos veículos de rádio e jornais impressos criados nos anos 1970 divergiam com a ditadura, mas, para não ter sua licença cassada, tiveram que manifestar apoio ao governo militar. Foi ainda nesse momento, que eventos culturais de teatro, música, literatura e artes plásticas, passaram a se tornar mais comuns no Amapá, que não foram proibidos, contudo, carregando críticas, geralmente mantendo o duplo sentido, ao governo territorial e ao regime autoritário (SANTOS, D. 2001).

3.2 PRIMEIROS ANOS DA RADIODIFUSÃO E DA MÍDIA IMPRESSA NO AMAPÁ

A incorporação das comunicações no Amapá veio acompanhada da autonomia do TFA em relação ao Pará. Após a nomeação do governador Janary Nunes por Getúlio Vargas ao governo, foram trazidos equipamentos para a estrutura de força de luz e energia em 1944. O território até então não dispunha de rede energética, sendo muito comum o uso de luminárias e lamparinas até aquela ocasião. Foi somente após a estrutura ser montada, que ainda não chegava a todos as localidades, foi possível ter veículos comunicativos que pudessem ser produzidos e circulados no território. Até então, alguns jornais vinham de Belém e circulavam entre um pequeno grupo de letrados que faziam parte de repartições públicas e pequenos comerciantes imigrantes.

A rádio já era uma realidade da sociedade do centro-sul e Nordeste desde 1922, na Amazônia, algumas emissoras de rádio estavam em pleno funcionamento. Foram feitas concessões adquiridas por sociedades limitadas, que penetravam pouco a pouco na população. A primeira delas na Amazônia foi a Rádio Clube do Pará, que foi inaugurada dia 22 de abril de 1928 por Edgar Proença, Roberto Camelier e Eriberto Pil. Naquele momento, especialmente no Pará, havia duas dinâmicas sociais a ser levadas em consideração para tornar o novo elemento comunicacional como atrativo: o sentimento de 'retorno ao passado' da prestigiada bélle époque e a sensação de abandono e atraso após o fim do Primeiro Ciclo da Borracha. As duas vibrações ostentadas no território paraense fizeram com que na classe cultural e política surgisse a vontade de levar a modernização e a tecnologia que foram dispostas em outras regiões, no sentido de 'enfrentar' o isolamento social e a falta de atenção dada aos territórios amazônicos, percebendo o alcance que o rádio poderia ter entre a população e o poder de constituir novos traços culturais e sociais que saíssem do tradicionalismo e desolação, sentimentos introduzidos na vida da região (DE OLIVEIRA, 2009) .

No entanto, a penetração da Rádio Nacional, do Governo Federal, foi ampliada com os investimentos de transmissores em localidades urbanas e logo após em comunidades ribeirinhas e agrícolas. Giraldi (2018) aponta a diferença entre o rádio na Amazônia e no restante do Brasil.

O rádio da Amazônia tem uma função de agregar, tem uma função de companheiro. O ribeirinho amazônico leva o rádio para a roça, leva o rádio no barco, leva o rádio na sua canoa. As pessoas vão para a casa, e se reúnem no centro da sala para escutar rádio. O rádio amazônida é pessoal, no sentido de fazer parte da comunidade, fazer parte da sociedade. No centro-sul ele é impessoal. Ele não faz parte de nenhuma sociedade, de nenhuma família. Ele fala de um modo geral para todas as pessoas. São rádios de cunho jornalístico. (GIRALDI, 2018).

Foi diante desse contexto que no dia 25 de fevereiro de 1945, após a instalação do governo territorial no Amapá, foram colocados os primeiros alto-falantes na Praça da Matriz (Praça Veiga Cabral) e Largo de São João (Praça Barão do Rio Branco), na parte central de Macapá, para a primeira transmissão de rádio no Amapá, levando notícias do território à população. A primeira transmissão, iniciada às 17h00, é marcada pela música Marcha Continental, primeiro áudio a ser reproduzido nos alto-falantes. A transmissão foi feita diretamente da primeira sede do governo, localizado onde funciona atualmente o Museu Joaquim Caetano. Na ocasião, foi criada o Serviço de Imprensa e Propaganda (SPI).

O primeiro pronunciamento feito foi do diretor do SPI, Paulo Eleutério Cavalcanti de Albuquerque:

[...] modesto ainda, o Serviço de Imprensa e Propaganda iniciava a utilização do rádio, dotando a cidade de um aparelhamento sonoro de alto-falantes, preparando-se para a tarefa maior de uma estação rádio emissora que abrangesse todo o Território e pudesse levar ao Brasil, a palavra fraterna e confiante do Amapá (PAULO ELEUTÉRIO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE, 25 DE FEVEREIRO DE 1945)⁴⁷.

O programa da rádio territorial foi composto por noticiários locais, músicas nacionais e internacionais, encerrando com a missa da Ave Maria, tendo apenas uma hora de duração. Logo depois, eram transmitidas "A Voz do Brasil" com 30 minutos de programa, e depois, encerravam-se as transmissões. Foi quando Janary autorizou Albuquerque, diretor do SPI, a negociar com a Rádio Clube do Pará uma programação dedicada ao território amapaense, e como uma forma de conscientizar os paraenses sobre a importância da autonomia do Amapá, que foi malvisto aos olhos da população daquele estado. Com isso, a Rádio Clube passou a ter um programa especial sobre o tema transmitido após "A Voz do Brasil" nos territórios. Tornouse hábito comum a população esperar pela programação nas praças, já que, até então, o costume de ouvir rádio ainda não era compartilhado (Os 64 anos..., PORTA RETRATO AP, 2010).

No entanto, somente em 15 de dezembro de 1945, entra no ar, em caráter experimental, a rádio oficial do governo territorial, a Rádio Difusora de Macapá, sob o slogan "A Voz Mais Jovem do Brasil", apesar de, um ano antes, ter sido decretada sua criação através da Portaria nº 709/1944. Passa a funcionar pelo prefixo ZYE-2 em ondas médias das 20h00 às 21h00. Em agosto de 1976, a emissora do território opera das 20h00 às 22h00, abrangendo sua faixa horária

_

⁴⁷ PORTA RETRATO AP. Os 64 anos da Rádio Difusora de Macapá. Disponível em: https://porta-retrato-ap.blogspot.com/2010/09/os-64-anos-da-radio-difusora-de-macapa.html>. Acesso em: 01 set 2021.

local, passando a operar em prédio próprio adquirido na Rua Cândido Mendes (figura 17), centro de Macapá. (Os 64 anos..., PORTA RETRATO AP, 2010).



Figura 18: Primeiras instalações da Rádio Difusora de Macapá, na Rua Cândido Mendes (1950).

Fonte: Reprodução/Portal Porta Retrato AP

A primeira fase de operação da Rádio Difusora de Macapá ocorreu de 11 de setembro de 1946 a 28 de agosto de 1978, cobrindo os períodos de fase da integração da Amazônia até a Ditadura Militar. Durante esse período, o aparelho de rádio passou a ser muito popular no Amapá. Estes eletrônicos foram muito procurados pela população, à medida que o território crescia e quando as pessoas podiam comprar. No interior do estado e nas regiões mais distantes, aparelhos de rádio à pilha eram vendidos para a população através do comércio praticado pelos regatões⁴⁸ que, além deste aparelho, possibilitaram trocas comerciais entre o que era produzido pela população ribeirinha e o que era vendido nas cidades (LEÃO, 2020). Os programas de rádio levavam entretenimento para o público, tendo um perfil informativo e dinâmico, incluindo na programação radionovelas, jornais, programas musicais, bailes e desfiles. Também foi responsável por apresentar diversos locutores e jornalistas que foram responsáveis por edificar a comunicação amapaense⁴⁹.

_

⁴⁸ De acordo com Leão (2020), "[...] tratava-se de uma espécie de um vendedor ambulante que realizava a venda de todo tipo de produtos de primeiras necessidades aos caboclos nas mais longínquas localidades, a bordo de uma embarcação que percorria o interior que vivia da '[...] venda do 'excedente de produção' de subsistência pela população aos 'regatões' (embarcações de comerciantes que vendiam produtos industrializados e compravam produtos extrativos, percorrendo os rios amazônicos)' (LOUREIRO, 2012, p. 49 *apud* LEÃO, 2020, p. 170).

⁴⁹ Segundo os jornalistas Paulo Silva, Nilson Montoril de Araújo e José Barros, estes foram os principais nomes a compor a primeira fase da RDM no Amapá: Agostinho Nogueira de Souza, Alcy Araújo

Em decorrência das ações da Ditadura Militar, o presidente Ernesto Geisel decide extinguir a rádio em 1978, passando operar no lugar a Rádio Nacional de Macapá (Radiobrás). Com a nova rádio passando a operar, reaproveitando equipamentos e o prédio onde funcionava a RDM, são nomeados novos gerenciadores de programação e são feitas contratações de novos locutores. Alguns desses profissionais pertenceram anteriormente à Rádio Educadora São José.

A Rádio Difusora passou a ser controlada pela Rádio Nacional na época da Ditadura Militar. Em 1978, passa a ser uma retransmissora da emissora do Governo Federal, voltando a pertencer ao Estado somente em 1989, quando o nome Rádio Difusora de Macapá e a frequência são readquiridas pelo Governo do Estado (CUNHA e FREIRE, 2007; GIRALDI, 2018).

Outra emissora de rádio que surge no TFA é a Rádio Equatorial, pertencente à Sociedade Anônima Técnica de Rádio do Amapá – SATRA, que nasce em dezembro de 1962, desta vez nas mãos de proprietários privados - Alcy Araújo Cavalcante e José Maria de Barros. A rádio operou de forma clandestina, sem autorização oficial do governo federal.

Um dos principais impulsos para o funcionamento da rádio foi fazer frente com a Rádio Difusora de Macapá, que até então era única a emissora de rádio no Território Federal. A emissora apresentou uma programação diversificada e revelou muitos nomes da comunicação amapaense, para além da emissora do Governo Territorial. No entanto, teve seu fim decretado após Luis Mendes da Silva, general empossado pela Ditadura Militar para administrar o Amapá em 1964, descobrir o funcionamento clandestino. Foi então que seu acervo passado para a RDM (CAVALCANTE et al, 2011).

Em 1968, entra no ar a segunda estação pública de rádio AM, a Rádio Educadora São José, pertencente a Diocese de Macapá. A iniciativa da criação da rádio se deu pela ação do então bispo de Macapá Dom Aristides Piróvano. Mesmo com a portaria de funcionamento sendo sancionada pelo Conselho Nacional de Telecomunicações - CONTEL (hoje ANATEL) em 1967, a emissora veio a funcionar somente em agosto de 1968, na frequência de ondas médias e ondas tropicais, penetrando no interior do Amapá, fronteiras com o Pará e até mesmo Guiana Francesa. Os equipamentos trazidos diretamente dos Estados Unidos pelo padre

Cavalcante, Aloísio Botelho da Cunha, Antonio Rodrigues da Costa Júnior, Carlos de Andrade Pontes, Creuza de Souza Bordalo, Delbanor Leite Dias, Ernani Marinho Ferreira, Ernani Regis, Glicério de Souza Marques, Iranildo Trindade Pontes, João Lázaro, José Barros Machado, José Benedito de Andrade Franco, José Camargo, José Maurício Elarrat, José Moacir Banhos de Araújo, Manoel Joaquim Esteves Rodrigues (Maneco), Manoel Raimundo Veras, Margarida Maria Marques, Mário Ernani de Castro, Mário Quirino da Silva, Raimundo Nonato do Nascimento e Silas Ribeiro de Assis. Disponível em: https://porta-retrato-ap.blogspot.com/2010/09/os-64-anos-da-radio-difusora-de-macapa.html>. Acesso em: 02 de set. 2022.

Domenico Bottan deram um grau de tecnologia que não eram vistas na RDM e na Rádio Equatorial, que operou clandestinamente por dois anos (CUNHA e FREIRE, 2007).

Em sua programação havia entretenimento, noticiários, radioteatro e programação musical, diversidade e tecnologia reconhecidas na época, quando foi apelidada de "caçulinha avançada" (CUNHA e FREIRE, 2007), permanecendo ativa até 1978 (CAVALCANTE; CARVALHO e ARANTES, s/d).

Com relação à mídia impressa, em 19 de março de 1945, o governo territorial cria o impresso Jornal Amapá. A intenção nasce do crescimento que a comunicação estava tendo nos principais polos do país. O então novo território necessitava de um meio de comunicação para difundir que tinha em seu conteúdo notícias sobre o território, estabelecendo um novo passo para o 'progresso' do território e com finalidade de tornar pública as ações públicas feitas pelo governador, além de contar com seções variadas de informações sobre cultura, opiniões e informes. Foram necessários seis meses para montar a estrutura do jornal, que teve como sede um dos blocos da Fortaleza de São José de Macapá. O jornal circulava com 750 exemplares espalhados em administrações municipais do território nas manhãs de sábado e em casas, com um formato de 4 páginas⁵⁰.

O processo de tipografia era demorado, já que poucos profissionais executavam funções nas máquinas e na formatação. O desenvolvimento das edições do jornal era acompanhado pelo governador Janary. A partir da edição 413, passou a contar com duas tiragens semanais. Foram feitas cerca de 1479 edições entre 1945 e 1968, período de circulação (SOUZA, M. 2017).

3.3 AS CONCESSÕES DE RÁDIO E TV ÀS FAMÍLIAS 'NOTÁVEIS' NO AMAPÁ

O rádio foi o primeiro meio de comunicação de difusão da tradição oral amapaense. Em relatos no livro "O rádio do Amapá: Pioneiros" (2018), organizado pelo comunicador Paulo

Segundo Dos Santos (2019), os jornais se tornam presentes nas terras do contestado do Amapá em 1890, limitadas, anteriormente, a uma pequena elite letrada que viviam nas margens do Rio Amazonas. O primeiro a circular foi impresso O Democrata, jornal de circulação em Belém, produzido na capital paraense, e o primeiro a atravessar a margem direita do rio Amazonas, em razão da Proclamação da República em 1889. Seu conteúdo possuiu um caráter forte de integração territorial e populacional, pois havia notícias a respeito dos dois territórios. O impresso se destaca por circulação na área considerada periférica da região, além de ser um jornal fora do eixo mainstream (principal) como do Sudeste e Centro-Oeste. O autor, utilizando citações de Marques de Mello (2005) e Dornelles (2010), afirma que a imprensa de cidades periféricas é pouco explorada por pesquisadores da mídia (p. 17). Ver em: DOS SANTOS, Abinoan Santiago. A formação da imprensa da Amazônia: o primeiro século do jornalismo do Amapá (1890-1990). 2019. 312 f. Programa de Pós-Graduação em Jornalismo. Dissertação (Mestrado em Jornalismo). Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa-PR, 2019.

Giraldi, alguns jornalistas do rádio dão depoimentos importantes a respeito do cotidiano da comunicação pelo rádio no território amapaense e apontam para um forte direcionamento de conteúdo sobre as ações do governo federal e territorial, um controle que teve maior proporção na época da ditadura militar.

O jornalista Armstrong Souza, contratado da emissora estatal Rádio Difusora, é o apresentador do "Alô, Alô Amazônia" um dos programas mais antigos da Região Norte. Souza relata que na época da Ditadura Militar, quando trabalhava nos bastidores da referida rádio, houve censura por parte do governo militar, após o relato de uma mãe procurando por seu filho desparecido no ar, onde falou uma palavra proibida. A Polícia Federal atuava como censor, foi quando abordou o veículo e o fechou "[...] para ver como era o militarismo para o rádio - então, você não podia falar no rádio. Nada de palavrão, dar opinião sobre isso ou aquilo" (GIRALDI, 2018).

Com uma outra abordagem sobre o rádio amapaense, Rostan Fernandes. apresentador do programa "Alô, Alô Amazônia" nos anos 2000, ressalta a importância da linguagem popular no rádio para o público trabalhador urbano e interiorano. Martins é crítico com relação a atuação do rádio amapaense na atualidade, geralmente atrelado a alguns grupos políticos e que se dedicam a apresentar uma boa imagem da Prefeitura e do Governo, perdendo a dimensão informativa e de entretenimento cultural.

Segue o quadro 06, abaixo com os principais veículos de radiodifusão e televisão concedidos no TFA e, posteriormente, no estado do Amapá, para compreensão da forma como foram distribuídas entre importantes elites locais, bem como empresários com força política no estado.

Quadro 06 – Sistemas de Comunicação no Amapá (1975-2019)

Nome (Razão Social)	Dono(s)	Vigência	Cidade	Meio de comunicação	Afiliada (TV)	Retransmissora (Rádio)
RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA	Aluísio José Daou Cláudia Maria Daou Paixão e Silva Nivelle Daou Júnior Phelippe Daou Júnior	Desde 1975	Manaus (AM)	Rádio e TV	Globo / Amazon Sat	CBN Amazônia

Z SISTEMA EQUATORIAL DE COMUNICAÇÕES LTDA/RÁDIO TV EQUATORIAL	José de Matos Costa Alexandre José de Matos Costa Leandro de Matos Costa	Desde 1978	Macapá (AP)	Rádio e Televisão	TV Cultura	Mix FM/Rádio Equatorial AM
TROPICAL RADIODIFUSÃO LTDA	Jucileide Pereira Borges	Desde 1988	Macapá	Rádio	-	102 FM
BEIJA-FLOR RADIODIFUSÃO – RADIO SANTANA FM	Reginaldo Borges Gonçalo Gibran Pinheiro Borges	Desde 2004	Macapá Oiapoque Santana	Rádio e Televisão	RedeTV!	Rádio Santana FM
TV AMAZÔNIA LTDA	José Alcolumbre	Desde 1988	Macapá	Televisão	SBT	Rádio Marco Zero FM
FUNDAÇÃO SEMEADOR TV E RÁDIO TARUMÃ	-	-	Macapá	Rádio e Televisão	TV Educativa Rede Brasil	Rádio Tarumã FM e AM
REDE AMAPAENSE DE RADIODIFUSAO LTDA	José Alcolumbre	Desde 1989	Macapá	Rádio	-	Rádio Aleluia FM
RADIO AMAZONIA LTDA	Eraldo Trindade	Desde 1989	Macapá	Rádio e Televisão	CNT	Rádio Cidade 101 FM
TV EQUINÓCIO COMUNICAÇÕES LTDA E RÁDIO EQUINÓCIO FM	Jaime Nunes Bianca Veronese	Desde 2019	Macapá	Rádio e Televisão	Record TV	Rádio Equinócio 99. 1 FM

Fonte: ECAD/Elaboração própria.

As primeiras concessões de rádio e tv foram dadas ao governo territorial com a finalidade de estabelecer contato com diversas classes amapaenses, interagindo com a população, aclamando o papel econômico e social do governo territorial, levando também o entretenimento e culturais, fundamentais para a 'formação' do 'novo sujeito' amapaense, premissa que se segue mesmo após o Estado Novo em novas fórmulas.

Em 1986, Antonio Carlos Magalhães, político baiano, dono de várias redes de radiodifusão, torna-se Ministro da Comunicação, passando a conceder várias licenças de

funcionamento de televisão e rádio em diversos Estados. No Amapá, foi a partir de então que foram abertos novos espaços para outras emissoras de rádio serem instalados. Na Amazônia, a rádio teve grande penetração entre as décadas de 1940 e 1950 e as redes de TV passaram a se destacar na década de 1970.

A primeira emissora de TV a ser inaugurada no Norte foi a TV Marajoara em Belém (PA) em 30 de setembro de 1961, retransmissora da TV Tupi. A emissora paraense viu a inviabilidade de fazer a transmissão via satélite por conta das condições precárias de estrutura de sinal no Norte, a programação só se tornou possível graças ao transporte dos rolos que continham a programação gravada após sua exibição original que foram de avião do Rio de Janeiro a Belém. Também contou com uma vasta programação local, até mesmo com exibição de telenovelas locais⁵¹.

Principal rede de comunicação da região amazônica, a Rede Amazônica foi criada em setembro de 1972 após concessão dada pelo Governo Federal em 1970, com o nome de TV Amazonas, idealizada pelos sócios Phellipe Daou e Milton de Magalhães Cordeiro, advogados conectados com ramo da comunicação. A TV, fundada e gerenciada em Manaus (AM), inicia suas operações contando com apenas uma emissora e com programação própria.

Enquanto isso, em 1974, o Governo Territorial funda a TV Amapá, emissora que funcionava no interior da Rádio Difusora de Macapá. Sua fase experimental é marcada pela transmissão da Copa do Mundo deste ano, realizada na Alemanha Ocidental. Como o território ainda tinha dificuldade para fazer a transmissão via satélite, o governo acaba fazendo parceria com a TV Guajará de Belém, afiliada à Rede Globo naquele momento, para que pudessem fazer a retransmissão dos jogos. Após a copa do mundo, o governo faz um novo acordo de retransmissão, agora com a Rede de Emissoras Independentes, lideradas pela TV Record, passando a programação da própria Record, TV Rio e TVS. A emissora funcionou nesse formato até o final de 1974.

No ano de 1975, a TV Amapá foi adquirida pelo empresário amazonense Daou e se tornou uma das emissoras que incorporaram a Rede Amazônica, junto com a TV Amazonas e outras redes de comunicação televisivas adquiridas nos territórios do Acre, Rondônia e Roraima. Em 1975, a rede passa a ser filiada da TV Bandeirantes. Em 1982, a afiliação muda para a Rede Globo, exceto no Amazonas, que passa a ter controle somente em 1986.

⁵¹ CINEMATECA PARAENSE. TV Marajoara. Disponível em: https://cinematecaparaense.org/2011/01/17/tv-marajoara/. Acesso em: 12 set. 2021.



Figura 19: Inauguração da TV Amapá, agora controlada pela Rede Amazônica de Manaus do empresário Phelippe Daou. Janeiro de 1975.

Fonte: Portal Amazônia.com

O Sistema Beija-Flor de Radiodifusão LTDA foi a primeira rádio de concessão privada cedida no Amapá na década de 1980, concedida ao sociólogo Gilvam Borges, representante de uma emergente família política do então TFA. Hoje, a família Borges possui controle da maior fatia de operações de rádio, obtendo o monopólio atual de redes de rádio, possuindo emissora em 12 dos 16 municípios amapaenses, uma rede de TV com sede em Macapá, adquirida em leilão pelo governo federal em 1999 e jornal impresso (Tribuna Amapaense). Cada meio compõe o sistema, que tem como seu principal sócio atual o empresário Gonçalo Gibran Pinheiro Borges, no entanto, foi adquirido por Gilvam Borges, ex-senador da República e presidente estadual do MDB no Amapá e administrado por Dilson Borges, ex-prefeito de Mazagão (AP) e Cabuçu Borges, ex-deputado federal (CORONELISMO... FOLHA DE S. PAULO, 1999; WANDERLEY, 2019).

Em diversas ocasiões, as emissoras de rádio e TV pertencentes ao sistema tiveram sua programação interrompida ora por disputas políticas, ora por inadimplência aos cofres públicos. Na política local, os veículos foram usados para defender políticos como Waldez Góes e José Sarney que usam dos meios de comunicação a seu favor para obter prestígio e voto.

Coligações locais de oposição nas eleições, sobretudo o PSB na representação de João Capiberibe, travaram e travam longas batalhas contra as redes de comunicação da família Borges, que são favoráveis aos seus desafetos políticos e que impõe narrativas contrárias ao principal nome de oposição da política local. Em uma destas ocasiões, nas eleições de 2014, a programação do sistema Beija-Flor foi interrompida após liminar concedida pela Justiça Eleitoral, em favorecimento a chapa encabeçada pelo PSB, alvo de críticas e calúnias, que foi endereçado ao candidato à reeleição ao governo do estado Camilo Capiberibe, que, segundo o

TRE-AP, teria provocado um "desequilíbrio na disputa eleitoral" ⁵². Entre os últimos acontecimentos relativos ao Sistema Beija-Flor, as emissoras de rádio do sistema apareceram na lista de concessões de rádio inadimplentes, registrada pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - ECAD⁵³.

Outra família importante no cenário político local que se beneficiou de concessão de emissoras de rádio e televisão foram os Alcolumbre, através das Organizações José Alcolumbre. Conforme foi supracitado, a família veio na leva de judeus que migraram para o Amapá – ainda pertencente ao estado do Pará – na década de 1920 e se estabeleceram como uma família de comerciantes. José Alcolumbre consegue a concessão do governo federal para operar uma rede de TV no Amapá em 1988. Denominada de TV Marco Zero, sua filiada passa a integrar a programação do SBT.

Atualmente, as Organizações contam com geradoras de sinal televisivo em Macapá (TV Amazônia), Ferreira Gomes, Oiapoque, transmitindo o SBT, em Macapá, a TV Marco Zero, retransmissora da Record News e TV Macapá, retransmissora da Band, além das rádios Rede Aleluia Macapá (antiga Marco Zero FM) e Rádio Marco Zero Oiapoque ⁵⁴. Atualmente, José Alcolumbre possui o segundo maior monopólio das redes de comunicação no Amapá. Uma delas, a TV Macapá, possui gerenciamento de Josiel Alcolumbre ⁵⁵, irmão do Senador da República Davi Alcolumbre. O monopólio não é só sobre as atividades de redes de comunicação. Como lembrado anteriormente, a família nasce do ramo comercial, se espalhando em diversos setores produtivos no Amapá e na política local.

O favorecimento de grupos de comunicação pertencentes às elites locais das redes de comunicação ganha novos contornos com a tese de coronelismo eletrônico, que se estabelece como a utilização dos meios de comunicação de rádio, tv e web com forma de controlar o debate público eleitoral e controlar a informação sobre a política local como forma de potencializar a propaganda positivo dos donos dos meios de comunicação e atacar os adversários políticos

_

⁵² TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – AP. Justiça Eleitoral determina suspensão de programação de emissoras de comunicação do grupo Beija-Flor. Disponível em: https://www.tre-ap.jus.br/imprensa/noticias-tre-ap/2014/Agosto/justica-eleitoral-determina-suspensao-da-programação-de-emissoras-de-comunicação-do-grupo-beija-flor. Acesso em 11 jun 2022.

⁵³ MUNDO DA MÚSICA. Dívida de rádios inadimplentes com ECAD é de 309 milhõs. Saiba mais. Disponível em:<https://www.mundodamusicamm.com.br/index.php/comunicacao/item/477-divida-de-radios-inadimplentes-com-ecad-e-de-r-7-309milhoes-saiba-mais.html >. Acesso em: 11 jun 2022.

⁵⁴ LINE UP TV. Organizações José Alcolumbre. https://www.lineup.tv.br/m/gdc.php?idProgramadora=432. Acesso em: 11 jun 2022.

⁵⁵ Josiel Alcolumbre concorreu ao pleito de 2020 para a Prefeitura Municipal de Macapá com o apoio do então Prefeito Clécio Luis e do Governador Waldez Góes. Foi derrotado pelo Deputado Estadual Antônio Furlan, que ocupa o cargo no período 2020-2024.

através dos meios. Desse modo, a "[...] moeda de troca continua sendo o voto, como no velho coronelismo. Só que não mais com base na posse da terra, mas no controle da informação, vale dizer, na capacidade de influir na formação da opinião pública" (LIMA, 2007, p. 134).

No ano de 2018, a TV Equinócio, emissora de José Alcolumbre, foi comprada pelo empresário e político Jaime Nunes. Jaime é filho de imigrantes espanhóis que trabalhavam no setor comercial do Amapá desde a década de 1960. Passou a gerenciar seu próprio negócio a partir da década de 1980 que deu origem a rede de lojas Domestilar LTDA⁵⁶. Desde então, Jaime tem assumido várias posições na representação do setor empresarial amapaense, servindo de porta-voz, entre elas, da presidência estadual do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e da Associação Comercial e Industrial do Amapá (ACIA). Sua entrada na política se manifesta somente nos anos 2000, quando se filia ao PMDB. Em 2010, agora no PSDC, disputou para vice-governador do Estado na chapa de Lucas Barreto (PTB). Não conseguindo vencer a eleição na ocasião. Em 2018, foi eleito como vice-governador na chapa de Waldez Góes e, após romper com o governador em 2020, concorre ao governo do estado para o exercício de 2023-2026 com um discurso de *outsider* da política, de alguém que não concorda com o sistema político, expediente semelhante ao utilizado pelo atual Presidente da República Jair Bolsonaro.

Outro importante meio de comunicação detectado no Amapá vem a ser a utilização das rádios educativas presentes no estado, que se utilizam do expediente de serem organizações ligadas a movimentos religiosos - como os católicos e evangélicos -, culturais ou comunitários para se estabelecer como polos de comunicação tanto na capital, quanto nos rincões mais distantes do estado a partir de estruturas pequenas que contam com os recursos cedidos pelos governos estadual e municipal, além dos 'apoios culturais' para garantir a sua existência, pois pelo fato de atuarem como organizações sem fins lucrativos, não podem vender anúncios e sua programação tem que envolver entretenimento, jornalismo, política e, no caso das rádios católicas e evangélicas, deve conter elementos de divulgação das suas respectivas igrejas. O quadro 07, abaixo, aponta as principais emissoras de rádio educativas no estado.

⁵⁶ DOMESTILAR. Quem Somos. Disponível em: <<u>https://www.domestilar.com.br></u>. Acesso em 28 jun 2022.

Quadro 07 - Rádios Educativas (Comunitárias, Culturais, Católicas e Evangélicas)

Nome	Natureza	Vigência	Cidade
FUNDACAO CULTURAL E ASSISTENCIAL ÁGUA VIVA – FORTE FM 99,9	Evangélica	Desde 2003	Macapá (AP)
FUNDAÇAO CULT. E ASSIST. DIÁRIO DO AMAPA	Cultural	Desde 1988	Macapá (AP)
EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. – EBC – RÁDIO UNIVERSITÁRIA UNIFAP 96,9 FM	Cultural	Desde 2013	Macapá (AP)
ASSOC COMUNITARIA DE COM. ONDA LIVRE - RADIO ONDA LIVRE FM	Comunitária	-	Santana (AP)
ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA VERA CRUZ	Comunitária	Desde 2000	Macapá (AP)
ASSOC. DE COM. ALTERNATIVA DO NOVO HORIZONTE	Comunitária	Desde 2017	Macapá (AP)
FUND. EDUCADORA SÃO JOSE	Católica	Desde 1968	Macapá (AP)
RADIO MARCO ZERO LTDA REDE ALELUIA	Evangélica	Desde 1996	Macapá (AP) Laranjal do Jari (AP) Oiapoque (AP) Amapá (AP)
SENADO FEDERAL/93,9 FM	Cultural	-	Macapá (AP)
FUNDAÇÃO SEMEADOR/RÁDIO BOAS NOVAS FM TARUMÃ	Evangélica	-	Macapá (AP) Santana (AP) Porto Grande (AP)
ASSO DE RADIO DE COMUN DE CUTIAS DO ARAGUARI - CUTIAS FM	Comunitária	Desde 2006	Cutias do Araguari (AP)
RÁDIO COMUNIC. VALE DO JARI	Comunitária	Desde 2011	Laranjal do Jari (AP)
RÁDIO COMUNITÁRIA DE VITÓRIA DO JARI	Comunitária	Desde 2002	Vitória do Jari (AP)
RÁDIO COMUNITÁRIA SERRANA MANGANÊS	Comunitária	Desde 2008	Serra do Navio (AP)

Fonte: ECAD/Elaboração própria.

Como o rádio ainda é o principal veículo de comunicação do estado do Amapá, visto que seu raio de alcance se estende com maior eficiência pelos lugares mais distantes e estas rádios educativas/comunitárias dependem de recursos públicos, além de estarem ligadas a atores cada vez mais integrados ao jogo político – como é o caso dos evangélicos –, parte dessas

programações são dedicadas a defender o governante que venha a ceder recursos para a continuidade das suas operações ou que sirva de ponte para que o empresariado possa financiar a sua programação, através do apoio cultural.

Corroborando com a tese de De Lima (2007), mostramos que as "brechas" concedidas pelo poder executivo dão poder para que famílias e setores da economia entrem com concessões de rádio e TV e, desta forma, potencializem sua imagem política através dos recursos midiáticos. No Brasil se trata de uma prática tradicional, portanto, passível de críticas e discussões mais aprofundadas sobre a democratização dos processos decisórios no Brasil.

No caso amapaense, esta relação é visceral, pois os veículos de radiodifusão e televisão abertos ainda apresentam alcance significativo junto às parcelas mais pobres da população, mesmo com o desenvolvimento da comunicação pela internet. Neste sentido, quanto maior o alcance dos meios de comunicação em suas mais variadas frentes, maiores são as chances de perpetuação dos grupos políticos na arena política e estes atores ampliaram o seu raio de alcance com a utilização das redes sociais e de outros recursos comunicativos da internet como o *podcast* e a divulgação de vídeos no Youtube© e no Tik-tok© para massificar a sua presença junto ao público/eleitor.

4 ELEIÇÕES E MÍDIAS SOCIAIS NO AMAPÁ: O USO DA REDE SOCIAL FACEBOOK® NAS ELEIÇÕES DE 2018

4.1 O PODER DAS REDES SOCIAIS NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2018 E A CONJUNTURA DA VITÓRIA DE JAIR BOLSONARO

No ano de 2010, o uso de redes sociais avançava devido à expansão dos mercados de novas tecnologias e a criação de escritórios dessas redes em várias partes do mundo. O Brasil passa a ter a atenção do mundo tecnológico a partir de 2006, com o uso da rede social Orkut[©], uso do site de hospedagem de fotos Flickr[©], blogs, MSN[©] e Youtube[©]. O Facebook[©] e Twitter[©] ainda engatinhavam por aqui naquele momento. As comunicações de campanha eleitoral contavam já com esta plataforma, para além do uso tradicional de propaganda eleitoral, como TV, rádio, showmício, comício e passeatas, além do material de campanha impresso.

O Facebook[©] é uma rede social criada por Mark Zuckerberg, como forma de compartilhar as vivências da comunidade universitária, no ano de 2004. A rede avançou de uma rede social restrita ao espaço acadêmico para ganhar o grande público a partir de 2006. No ano de 2008, a rede já contava com 129,3 milhões de usuários, contra sua maior rival de então o

MySpace[©], que obtinha 114,9 milhões, segundo levantamento da ComScore ⁵⁷⁵⁸. Esse crescimento se deu proporcionalmente pelo aumento de usuários do Facebook[©] fora dos Estados Unidos.

No Brasil, o uso do Facebook[©] se torna mais frequente a partir de 2010, quando a rede marca 500 milhões em todo o mundo. Seu crescimento no Brasil se deve em parte o declínio de uso de redes sociais como Orkut© e MSN©.

Os presidenciáveis de então, José Serra (PSDB), Dilma Rousseff (PT) e Marina Silva (PV) já contavam com plataformas nas redes sociais (Orkut[©], Facebook[©], Blog, Youtube[©] e Twitter[©]). Essas ferramentas aproximaram candidaturas com o público jovem, que se sobressai nas redes sociais. O uso do Twitter[©] e Facebook[©] por esses políticos, por exemplo, fizeram com que o público se interessasse por criar uma conta nessas novas redes, que começam a ganhar espaço em solo brasileiro, assim, essas redes logo se tornaram meios extraoficiais e oficiais de comunicação eleitoral e política, desafiando a comunicação pública, o marketing, e instituições públicas para a profissionalização e aperfeiçoamento dos canais de comunicação.

Entre 2012 e 2013, eclodem os grandes protestos que se tornariam volumosos, e que impactariam fortemente a política e a sociedade no Brasil. Em 2013, eclodem os protestos sobre o aumento da tarifa de ônibus em Porto Alegre (RS) no mês de março, fazendo com que os grupos de jovens e trabalhadores fossem às ruas pedindo a baixa no valor da passagem em frente à Prefeitura da cidade. Esse tipo de ação se espalhou por várias partes do país e teve os movimentos mais representativos em São Paulo, a partir de maio daquele ano (GRUPO..., G1, 2013).

O aumento na tarifa do transporte público municipal em São Paulo, de R\$ 3,00 para R\$ 3,20, foi acompanhado pela população através dos telejornais, redes sociais e mídias alternativas. No dia 06 de junho de 2013, com uma mobilização de cerca de 3 mil pessoas, foi dado o início de uma onda de protestos. O conjunto dessas manifestações, de proporções não previstas pela organização, ficou conhecido como "Jornadas de Junho" (06 DE..., PASSA PALAVRA, 2013).

--

⁵⁷ TIINSIDE. Facebook ultrapassa MySpace em número de usuários únicos. Disponível em: https://tiinside.com.br/23/06/2008/facebook-ultrapassa-myspace-em-numero-de-usuarios-unicos/. Acesso em: 19 mar 2022.

⁵⁸ PORTAL G1. Na Briga das Redes Sociais, Facebook ultrapassa My Space pela Primeira Vez. Disponível em: https://g1.globo.com/Noticias/Tecnologia/0,,MUL614295-6174,00-NA+BRIGA+DAS+REDES+SOCIAIS+FACEBOOK+ULTRAPASSA+MYSPACE+PELA+VEZ.ht ml. Acesso em: 19 mar 2022.

Várias capitais pararam pelas reivindicações da juventude, cobrando melhorias na mobilidade urbana, reivindicando direitos como passe livre estudantil, além de outros direitos sociais, apontando também para a crise do sistema político, para os casos de corrupção e para a falta investimentos nos serviços públicos. O caráter das manifestações logo se mostrou diverso, com pautas que possuíam pluralidade de questões em relação aos municípios e Estados, com um público jovem e adulto manifestando descontentamento com o sistema vigente de precarização dos serviços públicos e dos escândalos envolvendo empresas estatais e governo.

Alguns movimentos sociais se destacam durante a onda de protestos. O Movimento Passe Livre (MPL), composto por jovens universitários e jovens secundaristas, já havia atuado em manifestações contra o aumento da tarifa de ônibus em 2004 e 2005, em Florianópolis (SC), protestos que ficaram conhecidos como "Revolta da Catraca", também marcados pela violência policial e criminalização do movimento.

Os protestos sofreram forte repressão policial nas ruas por todo o Brasil. Desde então, o movimento começou a ter maior adesão. A ação também passou a contar com a presença de *black blocs*, que se manifestavam de maneira mais radical e foram alvo da força militar e dos noticiários, comprometendo, segundo a imprensa, a imagem das manifestações.

Segundo pesquisa IBOPE realizado dia 20 de junho e divulgado dia 24 de junho de 2013, realizado nas sete capitais distribuídas entre a região Sudeste, Nordeste e Sul, com margem de erro de 2% para mais ou para menos, a pergunta feita pelo instituto aos participantes foi "Quais são as reivindicações que levaram você a participar das manifestações?". O instituo apurou que 53,7% dos manifestantes foram instigados a participar dos movimentos pauta que originou os protestos: redução do valor do transporte público. O segundo tema que se destacou nas manifestações, impulsionada pela entrada de outras organizações, e que logo tomou conta do clima de protestos foi o ambiente político: 65,0% admitiam insatisfação no combate à corrupção, desvio de dinheiro público, prezando por mudanças e pela insatisfação completa com o sistema político⁵⁹.

Os movimentos sociais começaram a condenar a repressão policial pela brutalidade exercida pela corporação. Em carta, o MPL enfatiza: "Ao oferecer a Força Nacional de Segurança para conter as manifestações, o Ministro da Justiça mostrou que o Governo Federal insiste em tratar os movimentos sociais como assunto de polícia [...]" (CARTA..., TARIFA ZERO.ORG, 2013). Feito isso, o tom das manifestações foram acaloradas por um discurso

⁵⁹ PORTAL G1. Veja na íntegra pesquisa do Ibope sobre os manifestantes. Disponível em: < https://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>. Acesso em: 28 ago 2022.

antissistema e antigoverno, a partir da falta de leitura do ambiente do governo, que ignorou as manifestações públicas como pode, até enquadrá-las em na Lei de Segurança Nacional.

Para garantir o consenso em torno das políticas neoliberais, o Estado lança mão dos recursos ideológicos e apresenta os trabalhadores, em sua luta de resistência, como baderneiros, formadores de quadrilha, que insistem em perturbar a ordem ou não colaboram com os esforços da nação para superar a crise econômica. Apesar da regularidade dos pleitos eleitorais, os governos, em geral, têm aumentado a violência contra os trabalhadores e tratado suas mobilizações como casos de polícia e enquadrado os manifestantes no crime de formação de quadrilha, de acordo com a Lei nº 12.850, sancionada pela presidente Dilma Rousseff, em 02 de agosto de 2013. (GOMES, I. 2015, p. 396-397)

A popularização de sites e aplicativos no Brasil foi dominada por esses movimentos, que acompanhavam o fato das novas mídias terem um crescimento marcante em contextos de protesto fora do país, como a Primavera Árabe no Oriente Médio e *Occupy Wall Street* nos Estados Unidos, que desempenhou um papel importante na comunicação, disseminação da mensagem com conteúdo antigoverno e organização online e presencial de protestos. A tática foi seguida com atenção pelos novos movimentos brasileiros que se descreviam como apolíticos, que mais tarde se reconheceriam como parte da direita política, sendo denominada "nova direita". A organização começa pela internet e rapidamente se espalha por diversos grupos e criação de perfis em novas redes, tendo financiamento oculto de empresários e pessoas da classe média. Outra tática utilizada para atrair novos apoiadores foi o uso recorrente de notícias falsas, ou *fake news*, utilizadas em postagens para desmoralizar o governo, naquele momento, ocupada pela esquerda, e desestabilizar a imagem de seus apoiadores e da esquerda no país.

O crescimento dessas organizações foi determinante para a mudança dos rumos da política a partir de 2014, ano de eleições presidenciais. Foi a partir daquele momento que a direita, que adotava um posicionamento moderado nas eleições anteriores, se organizou fortemente para atacar o governo atual, tendo como momento mais propício quando Aécio Neves (PSDB), candidato que foi ao segundo turno com Dilma Rousseff (PT), perdeu para a petista e pediu ao TSE a recontagem das eleições. Grupos online de direita se organizaram para pedir a saída de Dilma desde então e começaram a impulsionar a sua máquina de *fake news*.

Na ocasião, os representantes políticos viram com apatia as movimentações, considerando que muitos dos protestos geraram pequenos confrontos, que a imprensa situava como 'baderna' e 'vandalismo'. Os movimentos desse momento originaram várias perspectivas de estudo, principalmente em relação ao uso tático do protesto de rua e do protesto online com

movimentos ambivalentes e que influenciam, diretamente, na opinião pública e no apoio político de certos determinados grupos de direita, como aponta Gohn (2017).

Os discursos no Senado Federal e da Câmara Federal, passados os primeiros protestos, foram mais apaziguadores, reconhecendo o movimento como legítimo e essencial para a democracia. Lembrando que a base que os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves, faziam parte da base governista. Renan Calheiros (MDB-AL), então presidente do Senado, proferiu um discurso em 25 de junho de 2013, reconhecendo as mobilizações, a importância das pautas e o incremento das novas tecnologias na ação mobilizadora.

Vivemos um novo tempo e o país reclama uma nova agenda. A sociedade, na maturidade democrática, está atenta, questionando tudo e todos. Ela cobra uma atenção permanente das instituições e exige ser ouvida com maior frequência e ser atendida com preferência.

A sociedade reclama por melhorias no dia a dia, notadamente dos serviços públicos. Nenhum dos poderes pode se achar perfeito ao ponto de prescindir de aperfeiçoamentos. Toda instituição precisa ser refeita diariamente. Só aquelas que têm a humildade de assimilar as críticas, que são permeáveis e admitem corrigir erros mantêm sua respeitabilidade. Aceitar críticas é um gesto de humildade e desejo de interagir com a sociedade. O Congresso Nacional é a casa do Povo e está sintonizado aos novos anseios. Essa Casa sempre quis o que o povo quis. Ela pulsa no ritmo das ruas porque não existe Congresso de costas para o povo.

A sociedade muda, as leis precisam mudar e o Parlamento precisa ser mais ágil e objetivo. A revolução tecnológica incluiu na cultura das civilizações modernas a interatividade, velocidade nas respostas e instantaneidade na solução de problemas. Precisamos evoluir para este tempo e rapidamente [...]. (RENAN...SENADO FEDERAL, 2013).

Quanto mais a movimentação nas ruas crescia, mais ela se destacava entre políticos e a grande mídia. Em uma pesquisa realizada pelo Datafolha em que buscou avaliar a popularidade do governador de São Paulo, do prefeito da cidade e da presidenta da República após as manifestações ocorridas entre os dias 06 e 29 de junho, ela apontou queda na popularidade dos governantes em questão (AVALIAÇÃO..., DATAFOLHA, 2013; POPULARIDADE..., FOLHA DE S. PAULO, 2013).

Em 2014, os gastos com a Copa do Mundo foram o foco das manifestações (CUSTO..., UOL, 2014). O alvo das reclamações eram a falta de investimentos nas áreas da saúde, transporte urbano, educação e segurança, protestos que ficaram conhecidos como "#NãoVaiTerCopa".

Além do MPL, outras organizações surgiram buscando agregar pautas às manifestações. O Movimento Vem Para a Rua (VPR) surge em 2014 durante o período eleitoral, posicionandose contra Dilma Rousseff (PT), defendendo a Operação Lava Jato e cooptando seguidores através do Facebook© e Twitter©, na organização de passeatas e marchas contra a situação econômica e social do país. A apresentação da organização é expressa no web site:

O Vem Pra Rua é um movimento suprapartidário, democrático e plural que surgiu da organização espontânea da sociedade civil para lutar por um Brasil melhor. [...] Preocupados com os rumos que tomava a política brasileira, sequestrada que estava e está por gente incompetente, despreparada e sem compromissos com o país, alarmados com os casos de corrupção de proporção cada vez mais gigantesca, que consomem nossas riquezas e energias como Nação, e indignados com o agravamento da crise econômica — com suas consequências sociais —, nós, cidadãos brasileiros, não podemos deixar que a política seja feita apenas nos gabinetes: já era hora de a política tomar as ruas! (MOVIMENTO VEM PRA RUA, 2014).

No mesmo ano, o país viveu um momento conturbado após o resultado das urnas. O candidato Aécio Neves (PSDB-MG) perdeu o pleito para Dilma Rousseff, que se reelegeu com 51% dos votos (NA...., FOLHA DE S. PAULO, 2014). Não aceitando o resultado, o partido derrotado pede a recontagem dos votos ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O Movimento Brasil Livre (MBL) surgiu nesse momento como uma organização que se propõe a divulgar os ideais liberais, movendo marchas e protestos contra a corrupção, contra a presidenta e o PT, posicionando-se contrariamente ainda ao bolivarianismo e ao chavismo, prezando pela defesa da liberdade de imprensa, liberdade econômica e eleições livres, como se apresentam na página no Facebook©:

O MBL - Movimento Brasil Livre - é uma entidade sem fins lucrativos que visa mobilizar cidadãos em favor de uma sociedade mais livre, justa e próspera. Defendemos a Democracia, a República, a Liberdade de Expressão e de Imprensa, o Livre Mercado, a Redução do Estado, Redução da Burocracia (MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2014).

O MBL foi responsável por promover as primeiras marchas contra o governo Dilma, em abril de 2015, divulgadas nas redes sociais, conseguindo impulso através do apoio de políticos da oposição e exposição da mídia. Ao contrário das manifestações anteriores, apresentam-se como um movimento com pauta mais bem definida, que a partir de então se destaca na crítica fervorosa contra o governo de Dilma Rousseff e o PT, fazendo uma campanha ativa antigovernista e anti-partidos de esquerda, que passou a contar com muitos apoiadores, abrangendo a um público 16 a 35 anos.

O ano seguinte foi um ano difícil para a presidenta e sua principal liderança, Lula, também alvo dos ataques. Sem sustentação no Congresso Nacional e no Senado Federal, e com uma direita organizada para ser aparelhada no poder, mas sem candidato oficial naquele momento, no dia 02 de dezembro de 2015, o então presidente do Congresso Nacional, Eduardo Cunha (PMDB) resolve aceitar o pedido de impeachment de Dilma Rousseff. O apoio popular foi adquirido ao longo dos meses que decorreram do início do segundo mandato da petista. Os movimentos nas ruas não paravam de crescer pedindo a saída de Dilma, impulsionada pelo conteúdo compartilhado nas redes sociais, que, por vezes, tratavam-se de conteúdos falsos e não comprovados direcionados a ela e aos partidos de esquerda, ressuscitando pautas que até então eram consideradas superadas, dado os avanços nas políticas públicas e sociais, como assuntos ligados a pauta de costumes e de discursos que ligavam partidos de esquerda a ditaduras ou contra os valores da dita família tradicional brasileira, que ganharam força com o neo-conservadorismo, representado por movimentos de direita e extrema-direita, e alguns setores ligados aos evangélicos, militares e uma importante parcela do empresariado brasileiro.

Os protestos foram tomados pelos grupos que se afirmavam mais à direita, com a ajuda das mídias sociais para a sua divulgação. Houve uma imersão partidária nos movimentos, quando estes grupos são apoiados por representantes do PSDB, DEM e PSD, que se incorporaram nas movimentações, pedindo o impeachment de Dilma do Governo.

Em uma síntese das diferenças entre os movimentos atuais e os movimentos que antecederam, Gohn (2017) retrata que os movimentos sociais organizados entre os anos 1970, 1980 e 1990 no Brasil foram um fator de insurgência, que possuem como identificação sua relação com o Estado, enquanto que os novos grupos sociais, mobilizados em 2013, foram antecedidos por piquetes de menor proporção em anos anteriores, indicando uma mudança na relação com a política, passando pela não identificação com política – o apartidarismo – reivindicando apenas o tratamento legítimo dos direitos sociais adquiridos.

As organizações de esquerda que participaram das primeiras manifestações e faziam críticas ao modelo político adotado pelo PT, logo recuaram a partir de quando outras pautas que não compartilhavam do mesmo repertório de reivindicações foram defendidas nas ruas. O recuo foi visto com dimensão de fragilidade discursiva e estrutural dos movimentos progressistas, e, com isso, a direita foi ganhando mais espaço e ganhando cada vez mais a opinião pública.

No caso específico das manifestações daquele junho, a esquerda não chegou ao ponto da radicalização. Ao retroceder no estado de São Paulo, ela não demonstrava intolerância democrática, mas, sim, via a impossibilidade de trabalhar qualquer um de seus temas em um ambiente que já não se encontrava

mais amigável para tal. A direita, por sua vez, radicalizou-se e demonstrou um discurso de intolerância, por exemplo impedindo bandeiras de movimentos lado a lado com eles dentro dos protestos. A direita tentou gritar mais alto, mesmo em minoria, tentando abafar os protestos da esquerda (CHAIA; BRUGNAGO, 2015, p. 105).

No ano de 2015, foi aplicada a Reforma Eleitoral (13.165/15), que implicou em mudanças nas regras eleitorais, como a redução do tempo de TV e rádio dos partidos, sanções em desaprovação de contas dos partidos e exigência de fidelidade partidária. Em seguida, foi a vez dos recursos financeiros e despesas dos partidos foram alvo de alterações com a complementariedade da lei nº 13.487/17, que institui o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) para as eleições, passando a entrar vigor em 2018.

Em concomitância com o contexto, apresenta-se um forte debate moral acerca da representação política, influenciada em boa medida pelos escândalos de corrupção e crises na estrutura econômica, influenciando no pessimismo e descrédito da população, que chega em seu ápice nas Jornadas de Junho de 2013, a persistente desconfiança dos canais tradicionais de comunicação com o cidadão determinaram mudanças de atitude e espaços de intervenção, que desta vez encontrou respaldo nas redes sociais da internet.

A política nacional dessa vez contava com o fator do 'novo'. Esse "novo possui uma complexidade de síntese por suas ramificações, podendo atender ser entendida como o "novo" – sem a polarização política entre PT e PSDB dos últimos 25 anos, ou como autores defendem como "polariazação assimétrica" – que se destaca nas extremidades da direita em relação à esquerda (CHAIA e BRUGNAGO, 2014) o "novo" – da nova direita, quando jovens passam a se identificar em grupos ligados à direita partidária brasileira e passam a reivindicar sua participação na política; o "novo" que ilustra a entrada da extrema direita no cenário político a partir de 2014 a partir da contestação das eleições de 2014 e pedidos de impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff em 2015. Foi nessa cena que Jair Bolsonaro (PSL) construiu um favoritismo em diversos cenários. Fernando Haddad (PT) e Ciro Gomes (PDT), sendo o primeiro um candidato 'de ocasião', foram os postulantes ao Palácio do Planalto que disputaram voto entre a esquerda e contra Bolsonaro naquele momento.

O cenário se mostrava favorável ao discurso da extrema-direita, do candidato que se apresentava com um forte discurso antipolítico e anti-establishment, incorporando a imagem do candidato *outsider*, mesmo tendo ocupado uma cadeira na Câmara dos Deputados pelo Rio

de Janeiro por 27 anos e eleito um filho Deputado Federal⁶⁰, outro como Deputado Estadual e outro como Vereador – todos pelo Rio de Janeiro, ou seja, uma família de políticos profissionais na melhor acepção weberiana.

O crescimento do uso de novas mídias tem sido registrado pelos pesquisadores braseiros. Em uma análise feita em 2018 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) aponta que 94,5% da população possui algum aparelho móvel. São índices que corroboram com o aumento no número de usuários das redes sociais e aplicativos no país: o Facebook©, por exemplo, conta com 128 milhões de pessoas conectadas, o Whatsapp©, aplicativo de mensagens, possui 120 milhões de usuário, o Twitter©, rede para mensagens instantâneas, tem 33,3 milhões pessoas interagindo, e o Instagram©, aplicativo de fotos, conta com 50 milhões de brasileiros que usam deste aplicativo. Nota-se um exponencial uso entre jovens, que hoje somam 85% com idades entre 18 e 24 anos em relação a 25% com mais de 60 anos⁶¹.

As transformações da mídia e da política para este momento acompanham uma profunda aceleração da racionalidade humana. A organização social está pautada no direcionamento cognitivo-tecnológico de forças sociais, se desenvolvendo em uma escola global. O momento é incorporado ao que Max Weber apresenta como um valor universal (IANNI, 2005).

Jair Bolsonaro contou com uma verdadeira plataforma gratuita, sem ter apoio da grande mídia. Mobilizações sociais, jornalistas e intelectuais de direita, blogueiros, influencers, empresários e outros profissionais mobilizam recursos para que o ex-capitão da reserva do Exército se torne conhecido e seja viável como uma 'terceira via' para a polarização política entre PT e PSDB. A efetividade desses canais mostra a rápida transformação do fluxo comunicacional na era da web 3.0.

[...] a estrutura e os dispositivos mais comuns da internet, particularmente a Web e o correio eletrônico, fazem com que ela forneça eficientes canais adaptados para fluxos de comunicação e informação de mão dupla para entre os cidadãos e sociedade política (GOMES, 2013, p. 16).

A onda bolsonarista, ou "bolsonarismo", se transformou em um verdadeiro fenômeno digital, chamando a atenção pela seguinte trajetória: após as eleições presidenciais em que

_

⁶⁰ Nas eleições de 2018, com o 'efeito Bolsonaro', o Deputado Flávio Bolsonaro muda o domicílio eleitoral para São Paulo e é eleito com a maior votação da história para o cargo, tanto em números absolutos, quanto em percentuais.

⁶¹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Acesso à Internet e a televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv99054.pdf. Acesso em: 21 abr. 2021.

Dilma Rousseff (PT-RS) foi reeleita no segundo turno, obtendo 51,64% 62 contra 48,36% do candidato tucano Aécio Neves (PSDB-MG). O número de abstenções foi de 21,1%. Na ocasião, o partido e Aécio não aceitaram o resultado, alegando nas redes sociais a desconfiança de como se configurou o processo de votação do seu início ao fim, assim, pedindo da Justiça Eleitoral uma auditoria dos votos do 2º turno 63.

Foi nesse momento que o nome do então deputado federal pelo Partido Progressista (PP-RJ), Jair Bolsonaro, ex-capitão da reserva, havia ganhado popularidade nas redes sociais, por abordar temas polêmicos da política e da sociedade de forma bastante enfática em programas como CQC — Custe o Que Custar (Band), Superpop (RedeTV!) e Rádio Jovem Pan, demonstrando seu desprezo aos direitos humanos, às identidades de gênero, à esquerda político-partidária, apostando na desmoralização das pautas progressistas, no antipetismo e nas pautas coletivas, dando ênfase no individualismo através pautas que asseguram o "cidadão de bem", como armamento da população, a prática da violência social e política de forma escancarada.

Eram muito comuns que suas declarações contra o casamento homoafetivo, educação sexual nas escolas e concessão de auxílio para pessoas de baixa renda ganhassem as redes sociais e reportagens em sites da grande mídia, potencializando seu discurso 'radical' e 'sem moderação'. No entanto, o que chamou atenção para que Jair Bolsonaro se tornasse um nome político viável pela direita foram os constantes ataques ao então deputado federal Jean Wyllis (PSOL-RJ) e sua defesa aberta ao golpe militar de 1964, que naquele ano completava 50 anos, com diversos eventos alusivos à lembrança dos mortos pela ditadura militar, das quais Jair Bolsonaro foi crítico ferrenho e fez questão de reforçar o papel dos militares na "caça aos comunistas" e elogiar o papel de torturadores como o coronel Brilhante Ustra 65.

-

⁶² ESTADÃO. Dilma Rousseff é reeleita presidente do Brasil. Disponível em: https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,dilma-rousseff-e-reeleita-presidente-do-brasil,1583341. Acesso em: 22 mar. 2022.

⁶³ ESTADÃO. PSDB de Aécio Neves pede auditoria na votação. Disponível em: https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,psdb-de-aecio-neves-pede-auditoria-na-votacao,1585755. 21 mar. 2022.

⁶⁴ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão Solene sobre Golpe Militar é marcada por polêmica. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/430130-sessao-solene-sobre-golpe-militar-e-marcada-por-polemica/. Acesso em: 23 mar 2022.

⁶⁵ Na votação do Impeachment de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados, Bolsonaro dedicou seu voto à memória do General Brilhante Ustra, reconhecido pela Presidente como um dos seus torturadores quando a mesma foi presa no período da ditadura militar. Dilma ingressou na luta armada de esquerda como membro do Comando de Libertação Nacional (COLIMA) e depois da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), que defendiam a luta armada contra a ditadura. Foi presa em 1970 e ficou até 1972, sendo torturada primeiramente pelos militares da Operação Bandeirante (OBAN) e, posteriormente, no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).

Com o discurso inflado, Bolsonaro conquistou diversos seguidores em 2014 identificados com a pauta antipetista, anti-esquerda e conservadora dentro e fora da política. Foi nesse momento que seu nome passou a ser visto com outros olhos pela direita partidária, após conquistar mais de 460 mil votos como deputado federal pelo Rio de Janeiro, número surpreendente frente aos 120 mil votos conquistados em 2010⁶⁶. Chama a atenção que a sua popularidade que também foi refletida nos filhos, todos possuindo cargos representativos: Flávio Bolsonaro, então reeleito a deputado estadual no RJ pelo PP; Carlos Bolsonaro, eleito vereador do Rio de Janeiro em 2012 pelo PP; e Eduardo Bolsonaro, eleito deputado federal em 2014 pelo Partido Social Cristão (PSC), defendendo, assim como o pai, pautas antiliberais e ultraconservadoras⁶⁷.

Seu nome começou a ser construído em 2014, quando apresentou proposta ao PP para se candidatar como presidente da República, frente ao apoio popular que já obtinha através de redes sociais, como a página do Facebook "Jair Bolsonaro Presidente 2014", que já contava com 340 mil curtidas⁶⁸. Ele encontrou dificuldades de obter apoio do seu partido para concorrer nas eleições daquele ano, alegando que existia impasses com o então presidente da legenda, Ciro Nogueira⁶⁹, pois o partido apoiaria o PT naquele momento. Sua crítica da ênfase que sua proposta de candidatura seria uma grande aposta com boas chances de retorno, como informou ao site Infomoney: "O presidente [Ciro Nogueira] está me sabotando porque, se eu começar a pontuar, o partido terá dificuldades em manter os benefícios do governo" afirmou. "Mas se meu nome entrar, depois de pontuar x% na primeira rodada de pesquisa, na segunda eu vou triplicar esse número", diz. (BOLSONARO, Jair, SE eu não for..., INFOMONEY, 2014) Contudo, Bolsonaro demonstrou vontade de vir como vice como o então principal candidato de oposição Aécio Neves (PSDB-MG)⁷⁰: "[...] se eu não conseguir me candidatar, quero ser vice de Aécio Neves [PSDB]. Claro, nada disso nunca entrou em pauta e nunca ninguém falou sobre isso, mas seria uma grande honra para mim" (BOLSONARO, Jair. SE eu não for... INFOMONEY, 2014).

 ⁶⁶ EL PAÍS BRASIL. https://brasil.elpais.com/brasil/2014/02/14/politica/1392402426_093148.html
 ⁶⁷ EL PAÍS. Política. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/10/07/politica/1412684374_628594.html. Acesso em 18 fev. 2022.
 ⁶⁸ O GLOBO. Bolsonaro apresenta proposta ao PP para concorrer à presidência da república. Disponível em: https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-apresenta-proposta-ao-pp-para-concorrer-presidencia-da-republica-12298428. Acesso em 18 fev. 2022.

⁶⁹ Atualmente, Ministro-Chefe da Casa Civil do governo de Jair Bolsonaro e um dos coordenadores de sua campanha de reeleição.

⁷⁰ INFOMONEY. "Se eu não for candidato, quero ser vice de Aécio", diz Jair Bolsonaro. Disponível em: https://www.infomoney.com.br/politica/se-eu-nao-for-candidato-quero-ser-vice-de-aecio-diz-jair-bolsonaro/. Acesso em: 21 fev. 2022.

Em 2016, seu nome ganha grande destaque pelo impeachment de Dilma Rousseff, da qual votou a favor e fez homenagem ao torturador da ditadura, general Brilhante Ustra⁷¹. Àquela altura, Bolsonaro já havia se transformado em uma imagem política imaculada pela nova direita – jovens que se identificavam com pautas conservadoras e ultraliberais, fazendo manifestações a favor de sua candidatura ao Palácio do Planalto⁷²— e por parte da direita tradicional, que passava a aceitar o nome de Bolsonaro devido a sua popularidade e suas declarações radicais sobre os governos petistas e diversas pautas sociais.

Logo, Bolsonaro se transformou em um meme, sendo conhecido através de imagens, vídeos e declarações nas redes socais, sendo associado a imagem de um "mito", se transformando no meme 'Bolsomito'. Também se tornou comum o trocadilho com nome do presidente – "é melhor Jair se acostumando", como resposta à esquerda popular e partidária quanto a sua candidatura às eleições de 2018. Reforçando os atributos de candidato apolítico, anticorrupção, anti-esquerda, dialogando com grupos conservadores da sociedade brasileira, ganhando também apoio de jovens, pessoas com baixa escolaridade e ganhando terreno entre os empresários, Bolsonaro já era apontado como uma certeza para o processo eleitoral de 2018⁷³.



Figura 20: Página do Facebook© de Jair Bolsonaro chega a 2.895.137 curtidas após protagonizar discussão com o então Deputado Federal Jean Wyllis na votação do impeachment de Dilma Rousseff no Congresso Nacional. Registro do dia 16 de abril de 2016.

Fonte: Reprodução/Facebook/GZH Geral.

-

ESTADÃO. Bolsonaro exalta Ustra na votação do impeachment em 2016. Youtube, 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=xiAZn7bUC8A. Acesso em: 26 fev. 2022.

⁷² AGÊNCIA BRASIL. Manifestantes fazem ato de apoio a Jair Bolsonaro https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-05/manifestantes-fazem-ato-de-apoio-jair-bolsonaro>. 26 fev 2022.

⁷³ CARTA CAPITAL. Um Ditador para Salvar o Brasil. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/sociedade/um-ditador-para-salvar-o-brasil/>. Acesso em: 21 fev 2022.

Dias após a votação do impeachment de Dilma Rousseff no Congresso Nacional, onde o então deputado federal votou a favor do processo e invocou a memória do torturador da ditadura militar general Brilhante Ustra, o ex-capitão ganhou 121.663 seguidores – 335,5% maior que a semana interior ao impeachment⁷⁴. A onda de crescimento do Bolsonaro nas redes sociais e nas ruas foi intensificada com a popularidade dos filhos Flávio, Eduardo e Carlos Bolsonaro no Facebook©, Twitter©, Instagram© e Whatsapp©, que atuavam como espécie de "social media" de Bolsonaro no mundo digital, e com a atuação nas redes sociais e nas ruas como o Movimento Brasil Livre – MBL, representados por Kim Katagari, Fernando Holiday e Artur do Val – criador do canal de direita "Mamãe Falei" no Youtube.



Figura 21: Membros do MBL com deputados da oposição junto ao então Deputado Federal Jair Bolsonaro (PSC-RJ) e o então Presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha (MDB-RJ) discutindo o pedido de impeachment de Dilma protocolado pela organização em 27 de maio de 2015.

Fonte: Reprodução/Carta Capital.

A mídia tradicional se comporta de três maneiras, a partir deste fato: 1) a curiosidade sobre o candidato, dando margem para que suas ideais se propagassem de forma intensa entre uma camada média, que consume os meios de comunicação tradicionais; 2) críticas veladas, apostando que este momento não seria para 'amadores', no entanto, houve ênfase no seu destaque na campanha em relação ao apoio popular que estava obtendo e que a grande imprensa e especialistas não sabiam identificar como sua representação crescia em cima de candidatos tradicionais da disputa, como, por exemplo, sobre Geraldo Alckmin (PSBD-SP) e Marina Silva (REDE-AC); 3) adoção de uma postura neutra sobre a candidatura, observando que seu crescimento não impedia que a política tradicional garantisse seu espaço.

-

⁷⁴GAUCHAZH. Barraco entre Jean Wyllys e Bolsonaro invade redes sociais e desfaz amizades. Disponível em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2016/04/barraco-entre-jean-wyllys-e-bolsonaro-invade-redes-sociais-e-desfaz-amizades-5781839.html. Acesso em: 02 mar. 2022.

No entanto, o que se observou foi um intenso descrédito da população sobre os meios tradicionais de comunicação. Pessoas deixaram de se informar pela TV, Rádio e jornal impresso e passaram a se informar pelo Facebook©, Whatsapp©, Twitter©, Youtube©, como o canal de Nando Moura, Brasil Paralelo, Olavo de Carvalho e Terça Livre, de Allan dos Santos, e por blogs e sites de direita e com tendências liberais e conservadoras, como O Antagonista, Cruzoé, Gazeta do Povo, Folha Política, Poder360, Folha do Povo, programas radiofônicos como O Pingos nos Is (Rádio Jovem Pan) e Pânico na Jovem Pan. Os veículos tradicionais de mídia, aqueles que detém uma hegemonia, como Grupo Globo, Grupo Folha de S. Paulo, Grupo Estado de S. Paulo, foram os meios de comunicação mais afetados durante o processo, sofrendo retaliações públicas por parte do então candidato à presidência e seus seguidores.

Tal situação cria um 'fenômeno político' de votação, com a eleição em favor de Bolsonaro quase definida em primeiro turno, com 46,03% dos votos válidos. Fernando Haddad, candidato do PT, teve 29,48% e Ciro Gomes, do PDT, 12,47%. No segundo turno, Bolsonaro vence as eleições presidenciais com 55,13% dos votos válidos, contra 44,87% de Haddad, mesmo com toda a mobilização tardia feita nos meios de comunicação e dos movimentos sociais em torno da candidatura do petista.

Em 2018, pela primeira vez desde 1994, o PSDB ficou de fora do protagonismo da disputa eleitoral, uma vez que a eleição ficou polarizada entre o PSL de Jair Bolsonaro – apoiado pelos movimentos conservadores, parcela significativa do empresariado nacional e a classe média descontente com os últimos governos, em especial do PT – e o PT de Fernando Haddad – apoiado pelos movimentos sociais e progressistas, além de uma importante parcela dos beneficiados pelos programas sociais promovidos pelos governos de Lula e Dilma. Bolsonaro vence a eleição com um discurso de 'despetizar' a administração pública (ABRANCHES, 2019).

O que convém aqui chamar de 'efeito Bolsonaro' se refletiu nas eleições dos estados, com importantes colégios eleitorais elegendo candidatos que se alinharam com ele desde a primeira hora como seu correligionário Wilson Witzel no Rio de Janeiro até importantes apoios no segundo turno de candidatos que lideravam as pesquisas de intenção de voto como João Doria em São Paulo, Romeu Zema em Minas Gerais, Eduardo Leite no Rio Grande do Sul e Waldez Góes no Amapá, que viu no apoio a Bolsonaro um trunfo para vencer a eleição no estado contra o seu desafeto histórico João Alberto Capiberibe e consolidar o seu quarto mandato à frente do governo do Estado.

4.2 O USO DA REDE SOCIAL FACEBOOK© NAS ELEIÇÕES DE 2018 PARA O GOVERNO DO AMAPÁ

Antecedendo as eleições gerais daquele ano, mudanças no Código Eleitoral foram aprovadas pelo Congresso Nacional em 2018, pela Lei 13.488/2017, conhecida também como minirreforma eleitoral, que criou o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) a partir da arrecadação do orçamento público, valo dividido entre os 35 partidos políticos, com o investimento de cerca de 1,7 bilhão⁷⁵. Foi criado também a cota especial de participação feminina. Os partidos devem se comprometer a preencher 30% das vagas no partido por mulheres, valendo a regra para as eleições de 2020⁷⁶. Também foram impostas regras mais rígidas que dificultaram a divulgação dos pequenos partidos políticos na televisão e no rádio com a cláusula de barreira, que daria menos tempo ou nenhuma propaganda nesses veículos, privilegiando os partidos de conseguiram uma quantidade maior de coligações, que também valeria a partir das eleições seguintes⁷⁷.

4.2.1 Perfil das eleições no Amapá em 2018

No ano de 2018, foram feitos 663 pedidos de candidatura ao TRE-AP, 116 a mais em relação à 2014, de acordo com o gráfico 03 e a tabela 09. No entanto, 100 destas candidaturas foram consideradas inaptas, por obter alguma pendência na prestação de contas de eleições anteriores ou falta de documentações comprobatórias.

No período de 20 de julho a 05 de agosto, aconteceram as convenções partidárias, para definir dentro das coligações os candidatos que estariam oficialmente na disputa. Após a

⁷⁶ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL - TSE. Cota de 30% para Mulheres nas Eleições Proporcionais deverá ser cumprida por cada partido em 2020. Disponível em: https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2019/Marco/cota-de-30-para-mulheres-nas-eleicoes-proporcionais-devera-ser-cumprida-por-cada-partido-em-2020>. Acesso em 07 mai 2020.

⁷⁵ SENADO FEDERAL. Novas Regras Eleitorais Aprovadas no Congresso já valerão em 2018. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/12/28/novas-regras-eleitorais-aprovadas-no-congresso-ja-valerao-em-2018/». Acesso em 07 mai 2020.

^{77 &}quot;Só terá direito ao fundo e ao tempo de propaganda a partir de 2019 o partido que tiver recebido ao menos 1,5% dos votos válidos nas eleições de 2018 para a Câmara dos Deputados, distribuídos em pelo menos 1/3 das unidades da federação (9 unidades), com um mínimo de 1% dos votos válidos em cada uma delas. Se não conseguir cumprir esse parâmetro, o partido poderá ter acesso também se tiver elegido pelo menos 9 deputados federais, distribuídos em um mínimo de 9 unidades da federação. Ver em: SENADO FEDERAL. Aprovado fim das coligações em eleições proporcionais a partir de 2020. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/10/03/aprovado-fim-das-coligacoes-em-eleicoes-Proporcionais-a-partir-de-2020. Acesso em: 14 mai 2020.

oficialização, os partidos tiveram que enviar até o dia 15 de agosto de 2018 a oficialização das candidaturas o TSE. No dia seguinte, inicia a propaganda partidária de rádio, tv e internet. A campanha de 2018 contou com 05 candidatos ao governo, 05 vice-governadores, 12 candidatos ao Senado Federal, 14 suplentes de senadores, 495 candidatos à deputado estadual e 120 candidatos à deputado federal, segundo o TSE.

Pedidos de Candidatura (2014-2018)

517

517

518

2014

2018

Aumento %

Gráfico 03: Número de candidatos habilitados para concorrer às eleições em 2014 e 2018

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)/Elaboração própria.

Os dados da tabela 09, abaixo, apontam que houve um aumento exponencial das candidaturas no Amapá de 1994 a 2018. Nota-se que, em nível municipal, a competição possui menos participantes, e por ser menos competitivo, aumenta consideravelmente a participação de mulheres candidatas no processo, como verificamos na tabela 09 a seguir. As eleições estaduais, no entanto, possuem maior número de participantes, contudo, a participação de mulheres é ainda menor.

Tabela 09 – Evolução das candidaturas partidárias de mulheres e homens no Amapá

Ano de candidatura	1994	1996*	1998	2000*	2002	2004*	2006	2008*	2010	2012*	2014	2016*	2018
Mulheres	17	31	36	42	53	40	70	53	107	122	171	110	221
Homens	194	138	283	198	316	153	316	172	294	268	375	230	442
Mulheres %	8,6%	18,34%	11,29%	17,50%	14,36%	20,73%	18,13%	23,56%	26,68%	31,28%	31,32%	32,35%	33,33%
Homens %	91,94%	81,66%	88,17%	82,50%	85,64%	79,27%	81,87%	76,44%	73,32%	68,72%	68,68%	67,65%	66,67%

(*) Ano de eleições municipais

Fonte: Galindo (2017)/Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Foi destacado o fato de o aumento de candidaturas de mulheres ser significativo a partir das eleições de 2010 por conta da lei sancionada pelo Tribunal Superior Eleitoral em agosto daquele ano que estabeleceu a cota de 30% para a inscrição de candidaturas de mulheres nos partidos políticos que iriam concorrer às eleições⁷⁸.

O perfil étnico racial dos candidatos, aqui definidos como questão de cor/raça, presentes no gráfico 04, a maioria dos candidatos se autodeclararam pardos (57,47%), brancos são 26,24 %, pretos representam 15,54%, amarelos são 0,45% e autodeclarados indígenas, 0,3%. É importante salientar que com base no perfil populacional, o Amapá é um estado predominante negro, segundo dados do IBGE de 2010, representam 72% da população, existe um apagamento de suas identidades, bem como dos povos indígenas, que são 8,7% da população do Estado. Isto se deve ao processo do mito da democracia racial nas relações sociais, culturais e políticas, forte demarcador de segregação populacional na região.

Parda: 381 57,47%

Branca: 174 26,24%

Preta: 103 15,54%

Amarela: 3 0,45%

Indígena: 2 0,3%

Gráfico 04 – Perfil étnico-racial das candidaturas do Amapá em 2018

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Com relação ao eleitorado em 2018 – ano da pesquisa –, foi percebido que, no Amapá, houve o aumento em relação a 2014. Em 2014, o eleitorado ativo era de 455.514, sendo 454.479 com biometria coletada e 1.036 sem biometria. Em 2018, o quantitativo do eleitorado era de 512.110, sendo 510. 693 com biometria e 1.417 sem biometria. A biometria foi iniciada no Amapá no ano de 2013, possuindo uma cobertura de 99%. As zonas eleitorais são divididas em

_

⁷⁸ GOVERNO FEDERAL. TSE decide que a cota de 30% de mulheres dentre candidatos é lei. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-paramulheres/arquivo/area imprensa/ultimas_noticias/2010/08/tse-decide-que-a-cota-de-30-de-mulheres-dentre-candidatos-e-lei. Acesso em 30 jun. 2022.

uma por município. Em Macapá, existem 02: uma zona eleitoral da Zona Sul e uma zona eleitoral da Zona Norte.

UF	Municipio	Zona	Quantidade	%
AP	AMAPÁ	1	6.081	1,188
AP	CALCOENE	1	7.590	1,482
AP	CUTIAS	10	4.254	0,831
				-
AP	FERREIRA GOMES	12	6.733	1,315
AP	ITAUBAL	10	5.644	1,102
AP	LARANJAL DO JARI	7	28.759	5,616
AΡ	MACAPÁ	2	167.668	32,743
AΡ	MACAPÁ	10	125.504	24,50
AΡ	MAZAGÃO	5	15.092	2,947
AΡ	OIAPOQUE	4	19.240	3,757
AΡ	PEDRA BRANCA DO AMAPARI	11	8.877	1,734
AΡ	PORTO GRANDE	12	13.483	2,633
AΡ	PRACUÚBA	1.	3.290	0,642
AΡ	SANTANA	6	77.521	15,139
AΡ	SERRA DO NAVIO	11	3.596	0,702
AΡ	TARTARUGALZINHO	8	9.015	1,760
AΡ	VITÓRIA DO JARI	7	9.727	1,900
			512.074	
			512.074	

Figura 22: Número de eleitores no Amapá em 2018.

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Segundo o TSE, as zonas eleitorais são locais referenciados geograficamente gerenciada por um cartório eleitoral para dar conta da capacidade de determinado local. Para os candidatos, a zonas eleitorais significam também melhor visualização de votos em determinados municípios/zonas.

A tabela refletida na imagem a seguir mostra avanço do eleitorado em 2018 se deve crescimento da faixa etária do eleitorado, principalmente do público de 18 a 20 anos e do público de 21 a 24 anos. Verificamos, desta maneira, que muitas pessoas passam a emitir o título e a votar após a maioridade.

Ds Faixa Etaria	Quantitativo	Porcentagem (%)	Quantitativo Biometria
16 anos	5.124	1,00 %	5.096
17 anos	8.474	1,65 %	8.450
18 a 20 anos	42.347	8,27 %	42.124
21 a 24 anos	60.045	11,73 %	59.849
25 a 34 anos	131.963	25,77 %	131.615
35 a 44 anos	111.868	21,84 %	111.574
45 a 59 anos	101.549	19,83 %	101.370
60 a 69 anos	32.707	6,39 %	32.635
70 a 79 anos	14.135	2,76 %	14.097
Inválida	5	0,00 %	5
Superior a 79 anos	3.893	0,76 %	3.878
	512.110		510.693
	512.110		510.693

Figura 23: Faixa etária do eleitorado do Amapá em 2018.

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

De acordo com os dados da figura acima, o eleitorado adulto de 25 a 34 anos e 45 a 59 anos somado corresponde a 47,61% do eleitorado, o que remete a um perfil de eleitor mais

velho e ativo no processo eleitoral. Na presença de gênero, o eleitorado feminino é elevado, com 51,03% de participação, representando 261.336. Os homens vêm logo em seguida, com 48,97%, representando 250.771 em 2018, segundo TSE. É curioso, pois segundo a projeção do IBGE de 2018, existem mais homens que mulheres no Estado – elas representam 49,6% da população, enquanto homens são a maioria, 50,4% ⁷⁹

0%

49%

■ FEMININO
■ MASCULINO
■ NÃO INFORMADO

Gráfico 05 – Percentual de gênero no eleitorado amapaense de 2018

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

O grau de instrução do eleitorado é de ampla maioria com ensino médio completo (28,48%), seguido do ensino fundamental incompleto (21,76%) e ensino médio incompleto (17,96%). Chamamos a atenção para o quantitativo de pessoas que somente leem e escrevem (5,54%) e analfabetos (3,37%). Apesar das políticas educacionais terem avançado nos últimos anos, o Amapá ainda possui um dos piores índices educacionais. Ao menos 37 mil pessoas nunca frequentaram a sala de aula, constatou o IBGE⁸⁰.

GRAU DE INSTRUÇÃO	
ENSINO MÉDIO COMPLETO: 145.838	28,48%
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO: 111.457	21,76%
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO: 91.970	17,96%
SUPERIOR COMPLETO: 50.904	9,94%
SUPERIOR INCOMPLETO: 36.271	7,08%
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO: 30.011	5,86%
LÊ E ESCREVE: 28.392	5,54%
ANALFABETO: 17.267	3,37%

Figura 24: Grau de instrução do eleitorado do Amapá em 2018.

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

⁷⁹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSITICA - IBGE. Panorama. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/panorama. Acesso em 30 jun. 2022.

⁸⁰ PORTAL G1. Amapá tem 37 mil habitantes acima de 25 anos que nunca estudaram, diz IBGE. Disponível em: https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2020/07/17/amapa-tem-37-mil-habitantes-acima-dos-25-anos-que-nunca-estudaram-diz-ibge.ghtml. Acesso em: 30 jun. 2022.

O TSE estabeleceu um teto de gastos para os candidatos ao governo do Estado do Amapá de até R\$ 2.800.000,00; em um eventual segundo turno, os candidatos disputantes poderiam ter um acréscimo de R\$ 1.400.000,00 de limite de gastos⁸¹. As coligações ficaram da seguinte maneira: PSL com PPS, Republicanos e PHS, DEM com Progressistas, Rede, Avante, PSC, PPL, Podemos, PSDB e PSD, sendo a maior coligação do processo de 2018; PDT com PROS, PTB, MDB, DC, PRP e PCdoB e PSB com PT. O PSTU não coligou com nenhum partido.

5 CAMPANHAS PARA O GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ EM 2018: ATORES E UTILIZAÇÃO DAS REDES SOCIAIS

A disputa de 2018 foi permeada de incertezas durante o processo nacional. O processo local funcionou na fase de pré-campanha com certa estabilidade no clima político, sem grandes acontecimentos até então. A partir do início da campanha, dia 15 de agosto de 2018 ao segundo turno, no dia 28 de outubro, vários acontecimentos, alguns comuns às campanhas políticas e outras incomuns ao processo tradicional, moldaram o debate e os sentimentos em relação ao processo pela população. Será apresentada a relação de candidatos a seguir, apontando o seu perfil de atuação, imagens e vídeos apresentadas no perfil e os níveis de engajamento 82 visualizados no Facebook[®]. Neste trabalho, os gráficos do Facebook[®] serão apresentados pelo volume de postagens (ondas dos gráficos), dia, data e horário das postagens originais no canto inferior (a exemplo do gráfico 06 inserido neste capítulo).

5..1 Cirilo Fernandes (PSL - 17)

Antônio Cirilo Fernandes Borges nasceu em Macapá em 05 de julho de 1967, é funcionário público do quadro federal e morador da zona sul da capital. Cirilo ingressou na política no ano 2000, quando filiado ao PSB, concorreu para vereador. Passou por diversas

⁸¹ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL - TSE. Limes de gastos por cargo eletivo das eleições 2018. Disponível em: https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/prestacao-de-contas-1/limites-de-gastos-por-cargo-eletivo-das-eleicoes-2018. Acesso em: 30 jun. 2022.

⁸² O engajamento é a métrica que mede o interesse e envolvimento dos seus seguidores com seu conteúdo nas redes sociais. A relação é medida pelo número de cliques, compartilhamentos, curtidas e comentários fornecidos pelos usuários na rede. Na leitura do marketing digital, o engajamento gera mais consumo de conteúdo (interesse pelo que a pessoa apresenta como 'produto') e mais engajamento – (reforço da imagem pessoal).

legendas políticas até chegar ao PSL, em 2018, em razão da candidatura do ex-capitão Jair Bolsonaro à presidência da República.

Liderança carismática da igreja católica, Cirilo se considera um candidato conservador e diferente das opções políticas existentes no Amapá. A construção de sua campanha inicia em 2017, quando Jair Bolsonaro já se destacava no cenário nacional. Um dos principais interesses locais era 'ser diferente' da política vigente – ou seja, do revezamento entre Capiberibes e Góes no controle do governo do estado.

Cirilo Fernandes possui 34 publicações no Facebook[©]. Ele buscou divulgar a sua campanha nas ruas da cidade e sua agenda com autoridades que o apoiaram na campanha, além de aparecer fazendo publicidade à campanha de Jair Bolsonaro, então candidato à presidência da República pelo mesmo partido.

O que pode ser visualizado nas mensagens e postagens é o afinamento do candidato com as pautas e slogans do candidato então líder nas pesquisas nacionais. O quadro 08, abaixo, aponta algumas das principais publicações do então candidato na rede social e as figuras abaixo estão expostas para corroborar as informações presentes neste quadro.

Quadro 08 – Publicações de Cirilo Fernandes na rede social Facebook[©]

Data	Descrição	Link	Formato	Engajamento
20 de agosto de 2018	"Evento de Lançamento dos candidatos do PSL para o Pleito de 2018."	https://www.facebook.com/Cirilo FernandesAP/posts/pfbid0MKg2 Xd2yjPnsuFNVqosivzMkdMAB Z86RXph9weQ3W87HbNuSKKa nYkLqUMMYxPwil	Fotos	66
20 de agosto de 2018	"A sabatina que começa na federação do comércio do Amapá, é com o candidato do PSL de Jair Bolsonaro, CIRILO FERNANDES do PSL 17."	https://www.facebook.com/Cirilo FernandesAP/posts/pfbid0Jp6ZF TyQDSHHkJSBb6BE4DjhmxHs RFLMUVyU8X5gLo8oxucgQ2c yireXqjLrhzc6l	Fotos	128
5 de agosto de 2018	"Foi com muito orgulho que aceitamos o convite do Venerável Mestre da Loja Maçônica Zohar, Hélder Lobato, para participarmos da Sessão Maçônica desta última sexta feira, ocasião em que pude explanar nossas propostas ao governo do Amapá. Fomos muito bem acolhidos, eu e minha equipe, e deixo aqui o registro dessa produtiva visita. Obrigado a todos os Maçons pela contribuição que tem dado ao desenvolvimento o do Amapá. O Amapá e o Brasil acima de tudo. Deus acima de todos."	https://www.facebook.com/Cirilo FernandesAmapa/photos/a.24272 9422951019/314231699134124/? type=3	Foto	34
05 de setembro de 2018	"Abrimos o diálogo com a população. Juntos construiremos uma nova história para nosso Amapá. Venha com a gente. O Brasil e o Amapá acima de tudo. Deus acima de todos."	https://www.facebook.com/watch /?v=543783212744976	Vídeo	162

19 de setembro de 2018	"Todos somos voluntários pelo desenvolvimento do Amapá!"	https://www.facebook.com/watch /?v=284657322166101	Vídeo	132
28 de setembro de 2018	#estadecididocirilo17	https://www.facebook.com/24176 1906381104/posts/326239247933 369/	Card ⁸³	140
04 de outubro de 2018	Hoje às 17H, debate no Diário FM 90,9	https://www.facebook.com/Cirilo FernandesAmapa/photos/a.24340 3989550229/328299861060641/? type=3	Card	33

Fonte: Sabatina com o candidato/Facebook[©].

Em evento na sede do PSL-Amapá, no dia 20 de agosto de 2018, são lançadas as candidaturas do partido. Cirilo oficializa sua candidatura ao lado de outros candidatos a deputado federal, deputado estadual e senador. O evento teve presença de famílias, pastores e amigos dele e dos demais candidatos.

O uso das cores da bandeira – verde e amarelo – ganha destaque em todo o período de campanha, reforçando o seu posicionamento político alinhado ao movimento nacionalista e conservador que apoia o então candidato Jair Bolsonaro. Nota-se nesta imagem a utilização dos símbolos e cores nacionais que foram de certa forma apropriados pelo partido e seu candidato nacional.



Figura 25: Lançamento dos candidatos do PSL para as eleições 2018 — Deputado Federal, Deputado Estadual, Senador e Governador (Cirilo).

Fonte: Reprodução/Facebook[©].

⁸³ Card (Cartão) é um instrumento de informação, em que constam, geralmente, fotos, descrições e dados de forma detalhada e objetiva para o usuário de redes sociais.

A figura 26, abaixo, aponta o encontro com membros da Maçonaria no Amapá, o que foi importante para Cirilo no sentido de firmar importantes parcerias políticas e com setores do empresariado. Segundo a ALAP em seu site, a maçonaria "[...] é uma instituição essencialmente filosófica, filantrópica, educativa e progressista. Possui atos e cerimônias que tratam da essência, propriedades e efeitos das causas naturais", que possui fortes ligações com grupos políticos e econômicos no Amapá.



Figura 26: Encontro de Cirilo com representantes da Maçonaria no Amapá. Fonte: Reprodução/Facebook[©].

Considerar o apoio de mulheres na campanha foi essencial para que a campanha de Cirilo se tornasse popular para esse público, até então distanciado de sua campanha. O envolvimento de homens era mais presente, devido aos posicionamentos do candidato se aproximarem mais deste público, principalmente em relação a segurança pública (armar a população, mais policiamento nas ruas) e acabar com a corrupção.

Como parte da chamada 'pauta de costumes' dos movimentos conservadores de direita no Brasil, debates como a defesa da chamada 'família tradicional', do combate ao que foi chamado por esta linha de pensamento de 'ideologia de gênero' e pautas muito caras ao eleitorado evangélico como o movimento antiaborto foram os mecanismos utilizados não somente pelo candidato à presidente, mas também pelos candidatos do partido aos governos dos estados e no Amapá não foi diferente a utilização desta tática para atrair o eleitorado feminino e conservador. A figura 27, abaixo, foi apresentada como um mecanismo de apontar

⁸⁴ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAPÁ – ALAP. Dia Estadual do Maçom é

http://www.al.ap.gov.br/pagina.php?pg=exibir_noticia&idnoticia=20286. Acesso em: 22 jun. 2022.

marcado pela entrega de comenda na Assembleia Legislativa do Amapá. Disponível em:

para o eleitorado o engajamento de mulheres com as pautas defendidas pelo candidato bolsonarista.



Figura 27: Apoiadoras mulheres de Cirilo Fernandes.

Fonte: Reprodução/Facebook[©].

Com relação ao engajamento nas redes sociais e em especial no Facebook[©], Cirilo apresentou um comportamento moderado. A forma como ele conseguiu dar amplitude a sua campanha foi o apoio orgânico de pessoas que usavam imagens dele com o número da candidatura junto com a imagem do candidato Jair Bolsonaro e mobilização em outras redes sociais como o Twitter[©], o Youtube[©] e, mais intensamente, o WhatsApp[©].

164 162 132 128 11 12 119 104 101_ 98 92 94 93 88 84 80 80 59 68 71 69 66 53 51 47 37 35 34 33 24 18 2018-10-04T16:14:19+0000 2018-09-28T15:47:23+0000 2018-09-19T14:08:45+0000 2018-09-18T17:04:42+0000 2018-09-13T16:25:35+0000 2018-09-13T14:48:14+0000 2018-09-11T16:47:59+0000 2018-09-06T14:46:09+0000 2018-09-05T20:01:37+0000 2018-09-01T21:20:15+0000 2018-08-25T15:41:59+0000 2018-08-21T02:14:44+0000 2018-09-28T18:41:47+0000 .018-09-28T13:50:24+0000 2018-09-19T13:04:36+0000 2018-09-19T01:28:06+0000 2018-09-19T01:26:22+0000 2018-09-17T16:11:30+0000 2018-09-17T16:09:09+0000 2018-09-17T16:05:04+0000 2018-09-13T13:25:20+0000 2018-09-12T14:15:10+0000 2018-09-10T14:49:37+0000 2018-09-10T12:38:16+0000 2018-09-09T00:25:42+0000 2018-09-07T14:10:27+0000 2018-09-06T23:45:30+0000 2018-09-04T15:22:40+0000 2018-09-01T21:18:53+0000 2018-08-21T02:41:00+0000 :018-09-28T19:16:40+0000 2018-09-11T16:18:01+0000 2018-09-09T17:14:14+0000

Gráfico 06 – Engajamento de Cirilo Fernandes no Facebook®

Fonte: Netvizz/Elaboração própria.

Desta forma, os apoiadores circulavam as imagens através de suas redes sociais e o Facebook[©] cobriu apenas eventos oficiais de campanha, fazendo as vezes de agenda do candidato e da divulgação de seu plano de governo, além de outras pautas alinhadas com os perfis bolsonaristas do Amapá.

Diferente de seu candidato nacional, que fez uso intenso das redes sociais para manifestar as suas ideias e defender a sua candidatura, pois sofreu um atentado no dia 06 de setembro de 2018, quando foi esfaqueado na cidade de Juiz de Fora (MG) e esta situação o afastou da campanha corpo-a-corpo e dos debates no primeiro turno, Cirilo acreditou na capilaridade eleitoral do seu correligionário nacional e que a transferência de votos iria levá-lo ao segundo turno, mesmo sendo relativamente desconhecido em comparação aos três líderes das pesquisas de intenção de voto: João Capiberibe, Waldez Góes e Davi Alcolumbre. Mesmo com relativo desconhecimento de parcela importante da população, o 'efeito Bolsonaro' lhe trouxe benefício eleitoral, pois se apresentou como uma possibilidade política dos movimentos da direita conservadora no estado e ele terminou em quarto lugar no primeiro turno, fechando aliança com Waldez Góes, que passou a apoiar Bolsonaro no segundo turno.

5.1.1 Davi Alcolumbre (DEM - 25)

David Samuel Alcolumbre Tobelém, nasceu em 19 de junho de 1977, na cidade de Macapá-AP. Possui ensino superior incompleto em Ciências Econômicas pela Faculdade de Macapá. Filiou-se ao PDT em 1999 e foi eleito vereador por Macapá em 2000, com 2.317 votos (1,9%). Filho de duas famílias judaicas tradicionais (Alcolumbre e Tobelém) no comércio e na política, em 2002 ele deixou o cargo para disputar a vaga de Deputado Federal, sendo eleito com 10.543 votos. Disputou a reeleição em 2006, agora pelo PFL (mais tarde denominado Democratas – DEM), permaneceu no cargo até 2009, quando pede licença para ser Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos da Prefeitura de Macapá, sob a gestão de Roberto Góes (PDT). Em 2010, disputou mais uma vez o cargo de deputado federal, conseguindo com 14.655 votos. Foi candidato à Prefeitura de Macapá em 2012, perdendo para Clécio Luis Vilhena (PSOL). Em 2014, candidatou-se ao Senado, conseguindo uma das vagas, com 131.695 votos, superando uma das mais tradicionais lideranças políticas do estado, o ex-senador Gilvan Borges, que obteve 124.438 votos.

Alcolumbre chega como candidato ao governo do estado com o maior arco partidário (DEM, PP, REDE, PSDB, PSD, PSC, SD, PODEMOS, PPL, AVANTE e PATRIOTAS), que

foi desfalcado de coligar com PPL e Avante, que estavam com sua situação irregular junto ao TRE-AP. A decisão implicou na redução do tempo de propaganda eleitoral para o candidato na televisão e rádio, que ainda possuem uma penetração grande no público amapaense e o arco de Waldez Góes, com 10 partidos foi o maior em número de partidos e em tempo de propaganda política. Cabe ressaltar que, por ser de um partido de centro-direita como o DEM, ele conseguiu amealhar o apoio da Rede Sustentabilidade, capitaneado pelo Senador Randolfe Rodrigues e pelo Prefeito de Macapá Clécio Luis, um partido de centro-esquerda. Neste caso, o compromisso se deu em virtude de Alcolumbre ter ficado em terceiro na disputa para a prefeitura de Macapá em 2012 e apoiar Clécio e de uma aliança fechada em 2014 entre Randolfe e Clécio – que, posteriormente, se desligaram do PSOL e migraram para a Rede – com ele para a sua eleição ao Senado Federal, com vistas a vencer Gilvam Borges.

Alcolumbre apresentou maior mobilização e intensidade nas redes sociais, em especial no Facebook[©], no qual buscou discutir propostas para o desenvolvimento do Amapá, com a narrativa de que sua candidatura seria a saída de uma "velha política" para uma "nova política". O candidato também procurou usar memes a fim de se aproximar do público mais jovem.

Os conteúdos no facebook focalizaram nos eventos de campanha, geralmente aparecendo ao lado de Randolfe Rodrigues, Clécio Luis – populares nas redes sociais – e Silvana Vedovelli, secretaria de saúde do município de Macapá e sua candidata a vice.

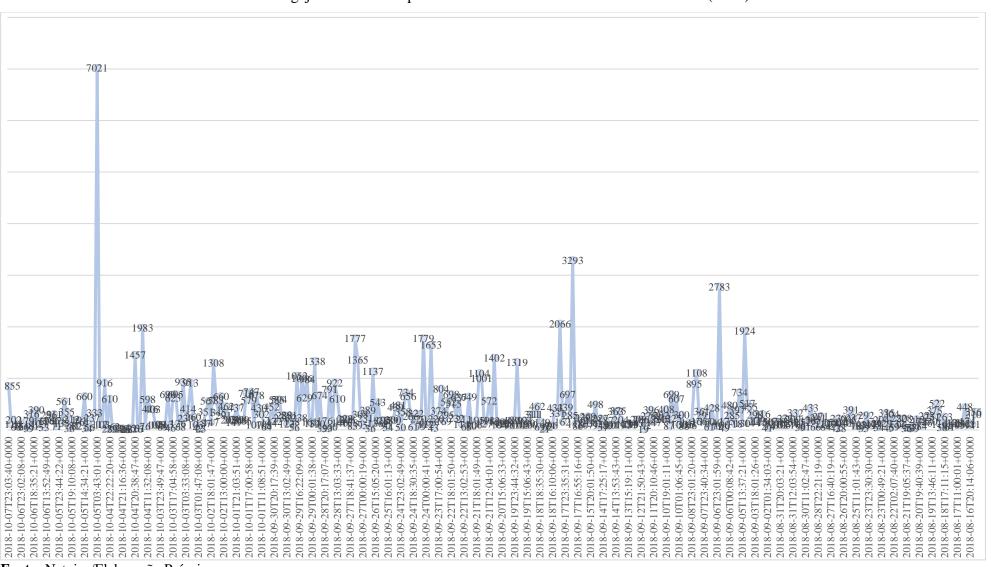


Figura 28: Davi lança a sua candidatura através do Facebook[©]. **Fonte:** Reprodução/Facebook[©].

O lançamento da campanha de Davi é recebido com euforia por seus seguidores. Nela, transmitir a imagem dele com a "nova política" – condução que se propõe ajustar a gestão do

Estado fora das elites políticas Góes e Capiberibe. Tal posicionamento pode ser visto pela intensidade de engajamentos no Facebook[©], presentes no gráfico 07 abaixo.

Gráfico 07 – Engajamento da campanha de Davi Alcolumbre no Primeiro Turno (2018)



Fonte: Netvizz/Elaboração Própria

Diferentemente de Cirilo Fernandes, Alcolumbre aproveita as experiências de usos das redes sociais de eleições anteriores (2010, 2012 e 2014) para intensificar seu contato com os mais jovens e, de forma semelhante ao seu colega Senador e apoiador Randolfe Rodrigues, monta equipes de campanha nas redes sociais, em especial o Twitter[®], o WhatsApp[®] e o Facebook[®], responsáveis pela massificação da imagem do candidato e dos processos de interação com os grupos montados nas mesmas. Para efeito da pesquisa, foi feito um mapeamento do perfil pessoal do candidato, de onde foram analisadas as principais publicações desenvolvidas na campanha, com informações presentes no quadro 09, abaixo.

Quadro 09 – Publicações de Davi Alcolumbre no Facebook®

Data	Descrição	Link	Formato	Engajament o
16 de agosto de 2018	Davi Alcolumbre atualiza o tema de perfil (campanha)	https://www.facebook.com/davi.alcolumbre/photos/a.593186270788959/1835 318819909025/?type=3	Card	448
18 de agosto de 2018	"Comício da Largada - Coligação Trabalho e União Pelo Amapá"	https://www.facebook.com/davi.alcolumbre/videos/240630099932599/	Vídeo	522
22 de agosto de 2018	"Visita à Vitória do Jari (campanha), Junto com Randolfe, Luiz Carlos e Bala Rocha, campanha nas ruas do Jari"	https://www.facebook.com/davi.alcolumbre/videos/311014659662741/	Vídeo	335
10 de setembro de 2018	"A minha experiência como vereador me fez aprender a olhar detalhadamente aos municípios e ficar mais próximo das pessoas. Eu quero dar as mãos a todos os municípios do nosso estado e auxiliar cada um a crescer e proporcionar mais qualidade de vida para todos os moradores do Amapá, com governo e prefeituras trabalhando juntos! #VamosJuntos #Davi25 #UmNovoGovernador Rodada de entrevista com os candidatos ao governo na Rádio Diário FM.	https://www.facebook.com/photo/?fbid =1868832943224279&set=a.58740565 4700354	Card	699
17 de setembro de 2018	"Adivinha quem mais cresceu na última pesquisa? Davi 25! O Amapá já tá cansado dos mesmos de sempre. Queremos o NOVO. Queremos o que mais cresce nas pesquisas."	https://www.facebook.com/davi.alcolumbre/photos/a.587405654700354/1877400429034197/?type=3	Card	3.293

17 de setembro de 2018	"O Amapá já escolheu: é Davi governador 25! #Davi25 #ChegaJunto"	https://www.facebook.com/davi.alcolu mbre/photos/a.587405654700354/1877 474412360132/?type=3	Card	2.066
04 de outubro de 2018	"A minha trajetória política é o que me constrói. Por isso, peço o seu voto neste dia 7 de outubro. Pra continuar trilhando o caminhado da verdade e do respeito com o Amapá. "ChegaJunto "Davi25"	https://www.facebook.com/davi.alcolumbre/photos/a.587405654700354/1896822070425366/?type=3	Card	1.983
04 de outubro de 2018	"Será uma das nossas prioridades. #equipe25 #ChegaJunto" Debate na rádio Diário FM.	https://www.facebook.com/davi.alcolumbre/photos/a.587405654700354/1897 185303722376/?type=3	Card	1.457
05 de outubro de 2018	Davi é ameaçado na frente de sua residência, na presença do senador Randolfe Rodrigues e do prefeito de Macapá Clécio Luis. Senador Randolfe denuncia que militantes foram ameaçados por um delegado de polícia. O carro de esposa de Davi foi perseguido por carros ligados à segurança pública do Estado.	https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=1916150448440041	Vídeo (ao vivo)	7.021

Fonte: Facebook[©]

Um dos exemplos do uso das redes sociais pode ser visto na figura 29, quando Davi fala à Rádio Diário FM, de propriedade do jornalista Luiz Melo, sobre sua trajetória política influenciar na condução de gestão para um eventual governo sob sua condução. Davi conquistou seu primeiro mandato público em 2000 como vereador, sendo o mais votado daquele ano, com 2.317 votos, sendo o vereador mais jovem a conquistar a vaga na Câmara Municipal de Macapá e o terceiro membro da família de empresários Alcolumbre a entrar na política, depois do pai e do irmão.



Figura 29: Davi destaca sua experiência como Vereador como uma das qualidades para administrar o estado no Programa Luís Melo Entrevista.

Fonte: Reprodução/Facebook[©].

Logo após a realização da entrevista, sua equipe publica no perfil uma foto com a afirmação de uma postura municipalista por parte do senador, o que remete a sua experiência como parlamentar na Câmara de Vereadores de Macapá, na Câmara dos Deputados e no Senado

Federal. Ao lado se vê a quantidade de compartilhamentos e comentários, nos quais se percebe na linguagem palavras de apoio ao candidato e, com o número de compartilhamentos, a possibilidade de ampliar o espectro de curtidas e comentários se torna um elemento de massificação das imagens e posicionamentos.

A figura 29, abaixo, indica um fator demarcatório da identidade partidária no Amapá, manifesto nas cores dos partidos. O PDT, de Waldez Góes, é representado pela cor azul e assim solicita aos seus eleitores que se vistam e utilizem outros adereços que indiquem a sua proximidade com o governador. O PSB, de João Capiberibe, é representado pela cor amarela. O PT do Amapá, representado pelas cores vermelha e roxa. O MDB e o DEM – hoje União Brasil – são representados pela cor verde.

Na figura, Davi aponta que é o candidato que mais cresce nas pesquisas de intenção de voto se utilizando da cor verde como forma de demarcar o seu espaço e se colocar como uma terceira via, para além das lutas entre as elites Góes e Capiberibe. Nota-se pela imagem trabalhada que Davi, mesmo usando uma camisa amarela – o que poderia associá-lo a Capiberibe em um eventual segundo turno, caso não passasse – aponta a cor verde para a sua identidade partidária e política, indicando o crescimento nas pesquisas.



Figura 30: Na imagem, é destacada a diferença das cores azul (Waldez), amarelo (Capiberibe) e verde (cor adotada por Davi para se diferenciar dos outros candidatos).

Fonte: Reprodução/Facebook[©].

Neste post, de 17 de setembro de 2018, ele surge como "o único candidato que cresce nas pesquisas" e isto pode ser visto pelo número de comentários e compartilhamentos no Facebook[©], no qual apresenta 306 comentários e 391 compartilhamentos, o que representa um crescimento significativo do engajamento dos seus seguidores nas redes, fora a quantidade de 'curtidas', representadas pelo uso de *likes* das pessoas que viram e curtiram esta publicação e *emojis* encaminhados nos comentários.

A figura acima aponta como as pesquisas de intenção de voto se tornam chaves principais nesta fase da campanha entre as candidaturas. A avaliação de desempenho e tendência de crescimento e retração dos candidatos são fatores importantes para elas. A comunicação de Davi explora isso de forma que beneficia a imagem dele como uma candidatura competitiva fora do cenário das elites familiares PDT-PSB.

A figura 31 aponta a presença da candidata a vice-governadora Silvana Vedovelli e do Prefeito de Macapá à época Clécio Luis. A mensagem da imagem é bem clara e o imperativo contido na afirmativa o coloca como o principal elemento da mudança política do estado, para além da competição entre as elites que então lideravam as pesquisas.

As aparições de Alcolumbre ao lado de Vedovelli, Secretaria Municipal de Saúde de Macapá, ao lado do prefeito Clécio Luis, prefeito de Macapá, pode ser esclarecido como a busca pela 'transferência de popularidade', que é quando um representante público consegue ampliar sua base popular para outro candidato, que, neste caso, são Davi e Silvana. Cabe lembrar que Davi apoiou Clécio nas eleições de 2012 e foi apoiado por ele e Randolfe – outro político popular no estado – nas eleições de 2014. Em troca, ele apoiou Clécio na sua reeleição em 2016 contra Gilvam Borges e contou com o apoio do Prefeito em 2018 como aliado de primeira hora.



Figura 31: Davi aparece ao lado de sua vice, Silvana Vedovelli e do então Prefeito de Macapá Clécio Luis. Indica a renovação política, pois Clécio foi eleito pelo PSOL e reeleito pela Rede, fora do ciclo PDT-PSB.

Fonte: Reprodução/Facebook[©].

A busca de transferência de popularidade de Clécio para Davi se deve ao fato de que, até o momento do pleito, o prefeito gozava de mais de 70% de aprovação na sua gestão e a associação de Clécio a Davi o colocou em alto nível de competitividade em 2018, no qual Davi

passou a apresentar empate técnico com Waldez Góes, então segundo lugar nas pesquisas de intenção de voto.

Davi utilizou a rede social para denunciar a ação de um delegado de polícia do estado que passou a ameaçar o candidato e seus apoiadores, em especial o Senador Randolfe Rodrigues e o Prefeito Clécio Luís.

Este caso aparece como eventualidade atípica do processo eleitoral. O delegado de política em questão trabalha no Governo do Estado, o que foi interpretado como uma ameaça do PDT/Waldez sobre a candidatura de Davi, ao tentar intimidar a ele, sua esposa, sua base de apoiadores, Randolfe e Clécio. O fato é visto com preocupação, registrado como caso de violência política, uma vez que se usa instrumentos de intimidação pelas preferências partidárias.



Figura 32: Tentativa de intimidação contra Davi e seus apoiadores por um delegado de polícia do estado. Senador Randolfe Rodrigues e o Prefeito de Macapá Clécio Luis expõem o caso ao vivo, gravado na frente da residência de Davi. **Fonte:** Reprodução/Facebook[©].

Como pode ser percebido, Davi Alcolumbre se utilizou de forma intensa do Facebook como um veículo de propagação das suas ideias, notícias, jingles de campanha e desenvolvimento da sua plataforma de governo, o que indica a força desta rede social como um elemento presente nas campanhas eleitorais.

5.1.2 Gianfranco Gusmão (PSTU - 16)

Gianfranco Gusmão é professor de geografia na rede pública de Macapá, sindicalista, filiado ao PSTU desde 1996. Desde este pleito, o partido sempre esteve com ao menos um candidato as majoritárias no Estado e na cidade de Macapá. Gianfranco divulgou a sua campanha no seu próprio perfil no Twitter[©] e Instagram[©], entretanto, deixou aos cuidados da página do diretório estadual do PSTU a divulgação de sua campanha no Facebook[©], buscando divulgar a participação em eventos sobre direitos sociais, caminhadas pela cidade e participação dos debates televisivos e radiofônicos.



Figura 33: Campanha dos candidatos do PSTU Amapá em 2018. **Fonte:** Reprodução/Facebook[©].

Apesar de defender ideias de extrema-esquerda como o fim do modelo de estado burguês, o PSTU participa dos pleitos eleitorais no Brasil desde 1989 e, nos estados, desde 1990. O PSTU-AP teve seus melhores desempenhos nas eleições de 2012 e 2016 no Amapá, quando esteve em 5º lugar, com 6.451 votos e 11. 242 votos, respectivamente. Em ambas as disputas o nome que representou o partido foi o sindicalista Genival Cruz, do Sindicato dos Rodoviários do Amapá.

Gianfranco apresenta sua chapa ao lado de outros candidatos do Amapá, relacionando sua candidatura com a nacional, representada por Vera Lúcia, candidata à Presidência da República pelo partido. Ela e Marina Silva são as únicas candidatas mulheres negras na eleição para presidência da República em 2018.



Figura 34: Campanha dos candidatos do PSTU Amapá em 2018. **Fonte:** Reprodução/Facebook[©].

Gianfranco deixou que o partido intermediasse sua propaganda política, visto os poucos recursos que detinham naquele momento, além do pouco tempo de inserção de rádio e tv.

5.1.3 João Alberto Capiberibe (PSB – 40)

João Alberto Rodrigues Capiberibe é um político nascido em Afuá, no Pará, no dia 06 de maio de 1947. Formou-se em Engenharia Agrícola pela Universidade do Chile, país onde esteve exilado com sua família durante a ditadura militar. Passou a militar na política na década de 1960, em Macapá, no movimento estudantil, durante o período do regime autoritário. Fez parte da Ação Libertadora Nacional (ALN), tendo contato próximo com Carlos Marighella. Esteve exilado em diversos países, entre eles Bolívia, Canadá e Moçambique, até obter a anistia em 1979, retornando para o Brasil e ficou por pouco tempo no Amapá, pois sofreu perseguição política por parte de Annibal Barcellos, mudando-se para Pernambuco e em seguida Acre, onde foi secretário subsecretário de agricultura do Vale do Juruá, finalmente retornando ao Amapá durante a redemocratização, em 1985⁸⁵.

Em 1985, filiado ao PMDB, assume a Secretaria de Agricultura do Território Federal do Amapá. Em 1987, muda de legenda, passando a ser membro do PSB. Em 1988, foi eleito primeiro prefeito de Macapá no Amapá como Estado, em chapa com PC do B e PDT, assumindo

⁸⁵ CAPI 40. Biografia. Disponível em: < https://www.capi40.com.br/biografia/> . Acesso em 12 abr 2022.

até 1992, quando Papaleo Paes entra no cargo. Em 1994, o PSB faz coligação com o PDT, para as primeiras eleições gerais pós-Nova Constituição. Capiberibe sai vitorioso, obtendo 60.272 votos (48,20%), disputando com Jonas Pinheiro Borges (PTB), Salomão Alcolumbre (PMDB) e Ailton Oliveira (PL)⁷. Em 1998, disputa a eleição com Waldez Góes no segundo turno, saindo vencedor com 71.806 votos (43,0%). Também disputaram a eleição os candidatos Gilvam Borges (PMDB) e Elton Corrêa (PSTU). Em 2002, foi eleito senador pelo Amapá com 98.153 (22,4%), ficando atrás de Papaleo Paes, eleito com 124.417 (28,4%). Eleito Senador em 2010 junto com Randolfe Rodrigues, teve seu mandato cassado pelo enquadramento à Lei da Ficha Limpa. Em seu lugar, tomou posse Gilvam Borges, terceiro colocado no pleito para Senador. No entanto, em novembro de 2011, Capiberibe consegue retomar seu mandato após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) tornar a medida inaplicável para as eleições de 2010.

Em 2010, João Capiberibe apoia a candidatura de seu filho, Camilo Capiberibe, então deputado estadual pelo Amapá. Antes disso, Camilo veio candidato à prefeitura de Macapá em 2008, perdendo no segundo turno para Roberto Góes (PDT). Ele nasceu no Chile, em 23 de maio de 1972, durante o exílio de João Alberto Capiberibe junto com sua esposa Janete. Possui mestrado em Ciência Política pela Universidade de Montreal e foi o governador mais jovem a ser eleito no Amapá. Sua campanha se constituiu a partir de diversas polêmicas no cenário político amapaense, sobretudo no que circundava a Operação Mãos Limpas, que conduziu o ex-governador e então candidato a Senador Waldez Góes, sua esposa, Marília Góes, o então Secretário Estadual de Educação Adalto Bittencourt, do presidente do Tribunal de Contas do Estado José Júlio Miranda e o então governador e candidato para o cargo Pedro Paulo Dias por acusação de desvio de recursos públicos.

Com relação ao PSB, partido de Capiberibe, a agremiação surge no Estado em 1986, nas mãos de Armindo Sousa Oliveira, professor da rede pública do Estado do Amapá. Com ele, outros professores da rede estadual se somaram ao partido em protesto contra as ações da ditatura e do governador nomeado da época, Annibal Barcellos (PDS). João Capiberibe, sua esposa e sua irmã, Janete Capiberibe e Raquel Capiberibe, deputada da Assembleia Nacional Constituinte, respectivamente, faziam parte do PMDB naquele momento. Outros docentes se somaram ao partido, que também passa a dialogar com os povos da Amazônia - tendo adesão de negros, indígenas e ribeirinhos.

Nas eleições gerais, o PSB Amapá teve melhor desempenho nas eleições estaduais, conseguindo ao menos duas candidaturas na Assembleia Legislativa e na Câmara Federal, além de 4 mandatos ao senado, todos de João Capiberibe, líder maior do partido no estado.

Quadro 10 - Desempenho do PSB Amapá nas Eleições Gerais

Ano	Governador	Dep. Federal	Dep. Estadual	Senador
1990	-	1	2	-
1994	1	2	1	-
1998	1	1	3	-
2002	-	2	3	1
2006	-	1	2	1
2010	1	1	2	1
2014	-	1	2	1

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE) /Elaboração própria.

No cenário municipal, o PSB possui um melhor desempenho nas Câmaras Municipais do que nas prefeituras. Contudo, obteve importantes conquistas, elegendo dois prefeitos em Macapá (em 1988 com Capiberibe e 2000 com João Henrique Pimentel, reeleito em 2004 pelo PT) e conquistando 03 prefeituras em 2012, em um cenário que se mostrava favorável ao partido devido o governador da ocasião pertencer àquela agremiação partidária.

Quadro 11 – Desempenho do PSB Amapá nas Eleições Municipais do Estado do Amapá

Ano	Prefeito	Vice-Prefeito	Vereador
1988	01	-	01
1992	-	-	02
1996	03	-	31
2000	05	-	16
2004	-	-	14
2008	-	-	05
2012	03	-	28
2016	-	-	02

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)/Elaboração própria

Grosso modo, mesmo sendo uma agremiação partidária de perfil ideológico mais ao centro-esquerda, o partido possui o controle afeitado na figura de seu líder, na personalização do chefe político com o aval das massas populares, conforme exposto por Weffort (2003). O caso do controle dos Capiberibes sobre o PSB e suas ações, além da ferrenha disputa pelo poder com o PDT de Waldez Góes, o coloca o seu principal líder como um populista de esquerda, que se utiliza do personalismo e da construção de uma imagem de homem mais ligado ao povo e ao meio ambiente como uma forma de garantir seguidores e perpetuar o seu poder e a representação de sua família no jogo político como uma elite de centro-esquerda.

Com relação à campanha de João Capiberibe no Facebook[©], o seu perfil pessoal apresentou 305 publicações. O ex-governador e ex-senador da República buscou em sua campanha fazer um retrospecto das ações feitas no seu período de governo (1994-2002), dando ênfase ao modelo de desenvolvimento do Estado que implantou nos seus mandatos, incentivado

a ideia de uma retomada de antigos projetos que tiveram êxito e resultados significativos para a população. Evitou ataques aos outros adversários no primeiro turno. O perfil de engajamento na rede social no primeiro turno pode ser visto no gráfico 08, abaixo.

1893 1818 1792 1795 1753 1657 1578 1565 1483 1412 1406 1246 1247 1244 1211 1204 11371102 1126 1049 500 2**6**5 1**8**5 200 2018-08-17T13:00:10+0000 2018-09-24T13:36:19+0000 2018-09-21T13:06:05+0000 2018-09-16T20:51:21+0000 2018-09-15T10:38:55+0000 2018-09-13T20:44:19+0000 2018-09-09T20:46:05+0000 2018-08-23T11:29:47+0000 2018-10-04T00:00:15+0000 2018-10-02T12:06:05+0000 2018-10-01T00:42:31+0000 2018-09-30T00:26:52+0000 2018-09-29T01:14:21+0000 2018-09-27T20:48:14+0000 2018-09-26T12:01:33+0000 2018-09-25T09:47:44+0000 2018-09-22T21:09:46+0000 2018-09-22T11:03:06+0000 2018-09-20T15:19:44+0000 2018-09-19T21:11:57+0000 2018-09-18T20:44:48+0000 2018-09-18T15:27:27+0000 2018-09-17T17:00:10+0000 2018-09-15T21:07:20+0000 2018-09-14T20:41:14+0000 2018-09-14T14:32:01+0000 2018-09-12T23:35:35+0000 2018-09-12T20:31:25+0000 2018-09-11T17:01:55+0000 2018-09-10T21:04:03+0000 2018-09-08T13:10:01+0000 2018-09-07T10:00:56+0000 2018-09-06T19:15:30+0000 2018-09-06T16:30:26+0000 2018-09-05T19:49:12+0000 2018-09-04T20:56:58+0000 2018-09-03T22:30:00+0000 2018-09-02T21:00:26+0000 2018-09-01T02:49:54+0000 2018-08-29T14:08:55+0000 2018-08-28T13:52:56+0000 2018-08-25T18:15:03+0000 2018-08-24T22:39:46+0000 2018-08-24T11:01:34+0000 2018-08-20T20:51:25+0000

Gráfico 08 - Engajamento da campanha de João Alberto Capiberibe no Primeiro Turno (2018)

Fonte: Netvizz/Elaboração própria.

O gráfico 08 acima indica que a equipe de redes sociais de Capiberibe trabalhou de forma intensa na campanha, em especial nas duas semanas que antecederam o primeiro turno, com postagens alcançando aproximadamente dois mil engajamentos, contando curtidas, comentários e compartilhamentos. Pouco ainda se comparados ao governador candidato à reeleição e ao Senador Davi Alcolumbre, que passou a se comunicar com a população mais jovem por meio destes mecanismos.

O quadro 12 e as figuras abaixo confirmam esta intensidade, visto que o candidato estava disputando o governo com equipes que utilizavam com extrema habilidade as redes sociais como as de Alcolumbre e a do governador Waldez Goés. Além disso, o nível de engajamento aponta para uma nova característica das elites para não sair de cena no jogo político, que é a inserção em redes sociais com grande fluxo de pessoas ou plataformas de streaming nas quais possam veicular as suas ideias e nem abandonar o perfil personalista que foi construído pelas elites e famílias tradicionais na política.

O quadro 12, abaixo, mostra como foram as publicações no seu perfil da rede social Facebook[©] durante a campanha eleitoral. Além de instrumento de divulgação da agenda de campanha, a rede social serviu para a exibição de vídeos com comentários, divulgação de jingles e músicas de campanha, além da prestação de contas e apresentação do que foi desenvolvido em seus mandatos políticos.

Quadro 12 – Publicações de João Capiberibe no Facebook[©]

Data	Descrição	Link	Formato	Engajamento
20 de agosto de 2018	"Capi 40 já está caminhando com o povo no bairro das Pedrinhas"	https://www.facebook.com/watch/live/ ?ref=watch_permalink&v=226260098 063705	Vídeo (ao vivo)	1.244
22 de agosto de 2018	Capi comenta pesquisa IBOPE, que dá a ele vantagem na corrida para o governo do Amapá	https://www.facebook.com/Capi40/videos/239074313473066/https://www.facebook.com/Capi40/videos/239074313473066/	Vídeo	1.795
25 de agosto de 2018	"Capi 40 e Janete 400 visitam às obras de construção do Hospital Universitário, que foi garantido através de recursos oriundos de emenda de bancada. Um importante obra que vai desafogar o atendimento de saúde à população.	https://www.facebook.com/Capi40/videos/281987139079942/	Vídeo	1.893

10 de setembro de 2018	#Capi40 como senador colocou mais de R\$ 25 milhÃμes para cuidar da saðde das pessoas em todos os municÃ-pios amapaenses em todas as prefeituras e no Governo do Amapá. Comprou equipamentos medicamentos veÃculos. Além de recursos para ampliar equipar e modernizar as unidades de saðde. Como governador também tem um legado de obras e serviços de benefÃ-cios para a população na área da saðde. Capi se importa com a população. E vai fazer muito mais a partir do ano que vem. #Capi40 #PorUmaSaudeDeQualidade" (sic)	https://www.facebook.com/Capi40/videos/835890766615192/	Vídeo	1.412
12 de setembro de 2018	"Capi repassou mais de R\$ 49 milhões para o Amapá independente de cor partidária. Sãos recursos para a saúde a educação a segurança a juventude. Capi sabe que para o Amapá sair do fundo do poço é preciso o trabalho e a união de todos. O que é importa são os interesses do povo. Todos querem voltar a ser felizes. Capi já fez e vai fazer de novo. Vote Capi40!" (sic)	https://www.facebook.com/Capi40/videos/2099475133406494/	Vídeo	1.657
26 de setembro de 2018	É no sábado (29) a mega caminhada na Cândido Mendes do Capi40 da Janete400 e do povo do Amapá. Pega tua bandeira chama tua famÃ-lia e vem pra rua mostrar que quer um Amapá desenvolvido com saðde segurança empregos. Venha conosco nessa caminhada pra fazer o Amapá acontecer! (sic)	https://www.facebook.com/Capi40/videos/1902890913137639/	Vídeo	1.818
01 de outubro de 2018	"Essa é a melhor militância do Amapá. É a que colocou Capi40 na liderança em todas as pesquisas. 40 第二次 11/140"	https://www.facebook.com/Capi40/videos/333602924079666/	Vídeo	1.977
06 de outubro de 2018	"Caminhada da vitória acontece agora no bairro do Muca. Capi 40 o candidato que lidera todas as pesquisas é recebido com muita alegria e esperança. Segue o líder!"	https://www.facebook.com/Capi40/videos/304059423743926/	Vídeo	1.211

08 de outubro de	"Capi 40 comemora a	https://www.facebook.com/Capi40/vid	Vídeo (ao	1.623
2018	passagem do segundo turno	eos/2169610926585465/	vivo)	
	com a militância em frente ao			
	PSB."			

Fonte: Facebook[©].

A postura de Capiberibe nas redes sociais foi de reforço da sua imagem populista. Ele procurou mostrar, desde o início desta campanha, que sua atitude de caminhar com o povo nas ruas é um ato de o colocar como próximo das massas, através de *lives* e postagens no Facebook[©], vídeos no YouTube[©], status e replicação dos posts de outras redes no WhatsApp[©].



Figura 35: Caminhada de João Capiberibe percorre pelo bairro das Pedrinhas, Zona Sul de Macapá.

Fonte: Reprodução/Facebook[©].

A imagem acima constituiu a fase inicial da campanha de Capiberibe e a sua narrativa é apresentada como 'aproximação das massas populares'. Deste modo, restaria como alternativa ao Estado incorporar as novas massas e aos novos projetos de governo defendidos pelo PSB e pelos Capiberibes.

Uma das 'marcas' históricas do PSB sempre foi a aproximação com os movimentos sociais, em especial os movimentos negro e de mulheres, cujas representantes passaram a compor bancadas nas casas legislativas estadual e federal nas figuras de Janete Capiberibe e Cristina Almeida. Janete Capiberibe é esposa de João Capiberibe e tem uma larga experiência política com cargos em secretarias estaduais e municipais, além de três mandatos como Deputada Federal. Cristina Almeida foi candidata ao Senado contra José Sarney em 2006 e é Deputada Estadual em seu terceiro mandato. Defensora de pautas ligadas aos movimentos de mulheres, negro e cultural, Cristina empresta a sua imagem ao partido de mulher preta e que emerge do povo para lutar pelo povo.

Com base nesta postura de colar a imagem do partido aos movimentos sociais, a figura 36, abaixo, a equipe de campanha associa duas marcas históricas do partido: a inserção de uma mulher preta e a apresentação da prestação de contas dos mandatos estabelecidos e dos convênios firmados, inclusive, com políticos do espectro da oposição ou aliados de conveniência, como o então Prefeito de Macapá Clécio Luis – figura 36, virtual concorrente a outros cargos no estado e apoiado por Davi Alcolumbre.



Figura 36: Capi fala dos investimentos à saúde pública do estado quando foi Governador do estado e Senador da República.

Fonte: Reprodução/Facebook[©].

A figura 36 destaca os investimentos de João Capiberibe, enquanto Senador da República, à saúde do Amapá para que prefeituras e governos pudessem investir na estrutura, equipagem e contratação de médicos e enfermeiros. O repasse do valor de R\$ 25.607.911,00 é destacado como a valorização da saúde.

Na figura 37, abaixo, Capi aparece ao lado do então Prefeito de Macapá Clécio Luis anunciando o repasse e recebendo o agradecimento do mesmo pelo encaminhamento do recurso. A foto representa uma jogada política interessante para tentar minar votos de Alcolumbre, uma vez que o prefeito é o principal capital político exógeno ao trabalho do Senador e de sua família, além de uma sinalização para o apoio de Clécio no segundo turno, o que acabou não acontecendo.

Na propaganda eleitoral, é destacado um vídeo gravado na Prefeitura de Macapá e divulgado pelo prefeito Clécio Luis, com a intenção de divulgar esse trecho pela comunicação política da campanha foi para trazer a narrativa de que João Capiberibe dialoga com todos, independentemente da corrente partidária ou ideológica que outros representantes atuem.



Figura 37: Capi aparece ao lado do então Prefeito Clécio Luis, que anuncia aplicação de emenda do mandato do senador para Macapá.

Fonte: Reprodução/Facebook[©].

Outra divulgação de imagem que ganhou grande relevância nas redes sociais foram os resultados das pesquisas eleitorais. Na figura 38, abaixo, sua equipe de campanha aponta um aumento de 14 pontos — 38% a 24% - de diferença de Capiberibe sobre o seu principal adversário — Waldez Góes — que estava em situação de empate técnico com Davi Alcolumbre, isso com pesquisa realizada no final de setembro e divulgada no dia 01 de outubro, ou seja, na semana da eleição.

Na imagem, Capiberibe destaca a diferença de intenção de voto sobre o segundo colocado, como forma de demonstrar que seu poder político se mante firme diante do seu principal opositor, reafirmando que esta seria a preferência do povo.

Além disso, as postagens de apoio ao candidato indicavam que ele venceria a 'máquina do estado' e sua 'indústria de cargos comissionados' e iria restaurar um governo do povo no Amapá. Vale ressaltar que, mesmo sendo conduzido a um terceiro mandato vencendo o filho de Capiberibe, Camilo, Waldez apresentava um forte desgaste no seu governo, em especial com relação ao funcionalismo público e o empresariado, tanto que se viu na obrigação de substituir o seu vice Papaléo Paes — que era um político tradicional — pelo empresário Jaime Nunes — candidato a vice-governador na chapa de Lucas Barreto em 2010 — como uma forma de agregar os empresários do estado ao seu projeto de governo.



Figura 38: Na pesquisa Mentor CTB, publicada no dia 01 de outubro de 2018, com um aumento de 14 pontos contra seu principal adversário, Waldez Góes (PDT). **Fonte:** Reprodução/Facebook[©].

O final do primeiro turno foi permeado de problemas para a chapa PSB-PT. O primeiro fato a acontecer foi a determinação do TRE-AP do dia 05 de outubro, antes de ocorrer o primeiro turno das eleições, em anular os votos do primeiro turno conferidas ao candidato João Capiberibe, devido a irregularidades nos Demonstrativos de Regularidade de Atos Partidários por parte das contas do PT, decisão que impede que partidos com pendências financeiras à justiça eleitoral de terem suas candidaturas validadas, com isso, anula os votos recebidos pelos candidatos do PT Amapá na disputa de 2018.

O vice candidato ao governo de Capiberibe, Marcos Roberto (PT), foi impedido de participar da chapa. O PSB-AP havia perdido o novo prazo dado pelo TRE-AP para colocar outro vice, que se encerrou dia 17 de setembro. Pela decisão, a chapa não teria seus votos contabilizados na urna. No entanto, uma decisão vinda do TRE do ministro Og Fernandes deferiu liminar para que os votos fossem contabilizados⁸⁶.

No entanto, após o primeiro turno ocorrer, o caso entra em votação no TSE com o pedido de retificação da chapa PSB-PT para tornar os votos válidos do primeiro turno, e assim seguir no segundo turno sem pendências. Com 6 votos a 1, o tribunal atende ao pedido de substituição de vice na chapa de Capiberibe, que passa a contar com Andrea Tolentino, filiada ao PSB, como vice na chapa.

Com a decisão, a propaganda eleitoral dos candidatos ao segundo turno, que havia sido suspensa até sair a decisão, pode iniciar no dia 17 de outubro de 2018 para os dois candidatos

-

⁸⁶TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL - TSE. João Capiberibe (PSB) poderá disputar eleição para governo do Amapá, decide TSE. Disponível em: https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2018/Outubro/afasd. Acesso em: 12 jan 2022.

da disputa⁸⁷. Mais um escândalo na chapa do PSB acontece, quando Juliano del Castillo, é conduzido à Polícia Federal para prestar esclarecimentos sobre investigação de fraude em contratos envolvendo uma empresa de consultoria que operou com os recursos do BNDES enquanto esteve como secretário de Planejamento do Estado no mandato de Camilo Capiberibe à frente do Palácio do Setentrião⁸⁸.



Figura 39: Capiberibe comemora o resultado para o segundo turno em frente à sede do PSB.

Fonte: Reprodução/Facebook[©].

Na figura 39, acima, Capiberibe comemora a passagem para o segundo turno com apoiadores e militância do PSB na sede do partido, no bairro do Laguinho, em Macapá. Na ocasião, Capiberibe, ao lado de sua esposa, Janete, e seu filho, Camilo, reafirma o compromisso com a população e estabelece as diferenças dos projetos dele e de Waldez Góes, do qual chamou em outras ocasiões "governo de descaso" e "governo da harmonia".

5.1.4 Waldez Góes (PDT – 12) e a 'vitória surpresa' no primeiro turno de 2018

O PDT no Amapá ganhou força com a presença do Clã Góes. O partido teve seu diretório estadual fundado por Júlio Maria Pinto Pereira no início dos anos 1980. Com os nomes de Júlio Pereira e Aroldo Góes, o partido disputou pela primeira vez em Macapá, nas eleições municipais de 1985 e elegeu um prefeito na cidade de Oiapoque. Em 1988, lançando o nome

⁸⁸ SELESNAFES.COM. Homem forte no governo do PSB é preso pela PF no Amapá. Disponível em: https://selesnafes.com/2018/09/homem-forte-no-governo-do-psb-e-preso-pela-pf-no-amapa/. Acesso em: 10 abr 2021.

_

⁸⁷ Ibdem. João Capiberibe (PSB) poderá disputar eleição para governo do Amapá, decide TSE. Disponível em: https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2018/Outubro/afasd. Acesso em: 12 jan 2022

de Antônio Cabral de Castro, compôs a chapa com PSB, que tinha como candidato Raimundo Costa, com mandato encerrado em janeiro de 1989. A seguir, o quadro de candidatos nas eleições estaduais e municipais contaram com a presença do partido e seus candidatos eleitos.

Quadro 13 – Desempenho do PDT Amapá nas Eleições Gerais

Ano	Governador	Dep. Federal	Dep. Estadual	Senador
1990	-	-	03	-
1994	-	-	02	01
1998	-	-	04	-
2002	01	02	03	-
2006	01	-	02	-
2010	-	01	04	-
2014	01	01	02	-

Fonte: TRE/Elaboração própria.

Logo no primeiro governo estadual, o PDT Amapá emplaca 03 deputados estaduais, entre eles Waldez Góes, que foi deputado da constituinte, e Júlio Pereira, fundador do partido no Amapá. O destaque a atuação do partido por atuar ao lado de servidores públicos do território federal, professores da rede primária e pequenos empresários do campo e da área urbana. O PDT fazia oposição ao governador eleito, Anníbal Barcellos, e tinha aliança com o PSB, representado por João Capiberibe, então prefeito de Macapá.

Quadro 14 – Desempenho do PDT Amapá nas Eleições Municipais

Ano	Prefeito	Vice-Prefeito	Vereador
1985	01	-	-
1988	-	01	-
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1992	-	-	-
1996	-	03	25
2000	03	03	29
2004	05	01	34
2008	02	Sem dados	54
2012	Sem dados	Sem dados	25
2016	01	02	14

Fonte: TRE/Elaboração própria

No quadro 14, o desempenho do PDT Amapá se mostra mais intenso a partir de 1996 a partir da municipalidade do partido, quando conseguiu emplacar 25 vereadores em municípios do Amapá, dando um grande salto em 2008, no segundo mandato de Waldez Góes ao governo, operando com mais de 54 vereadores em todo o Estado.

Nesse sentido, a agremiação atua como um partido *catch all*: ao invés de recrutarem membros alinhados com seu espectro ideológico, de caráter popular, faz-se a busca de membros de todas as classes – chamados de *supporters* – para obter uma audiência ampla, que representa um sucesso eleitoral mais imediato, para que pudessem manter um compromisso firme em um interesse nacional único, segundo Kerbauy (s/d)⁸⁹.

No entanto, no caso do Amapá, os interesses locais se alinham a perspectiva neodesenvolvimentista do governo do Estado, na figura de Waldez Góes, ou seja, o recrutamento do PDT Amapá visa orientar alianças políticas que orbitam na perspectiva de desenvolvimento industrial, econômico e tecnológico – não à toa muitos dos candidatos são professores, advogados, pastores, servidores públicos, agentes da justiça, médicos e empresários de diversos setores.

Seu atual líder, Antônio Waldez Góes da Silva é um político nascido na comunidade de Jaburú dos Alegres, na cidade de Gurupá-PA, em 29 de outubro de 1961. Iniciou sua carreira política no Amapá na década de 1980, nas associações ligadas à sua formação de técnico agrícola. Participou da Constituinte do Estado em 1990, sendo o deputado estadual mais votado, auxiliando na transição do Território Federal do Amapá para Estado da Federação, conforme a promulgação da Constituição Federal de 1988, também foi assinante da Constituição do Amapá, carta que regimenta a autonomia político-administrativa ao ex-território, que entrou em vigor em dezembro de 1991.

Em 1994, foi eleito deputado estadual com 2.469 (2,02%). No ano de 1996, foi candidato a prefeito da cidade de Macapá, sendo um dos principais opositores de Annibal Barcellos (PFL), que foi eleito prefeito naquele ano. Em 1998, foi candidato ao Governo do Amapá compondo chapa com o médico Papaléo Paes, perdendo para a chapa João Alberto Capiberibe (PSB) e Dalva Figueredo (PT). Em 2002, venceu as eleições para o governo do Estado no primeiro turno com 86.179 (36,8%), disputando o pleito com Dalva Figueiredo (PT), Cláudio Pinho (PSB), Fátima Pelaes (PSDB), Edenilson Avelar (PSTU), Enildo Pena (PGT), vencendo a candidata do PT e então governadora do estado no segundo turno. Em 2006, é reeleito governador do Estado no primeiro turno, com 160.150 votos (53,68%), em chapa com Pedro Paulo Dias (PP).

Os primeiros mandatos de Waldez Góes à frente do governo do Amapá marcaram a produção do neodesenvolvimentismo², com finalidade de reestruturar a administração pública,

⁸⁹ KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Teoria dos Partidos Políticos: A Discussão Contemporânea. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/StaticFile/ilp/2_aula_teoria_dos_partidos_politicos.pdf. Acesso em: 30 jun. 2022.

melhorias na infraestrutura urbana e rural e a criação do programa "Luz Para Viver Melhor", que levou energia para os municípios amapaenses.

Conforme foi dito anteriormente, Waldez caminhava no final do seu mandato para uma tranquila eleição para uma das vagas para o Senado Federal, uma vez que liderava as pesquisas de intenção de voto com pico de 51%, quando foi arrolado na Operação Mãos Limpas (setembro/2010), no qual foi conduzido para o Complexo Penitenciário da Papuda (DF), junto com a sua esposa e Deputada Estadual Marília Góes, do Prefeito de Macapá e seu primo Roberto Góes e do então governador Pedro Paulo Dias. Este acontecimento foi devastador para a sua eleição, pois, além da derrota nas urnas, teve que ver novas lideranças emergindo como Randolfe Rodrigues (PSOL e depois Rede Sustentabilidade), eleito Senador juntamente com João Alberto Capiberibe e Camilo Capiberibe sendo eleito governador.

Partidários de Góes na Assembleia Legislativa, no funcionalismo público e na imprensa fizeram uma oposição contínua ao governo de Capiberibe, construindo um desgaste que chegou em altos índices de rejeição ao governador e de reconstrução da imagem de Góes, que o levou como favorito para as eleições de 2014.

As eleições de 2014 marcaram uma intensa disputa entre PDT e PSB pelo governo. Waldez Góes conseguiu se reerguer mesmo com as acusações e processos tramitando na justiça por denúncia de improbidade administrativa. Conforme o que fora supracitado, o seu capital político se manteve forte graças ao espaço que o partido vinha ocupando na Assembleia Legislativa, que tinha como principal representante sua esposa Marília Góes, Câmaras Municipais do Amapá e o apoio por parte do funcionalismo público, setor que recebeu atenção durante os anos de gestão do PDT. Sua reeleição teve também o apoio do então senador pelo Amapá José Sarney (PMDB).

Em 2018, o empresário Jaime Nunes se lança como pré-candidato ao Senado pelo PROS, enquanto Waldez Góes, que corria para garantir seu quarto mandato ao governo do Estado. Waldez esteve no evento de lançamento de pré-campanha de Jaime, já que o partido fazia parte da base de apoio do governo⁹⁰. No entanto, as conversas com o PDT avançaram para que Nunes fosse lançado como vice da chapa, tendo em vista que se tratou de incorporar setores cruciais para o desenvolvimento do Estado como o empresariado e o comércio, concentrado nas mãos de Nunes, donos de diversas empresas no Amapá e a pessoa mais rica do Estado, com bens

_

⁹⁰ SELESNAFES.COM. "Hora de devolver tudo o que o AP me deu", diz Jaime Nunes em Lançamento de pré-candidatura. Disponível em: https://selesnafes.com/2018/06/hora-de-devolver-tudo-que-o-ap-me-deu-diz-jaime-nunes-em-lancamento-de-pre-candidatura/. Acesso em: 21 Nov. 2021.

declarados em mais de 21 milhões de reais ao TSE⁹¹. Waldez teve apoio nacional do candidato à presidência pelo partido, o ex-ministro da Fazenda Ciro Gomes, conforme visto na figura 40, abaixo.



Figura 40: Ciro Gomes, candidato à presidência da República pelo PDT, pede apoio à candidatura de Waldez Góes ao governo do Amapá.

Fonte: Reprodução/Facebook[©].

Nesta propaganda partidária, Waldez mostra sua reunião com o candidato Ciro Gomes, candidato a presidência da República pelo PDT, que obtinha até então 12% da intenção de votos, atrás de Fernando Haddad (21%) e Jair Bolsonaro (27%), segundo pesquisa CNI-Ibope de setembro de 2018⁹². Atentamos para uma postura neutra em relação aos principais candidatos da disputa nacional. Waldez preferiu se alinhar, no primeiro momento, com o partido nacional, por motivos de segurança política no processo, já que apoiar Fernando Haddad, do PT, ou Jair Bolsonaro, do PSL, no primeiro momento, poderia representar uma dispersão no palanque do PDT estadual na candidatura de Waldez. Como já citado, o PDT consegue sua manutenção política pela habilidade de estabelecer-se como um partido *catch all* (pega tudo).

Waldez lança sua candidatura ao governo do Estado, destacando o papel no seu último mandato, que destaca, que foi o de 'arrumar a casa', apontado para seu adversário político, Camilo Capiberibe, seu antecessor no governo do Estado. As provocações são lançadas no sentido de Waldez observar que seu principal opositor se trata de João Capiberibe, pai de

⁹² INDICADORES CNI. Pesquisa CNI-Ibope: Suplemento Especial Intenção de voto. Disponível em: https://static.poder360.com.br/2018/09/pesquisa_cni-ibope_set2018_-_intencao_de_voto.pdf. Acesso em 30 jun 2022.

⁹¹ BLOG DO SILVIO SOUSA. Com 21 milhões em bens, Jaime é o candidato mais rico de 2018. Disponível em: https://blogdosilviosousa.com/2018/08/com-21-milhoes-em-bens-jaime-e-o-candidato-mais-rico-de-2018/. Acesso em: 21 nov 2021.

Camilo e ex-governador, polarizando o cenário político a partir da propaganda eleitoral, já reconhecendo que é principal grupo que deve ser 'combatido'.

Também, nesta perspectiva, é possível afirmar que existe uma descontinuidade programática em relação a gestão do Estado – um partido toca um projeto, e o outro, opositor, não dá continuidade por não obedecer aos princípios partidários e interesses da liderança do partido. Podemos sinalizar que:

Processos de desconstruções programáticas e de descontinuidade gerencial tem se tornados frequentes na esfera estadual, municipal e nas relações tecidas entre Estado e município a cada mudança de gestão, refletindo um padrão polarizado de disputas de poder local que sinalizam pouco compartilhamento programático-ideológico, somado a um engajamento partidário excludente voltado principalmente para obtenção de vantagens advindas da estrutura de poder. (GALINDO, 2017, p. 77).



Figura 41: Waldez fala sobre o novo desafio para o próximo pleito, disputando seu quarto mandato ao governo do Amapá.

Fonte: Reprodução/Facebook[©].

Com relação ao uso da rede social Facebook[©], Waldez Góes teve ao todo 355 publicações. O governador do Estado procurou resgatar as ações feitas em seu governo nos últimos anos, como a construção de hospitais, concursos públicos e o reforço na segurança pública, procurando também mostrar sua identificação com a população amapaenses nas caminhadas feitas pelos municípios.

Percebe-se nas postagens um grande número de visualizações e comentários na rede social do governador no período eleitoral, refletido no número de engajamentos presentes no gráfico 09, abaixo:

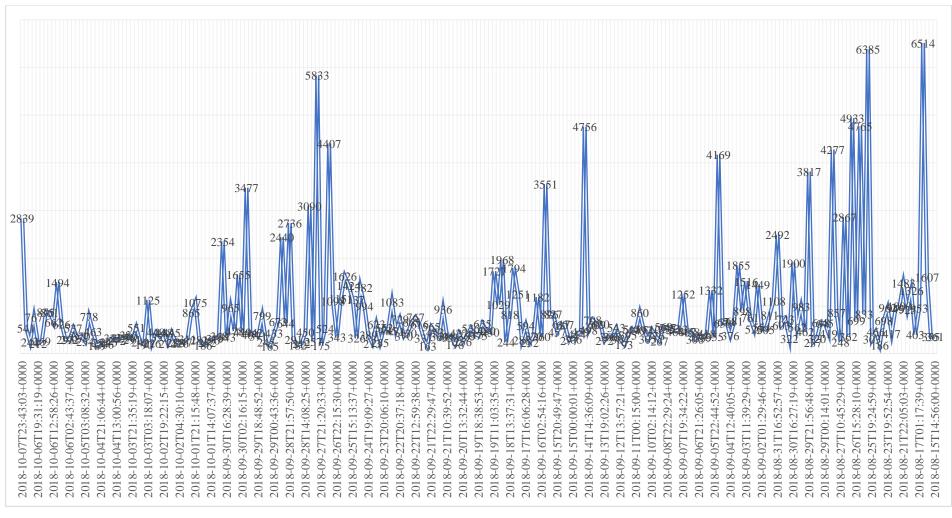


Gráfico 09 - Engajamento da campanha de Waldez Góes no Primeiro Turno (2018)

Fonte: Netvizz/Elaboração própria.

O quadro 15, abaixo, aponta para as publicações presentes no perfil de Waldez Góes no Facebook[©], durante o primeiro turno das eleições de 2018. O perfil tratou de apontar a agenda da campanha, composição das alianças políticas e manifestações de apoio presentes nas curtidas e comentários, vistos como forma de engajamento, conforme o gráfico 09 acima.

Quadro 15 – Publicações de Waldez Góes no Facebook $^{\odot}$

Data	Descrição	Link	Formato	Engajamento
16 de agosto de 2018	"Todos juntos pro Amapá crescer ainda mais. O número é 12! <u>#WaldezGovernador</u> "	https://www.facebook.com/waldezoficial/videos/446100282547452/	Vídeo	6.514
25 de agosto de 2018	" <u>#EquipeW12</u> — Em Santana, Amapá, Brasil"	Card	6.385	
26 de agosto de 2018	"O Amapá não pode parar. Apesar do todas as dificuldades, conseguimos entregar mais estradas do que todos os outros governos anteriores somados. Em Porto Grande, por exemplo, estamos duplicando a BR 210. E também vamos terminar os 100 Km de asfalto que faltam até o Oiapoque. "Waldez12 #W12"	https://www.facebook.com/waldezoficial/p hotos/a.340484776407215/5506493553907 55/?type=3	Card	4.933
05 de setembro de 2018	"Muito honrado com o apoio que recebi de Antônio Nogueira, presidente do PT daqui do Amapá. A nossa parceria sempre existiu e foi reafirmada ontem, no município de Santana. Vamos, todos juntos, continuar seguindo em frente pelo povo amapaense. #Waldez12 #W12"	https://www.facebook.com/waldezoficial/videos/243649323008515/	Vídeo	4.169
15 de setembro de 2018	"Agradeço o apoio de Ciro Gomes a nossa campanha. Um candidato que conhece e entende a nossa realidade e tem um plano de verdade para o Norte. Se Deus quiser e o povo permitir, vamos trazer mais progresso, oportunidade e desenvolvimento para nossa gente. Obrigado, Ciro! #W12 #Waldez12 #Ciro12"	https://www.facebook.com/waldezoficial/videos/2130052620655506/	Vídeo	3.551
15 de setembro de 2018	"Essa é uma das nossas garantias: oferecer subsídios para isentar o pagamento das contas de energia de 45 mil famílias de baixa renda. Nós vamos cadastrar as famílias que poderão ser contempladas com base na renda mensal. O nosso objetivo é, com isso, trazer qualidade de vida para aqueles que mais precisam. #W12 #Waldez12"	https://www.facebook.com/waldezoficial/p hotos/a.340484776407215/5677522103471 36/?type=3	Vídeo	4.407
03 de outubro de 2018	"#DebateAP #Eleições2018 #EquipeW12 #Waldez12"	https://www.facebook.com/waldezoficial/p hotos/a.340484776407215/5706356467254 59/?type=3	Card	1.125

06 de outubro de 2018	#AoVivo Mega Caminhada da Vitória #Waldez12 #VotaNo12	https://www.facebook.com/waldezoficial/videos/248628559134327/	Vídeo (ao vivo)	1.494
07 de outubro de 2018	"#Live Obrigado, Amapá! Vamos juntos para o Amapá seguir em frente."	https://www.facebook.com/waldezoficial/videos/263472620966747/	Vídeo (ao vivo)	2.839

Fonte: Reprodução/Facebook[©].

Durante o primeiro turno, além da divulgação dos jingles de campanha e dos registros das caminhadas, a rede social serviu também como ponto de partida para verificar a aceitação de músicas, avatares e memes, o que tornou mais veloz e dinâmica a campanha, com a finalidade de alcançar a juventude e o eleitorado das camadas mais populares. Mesmo sendo candidato ao quarto mandato como governador, Góes afirmava que ainda tinha muito a ser feito pelo estado e que o arco de alianças que abrigou, inclusive, o presidente do PT Amapá, como apoiador informal, uma vez que a sua chapa estava compondo com o professor Marcos Roberto como vice de João Alberto Capiberibe.



Figura 42: Apoio do presidente do PT Amapá, Antonio Nogueira, ex-prefeito de Santana (AP) à candidatura de Waldez.

Fonte: Reprodução/Facebook[©].

O apoio do PT Amapá a partir de seu principal líder, Antonio Nogueira, ex-prefeito de Santana (AP) se torna significativo por dois motivos: 1) O PT Amapá estava comprometido com a chapa de João Capiberibe, que havia indicado como vice na chapa de Capiberibe o professor Marcos Roberto, do PT Amapá. O apoio de Nogueira à chapa de Waldez mostra o racha no diretório estadual do PT Amapá. A parte ligada ao professor Marcos Roberto e professora Dora Nascimento apoia a candidatura de João Capiberibe, e outra parte, ligada à família Nogueira, apoia Waldez Góes, e há uma outra, que não apoiava nenhuma das duas; 2) uma característica do PDT Amapá desde 2008 foi ampliar, ao máximo, as coligações e bases, para aumentar o apoio político e a governabilidade, tendo maioria ampla ao seu favor.

Uma característica marcante do clã dos Góes no cenário político amapaense é o fato de que o tanto o seu líder, quanto o seu grupo, fazem questão de se colocar como abertos para dialogar com os vários setores que compõem a realidade política, econômica e social do estado, além de utilizar a máquina pública para assegurar a presença dos aliados no governo. Em um ambiente de dominação oligárquica como o Amapá dos Góes e Capiberibes, quanto maior for o arco de alianças, maior será o tempo e zona de influência, inclusive, para escolher o eventual sucessor.

Uma das táticas mais usuais do populismo brasileiro é o clientelismo. Na figura 43, abaixo, o governador assume em campanha que irá subsidiar as contas de energia de 45 mil famílias de baixa renda. O Amapá possui um déficit de 25,5 mil pessoas sem energia elétrica, segundo o Instituto de Energia e Meio Ambiente (IEMA). Dados de 2021 revelam vários públicos que atuam no cotidiano sem energia elétrica: cerca de 7.506 pessoas de assentamentos rurais, 4.172 pessoas de Unidades de Conservação, 1.313 de terras indígenas e 16.159 de outras áreas. A qualidade da energia pública e doméstica ainda é um dos problemas crônicos no Estado do Amapá, que possui cobertura baixa, apesar de ter 4 hidrelétricas em operação no território. A conta de luz é uma das mais altas no país, segundo a ANEEL 94.



Figura 43: Waldez afirma em campanha que irá subsidiar a conta de energia de 45 mil famílias de baixa renda.

Fonte: Reprodução/Facebook[©].

-

ENERGIA E AMBIENTE. Relatório Anual Disponível em: https://energiaeambiente.org.br/produto/relatorio-anual-202; PORTAL G1. Amapá tem 255 mil pessoas sem acesso à energia elétrica todos os dias, aponta levantamento. Disponível em: https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2021/03/13/amapa-tem-255-mil-pessoas-sem-acesso-a-energia-eletrica-todos-os-dias-aponta-levantamento.ghtml. Acesso: 18 mai 2022.

⁹⁴ PORTAL G1. Conta de luz no AP está mais cara pelo quarto mês consecutivo; consumidores reclamam. Disponível em: https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2018/09/23/conta-de-luz-no-ap-esta-mais-cara-pelo-quarto-mes-consecutivo-consumidores-reclamam.ghtml. Acesso em:18 mai 2022.

O final do primeiro turno trouxe a notícia de que Waldez disputaria o segundo turno das eleições com João Capiberibe⁹⁵. Neste pronunciamento na figura abaixo, ele aparece ao lado de seu vice, Jaime Nunes, agradecendo os votos no primeiro turno e falando das expectativas para 'avançar' com o projeto do partido no Estado. O resultado causou boas impressões ao PDT, que viu um derretimento de seu governo durante o terceiro mandato de Waldez Góes, que havia repercutido inicialmente em sua campanha, tendo em vista que Davi Alcolumbre chegou a ultrapassar Waldez nas intenções de voto na pesquisa IBOPE.



Figura 44: Waldez e seu vice, o empresário Jaime Nunes, agradecem os votos para eles no Primeiro Turno e mostram suas perspectivas para o segundo turno das eleições.

Fonte: Reprodução/Facebook[©].

Mesmo com uma força significativa de engajamento nas redes sociais da parte de Góes e Capiberibe, a quantidade de postagens no primeiro turno nas eleições entre os candidatos registra um esforço para tornar a comunicação política nas redes mais atrativo para o usuário. No primeiro turno, foi registrado que Davi teve mais publicações que seu demais concorrentes, com vistas de conquistar um público mais jovem e potencializar seu nome ao governo em relação ao outros candidatos já tradicionais na disputa majoritária (Waldez e Capiberibe).

As postagens no primeiro turno foram mais frequentes pelo candidato Davi Alcolumbre. Sua comunicação política procurou buscar atenção do eleitor jovem, utilizando recursos de imagem, som e vídeo, chegando a ter quase 10 conteúdos por dia quando se aproximava do primeiro turno das eleições.

-

⁹⁵ Após a confirmação da manutenção dos resultados do primeiro turno que, com a divulgação da notícia da irregularidade da campanha de Capiberibe, o processo de migração de votos não fidelizados não foi direcionado para Alcolumbre ou outro candidato, mas sim para o seu rival político Waldez Góes.

O gráfico 10 aponta que Davi Alcolumbre teve a maior quantidade de postagens no Facebook[©] do que os demais candidatos, além de ter feito o maior investimento de campanha (gráfico 10). De acordo com o gráfico abaixo, Alcolumbre fez 384 (47% do total dos candidatos) postagens na rede social, Góes fez 233 postagens (29%), Capiberibe 161 postagens (20%), Cirilo Fernandes fez 34 postagens (4%) e Gianfranco não fez nenhuma postagem.

233

161

Postagens

161

Davi Alcolumbre Waldez Góes João Capiberibe Cirilo Fernandes Gianfranco (DEM) (PDT) (PSB) (PSL) Gusmão (PSTU)

Gráfico 10 – Quantidade de postagens dos candidatos ao Governo do Estado do Amapá na rede social Facebook[©] no 1° turno do pleito eleitoral

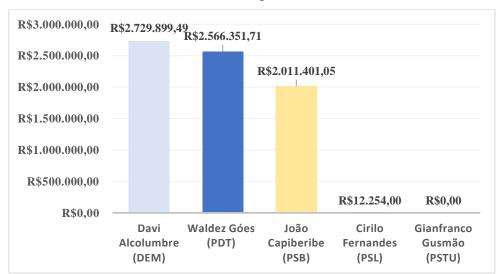
Fonte: Netvizz/Elaboração própria.

Os gastos de campanha no primeiro turno, refletem a forma como Alcolumbre investiu de forma prioritária na sua campanha, com estrutura, material e investimentos nas redes sociais, com equipes próprias e deslocamentos para as cidades do interior. Ele fez uma grande coligação para entrar na disputa como um nome forte, com quase três milhões de reais de gastos.

Em seguida, Waldez Góes aparece com o segundo maior valor de campanha, que representa também a ampla base de apoio que teve ao longo da campanha e as relações estabelecidas em seus mandatos anteriores.

Capiberibe teve o terceiro maior gasto de campanha, priorizando suas viagens pelo interior do Amapá, propaganda política e outras estruturas de mobilização política. Cirilo Fernandes destinou seus gastos em material de campanha e deslocamento para fazer sua campanha. Gianfranco não declarou ter tido gastos no primeiro turno.

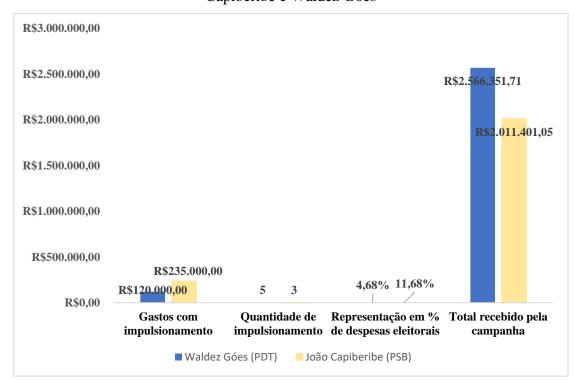
Gráfico 11 – Gastos de Campanha no Primeiro Turno das eleições 2018 para o Governo do Amapá



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)/Elaboração própria.

Em relação ao impulsionamento de conteúdo nas redes sociais, Capiberibe e Waldez declararam ao TSE gastos com impulsionamento de conteúdo para atingir públicos usuários e redes.

Gráfico 12 – Investimentos em impulsionamento de conteúdo nas redes sociais – João Capiberibe e Waldez Góes



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE/Elaboração própria

Notamos que existiu uma preocupação da comunicação dos principais disputantes em atingir as redes sociais, sendo os únicos que apresentam destinação de valores para impulsionamento de conteúdo nas redes sociais como forma de mobilizar novos públicos, Os debates televisivos e radiofônicos ocorreram entre setembro e outubro de 2018 no horário nobre das emissoras de TV e Rádio no Amapá. Os debates continuam a ser fator importante de exposição dos candidatos, já que a televisão ainda possui uma grande penetração nas casas das pessoas, em especial das camadas mais populares do estado. Os debates são considerados ainda tão importantes que a mobilização nas redes sociais se torna frenética nos dias anteriores ao evento nas redes abertas



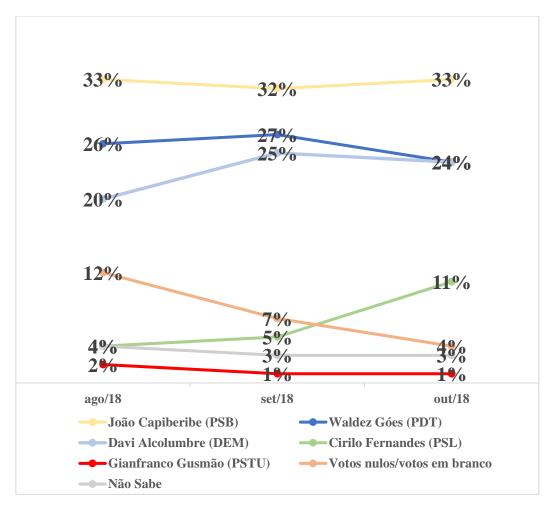
Figura 45: Debate televisivo entre os candidatos ao governo do Estado do Amapá, 02 de outubro de 2018.

Fonte: Reprodução/g1Amapá.

Nas pesquisas de intenção de voto, contudo, os investimentos não significam vitória de um candidato sobre o outro, nem mesmo o engajamento gerado no Facebook. Desta última situação, percebe-se que Davi investiu mais em publicações nas redes sociais, porém, Waldez Góes possuiu mais engajamento que seus concorrentes, Davi, Capiberibe, Cirilo e PSTU, que divulgou a campanha de Gianfranco através de suas redes sociais.

No entanto, na preferência de voto da população, Capiberibe era o favorito no cenário, tendo uma estabilidade de média de 32% das intenções de votos segundo pesquisa IBOPE, enquanto Waldez oscilava para baixo – de 26% em agosto para 24% em outubro, chegando a empatar com Davi Alcolumbre na última pesquisa. Houve o crescimento, nesse período, do candidato Cirilo Fernandes, que sai de 4% em agosto para 11% em outubro, e oscilação para baixo de Gianfranco e de votos nulos e abstenções.

Gráfico 13 – Série sazonal pesquisa IBOPE: evolução das candidaturas ao governo do Amapá nas eleições de 2018 – Intenção de voto – Evolução (%)



Fonte: Ibope/Elaboração própria.

O resultado nas urnas, no entanto, surpreendeu: Waldez fica à frente de Capiberibe e vai para o segundo turno. Davi, que viu a intenção de voto igualar com Waldez e oferecer a possibilidade de ele ao invés de Góes ir ao segundo turno, ficou em terceiro lugar na disputa. Cirilo conseguiu mais de 11 mil votos, sendo essa a primeira disputa dele ao cargo. Gianfranco, também estreante na disputa para o governo, conquista quase 7 mil votos.

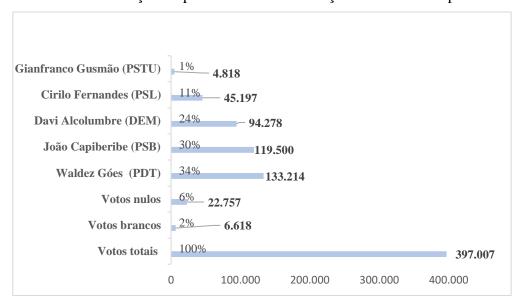


Gráfico 14 - Votação no primeiro turno das eleições 2018 no Amapá

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral/Elaboração própria

O primeiro turno foi visto sem surpresas por especialistas, que acreditavam que a força das elites locais ainda se mantinha, apesar de visíveis desgastes durante os anos, representando na soma de todos os votos de outros candidatos, votos nulos e abstenções, que somam 44%.

5.1.5 Final do primeiro turno e ida ao Segundo turno: Capiberibe e Waldez

Conforme foi citado, quando foi falado da reta final do primeiro turno das eleições, a chapa PSB-PT foi impugnada pela justiça em virtude da determinação do TRE-AP, em virtude da irregularidade nas contas do Partido dos Trabalhadores e a substituição do Professor Marcos Roberto pela de Andrea Tolentino.

A partir da decisão da justiça eleitoral, as redes sociais dos três principais contendores entraram em polvorosa, divulgando em tempo real a decisão judicial, através de programas de rádio, televisão e podcasts, sendo o Facebook[©] o principal elemento para a concentração desse arsenal de notícias e o WhatsApp[©] atuou como o principal elemento para espalhar notícias, o que acabou sendo fator crucial para a vitória de Góes, a derrocada de Capiberibe e a incerteza no ingresso de Alcolumbre para o segundo turno.



Figura 46: TSE havia anulado os votos da coligação PSB-PT por conta de irregularidades na prestação de conta do PT em 2017. O TSE liberou, por 6 votos a 1, a troca de vice e a continuidade da candidatura de Capi.

Fonte: Reprodução/Facebook[©].

O acontecimento acarretou grandes problemas para a candidatura de João Capiberibe, que chegou a afirmar que trataria de um boicote orquestrado por parte das forças políticas de oposição. Sua campanha ficou temporariamente suspensa e foi alvo de *fake news*, que davam como certa a saída dele da disputa.

A justiça eleitoral suspendeu a propaganda eleitoral dos candidatos ao segundo turno até o dia 17 de outubro e as redes sociais funcionaram como a única forma de manter as campanhas ativas. Como não poderiam utilizar as nem as redes sociais para a divulgação das suas campanhas, quem assumiu essa parte foram os militantes engajados que replicavam vídeos antigos, jingles de campanha e palavras e frases de ordem dos dois candidatos.

No segundo turno, as chapas disputantes tiveram de seguir novas determinações da justiça eleitoral, como o plano de recolhimento do material impresso da campanha, como distribuição de santinhos em grande quantidade, que acabam gerando acúmulo de lixo nas calçadas e zonas eleitorais. A recomendação veio do Ministério Público do Amapá para que houvesse recolhimento do material impresso espalhados pelas cidades em véspera de eleições e no dia do pleito. Caso a determinação fosse desrespeitada, a chapa seria enquadrada no ato de irregularidade eleitoral e multada no valor de 2 mil reais⁹⁶

Com a campanha de segundo turno liberada no dia 17 de outubro, as duas coordenações partiram para o ataque. A chapa do PSB tratou de responder às *fake news* que afirmavam que ele estaria fora da disputa. Além disso, o perfil de Capiberibe no Facebook[©] passou a questionar

-

⁹⁶ AMAPÁ ONLINE. Candidatos ao governo do Amapá são responsáveis pelo recolhimento de santinhos. Disponível em: https://amapaonline.com/candidatos-ao-governo-do-estado-do-amapa-sao-responsaveis-pelo-recolhimento-de-santinhos/. Acesso em: 29 mar. 2022.

a decisão anterior da justiça eleitoral e apontou o que ele considerava como os principais problemas na gestão das políticas públicas do seu concorrente, principalmente nas pastas de saúde e educação.

A seguir, vejamos as publicações de Capiberibe que mais tiveram engajamento do público no segundo turno.

Quadro 16 – Publicações de João Capiberibe no Segundo Turno

Data		Descrição	Link	Formato	Engajamento
16 outubro 2018	de de	"#RespeiteMeuVoto #Capi40 #SegundoTurno"	https://www.facebook.com/Capi40/phot os/a.642205649175543/201693374836 9386/?type=3	Card	2.136
19 outubro 2018	de de	A saúde do Amapá está na emergência. Filas enormes, falta medicamentos. Mas com #Capi40 a realidade será outra. Ele vai equipar e colocar para funcionar o Centro de Regulação, tornando o atendimento ágil e eficiente. Ele vai voltar com o Visão para Todos, vai acabar com o sofrimento das pessoas. A saúde vai sair da UTI, porque o #Capi40 vai mudar para a vida melhorar. É fácil, no dia 28 é só digitar 40!	https://www.facebook.com/Capi40/vide os/511668615972242/	Vídeo	2.188
23 outubro 2018	de de	"Capi40 segue na liderança para o governo do Amapá! Esse é o voto da esperança, da vontade de ver o Amapá acontecer de novo. É a certeza de quem confia no Capi para fazer a transformação que o Estado precisa." No domingo, dia 28, confirme Capi40! O voto é soberano!"	https://www.facebook.com/Capi40/phot os/a.642205649175543/202589998747 2762/?type=3	Card	5.904
24 outubro 2018	de de	"#AoVivo #Capi40 participa de debate na Diário FM. Acompanhe!"	https://www.facebook.com/CidadaoCap i/videos/2052287961489085/	Vídeo (ao vivo)	5.392
26 outubro 2018	de de	"Vai reconstruir nosso estado do Amapá!"	https://www.facebook.com/Capi40/vide os/479452799241953/	Vídeo	3.220

Fonte: Reprodução/Facebook[©].

A segunda fase deste processo foi tensa para o PSB. O cenário se consagra cheio de incertezas diante o avanço de Waldez, que até então não possuía nenhuma pendência eleitoral, e estava conseguindo ampliar as alianças. Além disso, Góes apresentou uma mudança na

imagem da campanha e memes com ele dançando a 'sarradinha' - voltado para a juventude e para as classes populares, além de pautas que indicam uma articulação cada vez maior e dando a ideia de que a chapa do PSB estaria se desfazendo.

Outro fator foi decisivo para a decisão do pleito. No dia 22 de outubro de 2018, Davi Alcolumbre, que havia ficado em terceiro lugar na disputa e favorito nas pesquisas contra os dois candidatos, decidiu, em conjunto com Randolfe e Clécio, não apoiar nenhum candidato no segundo turno 98. Além disso, a condução coercitiva de Juliano del Castillo – homem de confiança dos Capiberibe – à Polícia Federal para prestar esclarecimentos sobre investigação de fraude em contratos envolvendo uma empresa de consultoria que operou com os recursos do BNDES enquanto esteve como secretário de Planejamento do Estado no mandato de Camilo Capiberibe à frente do Palácio do Setentrião 99 foi usado como arma pelos seguidores de Góes e replicado nas redes sociais.



Figura 47: Debate entre os candidatos do segundo turno. Seus apoiadores acompanharam no lado de fora da emissora Diário FM.

Fonte: Reprodução/Facebook[©].

A figura acima aponta um dos principais debates radiofônicos foi promovida pela rádio Diário FM, de Luiz Melo, no qual estiveram presentes os candidatos no segundo turno. No lado

⁹⁷ Dança oriunda do funk carioca, consiste na movimentação do corpo simulando um ato sexual, uma 'sarrada' dada no ar, no qual o(a) dançarino(a) dá alguns passos para a frente e dá um pequeno salto simulando um movimento de contato sexual masculino ao som das batidas deste ritmo musical.

⁹⁸ SELES NAFES.COM. Davi, Randolfe e Clécio anunciam neutralidade no 2° turno. Disponível em: https://selesnafes.com/2018/10/davi-randolfe-e-clecio-anunciam-neutralidade-no-2o-turno/. Acesso em: 29 mar 2022.

⁹⁹ SELESNAFES.COM. Homem forte no governo do PSB é preso pela PF no Amapá. Disponível em: https://selesnafes.com/2018/09/homem-forte-no-governo-do-psb-e-preso-pela-pf-no-amapa/. Acesso em: 10 abr 2021.

de fora, as militâncias dos dois partidos demonstravam apoio aos seus respectivos candidatos. Os temas elaborados nesse debate destravam os projetos que cada um dos candidatos tinha para saúde, educação, geração de emprego e renda, empreendedorismo, turismo e segurança pública e as cores azul (PDT) e amarelo (PSB) ganharam as ruas do centro da cidade de Macapá, com foguetório e palavras de ordem.

2018 apresentou uma situação inusitada no pleito eleitoral brasileiro. Os números divulgados pelos principais institutos de pesquisa no país apresentaram grande discrepância com relação aos resultados, seja na eleição presidencial, seja nas eleições para os governos dos estados.

No segundo turno, institutos nacionais de pesquisa como o IBOPE apresentaram apenas dados relativos à eleição às vésperas do pleito. Então, as candidaturas e meios de comunicação locais procuraram divulgar resultados de pesquisas feitas para o pleito e, de acordo com a do Instituto Mentor Inteligência Ltda., a cinco dias das eleições, Capi aparecia na frente de Góes com uma diferença de 8%.



Figura 48: Capi aparece na frente de Waldez na pesquisa encomendada pelo Instituto Mentor Inteligência para o segundo turno do Amapá. A diferença entre um e outro é de 8%.

Fonte: Reprodução/Facebook[©].

Waldez havia experimentado uma tendência de aumento de intenção de voto, vista na diminuição de que nulos e brancos nesta e em outras pesquisas. Nesta imagem, chamamos a atenção da posição de vantagem política, aqui enaltecida pelo candidato do PSB.

O engajamento do candidato no segundo turno aumentou em relação ao primeiro turno. Em média, as postagens do primeiro turno tinham de 200 a 1000 engajamentos. No segundo turno, o quantitativo aumenta para entorno de 400 a 4000 engajamentos, como apresenta o gráfico a seguir.

Engajamento João Capiberibe no Facebook - Segundo turno (Outubro/2018) 6000 5000 4000 3000 5904 5321 2000 3220 1000 2018-10-27T14:02:21+0000 2018-10-26T17:02:24+0000 2018-10-26T15:02:36+0000 2018-10-25701:05:35+0000 2018-10-28T00:45:46+0000 2018-10-27T09:49:54+0000 2018-10-26T20:55:39+0000 2018-10-26T20:00:00+0000 2018-10-26T12:00:12+0000 2018-10-26T03:14:17+0000 2018-10-26T00:10:39+0000 2018-10-25T22:00:01+0000 2018-10-25T18:00:01+0000 2018-10-25T12:00:58+0000 2018-10-24T20:05:52+0000 2018-10-24T12:00:16+0000 2018-10-24T02:00:16+0000 2018-10-23T19:02:44+0000 2018-10-23T16:06:48+0000 2018-10-22T16:19:23+0000 2018-10-20T19:30:31+0000 2018-10-20T14:10:00+0000 2018-10-24T14:57:37+0000 2018-10-23T02:09:36+0000 2018-10-22T19:32:16+0000 2018-10-22T15:10:04+0000 2018-10-21T20:50:15+0000 2018-10-21T11:00:37+0000 2018-10-23T14:02:

engagement_fb

Gráfico 15 – Engajamento de João Capiberibe no Segundo Turno das eleições para o Governo do Amapá (Outubro/2018)

Fonte: Netvizz/Elaboração própria.

Com relação ao PDT no segundo turno, a ida ao segundo turno determina um foco maior em torno de seu principal líder. O jargão "é 12 na veia", utilizadas na campanha de 2014, é retomada na campanha de 2018 como forma de demarcar a mensagem da presença do candidato no cenário eleitoral. A comunicação política de campanha atua nos comentários comentando as publicações de apoiadores, demonstrando aproximação com público.



Figura 49: Mudança visual para anunciar a corrida ao segundo turno. **Fonte:** Reprodução/Facebook[©].

O segundo turno das eleições é dedicado a promover alianças com partidos que apoiaram outras candidaturas e avanço da campanha política. Na entrevista concedida à Record TV – TV Equinócio, Waldez fala da importância de ter alianças fortes para que possa governar. Como característica, os governos do PDT possuem a dinâmica de aglutinar vários partidos em torno de si para mostrar poder e governabilidade, por isso, tem como característica ser um partido *catch all*.



Figura 50: Adesão de lideranças no segundo turno das eleições. Entre estes, se encontram representantes do PCdoB, Republicanos e PSD. **Fonte:** Reprodução/Facebook[©].

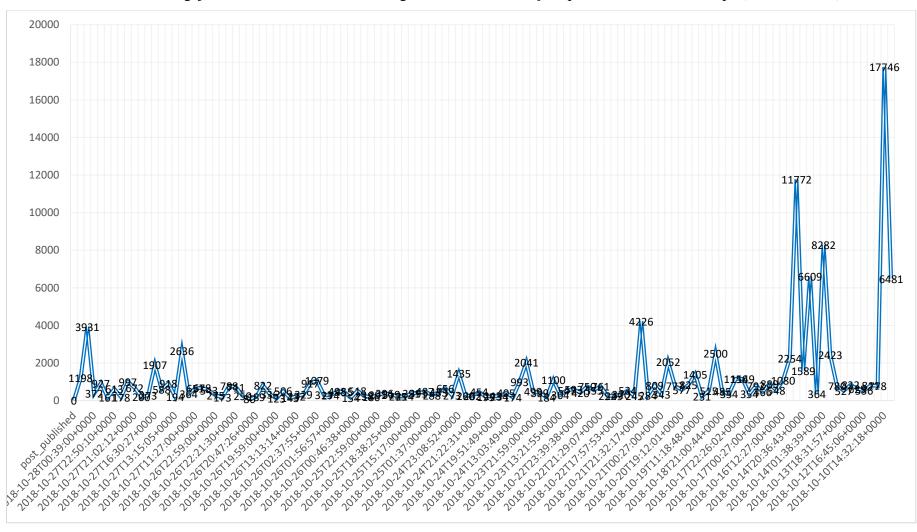


Gráfico 16 - Engajamento de Waldez Góes no Segundo Turno das eleições para o Governo do Amapá (Outubro/2018)

Fonte: Netvizz/Elaboração própria

De acordo com o gráfico acima, Góes continuou crescendo nas suas redes. Em relação a Capiberibe, possuía uma variação maior de engajamento, em torno de 500 a 10.000 engajamentos, que corresponde às postagens do turno. Sua popularidade, em parte, se deve ao fator da passagem para o segundo turno, em seguida, do aprofundamento da campanha nas redes sociais e do uso intenso delas como mecanismo de continuidade da campanha.

O segundo turno foi decido por uma vantagem apertada. Waldez Góes conseguiu o quarto mandato como governador do Amapá com 52,33% contra 47,66% de João Capiberibe. O número de abstenções foi de 23%. Significa dizer houve uma fragmentação do eleitorado de Davi, Cirilo e Gianfranco, que destinou voto a um ou outro candidato, e outra metade considerável que não depositou voto para um ou para outro nas urnas no segundo turno 100.

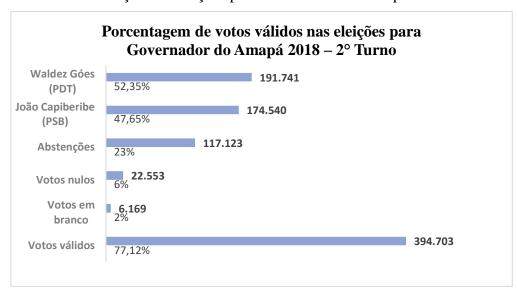


Gráfico 17 – Votação nas eleições para Governador do Amapá 2018 – 2º Turno

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)/Elaboração própria.

Uma das condições que deram vantagem a Waldez no segundo turno, segundo eleitores próximos e alguns especialistas, foi o aceno de Waldez ao candidato à presidência Jair Bolsonaro, mesmo após de seu partido, o PDT, ter determinado apoio crítico a chapa de Fernando Haddad (PT) e Manuela D´ávilla (PCdoB), Waldez resolve consolidar seu voto entre os votantes de Jair Bolsonaro¹⁰¹.

-

¹⁰⁰ REVISTA FÓRUM. Reeleito governador pedetista: Waldez Góes comandará o Amapá pela quarta vez. Disponível em: https://revistaforum.com.br/politica/2018/10/28/reeleito-governador-pedetista-waldez-goes-comandara-amapa-pela-quarta-vez-35721.html. Acesso em: 22 mar 2022.

¹⁰¹ AGÊNCIA BRASIL. Bolsonaro recebe apoio de 15 dos 27 governadores eleitos. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/bolsonaro-recebeu-apoio-de-15-dos-27-governadores-eleitos. Acesso em: 22 mar 2022.

À época, circularam nas redes sociais um vídeo de sua esposa, a deputada estadual Marília Góes, fazendo elogios ao então candidato do PSL, acenando na busca de apoio do público votante de Bolsonaro. Contudo, é interessante observar que o número de abstenções, nulos e brancos no segundo para o governo do Estado se assimila ao número de abstenções, nulos e brancos para o voto à Presidente da República. Entretanto, existe uma diferença no voto sistemático – houve mais votos para Waldez em relação a Capiberibe, uma diferença de 4% (Gráfico 16), enquanto para Bolsonaro e Haddad, a disputa foi apertada, com diferença de décimos de porcentagem de votos totais (Gráfico 18).

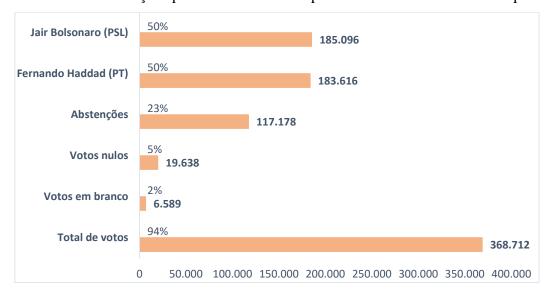


Gráfico 18 – Eleições para Presidente da República 2018 - 2º turno no Amapá

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)/Elaboração própria.

Uma das tendências vistas na campanha foi a profissionalização das mídias digitais dos candidatos: a aplicação de verba de campanha em campanhas publicitárias, social mídia para cuidar das redes sociais; uso de vídeos com edições, uso de *hashtags*, *emojis* e frases objetivas.

Relacionando a quantidade de postagens e os investimentos das campanhas, podemos concluir que: o candidato que não declarou ter investimentos na campanha, Gianfranco, priorizou sua campanha nas ruas, obtendo pouco retorno, naquele momento, por não haver estrutura com base ao tempo de tv e rádio do partido, e pela falta de investimentos nas redes sociais. Cirilo Fernandes, o candidato novato naquela eleição, utilizou suas redes sociais moderadamente, não havendo aparato de investimentos em social media. No entanto, sua campanha circulou entre os eleitores de Jair Bolsonaro, então candidato à presidência da República. A campanha não foi tão midiática o quanto se esperava. Muitas de suas ações de campanha não foram publicadas no Facebook do candidato.

O candidato que fez maior investimento na campanha, Davi Alcolumbre, também foi o candidato mais teve postagens no Facebook. Davi fez o uso de uma linguagem que abrange a juventude, e usou como frase de campanha o "novo" na política – fazendo uma crítica as elites locais compostas pelos Góes e Capiberibe. A imagem política do Prefeito de Macapá Clécio Luis e do Senador da República Randolfe favoreceram em grande medida a Davi, mas não foi o suficiente para bater com nomes tradicionais como Capiberibe e Góes. Randolfe é reeleito. Lucas Barreto (PSD) é eleito, ocupando a vaga deixada por João Capiberibe. Contudo, foi notório o esforço das comunicações de Randolfe e Davi para conquistar a juventude com o uso de redes sociais, sobretudo do Facebook.

João Capiberibe, que teve o terceiro maior investimento na campanha eleitoral, fez o uso expressivo do Facebook, investindo na linguagem jovem, em vídeos de campanha que relembram seu trabalho como governador e senador do Estado. As postagens que mais receberam atenção foram aquelas em que ele aparecia com o público e falando do Amapá. No primeiro turno, se consagrou vitorioso a frente de Waldez. Contudo, a anulação da chapa PSB-PT, atrapalhou o desempenho do partido, que via a disputa como segura para ser vencida no primeiro turno.

Waldez, que teve o segundo maior investimento de campanha, também fez o uso profissionalizado na rede social Facebook, investindo em uma linguagem jovem e objetiva. Focando em seus esforços como governador do Amapá em três mandatos, reforçou o apoio popular e apoio político de lideranças em torno de sua chapa.

No segundo turno, Capi reforçou a vantagem na disputa eleitoral e apresentou propostas e esforços durante seu mandato como governador e senador, reforçando temas como saúde e segurança pública. Waldez, por sua vez, reforça o apoio popular e as alianças no segundo turno, além de apresentar o compromisso de fazer melhorias nas áreas de mobilidade, energia e saúde no Amapá.

Os temas mais acessados pelos usuários do Facebook foram: Lançamento da campanha, pesquisa de intenção de voto, saúde, energia, campanha nas ruas, debates radiofônicos e televisivos, investimentos no Amapá, apoio político, moradia e mobilidade urbana. Recursos mais utilizados: vídeos e cards informativos.

O "Bolsonarismo", que se transformou em um verdadeiro fenômeno digital, cultural e político desde que Jair Bolsonaro foi apresentado como candidato à presidência da República representando os anseios da direita, que deixava de ter seu tom moderado para um discurso mais à direita-liberal e extrema direita, se apresentou como candidato apolítico, anticorrupção, anti-esquerda, dialogando com grupos conservadores da sociedade brasileira, ganhando

também apoio de jovens que compõem a chamada "nova direita". Bolsonaro contou com uma verdadeira plataforma gratuita, sem ter apoio da grande mídia. Mobilizações sociais, jornalistas, intelectuais de direita, blogueiros, influencers, empresários e outros profissionais mobilizam recursos para que o ex-capitão da reserva se torne conhecido e seja viável como uma 'terceira via' para a polarização política entre PT e PSDB. Eles passam a ser formadores de opinião pública, se apresentando como mídia alternativa à direita.

O debate público nunca esteve tão amplo, ao mesmo tempo tão controlado, por forças orientadas pela mídia e política. Observamos, diante do exposto, que houve uma democratização no uso da mídia para manifestações públicas de diversas classes, mas, os conteúdos acessados por esses públicos diferem e divergem. O papel da mídia tradicional foi se adaptar com recursos disponíveis, indo também para o mundo digital da web 3.0, aperfeiçoando o uso das ferramentas, mas não mudando sua retórica e narrativa típica. O que se observa é que muitas pessoas foram orientadas por esses recursos, a julgar pelo sentimento de indignação diante o cenário social e econômico.

No entanto, observa-se que na Amazônia, especificamente no Amapá, a orientação foi outra. Houve investimentos nas redes sociais, um grande engajamento do público, a maioria jovens, entretanto, as mídias tradicionais influenciaram no debate (jornais, rádios e emissoras de tv), recursos que ainda possuem grande penetração no Estado, atingindo um público mais velho.

Foi, especificamente, no final do primeiro turno, que houve uma mudança de orientação devido a dois dispositivos: a comunicação de massa e a comunicação de mídia. No segundo turno, a comunicação de mídia se destaca pelo seu impacto massivo e emocional: fazer o eleitor escolher sua opção de última hora. Na análise dos recursos empregados pela comunicação, especialmente no segundo turno das eleições no Amapá, podemos apontar o que Cesarino (2018), referenciando Chantal Mouffe, enquadra como aspecto ontológico da política a "[...] mobilização do povo através de apelos emotivos, estéticos, morais, positivos e negativos" (p. 10).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos neste estudo fazer apontamentos sobre a relação entre mídia e política, traçando o aspecto nacional para chegar as peculiaridades locais. Concluímos que as mídias sempre estiveram no encalço dos eventos políticos no Brasil, sendo mobilizadas de acordo com sua origem e tendências sociais, econômicas e políticas. Com a República, a mídia passou a ter um papel fundamental na formação de opinião em massa e a política possui efeitos diretos na vida da sociedade brasileira, através de seu caráter tradicional, conservador e participativo, estando sempre aos olhos do povo. Isto se deve, em parte, à herança colonial-portuguesa, e às tentativas de modernização social, econômica e política.

A Amazônia brasileira, sob um processo de escolta da colonização e re-colonização sob a guarda de governos republicanos e democráticos, possui uma cultura política orientada para o fortalecimento de práticas paternalistas, assentadas na figura de autoridade local, que criam ciclos de poder a cada momento histórico, assentando o seu poder de troca no que há mais de precioso para a vida local – a natureza, seus recursos e os povos que vivem nela. Isso reforça a tese de que a política brasileira, girando em torno de um sistema democrático e presidencialista, ainda não encontrou os caminhos ideais para o seu desenvolvimento e qualidade de acesso, que ainda se desdobra na dificuldade em pautar a representatividade e participação do povo.

O voto da população, por si, concede como vantagem a garantia da cidadania, mas não da qualidade dela. O processo de comunicação na região, que chega tardiamente pela alegação da 'longitude' da transmissão de dados e informação, e deficitária pelas dificuldades de abrangência tecnológicas, ainda assim, desempenharam um papel importante na formação de públicos – em um sentido que José Murilo de Carvalho trata como "formação das almas" na criação de um imaginário de república, contudo, aqui adaptadas para o reconhecimento do espaço amazônico – inabitável, inóspito e incivilizado, segundo cronistas e jornalistas das fases de 'incorporação' da Amazônia brasileira ao 'restante' do Brasil, e mesmo de uma 'cultura' política e comunicacional de olhar a comunicação de rádio, TV e jornais impressos como meios únicos de transmissão de vozes de comunidades, e dos interesses políticos.

Destarte, foi visto que a política tradicional ainda é responsável por boa parte do conteúdo das redes, a nível de apoio e contestações. Muitos atores políticos tradicionais hoje possuem visibilidade nas redes sociais, emergindo uma disputa entre direita x esquerda mais acirrada. As militâncias tendem a serem dispersas no mundo virtual. Elas possuem mais centralidade no espaço físico, apoiando um candidato nas ruas; os novos políticos, motivados pela dispersão da direita e esquerda, tentam se conectar com os mais jovens e promover um

debate mais descentralizado da política tradicional – se autoproclamando, muitas das vezes, como *outsider* e apolítico.

Evoluindo para as mídias sociais, o processo político deve ser visto com muita cautela nesses espaços, pois, por um lado, permitem com que pessoas 'excluídas' das classificações sociais socializem seus desejos e tenham sua presença reivindicada. De outro lado, as tensões sociais são projetadas nas mídias sociais com o intuito de ser um recurso potente contra os discursos hegemônicos de governos e da grande mídia tradicional. As novas mídias permitiram que o processo de debate político e eleitoral se tornassem mais democráticos, tendo em vista a alto desempenho de atividades em redes sociais como Twitter[©], Facebook[©], Instagram[©] e Whatsapp[©]. Contudo, isso não diz respeito a um debate qualificado, na medida que fatos foram deixados de lado, a opinião pública foi influenciada por fatos noticiosos e a mentira no processo político, que se tornaram práticas validadas sem algum tipo de vedação. Por isso, o termo populismo se adequa enquanto medida tática de campo na política para a construção de hegemonia discursiva, sob a face de um processo "democrático" vindo da "vontade popular" (CESARINO, 2018).

A notoriedade das mudanças na estrutura de comunicação das campanhas eleitorais em vistas as novas perspectivas de dinâmica global da comunicação, que deixaram de ser concentrar a um pequeno grupo do ramo de comunicação e passou a ter amplitude para diversos públicos. A entrada desse modelo mais "democrático" e "orgânico" das novas mídias teve em sua estrutura pautas mobilizadoras, tais como: a cultura, o sentimento e a política.

As novas mídias nascem nesse modelo de emissão de respostas rápidas a emoções diversas. Eles dão conta de um novo momento em que a coletividade se desmobiliza socialmente e passa a dar atenção a suas práticas individuais — as pautas morais correm nessa perspectiva. Encaixando o conceito das sete teses sobre mídia e política no Brasil, De Lima (2009) exemplifica que poder de influência da mídia e dos seus "formadores de opinião", indicam que parte da população historicamente excluída no processo de comunicação no Brasil (mídia impressa), hoje possui condições de multiplicar as mediações das redes sociais por meio da internet. Contudo, o populismo salta para o modo "analógico" de fazer política para o modo "tecnológico", com heranças, sobretudo, da política tradicional e do coronelismo — fazer do público um local privado e hegemônico.

Tauil (2017) aponta que Weffort reitera que a formação brasileira nunca buscou rupturas com o passado, dependendo totalmente dele para formação das tradições de um povo, de uma nação e sua identidade. Deste modo, os costumes acabam sendo mais ressaltados ao invés de impor novas práticas.

A exemplo disso, observamos que as eleições de 2018 mudaram o cenário eleitoral. O fenômeno de uso das mídias digitais, disparos de mensagens em massa, a campanha orgânica no mundo digital e real foram capitalizadas pela direita e extrema direita, e, em certa medida pelos partidos de centro e partidos progressistas, exaltando costumes e valores da sociedade de classes. O Facebook[©] foi a rede social que aglutinou um público jovem e adultos para que esse conteúdo tivesse uma transmissão massiva.

O que se observa nesta prática, ao observamos o caso das eleições no Amapá, ao longo dos anos, se impõe um contexto de modernização com o intuito de mobilizar as massas populares para determinados fins. Não foi diferente com o direcionamento da comunicação política na era digital. A tendência é que esses meios sejam instrumentos eficazes no reforço de imagem e no engajamento social, e que influenciem cada vez mais no debate e sejam determinantes para dar palco às reviravoltas no jogo político.

Hoje, o que se entende como "nova política" na tessitura local, é o que tenta mobilizar um campo em torno de si fora das elites políticas tradicionais. No entanto, a atualidade dos acontecimentos mostra que o "novo" necessita do "velho" para se manter e o "velho" necessita do "novo" – caracterizado como um poder econômico ou carismático em ascensão com um histórico relativamente limpo - para manter seu *status quo* socioeconômico e político.

As elites locais passaram por um desgaste de imagem pública em virtude das práticas políticas visualizadas nos déficits sociais, que são frutos de escolhas políticas destes grupos que atuam no poder político local, como acontece no pleito de 2022 em torno da candidatura atual de Clécio Luis ao governo do Estado do Amapá pelo Solidariedade (SD), que, por determinação da federação partidária, uniu palanques antagônicos do PDT, PSB e União Brasil, na figura de Davi Alcolumbre em torno de sua candidatura. Com isto, podemos dizer que as práticas coronelistas, oligárquicas e populistas ainda dão o tom da política local, que tem ainda como braços a força da mídia tradicional e os instrumentos das mídias digitais. As mudanças na política nacional influenciaram para hoje caminharmos na direção do enxugamento de partidos políticos e exigir uma certa coerência programática partidária. Consideramos que a questão da democracia nunca foi uma prática bem desenvolvida. Sua condução ainda desafia as ciências sociais e as análises políticas.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Manifestantes fazem ato de apoio a Jair Bolsonaro https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-05/manifestantes-fazem-ato-de-apoio-jair-bolsonaro>. 26 fev 2022.

______. Bolsonaro recebe apoio de 15 dos 27 governadores eleitos. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/bolsonaro-recebeu-apoio-de-15-dos-27-governadores-eleitos. Acesso em: 22 mar 2022.

ALCILENE CAVALCANTE. "Eu te amo", assinado: Gilvam. Disponível em: https://www.alcilenecavalcante.com.br/alcilene/euteamo-assinado-gilvan. Acesso em: 29 abr 2022 ARAÚJO, Francisco José. **Mandonismo e cultura política pós-1985**. 2006. 196 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, 2006. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/106280.

AMAPÁ ONLINE. Candidatos ao governo do Amapá são responsáveis pelo recolhimento de santinhos. Disponível em: https://amapaonline.com/candidatos-ao-governo-do-estado-do-amapa-sao-responsaveis-pelo-recolhimento-de-santinhos/. Acesso em: 29 mar. 2022.

ANDRADA, A. F. S. Afinal, quem apoiou o Plano Collor? **Revista de Economia Política**, vol. 38, n° 4 (153), p. 781-799, out-dez, 2018.

ANDRADE, Rômulo de Paula; HOCHMAN, Gilberto. O plano de saneamento da Amazônia (1940-1942). **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 14, p. 257-277, 2007.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAPÁ – ALAP. Dia Estadual do Maçom é marcado pela entrega de comenda na Assembleia Legislativa do Amapá. Disponível em: http://www.al.ap.gov.br/pagina.php?pg=exibir_noticia&idnoticia=20286. Acesso em: 22 jun. 2022.

ATLAS DAS ELEIÇÕES PRESIDÊNCIAS NO BRASIL. Eleições de 1950. Disponível em: https://sites.google.com/site/atlaseleicoespresidenciais/eleio-de-1950>. Acesso em: 19 de ago 2021.

AVELAR, Lúcia. As eleições na era da televisão. **Revista de Administração de Empresas**, v. 32, p. 42-57, 1992.

BALLAN, Mayla Cristina. **Teoria das Elites: introdução aos conceitos fundamentais segundo seus teóricos clássicos**. Universidade Federal do Paraná. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Especialização em Sociologia Política. Departamento de Ciências Sociais. 2012. 25 f.

BARBOSA, Júlia Monnerat; DA SILVA, Maura Leal. A história não ensinada sobre a ditadura civil-militar: reflexões sobre pesquisa e ensino no contexto amapaense. **Fronteiras e Debates**, v. 7, n. 2, p. 199-215, 2020.

BARBOSA, Marialva Carlos. **Percursos do olhar**: comunicação, narrativa e memória. Niterói: EDUFF, 2007.

BARDIN, Laurence. **Método.** Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.

BECHARA, Gabriela Natacha; RODRIGUES, Horácio Wanderlei. Ditadura militar, atos institucionais e Poder Judiciário. **Justiça do Direito, Passo Fundo**, v. 29, n. 3, p. 587-605, 2015.

BENEVIDES, Maria Victoria Mesquita de. **O Governo Kubitscheck**: Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política. 1ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz & Terra, 1978.

BOBBIO, N. A Grande dicotomia público-privado. In: **Estado, Governo, Sociedade:** Para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

BLOG DO SILVIO SOUSA. Com 21 milhões em bens, Jaime é o candidato mais rico de 2018. Disponível em: https://blogdosilviosousa.com/2018/08/com-21-milhoes-em-bens-jaime-e-o-candidato-mais-rico-de-2018/. Acesso em: 21 nov 2021.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Coaracy Nunes. Disponível: https://www.camara.leg.br/deputados/130555/biografia. Acesso em: 22 de ago 2021.

______. Amílcar Pereira. Disponível em: https://www.camara.leg.br/deputados/130710/biografia. Acesso em: 22 set 2021.

______. Sessão Solene sobre Golpe Militar é marcada por polêmica. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/430130-sessao-solene-sobregolpe-militar-e-marcada-por-polemica/. Acesso em: 23 mar 2022.

CANTO, Fernando Pimentel; SILVA, Isabelle Braz Peixoto da. Literatura e memória: a Fortaleza de São José de Macapá no contexto da ditadura militar em Macapá (1964-1973). **Revista de Ciências Sociais: RCS**, v. 49, n. 2, p. 299-341, 2018.

CAPI 40. Biografia. Disponível em: < https://www.capi40.com.br/biografia/>. Acesso em 12 abr 2022.

CARTA CAPITAL. Um Ditador para Salvar o Brasil. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/sociedade/um-ditador-para-salvar-o-brasil/>. Acesso em: 21 fev 2022.

CARVALHO, João Wilson Savino. **Instituto de Educação do Amapá: uma história de educação pelo exemplo**. 2012. 218 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**: a era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol. 2, São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CAVALCANTE, P. S.; CARVALHO, S. S.; ARANTES, C. "O melhor som da cidade": a efêmera Rádio Equatorial de Macapá. Disponível em: https://www2.unifap.br/c-regional/files/2012/12/R%C3%81DIO-EQUATORIAL.pdf. Acesso em: 23 abr 2021.

CESARINO, Leticia. **Populismo digital:** roteiro inicial para um conceito, a partir de um estudo de caso da campanha eleitoral de 2018 (Parte I: metodologia e teoria) (manuscrito em desenvolvimento). Dez, 2018.

CINEMATECA PARAENSE. TV Marajoara. Disponível em: https://cinematecaparaense.org/2011/01/17/tv-marajoara/. Acesso em: 12 set. 2021.

CODATO, Adriano et al. Regime político e recrutamento parlamentar: um retrato coletivo dos senadores brasileiros antes e depois da ditadura. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, p. 47-68, 2016.

CONFERAÇÃO ISRAELITA DO BRASIL. Comitê Israelita do Amapá. Disponível em: https://www.conib.org.br/comunidades/comite-israelita-do-amapa/. Acesso em: 08 jun 2021.

CUNHA, Rodrigo do Espírito Santo; FREIRE, Milena Carvalho Bezerra. Rádio Educadora São José: o recurso radiofônico na comunicação católica durante os anos de chumbo no Amapá. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – V Congresso Nacional de História da Mídia. São Paulo, 31 maio a 02 de junho de 2007.

CHAIA, Vera. Quando a mídia toma partido. **Em Debate**, Belo Horizonte-MG, v. 1, n. 1, p. 20-23, set, 2009.

______. BRUGNAGO, Fabrício. A Nova Polarização Política nas Eleições de 2014: radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo no Facebook. Aurora: Revista de arte, mídia e política, São Paulo, v.7, n.21, p. 99-129, out.2014-jan, 2015.

CPDOC-FGV. **Verbetes:** Roquette Pinto. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ROQUETTE-PINTO.pdf. Acesso em: 13 abr 2021.

CTRLX. ELEIÇÕES FORA DO AR PROTEÇÃO DA DEMOCRACIA OU CENSURA PRÉVIA. Disponível em: < https://www.ctrlx.org.br/noticia/eleicoes-fora-do-ar-protecao-da-democracia-ou-censura-previa . Acesso em: 27 set 2021.

DA COSTA, Graciete Guerra. **Fortes portugueses na Amazônia brasileira**. 2015. 142 f. Tese de Pós-Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Universidade de Brasília. Brasília: UnB, 2015.

DAGNINO, E. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando. *In:* **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización.** Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004, p. 95-110.

DA SILVA, Maura Leal. "O território imaginado": Amapá, de território à autonomia política (1943-1988). 2017. 379 f., Tese (Doutorado em História)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

DATAFOLHA. Avaliação Governo José Sarney. Disponível em: https://datafolha.tol.com.br/opiniaopublica/1990/03/1222337-avaliacao-governo-jose-sarney---031990.shtml>. Acesso em: 23 jun 2022.

DE ARRUDA, Larissa Rodrigues Vacari; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Estudos sobre elites políticas e poder local. **Revista Política Hoje**, v. 25, n. 1, p. 11-40, 2016.

DE CAMPOS, Fábio Antônio; PASSOS, Delaíde Silva. Domínios do capital internacional na Amazônia: a relação Icomi, Bethlehem Steel e Eximbank nos contratos de exploração de manganês no Amapá (1946-1954). **Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia 48° ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA**. Dez, 2020. p. 1-18.

DE CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: imaginário da República no Brasil, 1990.

______. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. Dados, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997.

DE OLIVEIRA, Érito Vânio Bastos. A voz da Amazônia nos anos 30: rádio, intelectuais e política. 2009.

DIÁRIO DO AMAPÁ. Governador Ivanhoé Gonçalves Martins. Disponível em: < https://www.diariodoamapa.com.br/cadernos/artigos/governador-ivanhoe-goncalves-martins/> . Acesso em 21 jun 2021.

_____. A História que Precisa Ser Contada (I). Disponível em: https://www.diariodoamapa.com.br/cadernos/artigos/a%E2%80%88historia-que-precisa-sercontada-i/. Acesso em: 29 de ago 2021.

DOMESTILAR. Quem Somos. Disponível em: < https://www.domestilar.com.br. Acesso em 28 jun 2022.

DOS SANTOS, Abinoan Santiago; ROCHA, P. M. O Começo do Radiojornalismo na Amazônia: o mapeamento das primeiras iniciativas nos Estados da Região Norte. **Revista Latino-Americana de Jornalismo**. João Pessoa/PB, ano 7, vol. 7, n.1, jan-jun, 2020.

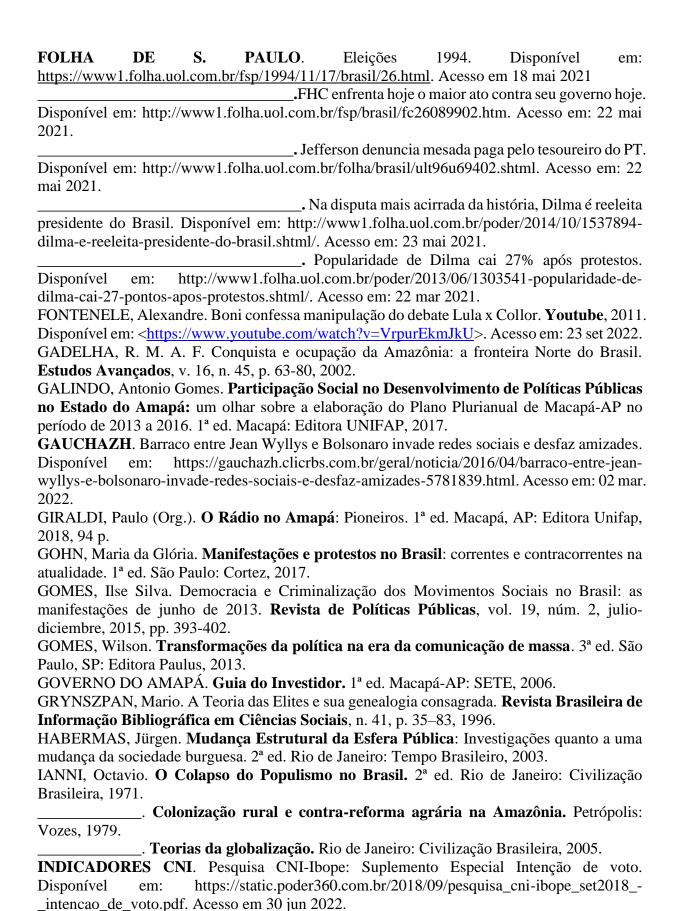
______. A formação da imprensa da Amazônia: o primeiro século do jornalismo do Amapá (1890-1990). 2019. 312 f. Programa de Pós-Graduação em Jornalismo. Dissertação (Mestrado em Jornalismo). Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa-PR, 2019.

ENERGIA E AMBIENTE. Relatório Anual Disponível em: https://energiaeambiente.org.br/produto/relatorio-anual-202. Acesso: 18 mai 2022.

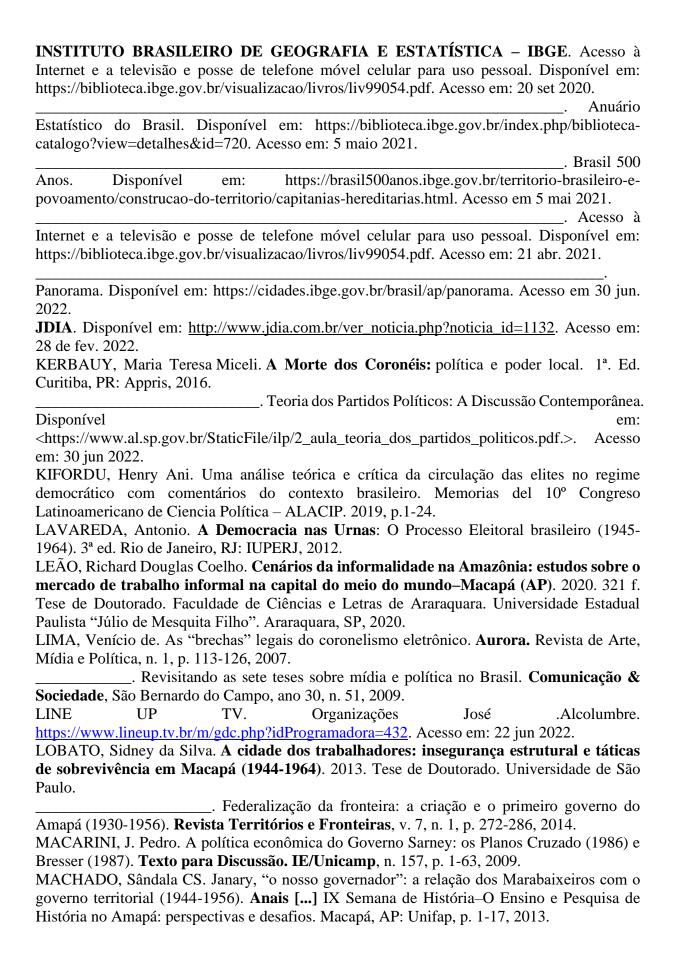
ESTADÃO. Dilma Rousseff é reeleita presidente do Brasil. Disponível em: https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,dilma-rousseff-e-reeleita-presidente-do-brasil,1583341. Acesso em: 22 mar. 2022.

______. PSDB de Aécio Neves pede auditoria na votação. Disponível em: https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,psdb-de-aecio-neves-pede-auditoria-na-votacao,1585755. 21 mar. 2022.

______. Bolsonaro exalta Ustra na votação do impeachment em 2016. **Youtube**, 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=xiAZn7bUC8A. Acesso em: 26 fev 2022.



INFOMONEY. "Se eu não for candidato, quero ser vice de Aécio", diz Jair Bolsonaro. Disponível em: https://www.infomoney.com.br/politica/se-eu-nao-for-candidato-quero-ser-vice-de-aecio-diz-jair-bolsonaro/. Acesso em: 21 fev. 2022



MACIEL, Alexsara de Souza. **Da invisibilidade à ascensão social: história e memória de professores negros no Amapá: 1970-1988.** 2014. 193 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

MARTHA JUNIOR, Geraldo Bueno; CONTINI, Elisio; NAVARRO, Zander. Caracterização da Amazônia Legal e macrotendências do ambiente externo. Brasília, DF: Embrapa Estudos e Capacitação, 2011.

MEMÓRIA EBC. Sudam e Sudene serão reativadas no mesmo dia. Disponível em: http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2003-07-23/sudan-e-sudene-serao-reativadas-no-mesmo-dia. Acesso em: 01 ago. 2022.

MENEZES, M. A. Entre o medo e o fascínio: "imaginação televisual" e modernização da imprensa. **Anais.** III Encontro Estadual de História da ANPUH-PE - História e mídias: narrativas em disputas. 13-17 jul /2020; 21- 25 de set/2020.

MEZA, Rosendo Bolívar. La teoría de las elites en Pareto, Mosca y Michels. **Iztapalapa: Revista de Ciencias Sociales y Humanidades**, n. 52, p. 386-407, 2002.

MIGUEL, Luis Felipe Retrato de uma ausência: a mídia nos relatos da história política do Brasil. **Revista Brasileira de História**, v. 20, n. 39, p. 191-199, 2000.

MORAIS, Paulo Dias; ROSÁRIO, Ivaneide Santos. **Amapá: de Capitania a Território.** Macapá: JM Gráfica ,2009

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o "perigo vermelho"**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). 2000. Tese (Doutorado) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MUNDO DA MÚSICA. Dívida de rádios inadimplentes com ECAD é de 309 milhõs. Saiba mais.

Disponível

em:<<u>https://www.mundodamusicamm.com.br/index.php/comunicacao/item/477-divida-de-radios-inadimplentes-com-ecad-e-de-r-7-309milhoes-saiba-mais.html</u> >. Acesso em: 22 jun 2022.

NICOLAU, Jairo. **Eleições no Brasil**: Do Império aos Dias Atuais. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

NILSON MONTORIL. Janary Nunes e a Revolução de 1964*. Disponível em: < http://montorilaraujo.blogspot.com/2012/12/normal-0-21-false-false-false_19.html>. Acesso em 21 jun 2021.

	Fidelidade	Partidária	Reconhecida.	Disponível	em:
<https: montorilaraujo.bl<="" td=""><td>ogspot.com/201</td><td>1/08/fidelidad</td><td>de-partidaria-recor</td><td>nhecida.html>.</td><td></td></https:>	ogspot.com/201	1/08/fidelidad	de-partidaria-recor	nhecida.html>.	
Acesso em: 19 ago 2021.					

_____. Amapá Estado, o efetivo sinal da transformação. Disponível em https://montorilaraujo.blogspot.com/2011/08/amapa-estado-o-efetivo-sinal-da.html. Acesso em: 25 ago 2021.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As Desventuras do Liberalismo**: Joaquim Nabuco, A Monarquia e a República. 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

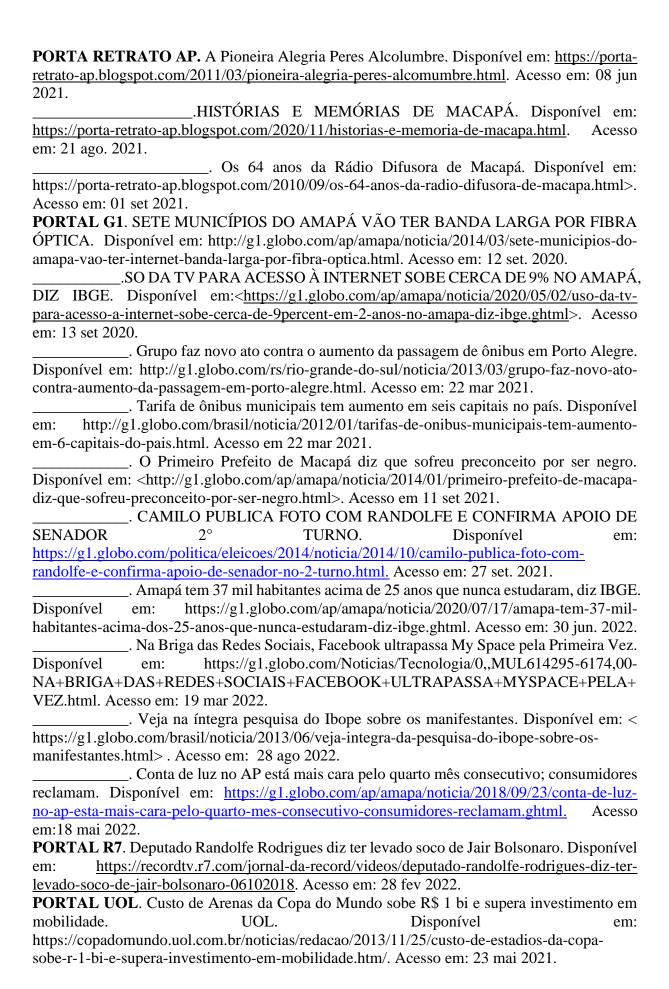
NUNES, Janary Gentil. **Confiança no Amapá**: Impressões sobre o Território. 2ª ed. Brasília: Senado Federal. 2012.

PANDOLFI, D. C. Os anos 30: as incertezas do regime. **Anais** [...] ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – João Pessoa, 2003.

PARAISO, M. H. B. Revoltas indígenas, a criação do governo geral e o regimento de 1548. **História Colonial. Clio, revista de pesquisa histórica**, v. 29, n. 1, p. 1-21, 2018.

PASSA PALAVRA. 06 jun. 2013 (BR-SP) MPL: ato contra o aumento das passagens de ônibus nesta 5ª (atualizado). Disponível em: http://passapalavra.info/2013/06/78528. Acesso em: 12 abr 2020.

PASSOS, Delaíde Silva. **Capital internacional e exploração de manganês no Amapá (1930-1953).** 2016. 155 f. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2019.



______. Em SP, manifestantes se dividem entre volta de Dilma e novas eleições. Disponíveis em: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/06/11/em-ato-contra-temer-em-sp-manifestantes-se-dividem-entre-volta-de-dilma-e-novas-eleicoes.htm. Acesso em: 24 abr 2021.

PORTO, J. L. R. Transformações espaciais e institucionais do Amapá: conflitos e perspectivas. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina** – 20/26 mar/2005. Universidade de São Paulo, 2005.

RAMOS, L. A. O. Do bloqueio continental à mudança da Corte para o Rio de Janeiro. **Revista de Faculdade de Letras HISTÓRIA**, série III, vol. 10, p. 57-62, 2009.

REVISTA DIÁRIO. "A grande vocação da política é melhorar a sorte da humanidade" – José Sarney. Ano 3, número 26. Macapá-AP. Disponível em: https://www.revistadiario.com.br/arquivo/2018/edicao26/files/assets/basic-html/page-1.html.

REVISTA FÓRUM. Reeleito governador pedetista: Waldez Góes comandará o Amapá pela quarta vez. Disponível em: https://revistaforum.com.br/politica/2018/10/28/reeleito-governador-pedetista-waldez-goes-comandara-amapa-pela-quarta-vez-35721.html. Acesso em: 22 mar 2022.

REZENDE, T. V. F. **A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial:** a definição das fronteiras. 2006. 353 f. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, SP. Universidade de São Paulo. 2006.

RUBIM, A. A. C.; AZEVEDO, F. A. Mídia e política no Brasil: textos e agenda de pesquisa. **Lua nova:** revista de cultura e política, n. 43, p. 189-216, 1998.

RUEDIGER, M. A. **Robôs, redes sociais e política no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: DAPP/FGV-Rio, 2017.

SANTANA DO AMAPÁ. "O Porto será importante para o povo do Amapá", previa o governador Arthur Henning, em 1976. Disponível em: http://santanadoamapa.blogspot.com/2016/09/o-porto-sera-importante-para-o-povo-do.html Acesso em: 23 de ago 2021.

SANTOS, A. Revista Veja e Fernando Collor: o espetáculo na política brasileira (1988-1992). **Anais [...].** Associação Nacional de História – ANPUH. XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – 2007.

SANTOS, Dorival da Costa dos. **O regime ditatorial militar no Amapá: terror, resistência e subordinação, 1964-1974**. 2001. Dissertação de Mestrado. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Campinas. Campinas. 2001.

SANTOS, Fernando Rodrigues. **História do Amapá**: da autonomia territorial ao fim do Janarismo (1943-1970). 2ª ed. Macapá, AP: Grafinorte, 2006.

SANTOS, Valdenira Ferreira. **Ambientes costeiros amazônicos: avaliação de modificações por sensoriamento remoto.** 2006. 306 f. Tese de Doutorado. CPGGM, LAGEMAR/UFF/IGEO. Niterói, 2006.

SELES NAFES.COM. Davi, Randolfe e Clécio anunciam neutralidade no 2° turno. Disponível em: https://selesnafes.com/2018/10/davi-randolfe-e-clecio-anunciam-neutralidade-no-2o-turno/. Acesso em: 29 mar 2022.

•	Homem	forte	no	governo	do	PSB	é	preso	pela	PF	no	Amapá.
Disponível em: https://se	lesnafes.c	com/20	018/	09/homer	n-fo	rte-no	o-g	overno	-do-p	sb-e	-pre	eso-pela-
pf-no-amapa/. Acesso en	n: 10 abr 2	2021.										

_____. "Hora de devolver tudo o que o AP me deu", diz Jaime Nunes em Lançamento de pré-candidatura. Disponível em: https://selesnafes.com/2018/06/hora-de-devolver-tudo-que-o-ap-me-deu-diz-jaime-nunes-em-lancamento-de-pre-candidatura/. Acesso em: 21 nov. 2021.

SENADO FEDERAL. Novas Regras Eleitorais Aprovadas no Congresso já valerão em 2018. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/12/28/novas-regras-
eleitorais-aprovadas-no-congresso-ja-valerao-em-2018/>. Acesso em 07 mai 2020. Aprovado fim das coligações em eleições proporcionais a partir de
2020. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/10/03/aprovado-
fim-das-coligações-em-eleições-Proporcionais-a-partir-de-2020. Acesso em: 14 mai 2020.
. Renan defende passe livre, plebiscito e propõe agenda de votações.
Disponível em: https://www12.senado.leg.br/institucional/presidencia/discurso/renan-
calheiros/renan-defende-passe-livre-plebiscito-e-propoe-agenda-de-votacoes. Acesso em: 30
jan. 2021.
O Amapá se prepara para ser estado a última fronteira da migração
do país. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/130334 >. Acesso em: 28 de
ago 2021.
SILVA, Alzira Nogueira da. Pegando vida nas mãos: um olhar etnográfico sobre saberes e
práticas das parteiras tradicionais nos circuitos do Amapá em mudanças. 2005. 189f. –
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em
Sociologia, Fortaleza (CE), 2005. SOUZA, Celina. Federalismo e descentralização na Constituição de 1988: processo decisório,
conflitos e alianças. Dados , v. 44, p. 513-560, 2001.
SOUZA, L. L. A Imprensa Régia: O Tardio Nascimento da Imprensa no Brasil. Verbum . v.9,
n. 1, p. 310-323, 2020.
SOUZA, Manoel. A. Histórias Vividas e Narradas : As identidades amapaenses no Jornal
Amapá (1945-1968). 1ª ed. Macapá, AP: Editora UNIFAP, 2017.
TAUIL, Rafael Marchesan. Intelectuais e política no Brasil: da teoria do populismo à
reconciliação com a tradição republicana na interpretação de Francisco Weffort. 2017. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017. TIINSIDE. Facebook ultrapassa MySpace em número de usuários únicos. Disponível em: https://tiinside.com.br/23/06/2008/facebook-ultrapassa-myspace-em-numero-de-usuarios-unicos/ . Acesso em: 19 mar 2022.
TRIBUNA AMAPAENSE. Pioneirismo - Raimundo de Azevedo Costa. Disponível em:
https://tribunaamapaense.blogspot.com/2013/01/pioneirismo-raimundo-de-azevedo-
costa.html>. Acesso em: 11 set 2021.
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DO AMAPÁ – TRE-AP.
Estatísticas Eleitorais. Disponível em: http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais. Acesso em: 23 abr 2021.
Justiça Eleitoral determina suspensão de programação de emissoras de comunicação do grupo
Beija-Flor. Disponível em: https://www.tre-ap.jus.br/imprensa/noticias-tre-
ap/2014/Agosto/justica-eleitoral-determina-suspensao-da-programacao-de-emissoras-de-
comunicacao-do-grupo-beija-flor. Acesso em 11 jun 2022.
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ – TRE-PA. Resultado das Eleições
Gerais no Pará (1945 a 2006). Disponível em https://www.tre-pa.jus.br/eleicoes/resultado-
das-eleicoes-gerais-no-para-1945-a-2006> . Acesso em: 08 jun 2021.
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL – TSE. Eleições no Brasil: Uma História de 500
Anos. 1ª ed. Brasília-DF: Tribunal Superior Eleitoral, 2014.
. Resolução Nº 14.999, de 10 de janeiro de
1989. Disponível em: https://www.tse.jus.br/legislacao-tse/res/1989/RES149991989.htm. Acesso em: 23 ago. 2019.
Access ciii. 23 agu. 2017.

				·	Resolução	o Nº 15.37	74, de 29 de ju	ınho de
1989.	(Revogada	pela	Resolução	n^{o}	19.87	5/1997).	Disponível	em:
https://v	/www.tse.jus.br	legislacao-	tse/res/1989	/RES1:	53741989	.htm. Aces	sso em: 27 ago	2019.
				·	Cota de 3	0% para N	Mulheres nas E	leições
Proporc	ionais deverá	ser cur	nprida por	cada	partido	em 202	20. Disponíve	el em:
https://v	vww.tse.jus.br/i	mprensa/r	oticias-tse/2	019/M	arco/cota-	de-30-par	a-mulheres-nas	3 -
eleicoes 2020.	-proporcionais-	devera-sei	r-cumprida-p	or-cad	a-partido-	em-2020.	Acesso em ()7 mai
					João Car	oiberibe (l	PSB) poderá d	lisputar
eleição	para go	verno	do Ama	ıpá,	decide	TSE.	Disponível	em:
https://v	www.tse.jus.br/o	<u>comunicac</u>	ao/noticias/2	2018/O	utubro/afa	asd. Acess	o em: 12 jan 20)22.
				•	Limes de	e gastos p	or cargo eleti	vo das
eleições	2018. Dispo	nível em:	https://ww	w.tse.jı	ıs.br/eleic	oes/eleico	es-2018/presta	cao-de-
contas-1	l/limites-de-gas	tos-por-ca	rgo-eletivo-	das-ele	icoes-201	8. Acesso	em: 30 jun. 202	22.
VEMPI	RARUA.NET.	Quem Son	mos Nós? D	isponív	el em: ht	tps://www	.vemprarua.net	/sobre-
nos/. Ac	esso em: 17 ma	ar. 2021.					_	
XAVIE	R, C. J. C. F. A	corrupçã	o política e o	o caixa	2 de cam	panha no	Brasil . 2014.	Tese de
Doutora	do. Universida	de de São	Paulo, 2014.			-		
WAND	ERLEY, Patríc	ia Teixeira	a Azevedo e	t al. A l	lô, Alô Ai	mazônia:	o rádio que o	ouvinte
também	faz. 2019.						-	
WEFFC	ORT, Francisco	O populi	smo na polí	tica br	asileira.	5ª ed., Rio	de Janeiro, R.	J: Paz e
Terra, 2	003.		-					